



Projeto FAURGS / INCRA-RS 5862-9 / 2006

Coordenação geral: Denise Fagundes Jardim – antropóloga

Comunidades Remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul.
Relatórios antropológicos de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas à luz da instrução normativa 20/2005/INCRA.

Comunidade remanescente Quilombo da Mormaça: História, Cotidiano e Territorialidade.

Equipe técnica:

Cíntia Beatriz Muller – antropóloga
Cristian Jobi Salaini – antropólogo
Sherol dos Santos – historiadora
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Muller – geógrafa

“Morar em Casa de Avenida” - Quilombo do Areal: legatários do Areal da Baronesa.

Equipe técnica:

Olavo Ramalho Marques – antropólogo
Jane Rocha de Mattos – historiadora
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Müller – geógrafa

Chácara das Rosas: O ontem e o hoje de uma luta quilombola.
Relatório Antropológico e Histórico de uma Comunidade Negra em Canoas/RS

Equipe técnica:

Vera Rodrigues – antropóloga
Vinicius Pereira de Oliveira – historiador
Ciane Fochesatto – geógrafa
Márcia Müller – geógrafa



Prólogo

O presente volume constitui um dos três relatórios técnicos elaborados pelos profissionais ligados ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) no âmbito do Projeto FAURGS / INCRA-RS 5862-9 / 2006. Através do convênio celebrado entre INCRA e FAURGS/UFRGS, apresentamos a proposta de trabalho “Comunidades Remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul. Relatórios antropológicos de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural de territórios quilombolas à luz da instrução normativa 20/2005/INCRA” em novembro de 2005.

O NACI reuniu três equipes interdisciplinares para a realização destes relatórios. Para tanto, contou com profissionais que detinham experiências anteriores de pesquisa com a temática da etnicidade ou atuado em outros relatórios técnicos desenvolvidos junto ao Núcleo.

Inicialmente as equipes foram constituídas por Ana Paula Comin de Carvalho, Vinícius Pereira de Oliveira, Vera Regina Rodrigues da Silva, Rodrigo de Azevedo Weimer, Cíntia Beatriz Muller, Cristian Jobi Salaini, Sherol dos Santos. Nosso plano de pesquisa previa a contratação de bolsistas, mas não contemplava profissionais da geografia.

Algumas alterações na constituição da equipe foram introduzidas em função de compromissos profissionais e exigências das rotinas acadêmicas assumidos por alguns pesquisadores. Este é o caso de Rodrigo Weimer e de Ana Paula Comin de Carvalho. Tais afastamentos resultaram na recomposição das equipes técnicas no formato atual, explicitado na folha de rosto e em cada volume deste relatório. Ingressaram na equipe Olavo Ramalho Marques (antropólogo), Jane Rocha de Mattos (historiadora), Márcia Muller e Ciane Fochesatto (geógrafas).

Faz-se necessário salientar que Ana Paula Comin de Carvalho, mesmo que tenha se afastado das atividades de trabalho de campo e coleta de dados, manteve proximidade com as atividades do Núcleo atuando como consultora e acompanhando os desdobramentos do trabalho em diferentes momentos do debate que resultam nesses relatórios. Da mesma forma, a incorporação de profissionais da área de geografia foi um acréscimo na experiência interdisciplinar.

Este é um trabalho de pesquisa e de reflexão interdisciplinar orientado para responder questões pontuais. Pretende elucidar a trajetória histórica, demonstrar as relações

sociais e os nexos entre os pleiteantes e as áreas por eles referidas. Pretende acrescentar informações que possam orientar as ações do INCRA na medida em que organiza e reúne dados disponíveis através de fontes orais e documentais, de arquivos públicos e particulares.

Os capítulos estão organizados claramente por eixos histórico, antropológico e lançam mão da perspectiva e recursos da geografia. Cabe salientar que, nas diferentes etapas da pesquisa, seja na interlocução com as comunidades seja na organização da escrita, a equipe atuou conjuntamente. Os dados levantados foram partilhados durante todo o processo de coleta e sistematização do material empírico. Este trabalho foi conduzido em um intenso diálogo entre as áreas que compunham a equipe técnica e, para tanto, beneficiou-se da especialização e formação de cada profissional. Não deve ser lido como “partes” independentes e separadas do mesmo relatório.

O trabalho interdisciplinar implicou uma intensa discussão e cooperação entre áreas sobre as afirmações parciais e as dúvidas levantadas. As conclusões foram continuamente submetidas à crítica e debatidas nas reuniões da equipe técnica que se debruçava sobre cada contexto em particular. Cada um destes relatórios é o resultado de um trabalho coletivo de pesquisa, partilhando dados coletados em campo, interpretações e submetendo ao exame crítico da equipe. No decorrer do texto dos relatórios, as condições de realização da pesquisa são explicitadas, o modo como tivemos acesso às informações bem como a autoria dos capítulos, considerando as especialidades dos profissionais.

A finalização e impressão dos relatórios conta com o aporte de verbas do CNPq e da FAPERGS/PRONEX aos projetos de pesquisa do Núcleo de Antropologia e Cidadania.

Porto Alegre, 20 de março de 2007.



Denise Fagundes Jardim
Coordenação geral

Relatório socio-histórico-antropológico:

“Morar em Casa de Avenida” - Quilombo do Areal: legatários do Areal da Baronesa



Olavo Ramalho Marques

Jane Rocha de Mattos

Relatório socio-histórico-antropológico sobre a Comunidade Quilombo do Areal com vistas
ao andamento do processo de regularização fundiária para cumprimento do
art. 68/ADCT e dec. 4886/03.

“Morar em Casa de Avenida” - Quilombo do Areal: legatários do Areal da Baronesa

Equipe Técnica:

Olavo Ramalho Marques

Jane Rocha de Mattos

Agradecimentos

A toda a Comunidade do Areal, à qual este trabalho é dedicado; em especial a Gessi, parceira em todos os momentos; agradecemos a D. Rosa, D. Sônia, D. Olga, D. Ana, D. Célia e nossos demais interlocutores, que compartilharam conosco suas memórias e afetividades.

Ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi), em especial ao Grupo de Trabalho dedicado à pesquisa em comunidades quilombolas.

Aos colegas deste convênio, pelos debates sobre o processo de pesquisa e a escrita dos relatórios. Agradecimento especial a Denise Jardim, Ana Paula Comin, Cíntia Beatriz Muller, Vinícius Oliveira, Vera Regina Rodrigues da Silva, e Cristian Jobi Salaini, que nos auxiliaram em toda a pesquisa, especialmente na aplicação do cadastro das famílias da comunidade.

Ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela possibilidade da realização deste trabalho, em especial a Sebastião Henrique Lima, Ieda Ramos e Paracelito Brazeiro de Deus, que nos deram todo o suporte necessário.

Abreviaturas

AHMPA – Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre.

AHRGS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AMMV - Arquivo Municipal Moysés Vellinho

APRGS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CEDOP/SCMPA - Centro de Documentação e Pesquisa- Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

DEAP - Divisão de Administração e Controle do Estado- Departamento de Patrimônio do Estado.

DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação

IHGRS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

LBA- Liga Brasileira de Assistência

MARS- Museu Antropológico do Estado do Rio Grande do Sul.

MBM- Museu da Brigada Militar

MCSHJC- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

MPAJJF - Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo

NPH-UFRGS- Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Índice de imagens

- Imagem 1, p. 8 - **Mapas de localização da Av. Luís Guaranha.** Fonte: MARQUES, 2006, p. 22
- Imagem 2, p.27 - **Lavadeira no Rio.** Fonte: Revista do Globo, no. 381, 10 de fevereiro de 1945, p. 28.
- Imagens 3 e 4, p. 30-31 – **Plantas dos terrenos da Marinha, 1875.** Localização: 07 horizontal, gaveta 02, cor verde 15. AMMV.
- Imagem 5, p. 35 - **Mapa da evolução urbana de Porto Alegre (1840-1983).** Clóvis Silveira de Oliveira e Luiz Carlos Luz de Oliveira. Localização: 03 cor/número 02.6. AMMV.
- Imagem. 6, p. 67 – **Capela do Pão dos Pobres de Santo Antônio** Fonte: Diário de Notícias, 02/10/1927, p.10. AMMV.
- Imagem 7, p. 72. **Detalhe de planta do Areal da Baronesa, 1921-1925.** Planta da Cidade de Porto Alegre, 1916. Localização: Tubo estante 0.2 cor/número 2.1. AMMV.
- Imagem 8, p. 76 – **Projeção da instalação de Área Verde na Av. Luís Guaranha (Projeto Renascença).** Fonte: Testamento Luiz Guaragna, 1934. Doc. 370, maço 12A.CEPDOC/SCMPA.
- Imagem 9, p. 81 - **entrando na Avenida Luís Guaranha. À esquerda o casarão de esquina.** Olavo Ramalho Marques, novembro de 2004.
- Imagem 10, p. 82 - **Intensa ocupação do espaço público na Avenida .** Olavo Ramalho Marques, novembro de 2004.
- Imagem 11, p. 85 - **Churrasco na rua, em frente ao casarão de esquina.** Olavo Ramalho Marques, maio de 2005.
- Imagem 12, p. 87 - **Sociabilidades na rua, em frente á antiga sede da Associação dos Moradores** Olavo Ramalho Marques, maio de 2005
- Imagem 13, p. 91 - **Moradores, grupos e redes ocupando o espaço da rua.** Fonte: MARQUES, 2006, p. 74.
- Imagem 14, p. 96 - **Rua, casas e Moradores.** Olavo Ramalho Marques, outubro de 2004.
- Imagem 15, p. 99 - **Vizinhas conversando na calçada.** Olavo Ramalho Marques, maio de 2006.
- Imagem 16, p. 104 - **Antiga Rua da Praia do Riacho,** atual Washington Luiz. Irmãos Ferrari, fins do séc. XIX. Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.
- Imagem 17, p. 108 – **Membros de antigo bloco de carnaval.** Acervo pessoal de Sônia Maria Figueiredo Xavier
- Imagem 18, p. 110 - **Festa de batuque na Casa de D. Ana.** Acervo pessoal de Gessi Rosa da Fontoura.
- Imagem 19, p. 111 - **Laura de Oliveira, que tinha uma casa de batuque na década de 20 do século XX no Areal da Baronesa – ialorixá , na foto com Adão Alves de Oliveira (rei momo negro do Areal, em 1947).** Arquivo pessoal de Adão Alves de Oliveira.
- Imagem 19, p. 127 - **Antiga avenida.** Diário de Notícias de 02 de outubro de 1927 p.10 – MCSHJC.
- Imagem 20, p. 127 – **Perspectiva da Avenida.** Olavo Ramalho Marques, outubro de 2004.
- Imagem 21, p. 132 – **Sociabilidades na rua.** Acervo pessoal de Gessi Rosa da Fontoura.

Sumário

Introdução.....	p.7
Capítulo I - Identidades em Fluxo.....	p.9
A comunidade.....	p. 9
Histórico de pesquisa.....	p.13
Metodologia: breves considerações.....	p.14
“Tem muito burguês apertando a gente aqui”: a demanda por direitos.....	p.16
Capítulo II - Pesquisa Histórica.....	p. 20
Breve Histórico de Porto Alegre.....	p.26
A Cidade Baixa.....	p. 26
As Emboscadas.....	p. 33
Os Barões de Gravataí e o Areal da Baronesa.....	p. 40
A Avenida Luiz Guaragna.....	p. 70
Capítulo III - Identidade e Pertencimento Territorial.....	p. 81
Cotidiano, espaço público e vizinhança.....	p. 82
Trajetórias sociais: circulação, retorno e enraizamento.....	p. 92
Fofocas e memórias do cotidiano.....	p. 98
O Areal, as avenidas e as águas.....	p. 101
Sociabilidades: O carnaval, as festas e agremiações.....	p. 105
Religiosidade.....	p. 108
O tempo dos escravos.....	p. 112
O étnico e o <i>ethos</i>	p. 118
Capítulo IV - Etnicidade e Enraizamento.....	p. 128
Território possível e território reivindicado.....	p. 137
Referências.....	p. 141

Anexos

Certidão de auto-reconhecimento

Testamento de Luiz Guaragna (Legados, Doações, Testamentos.

1934.CEDOP/SCMPA)

Introdução:

O presente relatório socio-histórico-antropológico sobre a comunidade urbana Quilombo do Areal resulta de um convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/RS e o Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, voltado à elaboração de estudos visando dar continuidade ao processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras de três Comunidades Remanescentes de Quilombos¹ em território gaúcho, nos termos do Decreto 4886/03.

São apresentados aqui os resultados das pesquisas histórica e antropológica sobre a comunidade Quilombo do Areal. Pretendemos traçar um panorama do seu perfil social, suas demandas por inclusão social e garantia de condições de reprodução física e cultural, baseados em sua trajetória histórica enquanto reminiscência viva de um tradicional território negro da cidade de Porto Alegre, praticamente desaparecido nos dias de hoje. Trata-se do Areal da Baronesa, antigo arraial², adjacente ao centro de Porto Alegre, paulatinamente descaracterizado durante o séc. XX, através de grandes obras de reestruturação urbana (aterros, canalizações, construções de grandes avenidas), bem como de processos de especulação imobiliária e gentrificação – ou enobrecimento urbano -, tendo grande parte de sua população sido expulsa em direção a regiões periféricas da cidade.

Reconhecendo-se como reminiscência viva do Areal da Baronesa, a comunidade se auto-reconhece como Remanescentes das Comunidades de Quilombo, afirmando que a comunidade em que se enraízam teve origem nas senzalas da Chácara da Baronesa do Gravataí - ocupação inicial da área que, loteada em meados do séc. XIX, deu origem ao Arraial da Baronesa. Tais detalhes serão explorados na parte histórica desse relatório. Cabe aqui elucidar o fato de que o quase desaparecimento das antigas formas de habitação popular nesse território é que motivou os moradores da Av. Luís Guaranha, em diálogo com órgãos públicos, ONG's, militantes e afins, respaldados no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, a se auto-reconhecerem como Remanescentes de Quilombos, marcando socialmente sua trajetória étnica diferenciada no contexto urbano em que se inserem. Ressaltam, assim, um critério fundamental de identificação da comunidade, a partir da memória coletiva do grupo, afirmando que o seu

¹ Além do Quilombo do Areal, as comunidades de Chácara das Rosas (Canoas/RS) e Mormaça (Sertão/RS).

² Os arraiais eram antigos núcleos habitacionais afastados do centro da cidade, muitos dos quais etnicamente marcados, reunindo descendentes de imigrantes (alemães, açorianos, africanos). Veja parte histórica desse relatório.

território foi uma “Terra de Escravos” nas origens de sua ocupação. A comunidade recebeu da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura a Certidão de Auto-Reconhecimento, em conjunto com outras Comunidades Remanescentes de Quilombos, urbanas e rurais, no dia 03/06/2004.

Assim, este processo, pensado em termos da memória coletiva das populações urbanas, se evidencia como uma luta contra o esquecimento do passado dessa região de Porto Alegre, e a afirmação de um recorte étnico das memórias da cidade, no que podemos denominar de uma memória negra. Isso através de uma comunidade que, reconhecendo-se como resistência a um processo de quase desaparecimento de um bairro marcadamente negro, aciona suas demandas por direitos visando, por meio das políticas étnicas, a garantia de sua perpetuação. Tal situação social nos permite compreender o processo de territorialização e desterritorialização de populações urbanas, em meio ao qual o Areal da Baronesa, como território étnico, é suporte de identificação por parte de setores (em grande medida, negros) da população porto-alegrense. Salta aos olhos, em meio à invisibilidade social da etnia negra na região sul do país³, a progressiva expulsão das camadas populares - compostas em larga medida pelos descendentes de escravos - das regiões centrais da cidade em direção a regiões periféricas, culminando com o desaparecimento desses antigos territórios negros. Assim, verificam-se as condições e possibilidades diferenciais de ocupação do espaço urbano por parte das diferentes camadas sociais, evidenciando seu aspecto marcadamente étnico, no que podemos chamar, conforme Harvey (1989), de uma geopolítica das populações urbanas que compõe o ambiente plural, fragmentado e desigual de nossas cidades. O mito da democracia racial de nosso país encontra-se em xeque, no que diz respeito à segregação espacial das populações pobres e negras, tendo em vista que grande parte da população afro-descendente encontra-se abaixo da linha da pobreza, ocupando os mais baixos estratos sociais, quanto à questão econômica, em nosso país. .

Nesses termos, o presente relatório toma como objetivo “produzir inteligibilidade” sobre a demanda da comunidade – e não “produzir verdades”, como pondera a Carta de Ponta das Canas⁴ - através do estudo interpretativo da vida social da comunidade Quilombo do Areal, e também do levantamento e análise de amplo material histórico, desvendando trajetória de um grupo que gera grande curiosidade, como um “quilombo urbano” em plena área central de Porto Alegre, metrópole capital do Rio Grande do Sul.

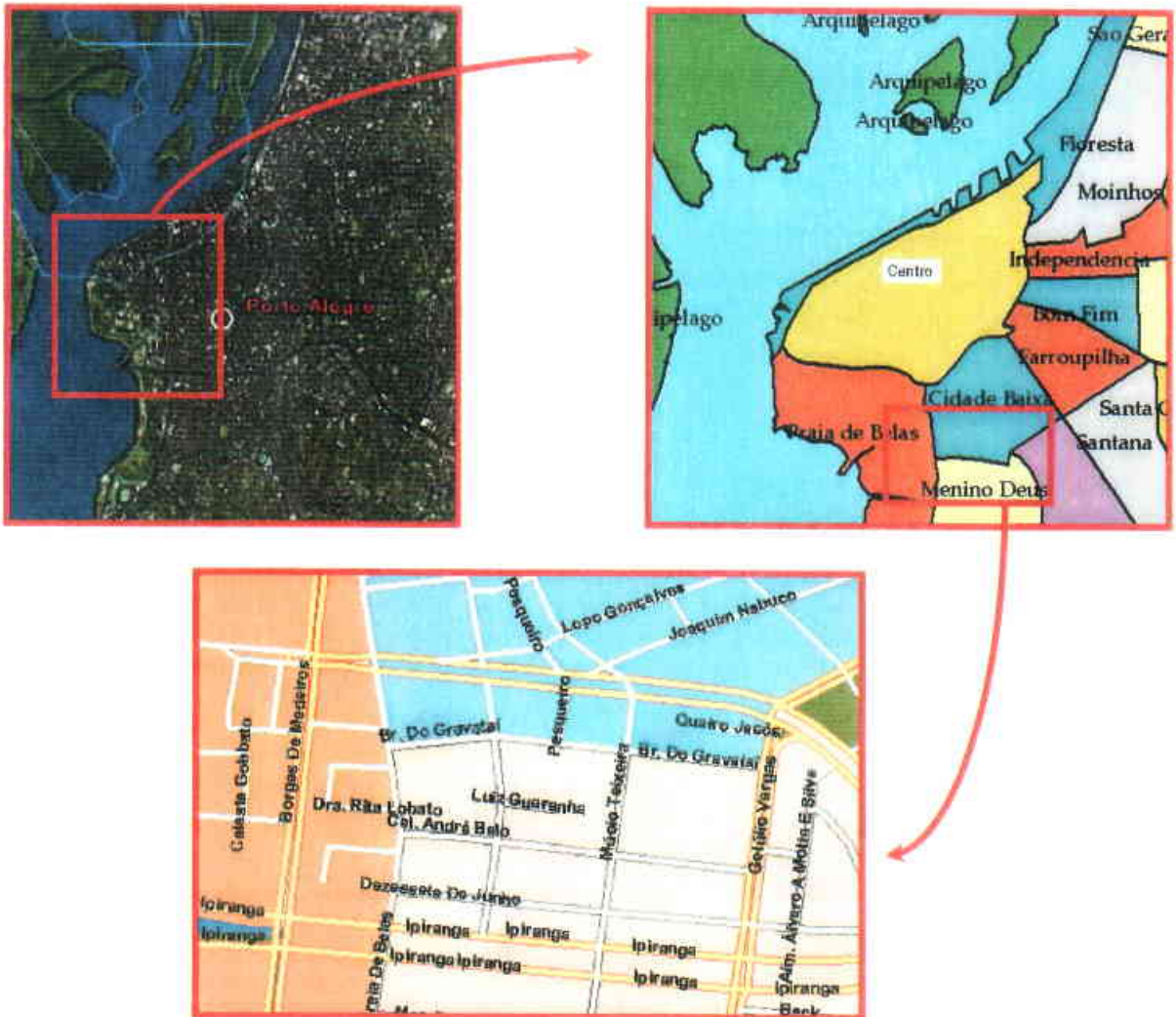
³ Cf. LEITE, 1996, p. 41

⁴ In: LEITE, 2005, p. 34-41.

Capítulo I – Identidades em fluxo

A comunidade:

O Quilombo do Areal situa-se em uma região próxima ao centro insular de Porto Alegre, na fronteira entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus, próxima também do bairro Praia de Belas. Como toda fronteira, não pertence a um lado nem a outro, e a um só passo aos dois. Oficialmente, está situada no bairro Menino Deus, porém para alguns moradores sempre foi parte da Cidade Baixa. Tornaremos a este aspecto mais adiante. Cabe afirmar que ambos são bairros atualmente habitados, no geral, por camadas médias.



Mapas de localização da Av. Luís Guaranha
Fonte: MARQUES, 2006, p. 22.

Segundo dados obtidos no site oficial da PMPA⁵, os dois bairros foram criados pela Lei 2022 de 07/12/59 com limites alterados pela Lei 4685 de 21/12/79. O Bairro Cidade Baixa possui uma População (dados de 2000), de 16.634 moradores, e um rendimento médio mensal dos responsáveis pelos domicílios de 11,20 salários mínimos. Já o Menino Deus⁶ possui 29.577 moradores, sendo o rendimento médio mensal de 15,60 salários mínimos. O primeiro bairro é habitado em geral por classes médias com um menor poder aquisitivo do que o segundo – este um bairro mais “elitizado”. A Cidade Baixa é atualmente um bairro boêmio, onde está localizado um grande número de bares e casas noturnas, habitado em grande medida por jovens, estudantes e universitários. O Menino Deus, por sua vez, é um bairro mais habitacional, caracterizado por sua população idosa.

A Avenida Luís Guaranha possui uma área de 5.210,75 m² em que habitam cerca de 400 pessoas⁷. Há um grande número de jovens e crianças, e, entre os adultos, há funcionários públicos, prestadores de serviços (mecânicos, marceneiros, pedreiros, entregadores de encomendas, faxineiras e babás), um grande número de trabalhadores do mercado informal, e muitos desempregados. A denominação “avenida” merece algumas considerações, pois está referida a uma antiga forma de habitação popular, muito presente no antigo Areal da Baronesa, e é fundamental na forma como o grupo constrói sua identidade diante dos demais grupos sociais. É por se constituir como “a última das avenidas”⁸ que a comunidade acaba sendo um emblema da resistência negra para amplos setores afro-descendentes da capital gaúcha. Está situada em uma região obscura em meio às imagens mentais (LYNCH, 1974, p. 18) de grande parte da população da cidade. Entretanto, extremamente conhecida por determinados “setores” dela, especialmente aqueles ligados ao carnaval, à música popular e às religiões de matriz africana – ou seja, aos setores marcadamente afro-descendentes.

Trata-se de uma forma de habitação que remonta a uma Porto Alegre de becos e vielas em plena região central. O termo Avenida, na forma como empregado pelo grupo, diz respeito a conjuntos de pequenas casas de aluguel barato, sendo a maioria originalmente de madeira, em estreitas ruas ou becos que ocupam os “miolos” das quadras. Uma outra característica importante é a existência de espaços de uso comum entre essas “casas de avenida”, tais quais pátios, a própria rua, e, originalmente, banheiros, tanques de lavar roupa, quaradouros, etc.

⁵ www2.portoalegre.rs.gov.br

⁶ Assim como o Arraial da Baronesa, este bairro também teve origem em um antigo arraial, que conservou seu nome após se tornar um bairro, Menino Deus.

⁷ Dados de 2003.

⁸ Ao menos a última que conservou a população do antigo Areal da Baronesa.

Não é preciso ressaltar que essas avenidas são, desde seu surgimento, habitadas por populações pobres e afro-descendentes. Essa forma de habitação, antes abundante em tal região da cidade, foi paulatinamente desaparecendo, através dos processos de remoção e remodelação do tecido do bairro por parte dos poderes públicos municipais, de venda por parte dos proprietários e seus herdeiros e posterior demolição para instalação novas formas de ocupação do espaço urbano (habitação, geralmente edifícios de apartamentos, bem como prédios públicos e estacionamentos). A estrutura espacial da Avenida Luís Guaranha remete aos cortiços e senzalas que a historiografia e a memória coletiva revelam ser anteriormente numerosos em tal região da cidade.

Outro elemento que deve ser ressaltado é que diversas são as formas de denominar a Luís Guaranha: há referências, no próprio DEMHAB, do local como uma “vila”. Tal denominação, no entanto, é contestada pelos moradores locais, que rechaçam o rótulo pejorativo de “vileiros” que vulgarmente se atribui aos habitantes das vilas em Porto Alegre. Como afirmou D. Marlene, uma senhora negra, baiana, residente há mais de 20 anos na Luís Guaranha, em uma Reunião da Associação dos Moradores: “Esse dias me disseram que eu morava em uma vila. Eu não moro em vila nenhuma, moro em uma avenida! É muito diferente. Isso aqui é uma rua do centro da cidade!” Em seguida, mencionou uma antiga placa de bronze, que existia dependurada na fachada de uma das casas de esquina, que continha a inscrição “Avenida Luiz Guaragna”. É muito comum a referência dos moradores ao fato de que a avenida está contemplada no mapa oficial da cidade, fator diferencial em relação às demais vilas de Porto Alegre - inclusive a comunidade que se situa ao lado da Luís Guaranha, esse local sim chamado de “beco” pelos moradores na linguagem cotidiana. Tornaremos a isso no decorrer do relatório. A grafia do nome da avenida também é fonte de controvérsia. Mesmo em mapas e fontes oficiais encontram-se ao menos três formas recorrentes: Luís Guaranha, Luiz Guaranha e mesmo Luiz Guaragna. Por motivos de padronização, assumimos no curso da escrita deste relatório a grafia Luís Guaranha, a forma mais usual, adotada em grande medida pelo próprio grupo.

A quase totalidade da área é de posse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Habitação, sendo os que ali residem apenas ocupantes dos lotes. A ocupação, aliás, se dá através de usufruto familiar, sendo proibidas as vendas e construções sem o aval do órgão proprietário – isso juridicamente, visto que a venda das casas, bem como a reforma e reconstrução das mesmas são práticas recorrentes na

comunidade⁹. Inicialmente, os terrenos e as casas eram propriedade particular de Luiz Guaragna, um sapateiro que alugava as pequenas casas para populações de baixa renda. Luiz Guaragna, que falece sem possuir herdeiros naturais, deixa o terreno e as casas de herança para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, sob a exigência de que, após a sua morte, seria dado o seu nome à Avenida. A Santa Casa continua a cobrar o aluguel pelas casas, porém de forma bastante flexível.

Quando a entidade resolve cobrar devidamente, de forma pontual, estabelecendo uma imobiliária como mediadora do processo, se dá uma mobilização entre os moradores, que conseguem alterar o quadro junto à Prefeitura Municipal. Na década de 80, a gestão acaba por permutar as terras com a Santa Casa, cedendo-lhe em troca um edifício. O terreno da Luí Guaranha passa a ser posse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e os moradores deixam de pagar aluguel. Em 1997, os moradores, organizados na então denominada Associação dos Moradores da Avenida Luí Guaranha, demandam no Orçamento Participativo Municipal a construção de doze unidades habitacionais em substituição a algumas moradias bastante precárias¹⁰. A visibilidade diante da Prefeitura Municipal ampliada teve como consequência um maior atendimento nas áreas de habitação, saúde e educação; posteriormente o próprio corpo técnico do DEMHAB, tendo referências de uma trajetória étnica desta comunidade, desenvolveu estudos em busca de maiores informações sobre a história da área e acabou participando da mobilização que culminou com o auto-reconhecimento, por parte da comunidade, de seu estatuto de Remanescentes das Comunidades de Quilombos. Assim que os moradores obtiveram, em 2004, a Certidão de Auto-Reconhecimento como Remanescentes das Comunidades de Quilombo, também o INCRA (uma instituição federal) passou a ser responsável pela área, inviabilizando qualquer ação unilateral por parte dos órgãos municipais. Através do presente relatório, o INCRA cumpre suas funções legais quanto às Comunidades Remanescentes de Quilombos, viabilizando o processo que deve culminar com a titulação das terras do Quilombo do Areal.

⁹ Apenas a título de ilustração, durante o período de pesquisa para o presente relatório, que se iniciou em maio de 2006, duas novas famílias se instalaram na comunidade através da compra de casas de antigos moradores.

¹⁰ A construção das doze unidades habitacionais por parte do DEMHAB teve início em novembro de 2006, sendo as famílias que habitam os terrenos destinados às novas casas deslocadas para outras residências. O Período previsto para o término das obras é de oito meses a um ano.

Histórico de pesquisa:

Sabemos que o contexto de produção científica atrelado à garantia de direitos por parte das comunidades em estudo tem suas especificidades. Geralmente as comunidades aguardam ansiosas a chegada dos pesquisadores¹¹. No nosso caso não foi diferente. Entretanto, nós, Jane Rocha de Mattos e Olavo Ramalho Marques - responsáveis respectivamente pelas pesquisas histórica e antropológica que dão origem a este relatório - não estabelecemos nosso primeiro contato de pesquisa com a comunidade através do presente convênio. Anteriormente, desenvolvemos nossas dissertações de mestrado, cada qual em sua área, tendo como objeto de estudo questões que nos levaram a um amplo diálogo com a comunidade. A pesquisa de Jane Rocha de Mattos¹², intitulada “Que Arraial que nada! Aquilo ali é um Areal. Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921)”, é centrada no estudo histórico do Areal da Baronesa, nas relações entre este e os bairros vizinhos, e as trajetórias das populações afro-descendentes em Porto Alegre.

Participamos juntos do projeto “Quilombo do Areal: Memória e Patrimônios”, desenvolvido pela Coordenação da Memória Cultural e pelo Projeto Descentralização da Cultura, da Secretaria Municipal da Cultura¹³, Sob responsabilidade do Museu Joaquim José Felizardo. O projeto, desenvolvido entre agosto e novembro de 2004, centrou-se nos patrimônios material e imaterial da comunidade, tendo desenvolvido diversas atividades como reuniões, entrevistas não-diretivas, oficinas de artes plásticas e fotografias, entre outras.

A partir desse projeto, Olavo Ramalho Marques deu continuidade à relação de pesquisa desenvolvida nesses meses através do projeto, tendo como resultado sua dissertação de mestrado¹⁴, “Entre a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS”.

Aliás, a conjuntura política construída em torno da mobilização da identidade quilombola é cenário que vem estimulando a realização de diversos projetos e estudos, atraindo a atenção atraindo a atenção de órgãos governamentais (tanto federais quanto estaduais e municipais), agentes da comunicação (jornalistas, estudantes de comunicação),

¹¹ Cf. CARVALHO e WEIMER, s/d.

¹² MATTOS, 2000. Essa dissertação é citada pelos próprios membros da comunidade como um dos mais importantes elementos de sustentação do auto-reconhecimento como Remanescentes de Quilombos. Gessi, atual presidente da Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal, mencionou certa vez, sobre o processo de auto-reconhecimento: “Graças a Deus a gente tinha a dissertação de Jane para nos apoiar!”.

¹³ A equipe foi composta por Helena Vitória dos Santos Machado (MJFF, arquiteta, coordenadora do Programa Patrimônio Imaterial e Titular do GT Quilombos Urbanos pela SMC), a arqueóloga Fernanda Tocchetto (MJFF), o estagiário em pesquisa arqueológica e histórica Paulo de Tarso Garcez dos Santos (MJFF), a coordenadora de projetos de educação patrimonial e ativista cultural da SMC Marise Ventimiglia, e o historiador José Antônio dos Santos (oficineiro de Educação Patrimonial), além de Jane Rocha de Mattos e Olavo Ramalho Marques.

¹⁴ MARQUES, 2006.

estudiosos (como Mattos e Marques), militantes (ONG's, Movimento Negro), simpatizantes, e assim por diante.

Sem dúvida, esse contato de pesquisa prévio com a comunidade facilita – e muito – a escrita do presente relatório. Tomando o diálogo pesquisadores-pesquisados como premissa epistemológica da pesquisa etnográfica, a confiança depositada no pesquisador por parte da comunidade abre inúmeras portas. Já havíamos realizado diversas entrevistas com membros da comunidade – muitas delas compondo o conteúdo desse relatório - e pudemos aprofundar algumas e, em outros casos, adensar relações com pessoas que num primeiro momento não se mostraram dispostas a participar das atividades de pesquisa. Passemos, então, a algumas considerações sobre a metodologia empregada nessa etapa de diálogo com a comunidade.

Metodologia: breves considerações

A pesquisa etnográfica tem como objetivo realizar uma “tradução” que possa levar o leitor a compreender um modo de vida diferente e singular. Fundamentada na observação participante, ou seja, na existência em universo de significados compartilhado, emerge a tradução, a compreensão. É preciso reafirmar que toda a experiência etnográfica e dialógica aqui relatada se constrói em uma circunstância histórica de luta de identidade¹⁵. Assim, a construção do presente texto etnográfico está inserida na temporalidade política que vive a comunidade atualmente, e o trabalho de campo é parte de um amplo processo de rememoração, de reconhecimento da importância das memórias e patrimônios da comunidade, de busca do saber dos antigos moradores, por parte de um grupo que resgata suas origens para se afirmar como *sui-generis* no presente.

Uma das técnicas fundamentais de pesquisa, marca distintiva da antropologia, é a observação participante¹⁶, a busca do pesquisador em tornar-se interlocutor de uma interação na qual emerge a figura do *outro*. Através da técnica da observação participante, buscamos estar atentos ao cotidiano da comunidade, a seu modo de vida, aos códigos que orientam as condutas e as relações interpessoais¹⁷, enfim ao que caracteriza esse “morar em casa de

¹⁵ Elemento esse que alude ao novo contexto político que engloba a etnografia: nossos “objetos de estudo” são, em muitos casos, cidadãos reivindicando direitos (GEERTZ, 2002, p. 173).

¹⁶ De acordo com Oliveira (2000), tal técnica implica em o pesquisador assumir um lugar digerível na sociedade observada, participar com o nativo daquilo que eles estão fazendo.

¹⁷ Tendo em vista que, para Georg Simmel, a sociedade se constrói nas ações e reações de seus componentes em suas interações (MORAES FILHO, 1983, p.15), e a personalidade individual se encontra “entrecruzada por numerosos círculos sociais”.

avenida”, como ouvimos durante o trabalho de campo. É certo que existe uma infinidade de coisas sobre o passado daquelas pessoas, presente nas entrelinhas das relações, as quais não podemos acessar, mas tão somente intuir, formar hipóteses. Assim, é impossível que o pesquisador se “torne nativo” e descreva a realidade que vive através desses olhos¹⁸. A intenção de descrever o mundo desde dentro de uma outra cultura é uma ilusão, um devaneio¹⁹. Diante disso, tudo o que podemos fazer é travar diálogo e buscar interpretar; o objetivo aqui é descrever, através do contato etnográfico, a vida na comunidade e o contexto no qual se gesta o pleito pelo direito ao território apoiado em uma política étnica.

Gilberto Velho (1980, p. 40) afirma que, no tocante à pesquisa etnográfica, trata-se de levar a termo exercícios de familiarização/estranhamento - possibilitados pela reflexividade do antropólogo sobre a realidade com a qual se depara em seu trabalho de campo. O antropólogo deve estar preparado intelectualmente - e a teoria em grande medida lhe fornece os suportes para tanto - para confrontar-se com diferentes visões de mundo, *ethos*²⁰ e estilos de vida que coexistem em nossa sociedade complexa.

Tomando como premissa o fato de cada grupo social moldar o espaço à sua própria imagem (HALBWACHS, 1990, p. 130), o espaço vital de uma comunidade não pode ser construído senão a partir das dimensões simbólicas através das quais os grupos dotam o mundo, os lugares e os sujeitos de significados.

As próprias formas de ocupação do espaço urbano remontam à heterogeneidade, ao fracionamento, às discontinuidades das formas de vida social presentes em uma metrópole. Há, em realidade, uma enormidade de grupos, visões de mundo e experiências culturais coletivas e individuais coabitando os espaços da cidade, configurando-os como cenários primordiais do desenrolar cotidiano de uma sociedade complexa como a nossa. E a singularidade da prática etnográfica implica justamente no estabelecimento de um contato entre diferenças - neste caso, entre pontos de vista distintos sobre a cidade e diferentes experiências urbanas. Assim, o contato etnográfico permitiu desvendar alguns sentidos do estar na rua, das relações face a face, das sociabilidades e dos conflitos vivenciados pelos moradores da Avenida, o sentido de sua busca de ver sua história incluída na história oficial.

Um aspecto essencial da pesquisa foi a realização de entrevistas não estruturadas buscando descortinar as memórias dos antigos moradores locais. Nessas narrativas,

¹⁸ Alain Coulon, referindo-se a Schutz (1995, p. 12), afirma que as experiências subjetivas dos indivíduos são inacessíveis a outros indivíduos.

¹⁹ Uma pretensão a que Clifford Geertz denominou “ventriloquismo etnográfico” (GEERTZ, 2002, p. 188)

²⁰ Clifford Geertz entende como o *ethos* de um grupo como “[...] o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético...” (1997, p. 142).

geralmente suas falas misturavam aspectos de sua trajetória pessoal e familiar (VELHO, 1994, p. 44) com a questão das mudanças que a avenida sofreu ao longo dos anos que estão ali. Ou seja, nessas pequenas conversas, seguindo Gaston Bachelard (1988), mesclavam-se memórias relativas ao tempo do eu e ao tempo do mundo. A entrevista de memória²¹ consiste em uma técnica que permite desvendar sobre as experiências temporais de sujeitos e, a partir do cruzamento de falas individuais e experiências coletivas. As antigas conformações do espaço urbano encontram sua morada definitiva na memória de quem os viveu. Nesse caso, pudemos entrar em contato com os resquícios de uma cidade antiga nos herdeiros dessa forma de habitação popular, cujos vestígios permanecem orientando o presente, sendo suporte de identidade por parte do grupo. Buscamos, então, as noções mais profundas que orientam o enraizamento da população ao antigo Areal e ao que dele sobrevive hoje; investigamos processos de expropriação acompanhados por estes sujeitos, o desmanche das avenidas, as grandes obras de mudança da infraestrutura urbana, que pareciam ter como premissa a expulsão daquela população. Buscamos investigar como essas transformações sociais incidiram nos laços de pertencimento destes antigos moradores em relação aos espaços que habitam.

Em suma, o que se pretendeu foi compreender, a partir dessas técnicas de pesquisa, como se configuram os laços históricos e culturais da comunidade com o território que ocupa.

“Tem muito burguês apertando a gente aqui”: a demanda por direitos;

“Extrapolando os limites do isolamento geográfico a que o conceito de quilombo alude no imaginário popular brasileiro, surgem em Porto Alegre duas das primeiras comunidades urbanas que buscam se beneficiar dessa política afirmativa: a Família Silva e a Luís Guaranha. Mais tarde, outras duas comunidades emergem na mesma cidade: o Quilombo dos Alpes e o da Serraria” (MARQUES, 2006, p. 36). Como afirma Marshall Sahlins, “pela própria natureza da cidade enquanto organismo social complexo, as relações entre as pessoas deveriam se tornar impessoais, utilitárias, secularizadas, individualizadas e variamente desencantadas e destribalizadas.” (1997, p. 114). O surgimento desses “quilombos urbanos”, ao contrário, seguindo as conclusões indicadas pelo referido autor, nos mostra que formações étnicas e identidades territorializadas podem persistir e se fortalecer no meio urbano, em contraponto ao julgamento prévio de que reinam absolutos na vida das grandes cidades a impessoalidade e o individualismo. Esses quilombos urbanos, enquanto modos de vida com

²¹ Cf. BOSI, 1989; ECKERT e ROCHA, 2000, 2001.

um caráter espacialmente centrado, vem, portanto, contrariar a idéia de uma desterritorialização inevitável das populações urbanas. (SAHLINS, 1997, p. 119). No caso do Quilombo do Areal, a identidade fortemente territorializada da comunidade é alicerçada não apenas na Avenida Luís Guaranha como espaço físico, mas no próprio modo de vida que suporta, estreitamente atrelado ao território histórico do Areal da Baronesa e seu legado.

No entanto, os moradores locais estão longe de formar uma comunidade homogênea e coesa; ao contrário as identidades são múltiplas, e não poderia ser diferente em um meio urbano fragmentado e diverso. Há desarranjos e tensões entre pessoas dessa “grande”²² comunidade, sub-grupos geracionais e de gênero, diferenças marcantes nas formas de envolvimento político e associativo, além de questões relativas às visões de mundo e práticas sociais de seus membros. Sem dúvida, há um forte sentimento de pertença por parte dos moradores ao local, sendo sempre presente a referência ao Areal da Baronesa - o antigo território dos escravos, o lugar das avenidas, o berço do samba em Porto Alegre. Isso parece ser consensual, perpassando gerações, gêneros, gostos musicais, trabalho, e etc., de modo que essa identificação emerge como importante fator de inclusão na comunidade. Reiteramos que os laços de pertencimento dos moradores em relação ao território estão profundamente alicerçados nessa noção de avenida e o modo de vida que comporta, sendo este um dos legados primordiais do antigo arraial. Estes moradores primam, assim, pela garantia de permanência no local onde se enraízam.

É questão da busca pela sobrevivência da comunidade, manifestando-se na busca pela posse da terra ocupada, que norteia o movimento político surgido nos últimos tempos entre os moradores da Luís Guaranha. Nesse ínterim, a mobilização em torno da identidade quilombola é a última faceta. Pelo fato de a Luís Guaranha ter permanecido, enquanto a grande maioria das avenidas foi destruída com o passar dos anos, o fator de resistência é ressaltado. Tal é uma das “bandeiras” na luta pela titulação das terras pela via das políticas étnicas. Cláudia, a antiga presidente da Associação dos Moradores, afirmou em uma solenidade que celebrava o final do Projeto Quilombo do Areal, em 20 de novembro de 2004: “Nós somos a resistência, dentro aqui da cidade de Porto Alegre”. Frase esta que delinea claramente o que Leite (2002, p. 23) identificou em sua pesquisa sobre a comunidade de Casca/RS: o termo “...quilombo como expressão máxima da luta dos afro-descendentes pela cidadania”. Parafrazeando a autora, ao lutar pela igualdade social na diferença cultural, um movimento que nos faz repensar a realidade excludente e racista da sociedade brasileira, que

²² Lembramos que há cerca de 100 famílias, perfazendo um montante de mais de 500 moradores.

persiste sendo segregacionista e desigual, a despeito das teorias da miscigenação e equilíbrio de nossa nação. No atual momento, um movimento que atinge sua expressão em território urbano, teoricamente tido como racional, desencantado e marcado pelo individualismo em detrimento às lógicas comunitárias. O conceito de quilombo, assim, é propulsor da visibilidade de comunidades excluídas muitas vezes invisíveis, enquanto categoria jurídica acionada pelos grupos para redefinir suas especificidades culturais enquanto coletividades, afirmando fronteiras simbólicas e étnicas diante da sociedade mais ampla.

Durante uma reunião coordenada pela ONG Ação Cultural Kuenda junto à Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal, em 2005, Gessi, atual presidente desta última, reiterou o fator resistência para a permanência da avenida em uma zona central da cidade. “Tem muitos edifícios apertando a gente aqui. E a maioria dos moradores não são velhos. Vai gente, vem gente e a Guaranha resiste. A gente tem que se unir para não vir o Colarinho Branco e tirar isso aqui da gente”. Beth, outra participante da reunião, prosseguiu a partir da fala de Gessi: “Todo mundo acha que a gente está tranqüilo aqui, mas não estamos. Aqui em volta é só burguês, e dinheiro chama dinheiro. A maioria acha que daqui não saímos. Mas isso antes era cheio de avenidas, e só sobramos nós. E se acontecer alguma coisa, a gente sai porque falta união”.

Este grupo alertava para o fato de que os moradores não se apercebem do risco que a comunidade sofre de ser removida do lugar que ocupa, conforme o que ocorreu com quase todas as outras avenidas que existiam na região, pela força dos setores mais enriquecidos da sociedade porto-alegrense (a que as participantes da referida reunião denominaram “colarinho branco”) como motor da especulação imobiliária que modificou completamente o ambiente ao seu redor. Buscavam, assim, o fortalecimento da participação da comunidade nesse processo de busca das origens, a partir de uma demanda política atual, para obtenção da garantia de direito à terra, e assim à sua perpetuação.

A presença de seu modo de vida em uma região central, completamente transformada ao longo dos anos, é matéria de reflexões por parte da comunidade. D. Rosa, senhora negra de 70 anos, durante uma entrevista, afirmou:

Só pobre que morava pra cá. Era só pobre. Aqui não morava gente rica não! Depois é que foi valorizando, claro, né? Mas no tempo em que eu era criança era só gente pobre que morava aqui. A terra valorizou depois de muitos anos que foi valorizar. Quem pode ficar foi isso...

Os antigos moradores, principalmente, que acompanharam durante suas trajetórias de vida a quase completa descaracterização do antigo Areal da Baronesa e o enobrecimento

dessa região da cidade, se mostraram um tanto perplexos quanto ao fato de terem permanecido ali. Com naturalidade, comentam que foram vendo ao longo do tempo as avenidas sendo destruídas, os vizinhos, parentes e amigos mudando-se dali, a instalação de novos prédios, edifícios, garagens e negócios. “Nós estamos aqui porque conseguimos ficar”, como disse D. Rosa.

Assim é que reconhecendo-se e sendo reconhecidos como uma comunidade etnicamente marcada, portadora de tradições e memórias que a singularizam no nosso contexto social complexo, um grupo desta comunidade, atrelado à Associação dos Moradores enquanto instância de poder local, mobilizou-se há alguns anos, adentrando nos movimentos sociais que acionam o texto constitucional que confere aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos o direito às terras que ocupam. Constituição Federal esta que toma como preceito a construção de uma sociedade democrática, igualitária, fraterna, pluralista e sem preconceitos. Reconhecendo as trajetórias de exclusão de populações negras no período da escravidão e mesmo pós-abolição, um movimento social que se fortalece na garantia da reprodução física, social e cultural dessas comunidades (dec. 4887/2003). Cabe aqui a menção ao estudo crítico do conceito de quilombo, que, no imaginário brasileiro, alude ainda a uma definição colonial, que os define como grupos de escravos fugidos que se instalam longe dos olhos da sociedade escravocrata, isolando-se²³. Ora, o termo quilombos, diante do grande número de comunidades que se reconhecem como remanescentes, vem cada vez mais compreendendo as diversas formas de resistência à opressão histórica sofrida. Nesse caso, trata-se da resistência ao processo social de dissolução de um bairro sui-generis, marcado como território negro na cidade de Porto Alegre – o Areal da Baronesa. Uma forma de as comunidades excluídas e segregadas garantirem seu direito à terra, afastando as constantes ameaças de expropriação, compreensíveis quando nos remetemos à extrema concentração fundiária da sociedade brasileira, que alija da maior parte de sua população o acesso à terra.

²³ Cf. ALMEIDA, 2002.

Capítulo II – Pesquisa Histórica

Introdução

Procuramos neste capítulo analisar os vínculos históricos da Av. Luiz Guaragna situada no Areal da Baronesa, antigo arraial da cidade de Porto Alegre, território ligado à trajetória e à memória da etnia negra porto alegrense. Para isto tratamos neste capítulo como este se formou, as suas modificações espaciais e as relações entre os indivíduos que o compuseram. O Areal da Baronesa, conhecido popularmente como Emboscadas e Banda Oriental, recebeu uma série de pechas durante o século XIX e XX, que geraram uma estigmatização em torno deste. Inicialmente a região era ocupada por chácaras, destacando-se a da Baronesa de Gravathay que possuía um famoso palacete. Estas chácaras foram loteadas, cedendo lugar a inúmeras habitações populares que ocuparam este espaço. Abrigou, em suas ruas, cortiços e avenidas, um contingente populacional ligados aos quartéis da Brigada Militar existentes na região e também os paisanos formado pelos setores ligados à “prestação de serviços”, pequeno comércio e operários. A Avenida Luiz Guaragna foi construída nas primeiras décadas do século XX e recebeu esta denominação por desejo de seu proprietário o moranês Luiz Guaragna. Esta avenida e seus moradores portadores de uma identidade negra resistiram ao longo do século XX às ameaças de destruição e à especulação imobiliária, tornando-se referência de uma forma única de morar e viver dentro de Porto Alegre.

Breve Histórico de Porto Alegre

A ocupação efetiva do território do Rio Grande do Sul então Continente de São Pedro do Sul iniciou no século XVIII, deu-se a partir da importância que o gado adquiria no contexto nacional. As sesmarias e o gado tornaram-se fundamentais no caminho que os tropeiros de São Paulo tomavam em direção ao sul onde capturavam o gado cavalariço e principalmente o bovino, com isto abriram-se novos caminhos, criaram várias estradas, formando estâncias, vilas e cidades. Dentre estes tropeiros estava Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, que pertencia à tropa militarizada de João de Magalhães,

posteriormente, estabeleceu-se em 1732 nos Campos de Viamão, caminho obrigatório dos tropeiros para a condução do gado. Através do seu pedido às ordenações do reino recebeu a titulação de sua sesmaria em 05 de novembro de 1740, esta compreendia toda a extensão do atual Morro Santana (onde estava a sede da estância) até a ponta da península as margens do Lago Guaíba. Com sua família, agregados e parentes fundou o Porto de Viamão, o povoado assim formado denominou-se Porto do Dorneles.

Em 1752, decorrente do Tratado de Madri e do projeto da Coroa Portuguesa, chegaram ao Porto de Viamão os colonos de origem açoriana. O projeto era o assentamento desses colonos na região das Missões, mas com o acirramento das Guerras Guaraníticas, os “sessenta casais” permaneceram instalados na ponta da península, à beira do Guaíba, onde formaram um pequeno povoado - Porto de São Francisco dos Casais. O assentamento dos casais açorianos deu-se na área pertencente à sesmaria de Jerônimo de Ornelas, resultando na venda das terras a outro sesmeiro Inácio Francisco de Melo. Em 1772 a sesmaria foi definitivamente desapropriada dando lugar a produção de trigo pelos açorianos, bem como a moagem e escoamento destes grãos pelo Guaíba.

Elevada à condição de vila, a partir de 1773, a capital da Província é transferida de Viamão para a Freguesia de São Francisco dos Casais, que passa a se chamar oficialmente de Porto Alegre. Limítrofe as terras de Jerônimo de Ornelas estavam as estâncias de Sebastião Francisco Chaves e de Dionísio Rodrigues Mendes, que formaram o território de Porto Alegre. Segundo Achylles Porto Alegre (1994, p.13), o povoamento inicial da cidade começou pelos terrenos que correspondem às atuais ruas Major Pantaleão Telles, Andradas, General Salustiano, Vasco Alves, Duque de Caxias, a antiga Beira do Guaíba (pedaço denominado Praia do Arsenal), Bragança, Beco do Fanha e Costa do Rio, mais Tarde Caminho Novo. A área urbana, estava inicialmente constituída por três ruas principais, que partiam da ponta da península atravessando-a até a Praça do Portão (atual Praça Argentina). No entorno do povoado, em 1778, foi construída uma linha de fortificações e fora destas localizavam-se as chácaras que forneciam os víveres para o abastecimento.

O Primeiro Código de Posturas Policiais surgiu em 1829, para disciplinar a ocupação do espaço urbano, designando lugares para a lavagem de roupa, despejo do lixo, e as águas servidas. Em 1837 uma série de disposições tratavam da questão da mão-de-obra escrava, prevendo a possibilidade de uma rebelião em função do cerco Farroupilha. Estes Códigos, a Guarda Municipal tornaram-se importantes instrumentos de controle da população escrava, revelando com isto o temor dos brancos em relação à “classes perigosas”. Entre as medidas adotadas pelo Conselho Geral Provincial, em 10 de fevereiro de 1831, estão

Capítulo 19º - Nenhum escravo ou escrava poderá viver sobre si em qualquer casa, sem licença da Câmara, seja qual for o motivo ou pretexto(...)

Capítulo 35º- Todo escravo ou escrava que for encontrado de noite, depois do toque do sino da Câmara, sem bilhete de seu senhor, ou da pessoa, a cujo cargo estiver, será conduzido à casa do mesmo para verificar se vai de seu mandado; e quando não se verificar, será recolhido à prisão, até que o mesmo senhor solicite a sua soltura.

Capítulo 42º- Proíbe-se que os cangueiros libertos ou escravos e outros quaisquer carregadores deem assovios ou façam vozerias, e qualquer outro motim nas ruas e praças da Cidade.(...)

(PICCOLO, 1991, p. 42)

Porém, percebe-se pela documentação que apesar das posturas e do controle, as fugas e insurreições aconteciam a exemplo a revolta de 1832 na Real Feitoria do Linha Cânhamo e o Levante de Pelotas. Ainda encontramos vários anúncios estampados nos periódicos da capital, que anunciavam constantemente fugas de negros para a fronteira, que era o sinônimo de liberdade.

Na segunda metade do século XIX, com o aumento da população e o estabelecimento do comércio ao longo do Guaíba, houve a ampliação da área de ocupação da cidade. Sendo ocupados gradativamente, os arraiais ou arrabaldes (que ficavam ao redor do centro na área periféricas) mantinham relações comerciais, administrativas como núcleo urbano e neles localizavam-se as olarias, matadouros e moinhos. Neste período, a cidade começou a receber uma série de melhorias, como o Teatro São Pedro (1858), a Hidráulica Porto-Alegrense (1865) e o Novo Mercado (1865). Também as primeiras linhas de transporte ligando Porto Alegre a outros municípios, e a população em 1861 já contava com um total de 17.765 habitantes, sendo que 13.650 eram livres, 666 libertos e 3.449 escravos (PICCOLO, 1991, p. 41). Os arraiais cresciam na sua importância populacional e econômica, surgindo o Arraial da Glória e do Partenon, necessitando uma demanda de transporte para estes locais. Em 1874, surgiu a primeira linha de bondes a tração animal, “a Cia. Carris de Ferros Porto alegre que fazia duas linhas para o Menino Deus, uma saindo do mercado e passando pela rua da Margem; outra saindo da Praça Matriz passando pela Várzea (Campos do Bom Fim)” (MONTEIRO, 1995, p. 33).

Com a promulgação da Lei Euzébio de Queiróz em 1850, extinguindo legalmente o tráfico de escravos, o trabalho livre foi crescendo aos poucos, tornando necessário a reorganização da economia e das relações de trabalho.

Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, o sucesso da economia colonial baseada nas pequenas propriedades cultivadas por famílias de imigrantes, contrastava com a estagnação da pecuária e charqueada escravistas. O imigrante começava aparecer como símbolo do progresso da província, de homem empreendedor, de uma nova concepção de trabalho.

A partir de 1883 e 1884 diminuiu consideravelmente o número de escravos no Rio Grande do Sul, em consequência da intensa campanha abolicionista desenvolvida em prol da libertação com cláusula de prestação de serviços. Os escravos eram alforriados, mas obrigados, em sua grande maioria, a permanecer junto aos seus senhores cumprindo um prazo variável de um a cinco anos de serviços.

Com a abolição da escravatura e a implantação de uma nova ordem capitalista, o trabalho começou a ser considerado um valor supremo, o que antes era considerado “coisa de negro”. A mendicância também aumentou, visto que a maioria preferia a liberdade do que permanecer com seu senhor, portanto, é discurso recorrente nos jornais da época as figuras dos mendigos, desocupados e vagabundos. Os ex-escravos que cumpriam atividades ligadas à prestação de serviços e comércio ambulante, desprezíveis pela sociedade, não mudaram em nada a sua situação econômica depois da abolição, ao contrário, com os altos preços dos aluguéis, estes habitavam em cortiços ou migravam para áreas próximas à cidade, que eram na maioria das vezes insalubres, constituindo assim novos territórios de moradia²⁴. Os cortiços aparecem diversas vezes na documentação mapeada, em processos crimes encontramos,

“R: Antonio Nunes: Filho de Antonio Nunes da Silva, cerca de 35 anos, solt., jornaleiro, do PI, não sabe ler/escrever- mora rua da Varzinha a 9 meses.

CRIME: ferimentos em Justa Virgem da Cunha / parda.

- auto do flagrante delito- (25/01/1887 - 23hrs- POA)(...) prendeu o réu por ter ferido no quarto nº 6 do cortiço (grifo meu) a rua da Varzinha nº 169, uma mulher de cor parda.

(...)”

(APRGS, A: Justiça, processo 1629)

Em 1890, a população de Porto Alegre era de 52 mil habitantes, e os melhoramentos urbanos surgiam primeiramente na área central. A população que passava constantemente na

²⁴ Segundo Robert M. Pechmann (1994, p.29), “[...] a cidade, o espaço urbano, era vital nos expedientes de sobrevivência das camadas populares. Não se entenda aí, entretanto, o espaço, unicamente em sua materialidade. Mais adequado seria compreendê-lo como o lugar das relações, sejam sociais, culturais, econômicas, de luta, de resistência, etc, que davam suporte à reprodução da existência desses grupos”.

rua, e habitava os becos e cortiços, era na visão desta nova elite burguesa um entrave para o seu projeto de modernidade. “As reformas atendiam esta nova concepção burguesa, o centro deveria ser o lugar da conduta “civilizada”, e o pobre e despossuído era considerado um ser irracional, portanto, deveria habitar nos arrabaldes da cidade, segregado espacialmente. Neste mesmo ano é aprovada “a taxação dos cortiços, e o resultado é o seu quase desaparecimento sem que fossem construídas habitações proletárias em seu lugar. Os pobres que já não tinham carne ficam sem os cortiços” (VARGAS, 1989, p.59).

Além da intervenção no meio urbano, das intervenções físicas, com os “bota-abaixo” dos cortiços e a eliminação dos becos, era preciso normatizar, disciplinar e controlar estes sujeitos *não civilizados*, assim era preciso além da ação concreta material, um discurso para justificar esta segregação espacial e social. Além da noção de “classes perigosas” que eram vistas como “elementos vulcânicos, cuja violência explosiva pode destruir a estrutura da sociedade” (PECHAMAN, 1994, p.31). Era preciso atacar o modo de vida popular para isto foi utilizado o discurso do saber científico será utilizado para justificar estas ações. Sobre os negros e mulatos, os discursos eram mais acirrados, pois estes já nasciam com uma *marca negativa*, cresciam em uma sociedade que só esperava que tivessem comportamentos “negativos” e “desabonadores” como jogo, embriguez, ociosidade, imoralidade, desordem etc. As teorias raciais vieram reforçar ainda mais esta idéia, como coloca Lilia M. Schwarcz (1993, p. 14) “modelo de sucesso na Europa dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo no entanto, uma entusiasmada acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da reduzida elite pensante nacional”. Assim a medição do crânios²⁵, o estudo dos corpos, o tamanho dos mãos, olhos e narizes, determinavam as personalidades criminosas e doentias, e para estes já havia o “porteiro do inferno” o Hospício São Pedro. Já a Faculdade de Medicina foi fundada em Porto Alegre em 25/07/1898, sendo a terceira do Brasil em ordem cronológica, apenas superada pelas cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

A preservação da ordem para esta elite, era necessária e de responsabilidade do poder público a qual se dirigiam os periódicos diariamente, solicitando a intervenção da administração municipal para deter o que interpretava como o alastramento do vício pela

²⁵ É interessante analisar os reflexos das teorias científicas produzidas pela antropologia criminal no minucioso trabalho desenvolvido por Sebastião Leão em Porto Alegre, quando era médico legista da polícia do Estado, onde desmembra os presos da Casa de Correção do Estado em braços, narizes, olhos, crânios, personalidade e, principalmente, raças. Em seu Relatório do ano de 1897, inclusive propõe códigos penais específicos para cada raça tamanha a diferença que via entre os presos negros e brancos, seguindo as teorias que propunham que os sinais externos dos corpos “refletiam o caráter e as disposições da alma”. Cf. LEÃO, 1897, p. 219. AHRs.

cidade. Um vício determinado- vagabundagem e libertinagem- e, localizado: nos arrabaldes, nos becos, nos cortiços.

Porto Alegre já contem um número considerável de indivíduos, que não procuram a menor ocupação quando são, em maioria inteiramente válidos.

Passam os dias pela casas de meretrizes rebaixadas a mais vil prostituição, em pandegas, vivendo sem saber como arranjam dinheiro para uma vida folgada e milagrosa.

Bodegas da rua João Alfredo, dos arrabaldes, beccos do Fanha, João Coelho e Poço, bodegas do mercado, acham-se sempre plenas desses indivíduos sem eira nem beira, verdadeiros perigos da sociedade.”

A prostituição cresce e avulta de modo espantoso, vendo-se os beccos de jovens, que apenas entraram na adolescência, inteiramente entregues ao ignobil vício.(...)

Crimes numerosos são, talvez cometidas por esses indivíduos, sem que a nossa deficiente polícia possa descobri-los.

Porque, entre o vagabundo e a meretriz existe sempre o conluio. Dependentes um do outro, ligados pela preguiça, auxiliam-se mutuamente, encobrem-se e a polícia, ignora o que vai por ahi de miséria e de crimes.²⁶

A Colônia Africana um arrabalde predominantemente negro que se formou a partir da abolição, aparecia nos jornais como um lugar que representava a junção de todos “*males*” sociais o verdadeiro e *tenebroso inferno*.

A um tenebroso inferno assemelha-se a famosa Colônia Africana, antro de vagabundos e desordeiros, que ali pintam o caneco.

Não há dias em que não role o pau por certas tabernas ali situadas, onde se juntam os avinhados heróis do cacete e da faca.

[...]

A Côrte do crime- assim devia chamar-se o sinistramente célebre arrabalde desta cidade e que é conhecido pela denominação de Colônia Africana.

(Gazeta da Tarde. Porto Alegre, 13 de Julho de 1896. In: MAUCH, 1988, p. 20-21).

Apesar da intensa campanha contra os negros e seus descendentes, a Colônia Africana (atual bairro Rio Branco) permaneceu predominantemente negra até as primeiras duas décadas do século XX.

²⁶ O Independente. Porto Alegre, 20 de Março de 1910. AMMV.

A remodelação da cidade foi um processo contínuo, em 1914 foi elaborado o Plano Geral de Melhoramentos, que nunca foi executado plenamente. Este plano propunha a subdivisão de alguns quarteirões centrais, a continuação de algumas ruas e a retificação do Riacho. A consequência lógica destas reformas seria a valorização do solo urbano e mais uma vez a segregação da população pauperizada.

A invisibilidade negra²⁷ decorrente de todas estas práticas levadas pelo poder público, tem sua contrapartida nestes territórios estabelecidos pelos *excluídos* em Porto Alegre, que representaram a resistência a esta ordem burguesa e seu projeto de modernidade. Estes territorializaram outros espaços e formaram redes de solidariedade, sociabilidades e espaços culturais que permanecem até hoje no campo simbólico²⁸ e cultural.

Dentro do processo de exclusão social, a formação dos territórios negros significou a possibilidade de moradia da população negra. Os cortiços, as zonas insalubres, os becos, tornaram-se espaços de resistência e de estratégia de sobrevivência para este segmento étnico e para os extratos mais empobrecidos da população branca e pobre da cidade.

(GERMANO, 1997. Mimeo).

Além da Colônia Africana onde se concentraram parte dos negros libertos o Areal da Baronesa localizado na cidade baixa recebeu grande parte deste segmento desde metade do século XIX.

A Cidade Baixa

A Cidade Baixa²⁹ recebeu sua delimitação oficial como bairro somente em 1959 (Lei Municipal nº 2022 de 07/12/1959). Atualmente, seus limites estendem-se da Av. Praia de Belas até a Rua Barão de Gravataí, e daí até a Av. Getúlio Vargas; da Av. Venâncio Aires (sentido Sul - Norte) até a Av. João Pessoa, e daí até a rua Avaí, e por esta até a Av. Borges de Medeiros, acabando na convergência com a Av. Praia de Belas.

²⁷ Sobre invisibilidade negra ver: OLIVEN, Ruben. *A Invisibilidade Social e Simbólica do Negro no Rio Grande do Sul*. In: LEITE, 1996, p. 17-32.

²⁸ O Carnaval do Areal, a Ilhota e a própria Avenida Luis Guaranha.

²⁹ O termo *Cidade Baixa* será utilizado para identificar o espaço enquanto bairro definido a partir de 1959. E *cidade baixa* a área que compreende a planície ao sul da Colina Duque de Caxias.

Fora das fortificações erguidas do entorno central da cidade, na cidade baixa ficavam extensas áreas de terras alagadiças e barrentas, sendo as primeiras descrições destas, vem do relato dos cronistas e memorialistas ao longo do século XIX e XX. No seu princípio, distante do local boêmio e carnavalesco em que se transformaria nas primeiras quatro décadas do século XX, a cidade baixa também se caracterizava pela existência de inúmeras chácaras³⁰, olarias e matadouros que abasteciam a cidade. Segundo Sérgio da Costa Franco (1992, p. 114)³¹, a cidade baixa seria toda a região situada ao Sul da rua Duque de Caxias, constituída em princípio pela rua do Arvoredo (atual Cel. Fernando Machado), ainda no século XVIII. Com o povoamento, ampliou-se até a rua da Olaria (atual Gal. Lima e Silva) e transversais menores, e no sentido Oeste até a beira do *Rio Guaíba*³², compreendendo também as terras da Baronesa de Gravathay que ficavam na margem esquerda.

A área da cidade baixa fazia parte do curso das águas do Riacho até meados do século XX, este nascia na cidade de Viamão, município que faz divisa com Porto Alegre, percorria vários bairros até chegar na região da cidade baixa, onde suas águas desembocavam no *Rio Guaíba*. Suas denominações ao longo da história da cidade foram muitas: Riachinho, Arroio, Arroio da Azenha, Arroio Riacho e, atualmente, Arroio Dilúvio. No início da ocupação da cidade, com poucas estradas ligando a ponta da península a lugares mais distantes, o Riacho foi utilizado, através da navegação de pequena cabotagem, para o transporte de alimentos, tijolos das olarias e pessoas. O cronista Coruja³³ narra que no Riacho, quando ainda não havia a “Ponte de Pedra”, as cheias propiciavam a entrada de “íates até a olaria do Joãozinho para carregar louça e outros misteres” (1996. p.127). Porém, para Sérgio da Costa Franco (1992, p. 349)³⁴ o Riacho marcou negativamente o seu percurso. Esta afirmação decorre das constantes

³⁰ Entre as várias chácaras existentes na região, a propriedade de Lopo Gonçalves Bastos, foi objeto de estudo de Luís Cláudio P. Symanski (1998), que analisou através dos materiais arqueológicos, como louças, vidros e outros materiais encontrados nas lixeiras do Solar Lopo Gonçalves, o comportamento de consumo dos ocupantes desta chácara e suas mudanças no decorrer do século XIX.

³¹ O autor, nesta obra, nos traz uma série de dados essenciais sobre as ruas de Porto Alegre, através do mapeamento sistemático dos documentos localizadas no Arquivo Municipal Moysés Vellinho, se constituindo uma fonte fundamental de consulta.

³² O *Rio Guaíba* é um lago, mas o que ficou na memória dos habitantes da cidade foi a referência de um rio.

³³ Coruja, como era conhecido, nasceu em Porto Alegre, em agosto de 1806 faleceu no Rio de Janeiro em agosto de 1889, foi professor, redator e compilador, historiador, autor didático e filólogo, pertenceu ao IHGB.

³⁴ Sobre as enchentes que o Riacho causava, encontramos algumas correspondências que descrevem as conseqüências destas. “Ao Ilustre Conselho Municipal de Porto Alegre. Violante Ferreira da Cunha tendo recebido por herança de seu marido João Baptista Salgado da Cunha falecido no hospício do Rio de Janeiro, dois casebres à rua 13 de Maio, junto ao arroio Riachinho, não tem podido em vista, de seu permanente mau estado pecunario notificou as decimas atrasadas. Os casebres receberam por ocasião da ultima enchente, extraordinaria quantidade de dagua, tendo a requerente sahido na garupa de um animal, montado por valente sargento da Brigada Militar do Estado, e seus filhos pequenos em uma canôa obsequiosamente offerecido pela Intendencia.(...)” Porto Alegre, 27 de Abril de 1898. Fundo Câmara/ Conselho Municipal (1.1.11.1.5.2)- Pedidos de Isenção de Impostos (1.11.1.5.2.1)- Imposto Predial, Particulares (1893-1937). AMMV.

cheias que aconteciam no inverno, levando as águas do Riacho a transbordarem, causando danos, derrubando casas e alagando ruas.



O RIACHO é o prato predileto dos moradores da cidade.

Lavadeira no Rio.

Fonte: Revista do Globo, no. 381, 10 de fevereiro de 1945, p. 28

O francês Nicolau Dreys, que se estabeleceu como comerciante em Porto Alegre entre os anos de 1817-1825, em seu relato sobre os lugares por onde passou, descreveu a cidade baixa como uma “várzea contígua à cidade da parte de este-nordeste, é uma extensa e graciosa planície persemecada de chácaras, de casas de boa aparência, e de alguns estabelecimentos de indústria local, como olarias, etc..., é regada por um riacho” (DREYS, 1990.p. 67). Nesta várzea, ficava a chácara do João da Olaria ou Joãozinho da Olaria (João José de Oliveira Guimarães), que deu origem ao nome *rua nova da olaria*. Ao longo do Riacho foram se formando caminhos, um destes deu origem à rua da Margem ou rua da Margem do Riacho (atual João Alfredo). Com o final da Revolução Farroupilha, foi retomada a expansão da cidade sendo abertas novas vias públicas na cidade baixa como a ruas do Imperador (rua da República) e da Imperatriz (Av.Venâncio Aires). Neste período a rua da Margem é ampliada a partir da cessão de terras por parte de vários proprietários, estendendo-se até a frente da chácara de Lopo Gonçalves Bastos, e posteriormente, estas foram cercadas e nelas instaladas

canos para o escoamento de águas nos pontos críticos de alagamentos. Em 1850 é construída a primeira ponte que atravessava o Riacho para dar acesso ao Arraial do Menino Deus através da Av. Getúlio Vargas, e nos anos seguintes, ficara pronta a fonte pública construída por Oliveira Belo, conhecida como o “chafariz do Belo”.

As transformações ocorridas na região da cidade baixa efetivadas pelo poder público, vai estar ligada aos interesses econômicos relacionados a esta área da cidade centralizadas nas chácaras e no escoamento da sua produção até meados do século XIX, alicerçadas na mão de obra negra.

A exemplo de como eram estas chácaras, no ano de 1834, encontramos um anúncio de venda no jornal *O Echo Porto-Alegrense* de uma chacara no caminho de bellas, no qual podemos vislumbrar as dimensões e a infra-estrutura destas propriedades o que provavelmente era característico nas demais propriedades desta área,

Annuncios

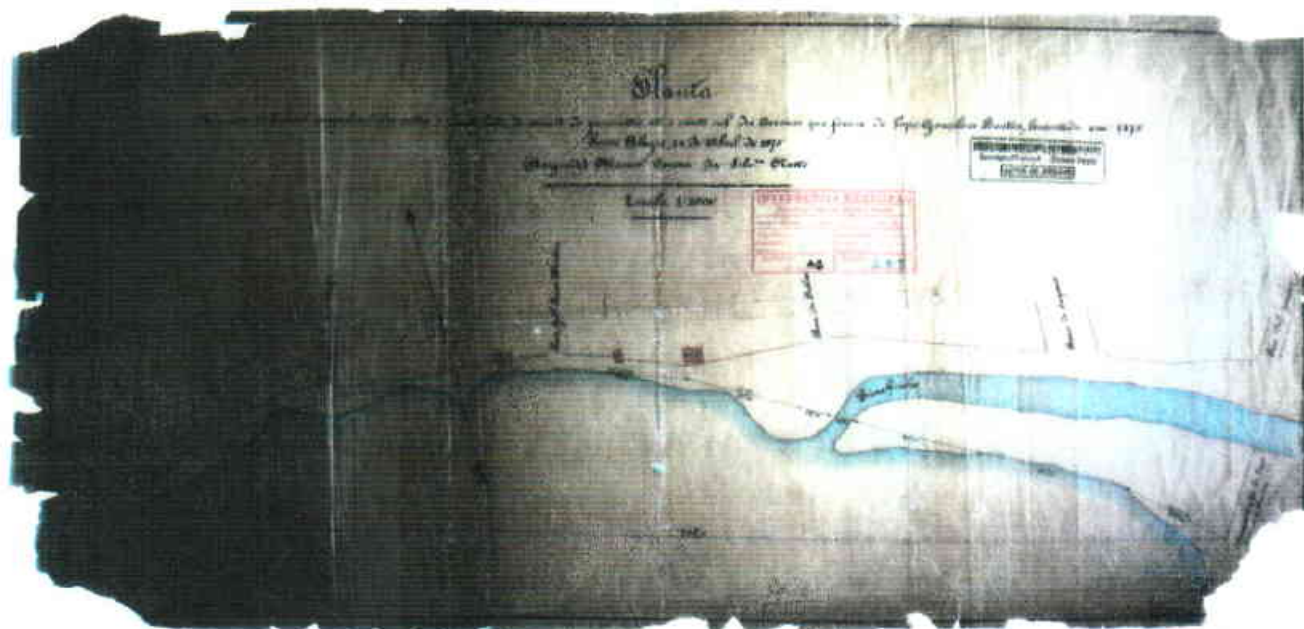
Vende-se um grande estabelecimento, cito no caminho de bellas, logo além da ponte de riacho cuja descripção' é a seguinte: Em mil braças de terra banhadas em toda a sua extensão' a Oeste pelo Rio, que borda a cidade e a Leste pelo riacho há uma grande Propriedade na frente e uma chacara com cento e trinta braças de frente, e outras tantas de fundo, dividida por espaçosos passeios formados por arvores fructiferas de todos os generos, que produz o Paiz, tendo a um dos lados um lindo jardim com variada qualidade de flores, e ao outro um grande Pateo com pequenas cazas, cocheira, e estravarias ladriado e murado: toda a chacara é bem tapada com forte e alinhada cerca de espinhos, e tem uma grande nora, que na maior seca, rega uma boa parte das plantas. Com esta mesma chacara confina outra com cento e sessenta braças de frente onde há alem de variado pomar de diversas fructas, uma boa caza com sessenta palmos de frente, e toda construida de pedra e cal. Contem finalmente o estabellcimento em questao' uma grande Olaria, que revalisa com as melhores da Província, tendo forno, que leva desoito mil tijolos, grande abundancia de optimo barro, e gado manso, e amanhado para o serviço da mesma Olaria e para conduções em carro, tendo a de mais um grande Potreiro bem tapado, capaz de sustentar mais de cem animaes, e onde se conservao' gordas vaccas de Leite. Produz este estabelecimento um rendimento infalivel de seis a oito mil reis diarios, e se vende em todo, ou em trez porçoens a saber: a primeira chacara; a segundo; e a Olaria com o Potreiro, e gado, devendo notar-se que todas as porçoens ficao' com grande frente ao caminho das bellas. Quem quizer comprar o referido Estabelecimento, ou parte delle com escravos, ou sem elles, ou trocar por outros dirija-se a caza da Rua da Igreja N. 81, a ajustar-se com o Proprietario³⁵.

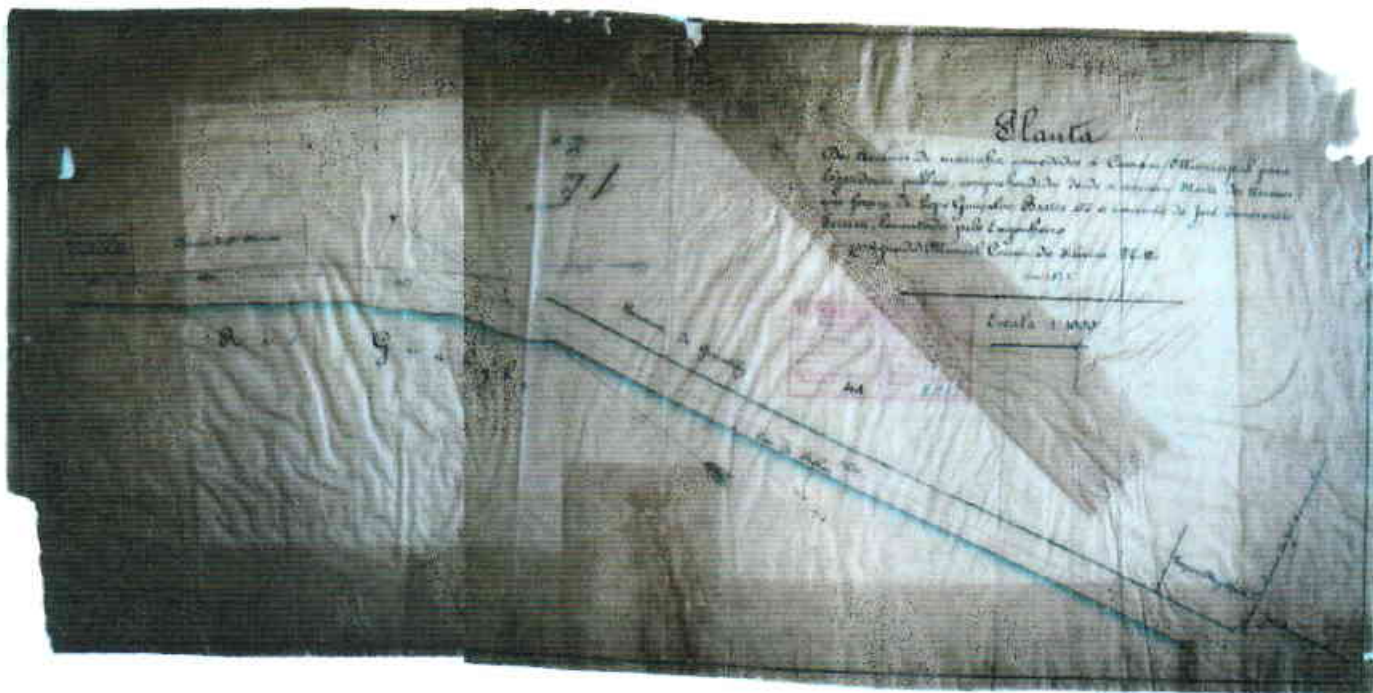
Segundo Symanki, as casas de chácaras foram um tipo característico de habitação durante o período colonial e até mesmo imperial e republicano, geralmente localizada na região periférica dos centros urbanos eram a solução preferida para as famílias mais abastadas, sobretudo em questões relacionadas à higiene e produção (SYMANSKI, 1998. p.100).

³⁵ *O Echo Porto-Alegrense*. Porto Alegre, n° 24, 26/07/1834. p.13. IHGRGS.

Dentre essas grandes propriedades desta região, pode-se vislumbrar sua importância e estrutura através dos pedidos de aterros, aberturas de rua, cercamentos e construção de pontes encaminhados à vereança, neste sentido, em 1857 os vereadores ordenam a despesa a ser feita com o aterro no chamado caminho de belas “no caminho chamado Praia de Belas, desde a ponte de pedra até a frente da chácara de D. Feliciano Prima de Castro, regulando-se a largura pela que há em frente a casa da Baronesa de Gravataí” (FRANCO, 1992, p.335). A Praia de Belas ou “Caminho de Bellas” e ainda “Estrada de Bellas” tem sua origem no nome de um dos estancieiros Antonio Rodrigues Bellas que ali possuía também uma chácara em frente a enseada do Rio Guaíba, sua propriedade segundo Spalding existia desde o ano de 1800 e fazia limite com as terras de José da Silva Guimarães e sua Olaria (SPALDING, 1967, p.34).

No mapa de 1875 estão grafadas as chácaras na região do Arraial ou Areal da Baronesa. Do lado esquerdo, as chácaras de Lopo Gonçalves Bastos e de Dr. Moraes, ao centro em maior extensão a propriedade da Baronesa de Gravataí, à direita as terras de Propício de Magalhães e mais ao extremo nos limites com o Arraial do Menino Deus as terras de José Inocêncio Pereira, todas situadas ao longo da Praia de Belas às margens do Guaíba.





Plantas dos terrenos da Marinha, 1875
Fonte: Mapoteca AMMV.

Lopo Gonçalves Bastos nascido em Portugal, foi um dos mais opulentos e prósperos comerciante da cidade do século XIX sendo um dos fundadores da Associação comercial de Porto Alegre. Vereador herdou do seu sogro, João Luiz Teixeira a chácara situada na rua da Olaria (Gal. Lima e Silva) na qual construiu um solar, entre 1845-1855, nos fundos da referida propriedade na rua da Margem (João Alfredo), que acabaria nas margens do Riacho. No mapa descrito de 1875 verifica-se que as terras de Lopo Gonçalves estendiam até os limites da chácara da Baronesa de Gravataí. Mas, são os demais proprietários das terras que formaram a região do Areal e Avenida Luiz Guaragna, foco do da pesquisa, é que conseguimos trazer a tona suas trajetórias através de dois autos processuais encontrados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, porém, os inventários e seus testamentos não foram localizados durante a pesquisa o que impossibilitou precisar algumas informações sobre a partilha dos seus bens, suas relações familiares, compra e venda de escravos e a situação sócio – econômica destes sujeitos. No entanto, estes dois corpos documentais e as informações fragmentadas encontradas e posteriormente cruzadas foram importantes referências que evidenciaram as

redes de relações entre trabalhadores livres, escravos e libertos, e sua interação com os espaços e mobilidade dentro da cidade, bem como a localização de suas propriedades.

A exemplo do processo onde o réu Propício de Magalhães, filho de Martinho José de Magalhães Peixoto, nascido em Porto Alegre, 44 anos, casado, empregado público, ex-praça do exército, brasileiro, no ano de 1870 foi denunciado por Pedro Luiz da França também “ex-praça do Exército e pessoa miserável”. Pedro França dirigiu-se à casa de Propício na rua de Belas no dia 23, já que fora avisado por Martinho, escravo de José Inocêncio Pereira (proprietário da chácara vizinha a de Propício), que o réu precisava de alguém para cuidar de seus cavalos e suas plantações. Mas, esse foi agredido no portão da chácara por Propício, que chegando a galope, deu-lhe com chicote fazendo-lhe “ofensas físicas”. Entre as testemunhas arroladas estava Luiza Helena Correia, preta, 60 anos, livre e lavadeira, natural do RJ/Corte, que disse ter visto alguém em um cavalo branco agredir a vítima mas não sabia quem era. A outra testemunha, Maria Emília, parda, 25 anos, costureira, solteira, que na hora do acontecido estava lavrando no “campo de Bellas”, viu o réu espancando um “preto velho”, que era Pedro Luiz França. As demais testemunhas arroladas eram três homens, sendo um médico, um proprietário e um compadre do réu.

O acusado, Propício, em sua defesa, além de desqualificar a vítima, referindo-se a ele como um “ente que vive vagando nas ruas louco pelo hábito da embriaguez (...) com a tentativa de entrar os meus cercados por meio de arrombamento (...)”³⁶, remete-se ao receio de invasão de sua propriedade, relatando que isto já havia acontecido em outras ocasiões. O processo não traz mais detalhes sobre Propício Magalhães e suas propriedades e escravos, mas podemos inferir que a procura por trabalhadores livres poderia significar o plantel diminuto em função da proibição do tráfico de escravos desde 1850. Por outro lado, provavelmente existiam senzalas nesta chácara, pois, o controle exercido por Propício não deveria limitar-se somente as suas terras, poteiros e plantações. No mapa de 1875 (pág.....) as terras de Propício (em relação à Baronesa) eram menores, que não significa que este não tivesse outras propriedades em outras partes da cidade, ou habitasse a sua casa da Praia de Belas, mas a vigilância e sua reação poderiam ser a garantia de uma não ocupação indevida (segundo seu relato) de suas terras, já que estas áreas foram sendo ocupadas paulatinamente por diversos segmentos sociais durante o último quartel do século XIX. O término do processo deu-se com a absolvição do réu.

³⁶ Processo nº 1209, Agosto de 1870.APRGS.

Já o processo envolvendo o escravo Lourenço, nos traz um número maior de dados sobre José Inocêncio Pereira. Assim o processo criminal do ano de 1877, envolveu o réu Lourenço, bolieiro (condutor de bondes ou carroças), 25 anos, solteiro, que não sabia ler e nem escrever, escravo de José Inocêncio Pereira, que residia na casa de seu senhor na Praia de Belas. Este matou a facadas a mulata Venância (ama de leite) empregada na casa de José Inocêncio, com quem vivia amasiado, e tentou ferir Manoel Jacinto Costa (livre e peão da chácara), acusando-o de ser seu amante. Deste processo, o depoimento de uma das testemunhas, aponta as propriedades de José Inocêncio. Assim, a testemunha Manoel Dias de Siqueira, de Portugal, que “viviu de salários como trabalhador” da lavoura da chácara do citado proprietário, ao sair de seu quarto encontrou “escravos e escravas da casa e o corpo de Venância”. O desfecho do processo condenou Lourenço a 800 açoites e a 4 anos de uso de ferro no pescoço. Vislumbramos a partir deste aporte documental que o proprietário possuía vários escravos no seu plantel, o que não pode ser verificado o número já que o seu inventário não foi localizado. A chácara de Inocêncio, ao contrário de seu vizinho Propício, parece servir de usualmente de moradia, o que não podemos afirmar somente indicar já que os escravos são apontados como moradores da casa de seu senhor.

A chácara da Baronesa de Gravathay a maior propriedade da cidade baixa e que deu origem ao Arraial da Baronesa ou Areal, recebeu algumas denominações do imaginário popular entre elas Emboscadas e Banda Oriental.

As Emboscadas

A denominação *Emboscada* ou *Emboscadas* apareceu primeiramente durante a pesquisa em um documento que registrou o cerco das tropas farroupilhas³⁷ a Porto Alegre, quando João de Araújo Viana descreveu, no Jornal Reação, o combate ocorrido no dia 20 de Julho: “às quatro horas rompeu o fogo de canhoneira por detrás dos Moinhos de Vento, mais para chamar atenção para aquele ponto, porque o ataque efetivo era na Emboscada [grifo meu], na chácara do João da Olaria”³⁸.

³⁷ Durante a Revolução Farroupilha que aconteceu no Rio Grande do Sul, no período de 1835-1845, as tropas farroupilhas eram opositoras às tropas imperiais. Porto Alegre, resistiu durante muito tempo ao cerco farroupilha, recebendo o título do Imperador de “Mui Leal e Valerosa”.

³⁸ VIANA, João de Araújo. Apontamentos. Documentação Arquivo Apolinário Porto Alegre 1835-1845. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, nº 134. Porto Alegre, 1999. p. 229. IHGRGS

Nas crônicas de Achylles Porto Alegre, as *Emboscadas* aparecem como uma faixa de terra que abrangia o espaço compreendido entre as atuais ruas Lopo Gonçalves, Luiz Afonso, República e José do Patrocínio (antiga Concórdia) e “morria” à margem do Riachinho. Com vegetação de mato cerradíssimo e muitos capões, que tornavam este sítio intransitável, serviu durante a escravidão de refúgio aos negros fugidos (PORTO ALEGRE, 1994. p 59-60)³⁹.

As representações das Emboscadas como um lugar de refúgio e liberdade para os escravos trazia consigo outras conotações, como a de um lugar de perigo constante e eminente para quem transitasse por ali, ou seja, a idéia que trazia o próprio sentido de emboscada. Por ser refúgio de cativos, o medo⁴⁰ do ataque inesperado aumentava ainda mais o temor advindo de possíveis revoltas escravas, que estavam presentes no imaginário das elites brancas, principalmente quando chegavam notícias sobre insurreições de cativos em outros lugares do Brasil, como o Levante dos Malês ocorrido na Bahia em 1835, onde escravos africanos (de origem muçulmana na sua maioria) lutaram nas ruas de Salvador contra milícias e civis armados (REIS, 1986)⁴¹.

A presença desse sítio como lugar de refúgio é reforçada ainda por Achyles Porto Alegre, quando narra ter conhecido, em 1859 um morador das Emboscadas: Chico Torneiro. De origem africana, com mais de 60 anos tinha o ofício de torneiro, e habituado à solidão do campo ali levantara uma cubata (choça formada de folhas) à sombra das árvores, onde a caça era abundante. Na procura de abrigo, os cativos que abandonavam a casa do seu senhor e procuravam a liberdade na solidão daquela mata encontravam a solidariedade e a cumplicidade de Chico Torneiro, que “do seu prato (...)repartia com os infelizes que andavam por ali errantes, (...) Quando por ali aparecia, o capitão do matto, á cata de algum escravo fugido, o Chico Torneiro procurava entretel-o para a victima do maú senhor mais se embrenhar” (PORTO ALEGRE, 1922. p. 162-165).

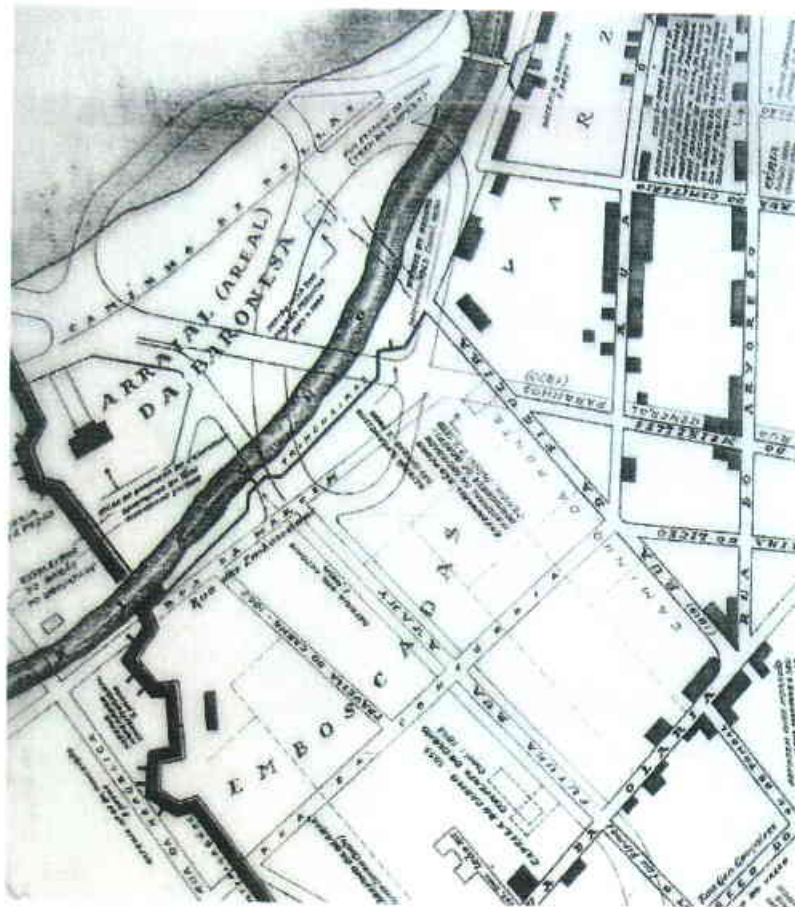
Outra representação do espaço das Emboscadas decorreu também da ocupação da cidade baixa como um todo, presente no discurso dos escritores da cidade no último quartel do século XIX. Com o crescimento econômico e espacial do núcleo inicial da cidade, na ponta da península, houve a retirada contínua dos segmentos empobrecidos da população, dentro da

³⁹ Os textos de Achylles Porto Alegre foram reunidos em uma reedição da Prefeitura Municipal, e nos trazem o relato sobre a cidade do século passado, locais que ficaram na memória popular, a imprensa e os tipos populares. Achylles Porto Alegre, nasceu em 1848, na cidade de Rio Grande e veio a falecer em 1926.

⁴⁰ Sobre o medo ver a obra clássica de Jean Delumeau (1987). Também a obra de Celia Maria Marinho de Azevedo (1987).

⁴¹ Também sobre rebeliões no Rio Grande do Sul ver MAESTRI, 1993; SANTOS, 1991.

política de higienização e reordenamento espacial⁴², que na sua maioria ocupava os porões e cortiços. Assim, as áreas mais baixas e de terrenos irregulares (como as várzeas), que constituíam a periferia, seriam espaços para a construção de moradias, muitas em formas de casebres transformando-se em cortiços ou avenidas⁴³, de aluguéis mais baratos. Em 1875 há uma presença grande de cortiços na rua da Margem (João Alfredo) uma das mais populosas da cidade baixa em finais do século XIX, a considerar o inventário de Bernardo Jose Ferreira da Silva, falecido em Porto Alegre que entre seus bens arrolados um terreno a rua da Margem com 51 palmos de frente e 150 de fundos, com 10 cortiços, tudo de má construção, constando apenas uma peça cada um e sendo todas divisões de tábuas.⁴⁴



Mapa da evolução urbana de Porto Alegre (1840-1883).

Autor: Clóvis Silveira de Oliveira e Luiz Carlos Luz de Oliveira.

Fonte: Mapoteca AMMV

⁴² Segundo Bresciani, "As propostas de intervenção no meio em que vivia a pobreza implicaram modificações na rede de poderes das cidades, estendendo-se as regras de civilidade para a camada indistinta da população pobre. A civilidade para o pobre, considerado pelo pensamento culto um ser semi-racional, implicou a noção de disciplina" (1990, p. 14). Sobre a questão da moradia e do espaço da rua ver PECHMAN, 1994, p.29-34.

⁴³ O cortiço eram conjuntos de habitações de porta e janela voltadas para uma rua estreita e becos com serviços comuns, latrinas e tanques. Cf. SOUZA, 1996, p. 12. Já as Avenidas comumente usadas para designar moradias populares, são espaços construídos que se aproximam aos cortiços pela disposição das peças, exíguas, amontoadas e enfileiradas. A avenida está no meio do caminho entre o beco e o cortiço, sendo viela ou rua estreita sem saída, espécie de brecha de uma rua, com casebres e/ou peças de madeira ladeando o espaço central.

⁴⁴ Maço 27, Estante 1, 2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, APHRGS.

Na documentação analisada, pode-se constatar que o contingente populacional que predominantemente habitou a área da cidade baixa exercia atividades ligadas à prestação de serviços ou de baixa remuneração como jornaleiros, lavadeiras, taverneiros, amas de leite, costureiras, marítimos, pedreiros e brigadianos, tornando a *escolha* de morar⁴⁵ nas proximidades do núcleo central a garantia do seu *ganha pão*. Por outro lado, esse espaço significou o encontro com os seus, estabelecendo relações de compadrio, de amizade e de solidariedade. É que constatamos no depoimento de Alfredo Raimundo Macalé, o rei momo branco do Areal da Baronesa e morador da rua Miguel Teixeira na Avenida Oriental, década de 40 do século XX, referia-se ao seu trabalho no Quartel da Brigada do Areal e sua rede de relações,

Fiquei muito tempo aqui na Academia, depois fui trabalhar no Quartel General da Brigada. E ali na Baronesa, não conhecia nada de Porto Alegre, eu tô aqui um ano mais ou menos (...) morava uma família que era da minha terra e que era muita amiga (...). Então comecei a freqüentar e fazia minhas refeições lá, porque eu trabalhava no Quartel General, porque a minha profissão mesmo era gráfico. Eu trabalho na tipografia da Brigada e como lá não tinha rancho, eu fazia então, minhas refeições ali. Era mais um meio de a gente ter assim... um encontro de elementos que a gente conhecia, porque a gente vivia em uma cidade estranha, aí eu fui para ali. Ali tinha um time de futebol (...) e depois a gente pegou um pouco de amizade daquele bairro, daquele ali o Areal, era uma cidade pobre. Ali morava só pouco poder aquisitivo, era mínima, sabe como é? (...).⁴⁶

Pesavento, em seu artigo sobre os excluídos da cidade, ressalta que a cidade baixa fazia oposição à *cidade alta* onde habitavam as classes abastadas, ocorrendo com isto uma hierarquização dentro da própria cidade, ou seja, a diferenciação social acabou gerando também a divisão espacial. (PESAVENTO, 1995. p .80-97).

A reforma nesta parte da cidade foi uma preocupação constante do poder público, principalmente em função das enchentes do Riacho, que aconteciam nos meses de inverno. Durante a administração do intendente José Montauray de Aguiar Leitão (1897-1924), na tentativa de minimizar as cheias, este determinou um escoamento maior para as águas que se acumulavam nas margens do Riacho, através de um canal que ligasse seus dois extremos. Esse canal foi aberto eliminando a acentuada curva de água que havia dentro da cidade baixa,

⁴⁵ A questão da migração dos chamados "excluídos" da cidade para os locais considerados insalubres, certamente não deveu-se somente a questão econômica, mas sim por todas as relações que se estabeleceram com estes espaços, as relações de vizinhança e compadrio, solidariedade, sobrevivência e de religiosidade.

⁴⁶ Depoimento de MACALÉ, Alfredo Raimundo. (Rei Momo da Rua Miguel Teixeira 1948-54). Entrevista sobre o carnaval de Porto Alegre. Porto Alegre:SMC,1991.

mas não resolvendo o problema das águas, muito pelo contrário: com essas medidas, houve um estrangulamento de uma parte de terra formando uma *Ilhota*⁴⁷.

Athos Damasceno Ferreira, no seu livro *Imagens Sentimentais da Cidade*, ao usar expressões de cunho pejorativo, reforça a imagem até então vigente em relação aos lugares de moradia dos setores da população de baixa renda:

Até a entrada dêste século, os becos de Pôrto Alegre-e havia-os aqui aos punhados(...).Sórdidos, nauseabundos, intransitáveis, ferviam ainda da bagaceira desregrada. Caudatários autênticos das Emboscadas e do Reduto, que foram as matrizes da água toldada provinciana, dos indesejáveis, dos larápios, dos brigões, dos fios de pelego, dos pifutes, dos pomarés, dos retufindingas, das lambareiras, das bruacas, da corja livre, da peruana sôlta.

Ali, a polícia- gafanhotos, morcegos e rato-brancos,- sempre teve com quem se avir.

Ao pego do majorengo, o chanfalho da autoridade alumiava na bagunça, no sururú, na safarrascada, no vira-bagaço, na baderna, no trepa-moleque, no chovisqueiro, na encrenca, no sarilho-grosso, na inana, no bochincho, no barulho-no-beco, no fecha-tempo, no charivarí, no chive pau, no arranca-rabo, no tapa-ôlho, no banzé-de-cuia, no saci-poeira, no fecha-a-rôscas, no aguenta-tempo, no pau-no-quengo, no fêrvo, no tutumbamba, no forrobodó.

(FERREIRA, 1940, p.17).

As palavras que Athos Damasceno atribuiu aos becos, colocando como “herdeiros” das emboscadas, reforçam o estigma existente sobre a habitação e os costumes dos populares, como os negros. Esta constatação nos remete ao pensamento desenvolvido por Erving Goffman (1988) sobre o conceito de estigma⁴⁸. Esse autor, ao trabalhar com o conceito de estigma, mostrou que este sempre será utilizado como uma referência de atributo depreciativo. O autor menciona três tipos nitidamente diferentes de estigma: a) os relacionados às deformidades físicas b) as culpas de caráter falsas e rígidas, como desonestidade, desemprego e vício; c) as diferenças raciais.

Neste sentido, os negros que habitaram Porto Alegre foram sujeitos aos stigmas no último sentido apontado por Goffman, pois estes eram considerados diferentes racialmente, com inúmeras falhas de caráter como a indolência, preguiça, sujeira, bagunça; por vezes, eram

⁴⁷ Sobre a Ilhota ver: BARBOSA, 1993. A autora neste livro além de narrar sua trajetória de vida como moradora na Ilhota, descreve também o espaço físico deste local.

⁴⁸ Sobre esta temática, nos mostra Franklin Baumer (1977, p.112-113) que os darwinianos (discípulos de Darwin), que reduziam o “homem” ao mundo animal, mas ao nível humano, falavam das diferenças entre os homens, abalando com a convicção da unidade essencial da humanidade. Esta desigualdade básica estava diferenciada em três áreas principais: entre as raças humanas, entre nações e entre indivíduos. Acreditavam que as características físicas determinavam o comportamento moral e mental dos homens, e também acreditavam na existência de raças superiores e inferiores. Esta capacidade de pensar levou ao desenvolvimento de diferentes grupos que seguiram caminhos diversos. Havendo uma subsequente competição moral entre as raças, saindo vitoriosos os que foram melhores dotados na luta pela vida, ou seja, neste contexto do final do século XIX, o melhor dotado seria o Homo Europeus, que construía impérios em todo o mundo, ou seja, o tipo ariano.

até considerados assassinos. Assim, seus lugares de moradia e de circulação carregavam também estas marcas, os denominados *redutos*, as Emboscadas, Beco do Oitavo, Beco do Poço, Beco do Céu, Beco da Preta e a Colônia Africana.

As pechas que recebiam estas áreas habitadas por *indivíduos perigosos*, muitas vezes, estavam relacionadas à existência de locais de conflitos relacionados à venda de bebidas alcoólicas. A existência de inúmeros botecos e tavernas na cidade baixa, deram *fama* ao lugar como boêmio. Em registros documentais de diferentes tipos, como os autos processuais, as tavernas compunham o cenário de inúmeros conflitos abertos.

Nesta área, além das inúmeras tavernas, estabeleceram-se desde o século passado, também, uma série de negócios, como estabelecimentos comerciais com características semi-rurais como tambos, olarias, cocheiras para tratos de animais, comércio de carvão, lenha e capim. Como estabelecimentos urbanos tavernas, administração de cocheiras, retratistas, tipografias, engraxaterias, açougues, fábrica de fogos e velas, pensões e principalmente terrenos para avenidas e cortiços. Ainda com o estabelecimento do comércio encontram-se referências sobre uma fábrica de licores, xaropes e doces em calda, que se instalara na rua Gal. Lima e Silva nº106 B, que, segundo o jornal, pertencia a João Nunes Fachel⁴⁹. O que aqui pontuo é a referência de estabelecimentos comerciais ligados aos nomes de ascendência italiana, que ficaram também evidentes na tabela acima. É possível afirmar que parte desse comércio pertencia aos italianos, mas que a ocupação efetiva por este segmento ampliou-se a partir da década de 10 do século XX, concentrada nos setores do operariado. Núncia Constantino (1990, p. 72-74; 22) aponta a presença de italianos egressos da região de Morano Calabro na Itália (como Luiz Guaragna), que compunham um grupo organizado etnicamente já nos anos 80 do século XIX, atribuindo, assim, para a cidade baixa, uma identidade italiana. Essa identidade, para Renato Menegotto (2000, p.33-42), está inscrita no patrimônio arquitetônico, à medida que a arquitetura do local, como outros monumentos, expressa valores culturais de uma comunidade⁵⁰. Apesar de esta representação apontar para existência desse grupo étnico dentro da cidade baixa, prevaleceu, por sua vez, a imagem relacionada à ocupação dos segmentos de africanos e seus descendentes através dos seus famosos carnavais. Porém, as imagens de *reduto* e de *perigo* da cidade baixa e conseqüentemente do Areal da Baronesa perpetuaram-se nos órgãos de imprensa até o século XX. Assim no dia 02 de outubro de 1927, o jornal *Diário de Notícias* trazia na página central uma matéria intitulada

⁴⁹ A *Gazetinha*, Porto Alegre, 20/10/1985, nº 21. p.2. AMMV.

⁵⁰ Para Raquel Rolnik (1990, p. 28) o espaço é uma fonte de leitura da cidade, e a arquitetura cumpre este papel de escrita.

“A Baroneza das mãos tintas de sangue...”, na qual o articulista dizia que muitas ruas da cidade “dão impressões humanas”, como a vida e destino iguais aos do homem. Ele ressaltava que há ruas que nascem para o “fausto”, para o luxo, e outras que já em sua origem trazem uma triste sina de misérias e de humildade. No olhar as “avenidas” do Menino Deus, parece que vieram ao mundo “enxovalhadas” num casebre de madeira sem assoalho. Essas “avenidas”, às quais se refere o articulista, localizavam-se na área então conhecida como Areal da Baronesa. Continuando a sua evocação das imagens sobre o lugar, o articulista compara esse espaço à figura de um mulato “mal encarado”, com um chapéu quebrado na frente, ponta de cigarro ao canto do beijo, o “pinho” das noitadas turbulentas sob a axila esquerda, um punhal na cava do colete e um “osso” viciado no bolso do paletó⁵¹. Indagava ainda o articulista: quem entraria neste espaço? Para ele, somente os heróis autênticos ou suicidas aventuravam-se por lá. Era lugar de moradia de soldados, que se uniam aos habitantes do local para as emboscadas de morte, em suas vielas escusas e casebres de madeira cobertos de zinco e folhas de flandres⁵².

O Areal da Baronesa delimitado por um lado pela Rua dos Pretos Forros (28 de Setembro) e pelo outro pelo Riacho, que compunha uma fronteira física e simbólica, era denominado ainda como “um outro país”, a *Banda Oriental*⁵³.

A “verdadeira” *Banda Oriental* ou *Estado Oriental* - assim definia Ary Veiga Sanhudo (1961, p. 188-189) o Areal da Baronesa, em função das desordens que se davam e pelos “becos tenebrosos”, como o Beco da Preta, onde para ele se reunia o “*frege cidadão*”. A Banda Oriental original - atual República Oriental do Uruguai - sublevou-se, em 1825, contra o domínio do Império brasileiro que ocorria desde 1820. Este conflito, a Guerra Cisplatina, envolveu também a Argentina e mobilizou o Rio Grande do Sul em uma intensa campanha militar. Os *orientais*, além de revoltosos, eram temidos pela prática da degola, utilizada nas guerras civis riograndenses, de 1893 e 1923, na qual participaram. Contrariamente ao lugar tranqüilo e pacato como os outros arraiais da cidade, o Arraial da Baronesa levou a nomeação de Banda Oriental, ou seja, o lugar da malandragem, do conflito, da imperiosa desordem e do deboche. Recebeu ainda, em função do trocadilho Arraial-Areal, a designação não de arraial, mas de *Areal*⁵⁴. Provavelmente, o lugar ficou conhecido por sua

⁵¹ Referência ao famoso “jogo do osso”, tradicional jogo de apostas, destacado por alguns de nossos interlocutores como prática social habitual na Av. Luís Guaranha e em todo o Areal, realizado até poucos anos atrás.

⁵² *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 02/10/1927. p. 10. MCSHJC.

⁵³ FORTINI, Archymedes. *A Cidade Baixa Não Existe Mais*. Correio do Povo. 29/05/1966. AMMV.

⁵⁴ Cf. PESAVENTO, 1999, p. 211.

farta quantidade de areia vermelha de aluvião, trazida pelo Riacho que desembocava nas margens do *Rio Guaíba* e pela poeira que levantava nos dias mais secos.

Os Barões de Gravataí e o Areal da Baronesa

O termo Areal da Baronesa está associado ainda aos moradores do local, os Barões de Gravathay, João Baptista da Silva e Maria Emilia da Silva Pereira, que eram proprietários de uma extensa chácara localizada nesta região, provavelmente desde o início do século XIX (Sanhudo data a compra no ano de 1826), com uma grande construção de dois pisos e grandes escadarias com azulejos de cerâmica majólica que, segundo os memorialistas, destoava das demais edificações modestas da cidade pela suntuosidade e destaque, referida na cidade como o “*palacete*”. A chácara na Praia de Belas contava com uma extensão de “duzentas e cinquenta braças de frente para a praia e fundos para o Riachinho, com uma casa de sobrado, tendo uma cozinha, contra peito e senzalas, tendo ao lado uma cada ordinária com “palmos de frente” no valor de trinta dois mil contos de réis. Na continuidade desta propriedade havia um terreno, no valor de três contos e seiscentos mil réis, com trinta braças de frente a Praia de Belas e fundo a rua Santa Tereza, dividindo ao norte com o Riachinho e pelo sul com as terras de José Rodrigues d’Oliveira, existindo dentro deste terreno uma olaria em ruínas⁵⁵.

João Baptista da Silva Pereira, nascido em Porto Alegre em 1797, coronel do Exército Imperial e próspero comerciante de Porto Alegre, concedeu empréstimos de vultosas “quantias ao governo da Província, durante a Guerra dos Farrapos, dispensando os pesados juros”⁵⁶, recebeu, através do decreto imperial do ano de 1852, seu título nobiliárquico de Barão de Gravathay. Porém, em suas crônicas sobre a cidade de Porto Alegre, o memorialista Ary Veiga Sanhudo (1961), ressalta que João Batista seria natural da cidade de Braga (Portugal), de onde viera pobre e aqui teria construído uma das maiores fortunas da cidade no século passado, instalando-se no Areal da Baronesa e ali construindo barcos de vários tamanhos e tipos, inclusive os que navegavam nos oceanos, transportando produtos para o

⁵⁵ Inventário do Barão de Gravathay. 2º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, Inventário 63, Maço 5, E 31, Ano de 1853. APRGS

⁵⁶ Cf. SANHUDO, op.cit.,187.

comércio local. Nesse sentido, o arrolamento dos bens descritos no inventário⁵⁷ do Barão, datado de 1853, corrobora as informações do memorialista, sendo que os *raiz*, além da chácara, demonstram que o Barão realmente compunha a elite comercial da cidade, juntamente com Lopo Gonçalves Bastos, um dos homens mais ricos da Porto Alegre da metade do século XIX. Constam, na listagem de seu espólio, cinco casas na área central da cidade (duas na Rua da Praia, além de outras na Nova da Praia, Largo da Alfândega e Rua da Clara) possivelmente utilizadas para moradia e comércio, um iate e dois brigues (antigo navio à vela) de navegação, que ficavam no porto do Rio de Janeiro.

Dentre as propriedades arroladas no inventário do Barão, destaca-se um grande número de escravos, totalizando 51. A lista descreve-os, constando sua “possível origem” e especificando suas atividades: 18 marinheiros, 5 carpinteiros, 4 pedreiros e 24 sem especificação - provavelmente domésticos e escravos da chácara. Abaixo a lista dos escravos dos Barões de Gravathay:

- Leandro, 55 anos, nação mina, Marinheiro.
- Miguel, 55 anos, nação congo, Marinheiro.
- Domingos, 50 anos, nação Benguella, Marinheiro.
- Joaquim, 50 anos, nação Benguella, Marinheiro.
- João, 50 anos, nação Angolla, Marinheiro.
- João, 40 anos, nação Angolla, Marinheiro.
- Agostinho, 40 anos, nação Moçambique, Marinheiro.
- Antonio, 40 anos, nação Congo, Marinheiro.
- José, 36 anos, nação Angolla, Marinheiro.
- José, 30 anos, nação Cambinda, Marinheiro.
- Raymundo, 30 anos, nação Cabo, Marinheiro.
- João, 30 anos, nação Moçambique, Marinheiro.
- José, 30 anos, nação Cambinda, Marinheiro.
- José Macéio, 28 anos, Crioulo, Marinheiro.
- Candido, 28 anos, nação Benguella, Marinheiro.
- Salvador, 28 anos, nação Mina, Marinheiro.
- João, 26 anos, nação Mina, Marinheiro.

⁵⁷ Inventário do Barão de Gravathay. 2º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, Inventário 63, Maço 5, E 31, Ano de 1853.APRGS.

Manuel, 26 anos, nação Mina, Marinheiro.
Izidro, 36 anos, nação Cabo, Carpinteiro.
João Luiz, 30 anos, nação Cabo, Carpinteiro.
Firmiano, 30 anos, Crioulo, Carpinteiro.
Marcolino, 24 anos, Crioulo, Carpinteiro.
Abel, 20 anos, Molato, Carpinteiro.
José, 32 anos, Congo, Pedreiro.
Manuel, 30 anos, Crioulo, Pedreiro.
Lucio, 28 anos, Crioulo, Pedreiro.
Floriano, 28 anos, Cabo, Pedreiro.
Manoel Telmo, 54 anos, Angola.
João, 59 anos, Congo.
Miguel, 50 anos, Mina.
Diego, 40 anos, Mina.
Matheoz, 40 anos, Mina.
Satiro, 30 anos, Mina.
Thomé, 29 anos, Mina.
Jacintho, 29 anos, Mina.
Agostinho, 28 anos, Mina.
Raymundo, 28 anos, Angola.
Lourenço, 28 anos, Mina.
José, 27 anos, Mina.
Benedito, 27 anos, Mina.
Joaquim, 27 anos, Angola.
Scipião, 26 anos, Mina.
Felippe, 25 anos, Angola.
Adão, 9 anos, Crioulo.
Josefa, 56 anos, Crioulo.
Joana, 50 anos, Benguella.
Josefina, 40 anos, Mina.
Catharina, 30 anos, Angola.
Thomazia, 29 anos, Crioula.
Eva, 28 anos, Crioula.
Raquel, 14 anos, Crioula.

Na partilha dos bens entre os herdeiros (filhos e genros), os escravos que desempenhavam as funções de marinheiros e carpinteiros foram vendidos, juntamente com os brigues e o iate, tendo como destino a cidade do Rio de Janeiro. Os demais escravos foram partilhados entre os herdeiros. A venda e partilha destes cativos provavelmente tenha gerado resistências pela desagregação familiar, pelo rompimento dos laços de parentesco estabelecido entre estes, o que pode ter gerado a revolta de José, um destes escravos - preto, africano, preso por “mau comportamento” na cadeia desta capital⁵⁸, e posteriormente vendido. Porém, nada mais pudemos vislumbrar sobre a trajetória de José e os demais escravos dos Barões de Gravathay, após a morte do Barão e a desagregação de seu negócio, através da documentação imediata.

O palacete⁵⁹ do Barão de Gravathay permaneceu provavelmente habitado por seus herdeiros, uma vez que o inventário não explicitou o novo proprietário. As informações sobre Maria Emilia da Silva Pereira, a Baronesa de Gravathay, são ínfimas. Nascida na cidade de Rio Pardo e de origem de uma família tradicional açoriana, teria casado com João Batista no ano de 1823, falecendo em Porto Alegre no ano de 1888. A Baronesa permaneceu com o título nobiliárquico mesmo após o falecimento de marido (seu brasão de armas é registrado em 1854). De sua trajetória obscura restou-lhe a *fama de benevolente*, pois teria libertado espontaneamente seus escravos, e de *louca*, por ter sinistrado o seu palacete antes de sua morte, ateando fogo.

Contrariamente ao imaginário popular, a documentação demonstra que nenhuma das referências foram verdadeiras. Entre os anos de 1858-78, encontramos na documentação mapeada no Tabelionato de Porto Alegre⁶⁰, 6 cartas de alforria compradas por seus escravos, por quantias consideráveis. Na referida documentação, encontra-se uma carta de liberdade concedida ao pardo Abel, 25 anos, com o ofício de carpinteiro, pela quantia exorbitante hum conto e quinhentos mil réis, sendo que a Baronesa lhe perdoava a dívida em relação aos quinhentos mil réis que faltavam, pois a quantia maior fora paga em moeda corrente⁶¹.

⁵⁸Inventário do Barão de Gravathay. 2º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, Inventário 63, Maço 5, E 31, Ano de 1853. APRGS p.236.

⁵⁹ Palacete é uma casa grande, suntuosa. O palacete da Baronesa destacava-se do casario modesto da região da cidade baixa, inclusive das demais casas das outras chácaras lindéiras.

⁶⁰ Livro do 1º Tabelionato de Porto Alegre- Registros Diversos. L. n.º 22 folha 84v, anos 1873/1874; L. n.º 22 folha 187v, anos 1873/1874; L. n.º 22 folha 194, anos 1873/1874; L. n.º 16-folha 72v, anos 1858/1861; L. n.º 23 folha 139v, anos 1874/1876; L. n.º 25 folha 58, ano de 1878. APRGS.

⁶¹ Livro do 1º Tabelionato de Porto Alegre- Registros Diversos. L. n.º 16-folha 72v anos 1858/1861. APRGS. Em princípio na leitura da documentação consideramos que fosse resultado de equívoco do escrevente a quantia descrita na carta em relação ao valor atribuído à alforria, já que as outras cartas em anos posteriores os valores

Obviamente, a imposição de quantias tão grandes aos seus escravos poderia partir de outros, mas isto é impossível afirmar, pois estas fontes, se existiram, circularam em âmbito privado. O seu testamento poderia absolver a Baronesa, já que deixa livre após a sua morte três escravas, e para sua cria, a parda Maria Ursulina Gomes, destina a quantia de seiscentos mil réis⁶², mas este ato era recorrente, já que muitos escravos eram libertos em ocasiões especiais, datas comemorativas e após a morte de seu dono.

Em fevereiro de 1879, a Baronesa entra com o pedido de loteamento das terras da chácara, na Câmara Municipal:

Presente o requerimento da Ex.ma. Baronesa do Gravathay, apresentado um mappa de sua chacara á margem do Guahyba, dividida em terrenos urbanos, e offerecendo uma praça e novas ruas; resolve a Camara aceitar este offerecimento, approvando a aludida sem onus algum para seos cofres.(...).O senhor Presidente propõe que a rua projectada no indicado mappa com a denominação Miguel Teixeira passe a denominar-se rua do Ipiranga, e as que tras o nome de Victoria seja denominada de Coronel Belo. Posta em votação esta proposta, passou quanto á ultima parte, e votarão contra a primeira os senhores-vereadores presentes com excepção do autor da proposta.⁶³

O pedido de loteamento das terras serviu para regulamentar a provável ocupação que se tornava crescente no final do século XIX; quanto ao requerimento, o texto apenas explicita, entretanto, a modificação da nomenclatura das ruas iniciais. Neste mesmo ano, o palacete foi arrendado pela Escola Militar de Porto Alegre. No relatório do presidente da Província do Rio Grande do Sul consta que o contrato de arrendamento seria de cinco anos, no valor de quatro mil contos de réis anuais, e ainda solicitava a construção de um pontilhão sobre o Riacho para a interceptação das águas e para a passagem de pessoas a pé⁶⁴. Durante a permanência no prédio, foram solicitadas por parte do comando da Escola algumas adaptações em função da exigüidade das acomodações da casa, sugerindo ao Ministro da Guerra a possibilidade da compra do edifício para o definitivo estabelecimento da escola. Em março de 1883, a transferência da escola foi realizada para a sede definitiva, construída nos Campos do Bom Fim. Quanto às ocupações posteriores do palacete, verificamos um hiato de 16 anos a ser

são bem menores. Mas em função da extinção do tráfico negreiro em 1850, tornando o escravo uma mercadoria de mais valor, é possível que esta carta esteja correta. Esta certeza deu-se quando encontramos uma referência de Paulo Staudt Moreira, sobre a criada Sofia que recebeu sua carta de alforria em 1873, pela quantia de hum conto de réis. MOREIRA, 1996, p.50.

⁶² Testamento da Baronesa de Gravathay. Maço 72, Autos 2229, E 6-3, Ano de 1888. APRGS.

⁶³ Ata da Câmara de 12/02/1879. AMMV.

⁶⁴ MEDEIROS, Laudelino T. *Escola Militar de Porto Alegre (1853-1911): significado cultural*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.p. 76-78.

preenchido por documentação que não foi localizada. Concomitante às ocupações que teve o palacete da Baronesa, o seu entorno abrigou uma série de outras propriedades menores, que neste século fizeram parte do Areal da Baronesa.

Em 1891, o Estado do Rio Grande do Sul adquiriu as terras de José Inocêncio Pereira para a construção do prédio que abrigou um dos batalhões da Brigada Militar. Iniciou-se com o processo de ocupação pelos quartéis da Brigada Militar na Praia de Belas e imediações, ocupando este entorno inúmeras famílias de brigadianos, pequenos comerciantes, agregados das antigas chácaras, e um contingente populacional que havia migrado paulatinamente do centro da cidade, tornando o Areal da Baronesa um dos mais populosos no final do século passado, como ressalta o jornal *A Gazetinha* no ano de 1898⁶⁵.

Este local, já bastante referido como muito populoso, sofria com as contínuas enchentes do Riacho. Felicíssimo Azevedo, Fiscal Honorário da cidade, como se intitulava, nos seus artigos publicados no jornal *A Federação* (jornal oficial do Partido Republicano Riograndense) solicitava a atenção do poder público para os problemas causados pelas enchentes do Riacho, apontando soluções:

Tratemos hoje do riachinho, essa arteria que, devendo levar a vida, a animação ao extremo opposto do litoral, só tem servido de despendio do cofre municipal, sem proveito para os habitantes, que d'elle só gozam os miasmas pestiferos que exhala da vegetação venenosa, das plantas aquaticas em putrefacção, na estação calmosa, ajudados ainda das materias fecaes que lhe lançam os moradores da margem direita do mesmo.

Será bem difficil remediar estes males, mas podem ser minorados, em parte, por esta camara, mandando tirar os agoa-pés e cortar os galhos das arvores que o margeam e que embaraçam o livre curso das agoas.

Quando desobstruido das plantas e de outros óbices derivados do abuso dos moradores, diminuirão os males, porque a correnteza levará as impurezas, da superficie e as outras precipitadas.⁶⁶

⁶⁵ *A Gazetinha*. Porto Alegre. 16/06/1898, Ano 8º, num.61.AMMV.

⁶⁶ AZEVEDO, Felicíssimo Manoel. *Cousas Municipaes*. 1ª Edição, s/data, 39-40. Este livro reúne vários artigos publicados pelo autor no jornal *A Federação*. "Felicíssimo Manoel de Azevedo, nasceu na cidade de Porto Alegre a 17 de setembro de 1823 e aprendeu as primeiras letras na famosa escola pública de Antonio Alves Pereira Coruja. Colaborou com o Jornal a Federação, escreveu sob o pseudônimo de Fiscal Honorário, durante anos a fio, sobre pontos do programa do partido republicano e em defesa dos interesses municipais. Foi o primeiro republicano que conseguiu ser eleito vereador da Câmara Municipal de Porto Alegre- a última monarquia, em 1888. Com a República foi o primeiro intendente republica. Nos últimos anos de vida, foi colaborador do "Correio do Povo", vindo a falecer em 2 de Julho de 1905". PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estante Rio-Grandense União de Seguros (ERUS), s.d., p. 227.

Nos meses de verão, quando as chuvas diminuíam, o Riachinho continuava sendo alvo das campanhas de saneamento e de “higienização social”. Em 30 de dezembro de 1897, o articulista do referido jornal descrevia a situação da rua da Margem (atual João Alfredo)⁶⁷,

(...) Vemos hoje, tratar do Riachinho que marginando uma rua extensa e populosa é o receptaculo de toda a especie de immundicies da rua da Margem, exahalando um cheiro activo e nauseabundo, principalmente agora que o rigor da estação tem feito seccar muito áquelle rio que um escoadouro, conserva em seu seio toda a porcaria n'elle atirada.

E os srs. fiscaes (?) a tudo isto!!

As lavadeiras em grande numero, formam a sua reunião de um e outro lado da ponte de pedra, onde em doce e agradável palestra vão desinfectando com sabão as aguas do Riachinho.

Podemos affirmar tudo o que n'estas columnas ficou dito, e o sr. Intendente poderá d' isto ficar convencido, designando um homem de sua inteira confiança para percorrer as casas que margeiam o Riachinho e então ficará patente que pelo menos 9/10 partes d'essas casas não são assigantes da Empreza “Asseio Publico”, bem como as casas que lhe ficam fronteiras, sendo o Riachinho deposito de todos os despejo d'estas casas⁶⁸.

Freqüentes campanhas continuaram solicitando o saneamento do Riacho, com pedidos insistentes em nome do desenvolvimento da região e suas zonas limítrofes. O Riacho constituiu-se por sua vez no limite físico Leste do Areal da Baronesa. Ao sul, tinha como limite físico - e simbólico - a Rua dos Pretos Forros.

Na cartografia oficial da cidade de Porto Alegre, a Rua dos Pretos Forros (posteriormente denominada 28 de Setembro) era o limite entre os arraiais do Menino Deus⁶⁹ e do Areal da Baronesa. Surgiu como logradouro dentro das terras de Manoel da Silva Froés em 27 de abril de 1870⁷⁰, e recebeu posteriormente a nomenclatura de 28 de Setembro, provavelmente, em função da Lei do Ventre Livre.

No livro *Antigualhas*, Coruja afirma que a rua dos Pretos Forros se configurava como um nome “antipático”⁷¹, descrita juntamente com outras ruas, a dos Pecados Mortais e Beco

⁶⁷ A rua da Margem tem sua nomenclatura derivada por margear o Riacho. No recenseamento do Município de Porto Alegre de 1911, contava juntamente com a rua Gal. Lima e Silva, com um adensamento populacional significativo, com 303 prédios, 765 homens e 774 mulheres. LIMA, Olympio de Azevedo. *Recenseamento do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: efetuado no dia 31 de dezembro de 1910. Oficinas Tipograficas d' A Federação. AMMV.

⁶⁸ *A Gazetinha*. Porto Alegre, 30/12/1897, nº 70, p.1. AMVV.

⁶⁹ O Arraial do Menino Deus, surgiu do encontro de duas vias (entre 1845-1848) José de Alencar e Getúlio Vargas, e recebeu esta denominação em função da Capela do Menino Deus que ali foi erigida, que se tornou famosa pelas festas natalinas que promovia.

⁷⁰ FRANCO, *ibid.*, p.433.

⁷¹ CORUJA, *ibid.*, p.68.

da Bot à Bica, que adquiriram a mesma pecha. Os indícios apontam que essa *provável antipatia*, bem como suas duas nomenclaturas, está relacionada com seus moradores, provavelmente em sua maioria africanos - cativos ou libertos - e seus descendentes. Assim, como limite simbólico do Areal da Baronesa, encontramos esta rua que remete aos negros libertos que habitavam este território. A título de exemplo, um de seus moradores o pardo Rafael, profissão carpinteiro, escravo de Manoel Joaquim de Castro, apresentado como réu em processo de roubo, em 1874, morador na casa de seu mestre José da Costa na Rua dos Pretos Forros⁷².

Sérgio da Costa Franco⁷³ aponta que, na estatística predial de 1892, a Rua 28 de Setembro já era um populoso logradouro público, contando com 46 casas térreas, dois sobrados e cinco assobradados. Apesar desta estatística, com o crescimento populacional dos arraiais, os casebres parecem representar, a partir do início do século XX, a maioria das moradias.

A baixa renda das pessoas que ali habitavam, ficaram evidenciadas nos pedidos de isenção de décimas urbanas dirigidos ao Conselho Municipal. Encontramos algumas cartas de moradores dessa rua solicitando isenção dos impostos, com justificativas⁷⁴ de habitarem casebres de precárias condições. Foi o caso de Calisto Felizardo de Araujo, barbeiro, que no ano de 1908 possuía 2 casebres de tábuas na rua 28 de Setembro, nos números 55 e 61, residia no primeiro e o segundo locava pela quantia de doze mil réis mensais⁷⁵.

A rua dos Pretos Forros, populosa já no final do século, uma das vias de acesso ao Menino Deus, foi assolada pela *fúria das águas do Riacho* que atingia as áreas mais baixas

⁷² Processo nº 1249. Cartório do Júri – Sumário, maço 44. Ano 1874. APRGS

⁷³ FRANCO, *ibid.*, p. 433.

⁷⁴ Muitas destas porém não refletiam a “verdadeira” situação do solicitante; por vezes, percebe-se que as situações de “extrema pobreza” ou “casinhas de aluguel”, por vezes, constituem artifícios para isenção de impostos. Exemplificamos um caso na documentação do fundo da Câmara. “José Antonio dos Santos Rosa, residente nesta cidade, vem dizer a V. Sas que é devedor á Fazenda Municipal do imposto predial devido por oito casinhas de sua propriedade, situadas á rua dos Venezianos. O supplicante acha-se em estado de extrema pobreza, desempregado há muitos annos e tem a seu cargo numerosa familia, além de achar-se doente há muito tempo. Os unicos recursos com que, conta são os mingoados rendimentos daquellas oito casinhas de madeira. D’ahi o facto de não ter feito face ao pagamento dos impostos devidos á Fazenda Municipal. Pois bem; o supplicante confiado nos sentimentos de generosidade d’este illustre conselho vem respeitosa e sollicitamente solicitar perdão da divida em que se acha e relevação do pagamento dos impostos devidos pelas suas casinhas, durante o prazo de dois annos, contador d’esta data. Espera o supplicante que dentro d’este prazo melhore a sua situação pecuniaria, e, então, poderá cumprir os seus deveres de cidadão habitante do Municipio”. Porto Alegre, 25/10/1908. *Fundo Câmara/ Conselho Municipal* (1.11.1.5.2) *Pedidos de isenção de impostos* (1.11.1.5.2.1) *Imposto Predial* (1.11.1.5.2.1.1) - *Particulares* (1897-1937). AMMV.

⁷⁵ *Fundo Câmara/Conselho Municipal* (1.11.1.5.2)- *Pedidos de isenção de impostos* (1.11.1.5.2.1)-*Imposto Predial* (1.11.1.5.2.1.1)*Particulares* (1897-1937). AMMV. A quantia não estava especificada provavelmente seja 12000 réis. Calisto ou Calixto Felizardo de Araujo, era membro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com uma barbearia no centro da cidade, onde reunia vários membros do Jornal *O Exemplo* editado pela elite negra porto alegre.

desse arraial. A *Gazetinha*, em na sua edição do dia 08 de agosto de 1897, publica uma carta, assinada pelos moradores do logradouro 28 de Setembro, solicitando medidas reparatórias e descrevendo as conseqüências das chuvas:

(...) Com as ultimas chuvas ficou aquella rua que é a mais transitada talvez, em um estado de horror. Existe tres verdadeiros precipicios que são capazes de engulir carros, cavallos, cocheiro e passageiros. Diversos vehiculos tem ficado sepultados com os eixos partidos. Ainda.hontem vimos uma carroça de cerveja enterrada.⁷⁶

A Rua dos Pretos Forros acabou desaparecendo em função da retificação do Riacho na década de 1940 e posterior abertura da Av. Ipiranga, cirurgia urbana implementada no sentido de conter as freqüentes cheias, que alterou drasticamente a configuração da cidade baixa. O Riacho, retificado, deixou de ser tortuoso, e os caminhos que traçava até desembocar no Guaíba – servindo de fronteira física e simbólica do Areal da Baronesa - foi interrompido.

Em 1891, a viúva de José Inocência Pereira, proprietário das terras contíguas à chácara da Baronesa de Gravathay, vendeu sua propriedade para o Estado do Rio Grande do Sul. A partir do ano seguinte, teve início à construção dos quartéis nas referidas terras, e com eles a instalação de um contingente de praças que ocuparam, com suas famílias, o entorno dessa área, somando-se à população que habitava espaços próximos.

No mês de setembro de 1891, a chácara da Praia de Belas⁷⁷ nº 39 e os terrenos de marinha descritos em escritura pública⁷⁸ foram vendidos ao Estado do Rio Grande do Sul por 50 contos de réis. A chácara divisava ao Norte com a chácara de Propício José Magalhães, a Leste com o potreiro dos herdeiros da Baronesa de Gravathay, e ao Sul com as terras de Manoel Henrique da Silva Fróes. A proprietária Mathilde Barreto Pereira, viúva de José Inocência Pereira, juntamente com outros herdeiros, possuía uma casa assobradada, ou seja, uma casa de porão alto, com sete janelas na frente e portões de entrada.

⁷⁶ A *Gazetinha*. Porto Alegre. 08/08/1897, nº 29, Ano 7º. AMMV.

⁷⁷ Segundo Spalding, “na Praia de Belas, sem denominação especial no tempo dos casais, estabeleceu-se, mais tarde, já no século XIX, Antônio Rodrigues de Belas, que ainda em 1831, alí possuía sua residência e chácara, além da casa senhorial no centro da freguesia, na atual rua General Auto, que naqueles tempos, devido a essa residência de certo luxo, era a Rua do Belas. Mas havia, com frente para a enseada, mais algumas chácaras menores além de uma estância com entrada principal pela atual José de Alencar, e que pertenceu, depois, ao Barão do Guaíba (o 1º), Manoel Alves dos Reis Louzada. Ao que parece, as chácaras - duas ou três existentes entre a atual Rua José de Alencar e a foz do antigo traçado do arroio Dilúvio - eram propriedade da mesma estância (...)” (SPALDING, 1967, p.34). A *Lei Municipal de 7 de Novembro de 1961* oficializou o nome da Praia de Belas para Avenida Praia de Belas, indo da Avenida Borges de Medeiros até a Avenida José de Alencar.

⁷⁸ *Escritura Pública lavrada em 02 de setembro de 1891* pelo Tabelião Pereira Souto. Tombo 168. Divisão de Administração e Controle do Estado- Departamento de Patrimônio- DEAP.

No ano seguinte, em 1892, foi criado através de um decreto a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, iniciaram-se os conflitos que culminaram na eclosão da Revolução Federalista, que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Em 17 de junho, o governo federalista (acusado de monarquista e restaurador) liderado pelo Visconde de Pelotas, é derrubado por um golpe, que levou ao poder o republicano Júlio de Castilhos chefe do Partido Republicano Riograndense. Essa revolução envolveu grande parte do Estado, principalmente o interior, onde a violência de ambos os lados foi constante. Como ressalta Cláudia Mauch (1993. p.71-77), Porto Alegre, com menos intensidade, foi palco de cenas violentas envolvendo as forças públicas, a Guarda Municipal de Porto Alegre, primeira polícia municipal republicana (criada em 1891) e Guarda Cívica (denominação anterior da Brigada Militar). Assim, nessa conjuntura, foi preciso reorganizar essas forças para a segurança do Estado contra a ameaça federalista.

No decreto de 15 de outubro de 1892, a Guarda Cívica recebeu a denominação de Brigada Militar, mas sua origem data de 1837, durante o período imperial. Sua estrutura era semelhante à do Exército na disciplina e nos vencimentos, e principalmente em suas atribuições, ou seja, a sua atuação se dava principalmente nos conflitos externos e internos, como a Guerra do Paraguai e a Campanha dos Muckers. Inicialmente, essa força estadual possuía um efetivo de 19 oficiais e 344 praças, com dois Batalhões de Infantaria e um Regimento de Cavalaria, e inúmeros esquadrões e Corpos Provisórios. Durante sua história, recebeu diversos nomes: Corpo Policial (1837), Força Policial (1873), Guarda Cívica (1889), Brigada Policial (1892) e finalmente Brigada Militar (1892)⁷⁹.

A chácara e a casa dos herdeiros de José Inocêncio Pereira comprados pelo Estado cederam espaço e abrigaram um dos corpos da Brigada no ano de 1893, o 2º Batalhão de Infantaria. Decorrente da instabilidade conjuntural com a revolução de 1893 e da reorganização das forças militares, o Estado despense verbas substanciais no valor de 3 contos e 400 mil réis para “obras no proprio do Estado sito á praia de bellas, para servir, de quartel a um dos corpos da Brigada Militar (...) para ocorrer ao serviço com taes obras no

⁷⁹ *Manual da Brigada. Guia de Serviços do Comando de Policiamento Metropolitano*. Porto Alegre: Companhia das Idéias, 1998. Sobre a Brigada Militar encontramos poucos trabalhos acadêmicos. Os livros e almanaques pesquisados estão concentrados no Museu da Brigada, bem como uma vasta documentação sobre assentamentos de praças, que certamente poderia ser aproveitado para trabalhos acadêmicos, pois nestes consta a origem, cor, profissão e toda a trajetória registrada dos sujeitos que se incorporam à Brigada. Para um maior aprofundamento ver: MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial Editora, 1972. Sobre os Corpos Provisórios ver: PEREIRA, Maristela Silva. *Os Corpos Provisórios da Brigada Militar: Seus Aspectos Sociais e Utilitários (1923-1927)*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Julho de 1993.

referido edifício (...)”⁸⁰, o documento assinalava no seu final que a operação de crédito era indispensável. Entretanto, a área em princípio reservada para o aquartelamento do 2º Batalhão mostrou-se, segundo a avaliação da Secretaria de Negócios das Obras Públicas⁸¹, a partir de 1893, por suas grandes dimensões, um espaço ideal para loteamento de terrenos urbanos. Totalizando o número de 82, esses terrenos estavam dispostos em 6 quadras (A-G), iniciando um processo de ocupação do entorno do quartel. A partir de então, a antiga região das chácaras foi adquirindo novos contornos com loteamentos regulares, e por vezes irregulares que marcaram a paisagem do local.

O histórico de compra e venda dos 82 terrenos da área do Estado foram localizados na documentação pesquisada⁸², constando nome, rua e número, tamanho, quadra e valor, além das observações sobre as formas de pagamento. A maioria dos terrenos, em anos posteriores, foi vendida, revendida e demarcada novamente. Nesses terrenos estabeleceram-se casas de comércio, cortiços, avenidas e casas de moradia assobradadas. Ressaltamos que, mesmo com os altos valores dos terrenos, neste momento, o endereço dos setores mais abastados concentrava-se na zona central e nas partes altas da cidade, como a Av. Independência. Na tabela a seguir, identificamos os terrenos e seus compradores.

Relação de pessoas que compraram os terrenos do Estado do Rio Grande do Sul na Praia de Belas entre 1895 – 1897 com valores e metragens médias dos terrenos.⁸³

Compradores	Qd.	Rua	Nºs	Frente em m	Fundo em m	Área em m ²	Valor m ² (\$)	Valor Total (\$)	Observações
Marcínio e Irmão, Ladislau Consirat, Bernardino Geraldês de Aragão	A	13 de Maio	1 a 3	10	55	550	1.600	1:000.000	Todos provavelmente vendidos à vista
Pedro Gomes	A	17 de Junho	4 a 6	40	18	700	1.600	1:200.000	Dois

⁸⁰ Acto número 40, de 14 de Abril de 1893. *Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (Suplemento), Actos e Decretos referentes à Força desde a sua criação 1892 a 1923*. Porto Alegre: Livraria Americana- J.O. Rentsch e C. 1923, p.23-IHRGS.

⁸¹ Ofício da Secretaria de Obras Públicas nº 488 de 05 de Agosto de 1893. Tombo 168. Divisão de Administração e Controle do Estado- Departamento de Patrimônio – DEAP.

⁸² Tombo 168. Divisão de Administração e Controle do Estado- Departamento de Patrimônio – DEAP.

⁸³ MATTOS, Jane Rocha de. “Que arraial que nada, aquilo lá é um areal”. *O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921)*. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

Cardoso, Germano Theodoro Wagner, Francisco Marques Coimbra									provavelmente vendidos à vista e um a prazo (saldado em 1899)
Casimiro da S. Rosa, João da S. Ramos, João C. F. da Silva, João P. do Rosario, Luiz F. de Mattos, Joaquim T. S. Silva F ^o .	B	13 de Maio	1 a 8	11	55	578	1.800	1:100.000	Apenas um a prazo – saldou em janeiro de 1909
Germano T. Wagner, João Valente, Dr. Viriato G. Vianna, Dr. James O. F. Souza, Dr. Rubens M. Lima, Antonio S. Moutinho e Antonio S. Santos, Antonio S. Martins, Clara U. S. Loureiro, Leopoldo M. Sarmiento, Francisco M. Coimbra, Alfredo O. de Barcelos	B	17 de Junho	9 a 24	11	55	605	1.600	962.720	Um a prazo
Gaspar da S. Fróes, João W. F ^o , Norberto M. Marques, Firmino d'Avila,	C	17 de Junho	1 a 7	27,4	29	800	1.300	1:025.000	Dois a prazo, um saldou em 1903
Pedro Carvalho, Dr. Viriato Gonçalves Vianna, Israel Affonso de Lima, Dr. James de O. Franco e Souza, Virginia Franco,	D	Baroneza	1 a 8	11	45	495	1.300	643.500	Dois a prazo, um saldou em agosto 1899

Francisca Eulina Gomes Vianna, Luiz Carlos dos Reys (Reis) Flôres									
Abel C. da Silva, Antonio J. S. Figueiró, Maria da C. G. Vianna, Joaquim M. Rohrig, Antonio J. da Silva Jr, José Kilpp, Pedro Petersen, João J. Kilpp, José M. d'Avila	D	17 de Junho	9 a 11 18	49	526	1.300	683.540	Um a prazo	
Victor M. S. Leães	D	Central	19 10	23,9	239	1.300	310.700	A prazo	
Victor M. S. Leães, João B. Franco, Luiz Debise, Carlos F. Lintz, Mariano F. Brito, Maria A. dos Santos, Nicolau Pujol	D	Cel. Bello	20 a 11 27	47,8	525,8	1.300	683.540	Um a prazo e deve 324.240 (1909), outros dois a prazo saldaram	
Edmundo G. de Carvalho, Dr. Viriato G. Vianna, Dr. James de O. F. e Souza, João C. Barros, Ernesto T. Jaeger	E	Baroneza	1 a 5 11	45	495	1.300	643.500	3 a prazo e dois destes saldaram	
José C. Maciel, Cherubim F. da Costa, Rubem Abbott, Dr. João D. Ferreira, Pedro A. Gama, Bartholomeu C. Mazza	E	Cel Bello	6 a 11 12	67	737	1.300	958.100	Os 7 a prazo, 3 com confirmação de terem saldado a dívida	
João J. Pereira, Francisco M. Coimbra,	G	P ^{ia} de Bellas	1 e 2 11	55	605	1.600	968.000	1 a prazo saldado em 1897	
Cristiano Reys,	G	Cel. Bello	3 a 6 22	37	814	1.600	1:302.400	Todos a prazo	

Otavio R. da Silva,									
João P. Maciel,									
Graciano A. Cidade									

Fonte: Tombo 168 (Relação dos terrenos vendidos da Chácara situada à Praia de Belas pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul – 3ª Secção das vendas e despesas públicas em Porto Alegre – 25 de maio 1895 – ass: 4º oficial Chistiano Reis //Relação dos terrenos urbanos contidos na Chácara situada a Praia de Belas pertencentes ao Estado –Diretoria de Obras Publicas, Terras e colonização, 14 de janeiro de 1897 – ass.: Constancio da Silva – Condutor // Relação das pessoas a quem foram vendidos os terrenos constantes desta planta – s/d // Relação nominal das pessoas que contrataram compras ao Estado terrenos na chácara à praia de Belas (com as datas) – s/d // Demonstrativo dos terrenos urbanos contidos na chácara à praia de Belas, pertencentes ao Estado – s/d)

Verificamos que a aquisição dos terrenos deu-se por pessoas de setores mais abastados ou ligados ao comércio e a prestação de serviços a exemplo de Pedro Petersen (17 de Junho nº 15 e 16) que estabeleceu-se com uma ferraria, provavelmente em função dos quartéis e do caminho que possibilitava o acesso a outros arraiais da cidade (arraial do Menino Deus e da Azenha). Muitos dos valores foram pagos à vista (56 terrenos no total), e outros (27 terrenos no total) foram comprados a prazo, estando entre os compradores o Major Cherubim Felibiano da Costa, que foi intendente interino da cidade no ano de 1896. No caso dos terrenos vendidos a prazo aparecem na maioria das vezes a afirmação “concedido por despacho”, sendo possível inferir que para a compra a prestação era necessário um pedido especial, a este poderia ou não ser concedido os prazos solicitados. Não sabemos por que estes compradores a prazo receberam tal benefício, sendo que somente um, pelos registros, não conseguiu saldar a dívida até 1909.

Com a repartição e esquadramento das chácaras (Baronesa de Gravathay e Inocêncio José Pereira), estas perderam sua função de fornecimento de víveres para o abastecimento da área central, dando lugar a moradias, ordenadas em quadras e também desordenadas a revelia do poder público, ocupadas por trabalhadores livres, agregados das antigas chácaras, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, criadas e pedreiros. Neste sentido, o jornal *A Gazetinha*, alertava para o alinhamento das edificações que estavam sendo construídas irregularmente em terrenos da intendência municipal. Alegando a perda do embelezamento do local, o articulista termina o artigo solicitando a sindicância dessas edificações.

É sabido que os herdeiros da chacara da Baronesa dividiram esta em lotes e abriram varias ruas que doaram ao Municipio. A fórmula por que

tem sido dado o alinhamento para a edificação ali, tira todo o embelezamento d'aquelle local. Accresce ainda a circumstancia que muitos dos proprietarios desses terrenos estão edificando n'aquelle que justamente pertencem ao municipio. Cumpre ao dr. Intendente syndicar o que há de veridico e mesmo rever, segundo nos informam, uns papeis de embargos de uma casa que estava sendo edificada em terrenos do municipio⁸⁴.

Além desta paisagem urbana formada pelos casarios anarquicamente construídos, a população local apresentava uma composição heterogênea quanto às origens, hábitos e atividades. Assim, muitos brigadianos e paisanos que afluíram para o Areal, por vezes encontraram a ajuda de seus pares e de suas famílias, freqüentando os mesmos espaços de religiosidade, bodegas, tavernas e canchas de jogos. A instalação do quartel do 2º Batalhão e sua ampliação posterior demarcou novas redes de sociabilidades e também de conflitos, por vezes entre brigadianos e paisanos⁸⁵, e muitas vezes entre os próprios militares. Nesse sentido, o memorialista Sanhudo descreveu vários lugares da cidade de Porto Alegre do início do século e ressaltou que a *má fama* do Areal da Baronesa como Banda Oriental permaneceu mesmo com a presença dos quartéis. Segundo a hipótese do autor isto se deu porque a maioria dos conflitos ou “fandango” (escândalo, problema, desordem) que se davam nesse local envolviam os próprios brigadianos. Com isso, formou-se uma área onde somente pessoas que conheciam os seus moradores arriscavam-se ali entrar, porque nesses dias “nem o comandante se atrevia a tanto, pois, muito antes de qualquer aproximação, um negro capoeira daqueles gingava o corpo, virava a cabeça e o rico pé de anjo assentava na cara do atrevido” (SANHUDO, 1979. p.206).

Sanhudo, em seu livro sobre Porto Alegre, nos deu indícios da origem possível dos brigadianos por ele referido ao associa-los a capoeira aos praças da força pública estadual. A palavra capoeira, conforme o dicionário Aurélio, é um jogo atlético, constituído por um sistema de ataque e defesa, de caráter individual e origem folclórica genuinamente brasileira, surgido entre os escravos bantos procedentes de Angola no Brasil colônia, e que, apesar de intensamente perseguido até as primeiras décadas do séc. XX, sobreviveu à repressão e posteriormente se institucionalizou⁸⁶. A capoeira ainda tem o significado de luta e brincadeira.

⁸⁴ *A Gazetinha*. Porto Alegre. 29/04/1897, n.104, Anno 6. p.2. AMMV. Em 1893, O Código de Posturas sobre construções já proibia as construções de madeira no alinhamento das ruas e contíguas a outras edificações. A doação referida na fala do articulista diz provavelmente seja a respeito do pedido de loteamento de 1879.

⁸⁵ Folha de São Paulo. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Nova Fronteira. p.475. O termo paisano significa compatriota, compatriótico, patricio. Indivíduo não militar. Que não é militar. O termo brigadiano ou praça serão utilizados com o mesmo sentido, ou seja, são todos os componentes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

⁸⁶ *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Ibid.,p.126.

Em Porto Alegre, conforme o cronista Achylles Porto Alegre (1994, p. 95-96), a capoeira era bastante praticada, existindo dois grupos: Tinteiros, do primeiro distrito, e Bagadus, do terceiro, que em suas contendas utilizava pedras e a luta da capoeira. Com a república, acirrou-se a repressão à prática da capoeira, sendo proibida pelo código penal da República de 11 de outubro de 1890 decreto nº 847, com penas de prisão celular de 2 a 6 meses.

Capítulo XIII, intitulado “Dos vadios e Capoeiras”: Art.402- fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação de capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal.⁸⁷

Apesar da proibição do código penal, a capoeira permaneceu sendo praticada como luta, e nas rodas, como uma brincadeira ou um jogo, e ainda como forma de aprendizado através de códigos específicos que somente seus praticantes conheciam, repassados através da tradição oral. Outro exemplo da capoeira praticada nas ruas da cidade aparece em uma rara notícia de jornal. Assim, *A Gazetinha* relata, em uma ação da polícia administrativa na repressão à capoeiragem, no final da tarde do dia 03 de novembro de 1898, na esquina da 24 de maio dois homens: Manoel Pulera e Manoel Joaquim dos Santos jogavam capoeira. Depois de alguns tombos, Manoel arrancou uma faca de mesa que trazia tentou ferir o companheiro de Pulera. O *brinquedo* durou cinco minutos sem que aparecesse um guarda da ordem pública⁸⁸.

Através do texto de Sanhudo, temos a origem de parte dos que se incorporavam à Brigada, ou seja, os setores mais empobrecidos da população, entre eles os segmentos sociais de africanos e seus descendentes. Junto com estes contingentes incorporados à Brigada vinha a carga simbólica que existia sobre o negro, sendo este referido como capoeiristas estes como desordeiros.

⁸⁷ ACCURSO, Anselmo da Silva. *Capoeira: Um Instrumento de Educação Popular*. Porto Alegre, 1995. s/página. Antes da república já havia a repressão à capoeira e aos capoeiristas, só não existia ainda o código penal, onde se incluiu a capoeira e outras formas de lazer/ resistência da cultura negra, ou seja, a cultura negra sempre passou por controles, antes por ser prática de escravos e depois por estar no referido código. Claro que durante a escravidão a capoeira apresentava aquela dubeidade existente em toda a cultura afro-brasileira, ao mesmo tempo que era perseguida, era praticada por brancos e pessoas influentes, principalmente dentro da polícia e do exército (instituições essas que são a síntese do comportamento dúbio da cultura brasileira, que oscilam o tempo todo entre a ordem/desordem, disciplina/indisciplina, etc.). Informações concedidas pela historiadora Iris Graciela Germano.

⁸⁸ *A Gazetinha*. Porto Alegre. 03/11/1898, p.1. AMMV. A participação dos capoeiristas nas forças públicas como o Exército, era fato comum, durante a Guerra do Paraguai os combatentes negros que formavam as frentes no combate, a eles, era atribuídos golpes de capoeira que derrubavam seus opositores rapidamente.

Buscando saber quem eram os praças e as formas de recrutamento destes, Moreira (1993, p. 42) afirma que os escravos e contratados, ao utilizarem as Forças Armadas como refúgio, preferiam o corpo policial. Este, além de se concentrarem nos grandes centros urbanos, exigia uma disciplina menos rígida em relação ao Exército e à Marinha, que muitas vezes eram usados como castigo. Para os períodos de conflito não belicosos⁸⁹, durante a primeira República, a prática da incorporação provavelmente era voluntária, representando estratégias de sobrevivência para setores empobrecidos da população não inseridos na nova estruturação do mercado de trabalho, baseado na mão-de-obra livre e imigrante. O engajamento possibilitava, ainda, o aprendizado nas oficinas de carpintaria, marcenaria, sapataria, coudelaria e enfermaria, ou seu aperfeiçoamento. Já para o recrutamento dos corpos provisórios para a força pública estadual era voluntário ou arregimentado pelo coronel a quem a pessoa devesse favores, e aconteciam nas praças e fazendas⁹⁰. Para os praças que se incorporavam à força pública, pode-se inferir que um dos critérios fosse a aptidão física, passando por inspeções de saúde. Eles não poderiam ser portadores de nenhuma moléstia grave, já que o corpo deveria estar pronto para o combate. Possivelmente não era exigida nem a capacidade de ler e nem a de escrever, fato comum já que a maioria da população não estava alfabetizada. Estes eram conhecimentos que os praças poderiam obter dentro dos quartéis com aulas regimentais, que eram cursos de alfabetização ministradas por oficiais. Esses oficiais comissionados da Corporação Federal foram os primeiros instrutores desde a criação da força estadual, assimilando, por sua vez, instrução e armamento do Exército, bem como sua estrutura hierárquica. Muitos praças que ingressavam na corporação constavam como “soldados prontos”, ou seja, que já tinham conhecimentos adquiridos no Exército. Fato comum foi o ingresso de ex-soldados e desertores nos corpos policiais. Segundo Moreira, “uma explicação para desertores do Exército servindo a polícia é que muitas vezes os indivíduos engajados nas Forças Armadas tinham que sair de suas localidades e ser enviados para fora da Província” (MOREIRA, 1993, p:46-47).

Os soldos pagos aos soldados na única referência encontrada, tratam-se de valores da Brigada ainda com a nomenclatura de Corpo Policial. Através desses números do ano de 1892, apesar do período inflacionário, pode-se vislumbrar na tabela a seguir o que seria o pagamento diário desses soldados.

⁸⁹ Referimo-nos a conflitos que envolveram todo o Rio Grande do Sul. Pois, no interior os conflitos armados em função das disputas políticas locais eram comuns.

⁹⁰ Cf. PEREIRA, *ibid.*, p.103-109.

Soldos dos praças e inferiores da capital do ano de 1892

<i>Graduação</i>	<i>Soldo</i>	<i>Gratificação</i>	<i>Total</i>
Sargento ajudante	2300	700	3000
Sargento Quartel	2300	700	3000
Clarim mor	2000	700	2700
1º sargento	2000	700	2700
2º sargento	1600	700	2300
Furriel*	1300	700	2000
Cabo	900	700	1600
Soldado	600	700	1300
Clarim	700	700	1400

Fonte: Decreto que criou o Corpo Policial ato de 28/03/1892. p.2v

*Furriel –função de terceiro sargento

Soldos dos praças e inferiores e de fora da capital do ano de 1892.

<i>Graduação</i>	<i>Soldo</i>	<i>Gratificação</i>	<i>Total</i>
1º sargento	2000	500	2500
2º sargento	1600	500	2100
Furriel*	1300	500	1800
Cabo	900	500	1400
Soldado	600	500	1100
Clarim	700	500	1200

Fonte: Decreto que criou o Corpo Policial ato de 28/03/1892. p.2v.

Os soldos são diferenciados entre os praças do interior e da capital, sendo que a diferença entre o soldo do 1º sargento e o soldado é de mais que o dobro. Esses pagamentos referem-se ao mês de março de ano de 1892. Possivelmente, estes, na mudança de nomenclatura e reorganização para Brigada Militar, no mês de outubro do mesmo ano, não foram alterados. Comparando a outros salários, temos o exemplo citado por Silvia Petersen

(1992, p.136), de uma costureira de uma fábrica em Pelotas, em 1893: seu pagamento se resumia a seiscentos réis ao mês, vinte réis por dia. Nesta contraposição entre o vencimento de uma costureira e de um soldado, verifica-se a exploração em que se encontrava a costureira da fábrica, estando ainda na condição de operária mulher, sendo que o vencimento do soldado era o dobro. Sandra Pesavento, em uma outra comparação com um operário de outra fábrica em 1893, cita que este recebia em média cerca de três mil réis por dia, o que resultava em noventa mil réis ao mês (PESAVENTO, 1998, p.50). Conclui-se que operário do sexo masculino recebia mais que o dobro do soldado. Comparando esses ganhos aos soldos dos praças da Brigada, fica notório que esses são insuficientes para sua subsistência. O que poderia tê-los levado a ocuparem paralelamente outras atividades, como de a jornaleiro⁹¹, aumentando assim seus recursos. Ressalta-se, ainda, que havia um elevado custo de vida, onde as condições de moradia, em casebres e cortiços, em que viviam os operários e praças da Brigada muito se assemelhavam.

Outra possibilidade para a escolha da vida de praça era a mobilidade e flexibilização das relações dentro do quartel, apesar da disciplina e esquadramento imposto ao corpo militar, pois diante da disciplina⁹² e trabalho da fábrica a “opção” praça poderia ser melhor.

Ao praça eram imputadas normas e regulamentos para sua ação de coerção, mas essas normas eram constantemente rompidas nas suas relações cotidianas. Na maioria das vezes, alvo de campanhas difamatórias dos jornais, os praças eram criticados por terem hábitos de freqüentar e habitar os mesmos espaços de quem deviam controlar. Neste sentido, os praças constantemente ultrapassavam a linha da inclusão para a exclusão⁹³. Embora na posição de

⁹¹ Paulo Moreira afirma que no período de 1868-1888 a prática de ocuparem outras funções foi fato comum (MOREIRA, 1993). Um jornaleiro é aquela pessoa que faz jornadas, vivendo de subemprego em uma linha muito tênue entre o trabalho e a mendicância.

⁹² Sobre a disciplina dos soldados, Foucault afirma que o soldado no século XVIII, era algo que se fabricava, com a imposição de novas posturas e com novos movimentos representados na marcha, através da posição da cabeça erguida, dos ombros, do ventre contido e dos braços e pernas (FOUCAULT, 1987, p.125). Sobre a tentativa de disciplinarização dos operários na fábrica e fora dela, Cf. RAGO, 1985; PERROT, 1988.

⁹³ “(...) existe em todas as épocas uma linha divisória, que decide seja a integração, seja a exclusão dos marginais, e onde se estabelece o critério de “utilidade” social. Entendamos essa palavra em seus diversos sentidos: ela indica, em primeiro lugar, que benefício material a coletividade espera dos agentes sociais e, nesse sentido, sua “utilidade” favorece a integração dos comerciantes, dos usuários, dos tecelões, no mesmo momento em que permite a rejeição dos ociosos fisicamente aptos para trabalharem com as próprias mãos. Essa palavra também fixa o limite além do qual a segurança dos bens, das pessoas e da ordem estabelecida parece, com ou sem razão ameaçada”(SCHMITT, 1995, P. 261-290). Outros autores que discutem a questão, Sandra Pesavento discute através de alguns autores sobre esta categoria, assim” A exclusão, enquanto categoria de análise, remete a algumas idéias que lhe dão maior contorno-estrangeiridade, estigma, silenciamento, discriminação, desqualificação. (...) Para Castel, seriam “excluídos” aqueles que não participariam de nenhuma maneira nos grupos produtores da riqueza e do reconhecimento social.(...) Para Dominique Schnapper, não há exclusão no absoluto, como categoria universal, mas sim excluídos, e esta designação é que se insere na dialética da inclusão/exclusão, que se expressa em prática e sentidos” (PESAVENTO, s/d. p.4).

vigilantes sobre os “suspeitos”, os praças acabavam envolvendo-se em contendas durante sua atuação e fora desta, como foi o caso ocorrido entre Onofre e Rangel.

No dia 03 de junho de 1897, nas imediações do 2º Batalhão na Praia de Belas no Arraial da Baronesa, ocorreu um conflito envolvendo o cabo João Onofre do referido Batalhão e o ex-praça do exército Manoel Thedoró Rangel. O paisano Manoel Rangel, morador próximo ao quartel, declarou no processo que o cabo Onofre lhe imputou vícios que não tinha, e no encontro com seu difamador indagou-lhe por que este o tinha insultado, sendo que Onofre respondeu que não lhe devia explicações. Desembainhando a espada, causou diversos ferimentos a Rangel. Este defendeu-se com uma pistola descarregada, fugindo logo após e indo refugiar-se em uma casa de negócio, onde foi preso por Onofre e conduzido ao quartel.

No depoimento do cabo João Onofre, que dizia estar em companhia de alguns cornetas e outro soldado do mesmo Batalhão, o paisano Rangel pediu-lhe a palavra afastando-se para uns matos próximos, e neste momento desfechou-lhe um tiro, “que foi negado” pela pistola que carregava. Não funcionando a pistola, Rangel desfechou-lhe uma coronhada. As testemunhas (cornetas e soldado) corroboraram as declarações do cabo, acrescentando que este tinha bom comportamento, ao contrário de Rangel, que constantemente perturbava a ordem com seu vício da embriaguez.

O processo sobre a contenda foi instaurado a partir de um ofício enviado pelo Coronel do 2º Batalhão Affonso Massot, que relatava que o major fiscal deste batalhão havia recebido várias reclamações de moradores próximos ao quartel que acusavam o ex-praça do exército Manoel Rangel de perturbar a ordem. Sabedor deste fato, o cabo Onofre cumpriu a ordem de observação deste indivíduo, que teve como consequência o conflito. O desfecho dos autos criminais deu-se com a absolvição do réu Manoel Rangel⁹⁴. O fato de Rangel ter sido denunciado pelos moradores do local levou-me a outras indagações. Por que a comunidade denunciou Rangel à Brigada Militar?

Primeiramente, pode-se pensar que a solução do problema aconteceu no seio da comunidade, mas isto não ocorreu: o fato foi levado a instâncias públicas, ou seja, ao quartel. Recorrendo à visão de Thompson (1998, p.19) sobre os costumes populares, este afirma que o povo, quando procura legitimar seus protestos, retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses. O que se verifica é que, além de contar com a atuação da Brigada como poder local, existiam também

⁹⁴ Processo 1910 A, Maço 79, E 33 e/c. p.3-3v. Cartório do Júri de Porto Alegre. APRGS.

laços estabelecidos entre a comunidade do Areal e os brigadianos. Esses laços estavam demarcados pelas próprias vivências familiares de compadrio e amizade dentro deste espaço. Assim, no cumprimento do dever de prestar aos moradores assistência em situações calamitosas como incêndio e enchentes, acabou-se criando uma rede de solidariedades⁹⁵.

Outro motivo para a desavença, mediada pelo Cel. Massot, era o fato de Rangel ser ex-praça do exército. As contendas entre brigadianos e praças do exército eram recorrentes na cidade. Moreira (1993, p. 28) ressalta que os “soldados eram considerados responsáveis por boa parte das desordens e crimes e ocupavam a polícia, incumbida de reprimi-los”. Os lugares de encontro desses soldados acabavam sendo alvo dos ataques constante de periódicos como *A Gazetinha*⁹⁶ que em campanhas moralizadoras, condenava os antros de perdição e vício, principalmente tavernas, cortiços e prostíbulos localizados em alguns becos famosos da cidade.

Neste sentido há uma referência recorrente ao Beco do Oitavo (atual Rua André da Rocha), que recebeu esta denominação em função do quartel do 8º Batalhão do Exército que ali estava instalado. Achylles Porto Alegre (1920, p. 120-121), em suas memórias, cita o beco como um lugar freqüentado por soldados e operários que eram em geral mal vistos pelas desordens que ali aconteciam. No final do dia, o movimento naquele local crescia e somente cessava com o toque do Pindahyba, nome do chefe de polícia, que determinou essa medida para evitar distúrbios pela cidade.

Há muito annos, depois que escurecia, o “becco do Oitavo” era um sitio que inspirava sérios receios. Ainda de dia, transitava por ahi uma ou outra viv’alma, mas quando o sol se recolhia, custava-se a ver um ou outro vulto entranhar-se pela escuridão a dentro do becco. No

⁹⁵ Um caso de atuação individual de um sargento da Brigada é descrito nesse pedido de solicitação de isenção das décimas urbanas. “Violante Ferreira da Cunha tendo recebido por herança de seu marido João Baptista Salgado da Cunha fallecido no hospicio do Rio de Janeiro, dois casebres à rua 13 de Maio, junto ao arroio Riachinho, (...). Os casebres receberam por occasião da ultima enchente, extraordinaria quantidade de dagua, tendo a requerente sahido na garupa de um animal, montado por valente sargento da Brigada Militar do Estado, e seus filhos pequenos em uma canôa obsequiosamente offerecido pela Intendencia. Este factio que foi presenciado pelo exmº sr. Dr. Montaury e exmº sr. Major Cherubim muito concorreu para agravar o estado pecuniario da requerente, pois, os meus modestos moveis ficaram completamente arruinados e muitos perdidos. Os dois casebres em questão ainda se acham registrados na Intendencia em nome de seu fallecido marido. A requerente abrigada pelas suas circunstancias vem pedir dispensa das decimas atrasadas na importancia de 576\$000, importancia esta que fica superior ao valor dos casebres (...).Porto Alegre, 27 de Abril de 1898. AMMV.

⁹⁶ *A Gazetinha*, chamava a atenção das autoridades policiais sobre os becos existentes na cidade, assim na sua coluna *Apanhados*, descrevia “ Ruas há nesta cidade em que não póde uma familia transitar pacificamente, em face do estado de immoralidade que se nota nas mesmas ruas (...), a Travessa Paysandú, já muito conhecida pelos seus feitos na história da devassidão, e para encurtar razão basta citarmos mais alguns nomes desse verdadeiros antros de perdição, (...) são elles; Beco da Cachaça”, Beco do Chinello”, e, Beco do Céu” e outras tantas notabilidades. (...) Todavia, muito menos temos que reclamar das auctoridades policiaes, pois que a ellas cumpre o rigoroso dever de zelar pela ordem e moralidade publica.”. *A Gazetinha*. Porto Alegre, nº 31.p.3. AMMV.

outro tempo, os soldados eram em geral máos elementos, eram borrachos, desordeiros e faquistas. Um sujeito era ruim, tinha más entranhas, pulava o quintal dos outros para furtar as galinhas ou a roupa lavada, que enxugava ao sol- farda com esse patife para chamal-o ao bom caminho! Era assim, por este systema, que se preenchiam os claros do exercito, naquelles tempos.

(PORTO ALEGRE, 1920, p.24-25)

Outro elemento que cabe ressaltar no processo é a questão do corporativismo dos cornetas e do praça do Batalhão, que ao testemunharem contra Rangel, salientaram que este, ao contrário do cabo Onofre, era um indivíduo que não possuía bom comportamento, vivendo embriagado, corroborando com isto a postura de boa conduta que devia ter um praça. Porém, o fato de habitarem os mesmos espaços, não significava, por sua vez, relações somente de solidariedade. As rixas pessoais também podiam ser motivadas pela convivência espacial, como foi a tentativa de incêndio da casa de Thomaz Galdino por seu vizinho Rafael.

No dia 28 de novembro de 1897, *A Gazetinha*, em uma das suas colunas, enunciou uma “Tentativa de Incêndio” envolvendo Thomaz Galdino dos Santos, carpinteiro que vive como jornalista, morador á rua Baronesa do Gravathay e Rafael, sargento mestre de música do 3º Batalhão da Brigada Militar⁹⁷, que teve com Thomaz várias rixas quando eram vizinhos. Thomaz Galdino, para evitar maiores conseqüências dessas rixas e das constantes ameaças de Rafael, vendeu sua casa e mudou-se da Rua Baronesa de Gravataí para o Menino Deus, onde edificou uma pequenã moradia de tábuas.

Thomaz preveniu as autoridades policiais que “ia edificar” e receava qualquer violência da parte de Rafael. No Domingo, tendo Thomaz saído, ao voltar encontrou um princípio de incêndio que foi logo extinto, e junto à casa foi encontrada uma garrafa de querosene, que muitos disseram ter sido comprada por Rafael. Thomaz, então, deu queixa ao tenente coronel Luciano, subintendente policial. Este enviou um cartão ao comandante do respectivo batalhão, que declarou que nada poderia fazer, porque Rafael não era praça arregimentada, era um simples mestre de música, um paisano⁹⁸. Não sabemos o desfecho do caso de incêndio, nada consta posteriormente no jornal. A partir da notícia, é possível entender aspectos das complexas relações entre um paisanos e o poder institucional.

⁹⁷ Não sabemos qual 3º Batalhão que se refere o jornalista, em princípio 3º Batalhão estava instalado na área do Cristal, onde é hoje a Academia Militar, mas, o 3º Batalhão de caçadores estava aquartelado nas mesmas instalações do 2º Batalhão. A banda de música era um corpo separado do batalhão, ou seja, pertenciam ao quartel, mas formavam outro corpo. A função de um músico, além de tocar a corneta, e o clarim, era de padioleiro, este transportava os feridos durante o combate. Iris Germano ao estudar o carnaval de Porto Alegre, nas décadas de 30 e 40, afirma que muitos músicos da Brigada utilizavam seus instrumentos (clarim, tambor) para compor as bandas dos blocos carnavalescos. GERMANO, Ibid.

⁹⁸ *A Gazetinha*. Porto Alegre, 28/11/1897, nº 61, Ano 7. p. 1. AMMV.

Primeiramente, o caso foi levado à subintendência policial, que enviou um cartão ao comandante do referido batalhão onde o possível incendiário, o sargento mestre de música, estaria lotado. Diante da indagação de sua origem, o comandante afirmou que Rafael era um simples paisano, talvez, tentando eximir-se assim de uma provável punição. Um segundo aspecto a ser ressaltado é que Thomaz, um simples jornalista, sabedor de que Rafael era militar e temendo por represálias, não o denunciou ao posto do quartel, mas sim ao subintendente policial. O que se percebe neste fato é a figura de um subintendente policial como outro poder local para resolver conflitos. Este era auxiliar do intendente de Porto Alegre, encarregado de exercer funções de polícia, ou seja, de manter a ordem, e deveria habitar nos respectivo distrito onde atuava. Criada em 1896, na administração do intendente José Montaury de Aguiar Leitão, a polícia administrativa surgiu na nova reorganização policial, onde a manutenção da ordem se tornava uma das preocupações do poder público. Diferentemente dos praças, estes policiais ou ratos brancos, para ingressarem nesta força pública, deviam ser alfabetizados e portar de atestados de boa conduta e moralidade⁹⁹.

O que se constata nestes conflitos aqui esboçados é que estas duas forças públicas atuaram em casos diferentes, mas com atribuições próximas, ou seja, de controle dos espaços, do entorno do quartel ou nos distritos aos quais estavam ligadas. O controle e a manutenção da ordem envolviam indivíduos “potencialmente perigosos”, que muitas vezes, mantinham relações pessoais dentro das comunidades nas quais viviam.

A atuação da polícia administrativa em conjunto com uma patrulha da Brigada Militar foi demonstrada na noite de 09 de Janeiro de 1899, mediante sinistro que ocorreu mais ao norte do quartel da Praia da Belas, nas “terras da baronesa”. Ao constatar o incêndio, a referida patrulha do 1º Regimento, que se dirigia ao Menino Deus, bem como a polícia administrativa e alguns particulares, entre eles o negociante Antunes, estabelecido nas proximidades, retiraram do pavimento térreo do prédio vários móveis, e deixaram o local, pois o fogo tomava proporções incontroláveis. As duas seções do corpo de bombeiros não conseguiram extinguir as chamas. Os proprietários do palacete, herdeiros do Barão de Nonoai, estavam ausentes no momento do sinistro. Segundo A Federação, a notícia do incêndio trouxe ao local, além do intendente José Montaury, autoridades ligadas às forças públicas e uma multidão de 3000 pessoas que assistiu ao “terrível espetáculo” de destruição da suntuosa edificação. Restaram depois de horas de fogo intenso, somente as paredes do prédio e um amontoado de brasas¹⁰⁰.

⁹⁹ Cf. MAUCH, 1997.p.74-75.

¹⁰⁰ A Federação. Porto Alegre,10/01/1899.p.2. MCHJC.

No *Mapa Demonstrativo de Incêndios*¹⁰¹ acontecidos na cidade no final do ano de 1899, consta o endereço da Praia de Belas. Como proprietário do imóvel estava registrado o nome da Baronesa de Gravathay, tendo no item “locatários” referência de “diversos”. Essas informações em princípio são contraditórias às dos jornais que noticiaram o sinistro, mas no decorrer do inquérito policial instaurado contra o responsável pela guarda do prédio, as indagações resultaram na identificação de quem ocupava o palacete, no momento do sinistro, e ainda, a forma de utilização desse prédio, na virada do século.

O registro de propriedade em nome da Baronesa de Gravathay pode significar duas outras coisas. Primeiro, que os herdeiros do Barão de Nonoai não compraram o palacete, contrariamente ao que fora veiculado nos jornais que noticiaram o incêndio, ou seja, que seriam apenas seus locatários. Segundo, que parte das terras que circundavam o palacete era dos herdeiros da primeira Baronesa (Gravathay), e a área do palacete, da Baronesa de Nonoai, ou ainda, que houve uma simples inversão de títulos nobiliárquicos. Mas uma terceira possibilidade, seria de o palacete estar ocupado por vários moradores que pagassem aluguéis casebres construídos no entorno da edificação inicial, sendo este ainda de propriedade da segunda Baronesa, o que foi constatado no cruzamento com outros documentos, como o processo-crime contra o “possível” responsável pelo incêndio.

O que se verificou, já referido no capítulo anterior, é que o palacete teve outra ocupação, posteriormente à Escola Militar, que retirou-se no ano de 1883. Há uma lacuna a partir dessa data até 1899. Ao referirem-se aos proprietários do palacete, como os herdeiros do Barão de Nonoai¹⁰², e não como os herdeiros da Baronesa de Gravathay, identifiquei que existiram duas baronesas para o mesmo palacete. Sanhudo (1979, p. 205) apontava a própria Baronesa de Gravathay, que nos últimos anos de vida pobre e enlouquecida, pouco antes de seu falecimento em 1888, dera fim a sua mansão, o que persistiu no imaginário social da cidade. Essa argumentação indica que a presença desses primeiros proprietários e ocupantes do palacete (Barões de Gravathay), foi tão marcante e legitimadora, que definiu limites físicos e denominações em torno da área como Areal da *Baronesa*.

¹⁰¹ *Mappa Demonstrativo dos Incendios de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1899*. Relatório de Diretoria de Polícia, subprefeitura- Subintendência-ano 1899. p.57-58.AMMV.

¹⁰² João Pereira de Almeida, Barão de Nonoai, era coronel da Guarda Nacional (cavalaria) e, tomou parte na Campanha do Paraguai. Fazendeiro, sua estância, estava situada entre Lagoa Vermelha e Vacaria. Foi Comandante Superior da Região de Santa Maria da Boca do Monte de São Martinho. Chefe político de prestígio na região serrana. Durante o movimento abolicionista, libertou não só a todos os seus escravos, mas, também, se empenhando junto a parentes e amigos para o mesmo fim, conseguindo, assim, obter a liberdade de cerca de dois mil escravos. Em atenção a este seu gesto, foi agraciado por S.M.I. com o título de Barão, por Decreto Imperial de 14 de Agosto de 1886 (CARVALHO, 1937, p. 161-163).

A multidão que assistiu ao fim do prédio, reconhecido pela suntuosidade e por suas baronesas, representou o fim simbólico para uma área da cidade e toda a sua representatividade, que dava espaço a casas menos glamurosas, enfim, que se incorporava aos poucos ao núcleo central, mantendo e estabelecendo outras fronteiras.

A partir do incêndio, pôde-se verificar nos documentos as imediações do prédio e a utilização deste por diversos locatários, o que permitiu vislumbrar uma configuração espacial e social na área imediata ao prédio. Nesta pesquisa, buscamos apontar quem *eram* os locatários.

Para entender quem eram os locatários, analisamos mais detidamente o processo instaurado em função do sinistro do palacete.

Nos autos criminais¹⁰³, o responsável pelo prédio, Feliciano Cavalheiro da Silva, e sua esposa, Olympia Rosa da Silva, foram acusados do incêndio, já que a casa se encontrava hermeticamente fechada e não havia sinais de arrombamento e eles eram os únicos a possuir as chaves. O relato dos policiais que atenderam ao chamado do sinistro, indicava que do lado direito do palacete existia um forte cheiro de querosene por ocasião do incêndio. As testemunhas arroladas no processo foram: o agregado Manoel Liscano, 39 anos e negociante natural da República do Paraguai, que morara no compartimento onde iniciara o fogo. Viera residir no palacete por estar adoentado, e, protegido da Baronesa de Nonoai, ocupara as dependências do prédio até a retirada da família, passando a morar em um dos “contrapeitos¹⁰⁴ anexos”. Em seu depoimento, disse estar dormindo na hora que tocara o alarme do ocorrido, e atribuiu a origem do sinistro a “malvadez estranha”, sendo que sua hipótese baseava-se na argumentação de que mais de uma vez ali mesmo, com a presença da Baronesa, alguns gatunos teriam entrado para furtar alguns objetos. O prédio era muito extenso, com duas entradas, e ficava aberto durante o dia, o que poderia facilitar a entrada de pessoas que poderiam atear fogo. Questionado sobre se ali residiam diversas pessoas, respondeu que sim. Outra testemunha, Ramiro da Silva, 27 anos, casado, empregado no comércio, disse que jogava com Feliciano quando foi surpreendido pelos gritos de socorro; acudindo, ficou assustadíssimo com o fogo que “lavrava” com intensidade, tentou salvar os móveis, porque o incêndio era mais ativo na parte que dava ao “contrapeito onde morava”.

¹⁰³ Processo nº 53, Maço 3, Estante 29, ano 1899-Jurisdição Criminal, Cartório do Júri, espécie: Sumário. APRGS.

¹⁰⁴ Contrapeito ou contrafeito: pode indicar um escoramento ou estrutura pregada e removível de telhado ligada a construção já existente, ou a parte de um telhado de um telhado já existente. Conforme informação do arquiteto Luiz Fernando Rhoden.

Ricardo Joaquim Pereira da Costa, 37 anos, solteiro, jornalista, respondeu que estava deitado quando foi chamado por sua companheira, no “contrapeito do palacete em que residia”.

Além dos moradores do contrapeito do prédio, foram ouvidas pessoas que habitavam a vizinhança, descrevendo o extra-muros do prédio. Graciliano Ortiz, 37 anos, casado e empregado público, morador na capital, “acima” do palacete, disse que tinha sido avisado pelo filho sobre um incêndio nas “cocheiras da intendência”, o que se verificou ser falso, notando um cheiro forte de querosene. As referidas cocheiras localizavam-se ao lado norte do prédio incendiado. Já Fausto Machado, 33 anos, pedreiro, uruguaio, estava na casa de negócio do senhor Antunes, “ao lado” do palacete, quando se deparou com o sinistro. A casa de negócios citada é a taverna de José Francisco Antunes, que morava na Praça São João número 6, e que tinha por vizinhos mais dois negociantes, José Capdovila, estabelecido com uma quitanda no número 4, Castorino Ribeiro proprietário de um açougue, na casa número 8¹⁰⁵. O resultado dos auto criminais confirmou que o palacete achava-se fechado, sendo que os moradores habitavam no contrapeito deste, em “meia-águas” próximas, sendo o réu absolvido, embora contasse contra si com um testemunho de acusação, o qual o juiz julgou ser falso. Com o fim do processo, surgiram outras indagações: que destino tiveram os moradores do contrapeito do palacete? O destino pós-incêndio dos locatários não ficou registrado.

O *Correio do Povo*¹⁰⁶, ao narrar o incêndio, frisou que a falta de encanamentos na área tardou a extinção do fogo, ficando esta exposta à precariedade dos serviços prestados pela Intendência Municipal. As reformas para a cidade propostas pelo “eterno intendente” (BAKOS, 1996) José Montaury de Aguiar Leitão (1897-1924), que administrou por 27 anos afinado com o discurso do Partido Republicano Riograndense (PRR), não se estenderam à área do Areal da Baronesa ou a outra zona periférica do entorno do núcleo central.

O intendente pretendia transformar Porto Alegre antiga, de características coloniais, com ladeiras tortuosas e becos escuros, em outra, moderna. Esta necessidade decorreu da emergência de grupos sociais surgidos no cenário urbano, e da política de legitimação positivista da qual era tributário José Montaury.

Para as vias de acesso para circulação de mercadorias, para os bondes, a iluminação, e o *footing* das tardes, a cidade então precisava ser remodelada. Com um plano de melhoramentos, a cidade se tornaria a “sala de visitas” do Rio Grande do Sul. Para isso, foram

¹⁰⁵ Secretaria da Intendência- Receita e Despesa, Imposto Locativo Urbano (1899 a 1900). AMMV. A Praça São João estava ao sul do palacete, esta rua surgiu provavelmente no loteamento inicial das terras da Baronesa, aparecendo na planta municipal de 1896.

¹⁰⁶ *Correio do Povo*. Porto Alegre.10/01/1899.p.2. AMMV.O Correio do Povo fundado por Caldas Júnior em 1895, realizava um jornalismo informativo, se colocando como “oposição” a Federação vinculado ao PRR.

criadas uma série de tarefas envolvendo engenheiros, urbanistas e sanitaristas. Dentro dos objetivos traçados por José Montauray estavam a construção de canalizações necessárias para o abastecimento de água da cidade, a limpeza das ruas, a construção de esgotos e a criação de depósitos para o lixo. Também a construção do primeiro serviço de assistência pública do país, a construção de uma usina municipal e um plano de melhoramentos para a cidade¹⁰⁷.

As obras que tornariam a cidade ideal esquadrihada, com traçados retos, plana e com grandes avenidas, não contemplaria toda a população, que paradoxalmente seria chamada para pagar, através dos impostos, os custos da sua implantação. Em oposição à cidade ideal existia a cidade real habitada pelas classes populares, onde a rua era o espaço vital para sua sobrevivência, e também para a aglomeração do comércio, da festa e da resistência. Neste sentido, ao poder público impunha-se também a questão social que precisava ser resolvida para a efetiva transformação da cidade. A questão social decorrente da desigualdade, acirrada ainda mais com a revolução industrial, gerou uma categoria urbana, “os pobres”¹⁰⁸, na qual se enquadravam os setores do operariado, da prestação de serviços ou fora destes, que estavam maciçamente presentes na cidade.

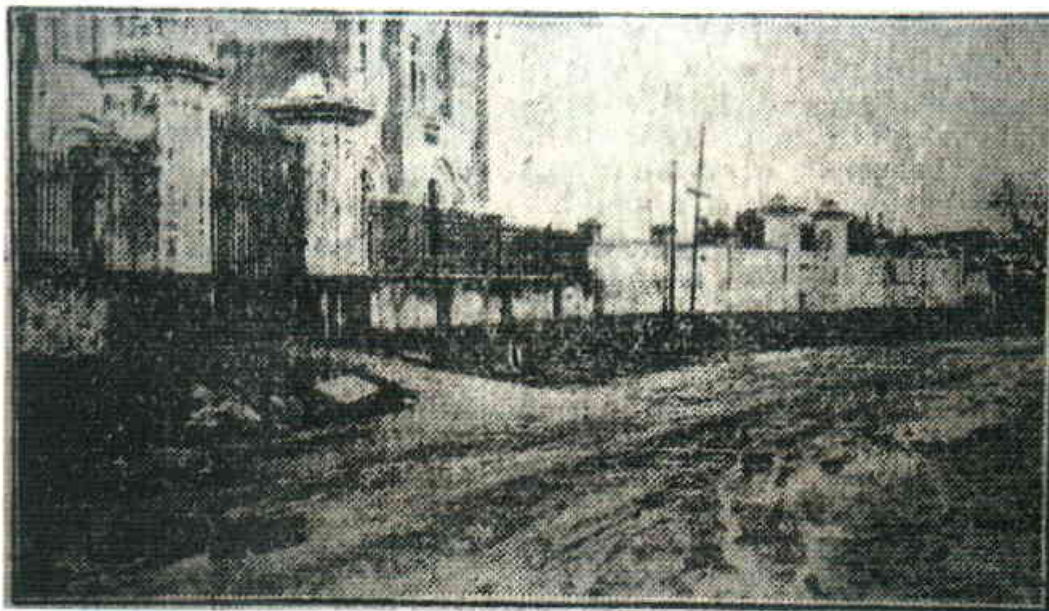
As reivindicações dos “pobres” apareceram nos movimentos políticos expressos pelo anarquismo, comunismo e socialismo, desde o início do século XIX. Em contraposição a esses movimentos, em 1891 é lançada a Encíclica Papal *Rerum Novarum*. Esta fazia uma crítica permanente ao comunismo e à subordinação do poder do Estado, inclusive à formação pedagógica das massas, em que a Igreja se colocava como instituição capaz de amenizar as questões sociais dominantes na época. Em Porto Alegre, a instauração do processo seguindo as orientações da Encíclica Papal deu-se, provavelmente, a partir do mês de agosto de 1895¹⁰⁹. Na antiga Catedral, após uma missa, o cônego baiano José Marcellino de Souza Bittencourt distribuiu 48 pães e alguns objetos de devoção para 18 famílias pobres, que passaram a ser socorridas pelo Pão dos Pobres de Santo Antônio (PARMAGNANI, 1978.p.24). Para a continuação desta obra assistencialista, o cônego teria adquirido um terreno onde existiu o palacete da Baronesa de Gravathay, no valor de 32:500\$000 réis. Na correspondência que o

¹⁰⁷ BAKOS, 1994, p. 148-149. O plano de melhoramentos proposto pelo engenheiro João Pereira Maciel para a remodelação da cidade somente se concretizou na administração seguinte com Otávio Rocha. Para o Rio de Janeiro e São Paulo também foram implementadas mudanças na cidade no seu traçado original. Para maior aprofundamento sobre o Plano de Melhoramentos de Porto Alegre, ver: WIDHOLZER, 1997.

¹⁰⁸ Sobre os pobres da cidade e a questão social ver: PESAVENTO, 1994; PECHMAN, 1994, p. 29-34; BRESCIANI, 1990, p. 11-25; ROLNIK, 1992. Seminário de História Urbana, 1, Salvador, Nov. de 1990.

¹⁰⁹ Julieta Desaulniers, faz um estudo sobre o processo de instauração e reconstituição histórica do Pão dos Pobres de Santo Antonio. Discorrendo sobre o papel da Igreja neste momento, que “colocava-se como a instituição que tinha os meios necessários para superar a questão social dominante na época, já que, do seu ponto de vista, a mudança da sociedade dependia principalmente de uma formação sadia, pela qual produzisse um novo homem” (DESAULNIERS, 1993, p.121-140).

cônego enviou de agradecimento ao Conselho Municipal em 22 de julho de 1899, pelo auxílio de 10:000\$000 réis, ele comunicava os objetivos da compra, a construção de um abrigo de famílias pobres e de uma creche, de que, segundo ele, muito precisava a cidade¹¹⁰. A obra teve sua pedra fundamental colocada em 1904, quando a planta do prédio foi aprovada pela Intendência Municipal. Como o projeto era demasiado ambicioso, inicialmente foram edificadas apenas algumas casas com divisões internas com a finalidade de abrigar famílias pobres e honestas que ali existiam. Não há nenhum documento sobre o planejamento arquitetônico ou o número de casas que foram construídas pela instituição. O que pode-se inferir é que elas seriam em maior número no decorrer dos anos. Em 1916, sob a direção da ordem dos lassalistas, a instituição tornou-se um internato para meninos pobres e órfãos.



Capela do Pão dos Pobres de Santo Antônio

Fonte: Diário de Notícias, 02/10/1927, p.10. AMMV.

A relação entre a comunidade da cidade baixa e a instituição do Pão dos Pobres deveriam ser muito próximas, pois a esta além da assistência aos mais carentes, aglutinava no seu entorno esmoleiros, pedintes, ou seja, parte da população não assistida pelas demais instituições de caridade e assistência pública. Isso provavelmente estreitou suas relações com a comunidade, e em ocasiões festivas isto se evidenciava, como anunciou o jornal *O Exemplo*, no lançamento da pedra fundamental do Asylo 13 de Maio (orfanato para crianças negras pobres) no Menino Deus. Nessa manhã do mês de maio, o cônego José Marcelino realizou o

¹¹⁰ Fundo: Câmara/ Conselho Municipal- (1.11.1.6.1.1) Instituições Assistenciais (1897-1923, 1924-1933). AMMV.

batismo do marco que iniciou a obra do asilo. Este evento ainda contou com a presença de várias associações negras da cidade e com a Banda da Lyra Oriental, com sede no Areal¹¹¹.

As construções edificadas pelo Pão dos Pobres de Santo Antônio possibilitaram o abrigo de parte das famílias pobres da cidade. Os “pobres” ali existentes são identificados no cruzamento de vários documentos, e a análise destes pode desvelar detalhadamente a composição econômico-social de parte dos habitantes da área do Areal e os que migraram para lá. Esses são impressos como registros cadastrais, censos e mapas. Entre os anos de 1899 a 1900, o registro de entrada no Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia¹¹² indica nome, idade, cor, profissão, endereço e condição social dos socorridos e assistidos por essa instituição. Para isso, foram destacadas as ruas que compuseram o Areal, extrapolando o loteamento inicial das terras da Baronesa de 1879. São estas Miguel Teixeira, Barão de Gravataí Coronel André Belo, 17 de Junho (Coqueiros), Baronesa de Gravataí, Travessa Pesqueiro, Múcio Teixeira (Pacífico), 28 de Setembro (Pretos Forros), Praia de Belas, Praça São João Batista e Arraial da Baronesa. É interessante observar, que quando a denominação Arraial da Baronesa aparece, alguns registros vêm acompanhados da numeração da casa, outros não. Acredito que a denominação Arraial da Baronesa, no sentido genérico, como endereço, deva estar ligada a vielas menores dentro dos referidos logradouros públicos destacados.

Analisando este aporte documental, verifica-se que todos os indivíduos que foram tratados no hospital da Santa Casa pertenciam à categoria de pobres; constando como “cor” pretos- 18, pardos-20 e 1 moreno. Como profissões, constavam 7 criadas, 5 lavadeiras, 5 pedreiros, 3 jornaleiros, 3 cozinheiros, 2 carpinteiros, 1 sapateiro, 1 carroceiro, 1 ferreiro, 1 trabalhador, sendo que entre os que não tinham profissão constavam 4 crianças, 4 mulheres e 1 homem de 19 anos. Esses dados apenas representam uma pequena amostragem, não contemplando o todo populacional da região. Entretanto, pode-se verificar uma parcela significativa de negros e afro-descendentes entre os moradores da região, em especial aqueles sujeitos s piores condições de vida, enquadrados entre os arquivos da Santa Casa na categoria “pobres”.

¹¹¹ *O Exemplo*. Porto Alegre, 22/05/1910, nº 211, p.1-2. Rolo 4 NPH-UFRGS. A Sociedade Lyra Oriental tratarei no capítulo III.

¹¹² Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1899-1900. CEDOP/SCMPA. Documento gentilmente cedido por Paulo Roberto S. Moreira.

Analisando o censo de 1910¹¹³, apesar dos problemas de informações apontados, verificamos que o Areal da Baronesa possuía 4641 pessoas, sendo 2445 mulheres e 2196 homens, distribuídos em 770 prédios¹¹⁴, nas 10 ruas referidas a este. Em uma relação entre prédio e números de habitantes, a Praça São João apresentava mais de 7 pessoas por edificação, sendo um dos pontos mais populosos por metro quadrado da área. Outro logradouro que comporta um contingente elevado de pessoas é a Rua Baronesa de Gravataí, com 981 pessoas instaladas em 200 prédios. As considerações feitas em relação aos prédios apresentados pelo censo não configuram certamente a totalidade de casas de moradia. Mas, se não corresponderem a casa de moradia, a totalidade de pessoas por habitação aumenta. Outro dado a considerar é o de que as informações prestadas ao recenseador não correspondem aos dados reais. Segundo o próprio funcionário da intendência, Olympio Azevedo, muitas vezes as pessoas não respondiam as perguntas pela crença de que isso aumentaria os impostos sobre sua moradia.

(...) tem sido um serviço imperfeito o recenseamento da população de todos os países, pela repugnancia instictiva de alguns de seus habitantes, que esquivam-se em prestar tão importantes esclarecimentos. Especialmente no Brazil, é este um trabalho difficilimo; ou seja; devido á falta de costume ou á crença de que tal estatistica traz um resultado o augmento de impostos e a contribuição para o exercito, o certo é que os arrolamentos censitarios que se têm feito tem trazido sérios embaraços para conhecer-se com segurança o numero de seus habitantes¹¹⁵.

Segundo Eduardo Kersting, no levantamento sobre os cortiços, o segundo distrito, que compreendia a cidade baixa e parte da atual Zona Sul de Porto Alegre, mantinha uma média de 400 cortiços registrados, em 1912, mesmo com o imposto de 25% sobre estes, esse número passa para 706, e em 1913, atinge um total de 1015 cortiços registrados, ou seja, 49,58 % dos cortiços da cidade, ressaltando que a importação de tributos do governo republicano acarretou na migração dos pobres para a periferia (KERSTING, 1998, p. 124).

¹¹³ LIMA, Olympio de Azevedo. *Recenseamento do Municipio de Porto Alegre effectuado no dia 31 de dezembro de 1910*. Sob a direcção do 2º escriptuario da Secção de Hygiene e Assitencia Publica. Porto Alegre. Officinas Tipographicas d' A Federação, 1911. AMMV.

¹¹⁴ Avaliando o número de prédios por logradouro público verifico que o número de pessoas por prédio corresponde: Pça São João- 7,6; Praia de Belas 9,5; Baronesa de Gravataí 4,9; Pacífico 4,1; Miguel Teixeira 5,9; Barão de Gravataí 5,2; Coronel Belo 6,3; Dezesete de Junho 6,2; Travessa Pesqueiro 4,9; Vinte e Oito de Setembro 5,7.

¹¹⁵ LIMA, Olympio de Azevedo. *Recenseamento do Municipio de Porto Alegre effectuado no dia 31 de dezembro de 1910*. Sob a direcção do 2º escriptuario da Secção de Hygiene e Assitencia Publica. Porto Alegre. Officinas tipographicas d' A Federação, 1911.p.1.AMMV.

A identificação pelo poder público dessas habitações e seus moradores muitas vezes representava não somente o aumento de tributos, mas também o medo da intervenção. Em um período, onde as teorias científicas apontavam para o “meio” como degenerador, os cortiços, casas de cômodo e estalagens, tidos como espaços pequenos, de convivência muito próximas, de fricção dos corpos e foco de epidemias, estavam associados à degradação moral, influenciando negativamente na formação dos indivíduos. Assim, a cidade e seus habitantes tornaram-se um corpo a ser medicalizado, já que era um corpo doente. Nela era necessário classificar e extirpar as doenças sociais. Neste sentido, “os pobres” que habitavam a maioria dessas casas deveriam também ser classificados e estudados. Principalmente os que apresentavam condutas desviantes, os criminosos e alienados, muitas vezes tipologizados como lombrosianos.

Em 1911, as terras da antiga chácara de Propício Magalhães que divisavam com os loteamentos de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul e com o antigo loteamento das terras da Baronesa de Gravathay foram vendidas pelos herdeiros de Propício de Magalhães, para vários compradores. É importante considerar que essas terras estão no centro do Areal e que foram as últimas ocupadas.

Nessas terras, segundo os desenhos localizados no tomo 168¹¹⁶, verificamos que a ocupação realiza-se de Sul para o Norte tendo como compradores, Vitorio Pilla (1911), Felipe Pereira (1911) e tinham como proprietários de terras do entorno, Maria Dolores Magalhães e João Batista de Magalhães, provavelmente herdeiros (filhos) de Propício de Magalhães. Com a venda desses terrenos, a Rua Barão de Gravataí foi ampliada, chegando a Praia de Belas. A partir da década de 20, esses terrenos¹¹⁷ e outros do entorno, foram adquiridos pela Brigada Militar para a ampliação dos quartéis na região.

A Avenida Luiz Guaragna

Entre os anos de 1910 e 1913 o moranês Luiz Guaragna comprou o terreno e algumas casas na Rua Baronesa de Gravataí, casas estas que dariam origem às atuais, de números 480 a 500, incluindo a Avenida que levou o seu nome. Na escritura pública de

¹¹⁶ Tombo 168. Divisão de Administração e Controle do Estado- Departamento de Patrimônio – DEAP.

¹¹⁷ No terreno da Praia de Belas nº 59, vendido por um dos proprietários acima citados, Vitorio Pilla, à Brigada Militar em 1927, era descrita além das suas dimensões, a existência de 16 casebres. Tombo 362. Divisão de Administração e Controle do Estado- Departamento Estadual da Administração de Patrimônio – DEAP

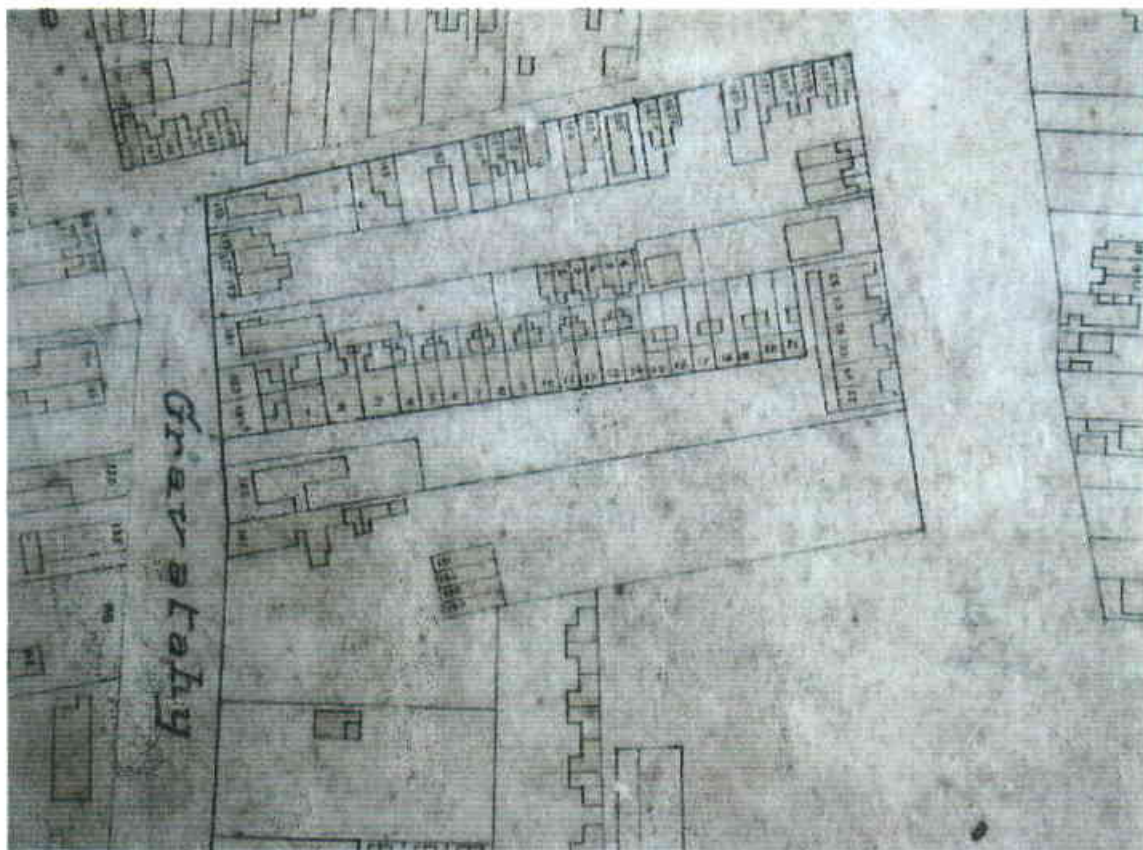
compra¹¹⁸, do ano de 1910, o terreno é descrito com 26ms 60 centímetros à frente na Rua Baronesa de Gravataí mais ou menos de frente até a extensão de 66 metros e dali por diante vai alargando na extensão de 45ms e 10 centímetros a entestar com os terrenos de herdeiros da Baronesa de Gravathay. Formando o total de 111ms e 60 centímetros de extensão de frente ao fundo, dividindo-se por um lado, em toda sua extensão, com casa e terreno de José de Carvalho Bastos e, pelo, outro, na extensão 66 ms com a propriedade de João Vargas. Na continuidade do terreno com a propriedade de João Balaris, contendo edificadas no terreno, dois chalés de madeira, cobertos com telhas de barro, tendo o n.º 105, duas janelas de frente e porta ao lado, e o de n.º 111, uma porta e duas janelas de frente, e mais oito casebres de tábuas, cobertos com telhas de zinco, de porta e janela de frente, cada um, sob os n.ºs 95, 95-A, 95-B, 95-C, 97, 99, 101 e 103 edificadas no fundo do terreno já descrito. Os referidos terrenos e as casas foram adquiridos de Olympio José de Magalhães e de sua esposa Firmina Alves de Magalhães no valor de cinco contos de réis. Posteriormente os antigos prédios foram derrubados dando lugar às casas 480, 488, 492, 500 e a Avenida Luiz Guaragna. Esta documentação ainda possibilitou identificar os antigos proprietários como Olympio de Magalhães, filho de Propício de Magalhães, bem como os limites com outras chácaras como a da Baronesa de Gravathay. Podemos então apontar que a Avenida Luiz Guaragna estaria na “linha” que separa as essas duas chácaras originárias (de propriedade de Baronesa e Propício). Não podemos precisar o ano de construção das casas 488 a 500 e a avenida, mas, pelo registro das décimas urbanas, podemos inferir que a de número 480 e 500 foram construídas por Luiz Guaragna entre os anos de 1910 e 1913, e as demais (488, 492 e avenida) entre 1913 e 1916. Na descrição contida no seu inventário¹¹⁹ de Luiz Guaragna (Cartório da Provedoria, Porto Alegre) as casas edificadas e que até hoje permanecem na Rua Baronesa de Gravataí são descritas com precisão na sua estrutura e valor. Assim, os números¹²⁰ 480 (antes n.º 180) um imóvel de três janelas e um portão de ferro com dependências e benfeitorias estava avaliada em 15 contos de réis e 488 (antes n.º 183 A) composta de três portas e três janelas fora avaliada em 12 contos de réis. O imóvel do corredor do lado direito a residência de número 500 (n.º 185) de construção mista com dependências e benfeitorias com três portas para a rua Baronesa de Gravataí, avaliada em doze contos de réis. O conjunto de casas de construção

¹¹⁸ Registro de Imóveis da 1ª Zona de Porto Alegre, 13/04/1910, livro 3-E fls.39, n.º 19.550.

¹¹⁹ O inventário de Luiz Guaragna está anexado a documentação dos autos do processo de transmissão dos seus bens para a Santa Casa- Documento 370-Legados, Doações, Testamentos. Documento originário do patrimônio 370, maço 12 A . CPDOC/SCMPA.

¹²⁰ Depois de 1927 houve uma mudança na numeração das residências na cidade.

mista e de madeira denominada de Avenida Luiz Guaragna, sob o número 492¹²¹ (n° 183 B) que fica entre os corredores das casas 488 e 500, possuía 27 edificações, sendo três com a subnumeração 1, 2 e 3 de construção mista com porta e duas janelas cada uma, ao referido corredor 24 casas de madeira com porta e janela cada uma para o interior da Avenida com o valor de 85 contos 200 réis.



Detalhe de mapa do Areal da Baronesa, 1921-1925; ao centro a Av. Luís Guaragna.
Fonte: Mapoteca AMMV.

A descrição do terreno apontada remete para as dimensões iniciais deste local e seus limites, é referido na escritura como um terreno de forma irregular que tem entrada na Rua Baronesa de Gravataí, a largura de cinco metros e sessenta e quatro centímetros (5 ms 64) até alcançar onze metros e dez centímetros (11ms 10), por um lado, ao fundo do prédio de número 488, a Rua Baronesa de Gravataí e pelo outro até trinta metros e cinco centímetros

¹²¹ Encontramos uma divergência quanto a numeração anterior dessa residência, pois nos registros da décima urbana do ano de 1916 constatamos a referência de um n° 183 b com o valor de 270 mil réis como uma casa térrea e não como uma avenida e o n° 183 c com um valor alto destoando dos demais tributos (um conto e quinhentos e sessenta réis) que provavelmente seja a avenida Luiz Guaragna. Já no ano de 1919 esta referência n° 183 b não é apontada e avenida é referida como o n° 183 c. Posteriormente, no ano de 1927 quando ocorre a mudança da numeração a avenida é referida como n° 183 b. Índice dos Logradouros para a Pesquisa Predial, Livro 133, ano 1916, p.26. Livro 157, ano 1919, p.21. Livro 400, ano 1927, p.261.AHMPA.

(30 ms 45) ao fundo do número 500. O valor dos imóveis aponta para o aporte de recursos que o comprador Luiz Guaragna dispensou na compra evidenciando a sua condição social provavelmente ligada aos setores abastados da sociedade portoalegrense. O seu inventário juntamente com um dossiê de suas propriedades descreve que Luiz Guaragna, filho de José Guaragna e Vinecia Mitolla Guaragna ,veio da região da região de Morano Lalabrão¹²² na província de Corenza na Itália, nascido em 21/12/1867 e esteve domiciliado no Estado por mais de 50 anos, falecendo em Porto Alegre em 06/12/1934. Porém, nos índices onomásticos e as informações sobre a família Guaragna não contemplam o nome de Luiz, e sim de outros moraneses; nos deparamos, entretanto, com dados sobre a sua profissão, através de um artigo do Jornal Correio do Povo¹²³ sobre a greve de 1917 e as manifestações dos trabalhadores, ocasião na qual a Comissão da liga de Defesa Popular percorreu diversas sapatarias, reivindicando ao lado dos empregados o horário de 8 horas e aumento de 25% nos salários. Entre esses estabelecimentos estava o de Luiz Guaragna.

Na queixa crime do ano de 1900¹²⁴ foi possível corroborar a informação das atividades exercidas por Guaragna - uma queixa contra o administrador Luis Cerruti de uma Cia Dramática Italiana de Teatro denominada de Zaira Pieri, que encomendara sapatos para as atrizes e acabou não pagando sua dívida de cento e cinquenta e três mil réis custo por sapato. Podemos verificar a atividade exercida na oficina de sapataria localizada na Rua General Câmara nº 50, provavelmente especializada em sapatos para os segmentos específicos da sociedade porto alegrense – donde podemos supor o enriquecimento de Luiz Guaragna. Provavelmente desenvolveu um comércio em torno desta atividade, pois também é referido como comerciante. É referido, do mesmo modo, como dono de vários imóveis; assim, é bastante plausível que sua renda viesse também da cobrança de aluguéis, o que podemos inferir por ocasião de sua morte, quando é referido como capitalista, capitão e major¹²⁵.

Tendo morrido sem possuir ascendentes nem descendentes, deixa como herança os seus bens a amigos, compadres e pessoas próximas (empregados, por exemplo), na condição de usufrutuários, até a morte destes. Deixa a Elyseu Gomes Miranda e Almiro Miranda, filho e sobrinho de seu “leal” cobrador João Francisco Miranda (que receberia uma quantia mensal de duzentos réis), os prédios nº 480, 488, 492, a Avenida e nº 500, sendo que esses ficariam com a obrigação de zelar pela conservação dos citados prédios, pagar as contribuições devidas

¹²² Provavelmente seja da região de Morano Calabro, pois, não encontramos a região de Lalabrão.

¹²³ CONSTANTINO, 1990,p.83. Correio do Povo , 31.07.1917.MCSHJC.

¹²⁴ Cartório do Júri.Processo 77, maço 4, Estante 29, Ano 1900. APRGS.

¹²⁵ Este refere-se a um jornal sem identificação colado em uma página do Testamento de Luiz Guaragna .

ao fisco e os prêmios de seguro contra fogo, além de manter o nome de Luiz Guaragna à Avenida. Solicita em seu testamento, ainda, a entrega mensal de trezentos réis ao casal Francisco P. Tarraconi até sua extinção, à Rosalina de Oliveira (referida como sua serviçal) cem réis mensais e a sua afilhada Juracy Maciel da Silva a quantia de duzentos réis. Através do seu testamento e da certidão de casamento¹²⁶ da afilhada de Luiz Guaragna, Juracy Maciel da Silva, pode-se pincelar as redes sociais que Guaragna estabeleceu ao longo de sua trajetória no Estado. No citado documento encontramos também como padrinho Ramiro Guaragna - não foi possível definir o grau de parentesco entre Luiz e Ramiro Guaragna, mas supomos que fossem parentes em 2º grau (tio e sobrinho ou primos). Outro nome citado no documento é de Íris Dal Fiume (parente de Jose Dal Fiume, referido como auxiliar e amigo). Este último recebe também uma pensão no valor de cem réis, e torna-se responsável por zelar pela conservação do jazigo de Guaragna. O testamento ainda aponta para a cessão dos bens quando à morte do último usufrutuário, de modo que a posse destes passaria a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre; então a esta instituição caberia a ornamentação do túmulo do testador, com flores em dia definidos do ano.

No decorrer dos anos subseqüentes, os usufrutuários responsáveis por manter os impostos sobre os imóveis não conseguiram cumprir os desejos do testador. Assim, no ano de 1951 os imóveis passam definitivamente para a Santa de Misericórdia. Com a expansão da cidade houve várias tentativas de urbanização da região da cidade baixa e da *beira rio*, que ainda carregavam as marcas de uma cidade horizontal com seus arraiais, vielas, avenidas e cheias do Riacho.

No ano de 1951, através da palestra proferida pelo urbanista Edvaldo Pereira Paiva no Auditório da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, é ressaltado um projeto para a urbanização da área. Nesta palestra são apontados os vários projetos que não se efetivaram para a região; através de uma analogia, o urbanista ressalta que, para a referida área, o Projeto Capetown¹²⁷ seria o “verdadeiro” projeto de urbanização que resolveria o “entrave ao progresso” da cidade. Assim, descreve o urbanista,

(...) que deve constar um verdadeiro projeto de urbanização, apresentamos, agora, em comparação com o “projeto oficial”, um magnífico plano proposto para uma área similar, existente na cidade do Cabo, capital da União Sul Africana. Trata-se de um núcleo humano de população idêntica [grifos meus] a de Porto Alegre, onde

¹²⁶ Registro Civil de Casamento, 1ª Zona de Porto Alegre, livro de assento de casamentos nº 68 folha 130v, ano 1927.

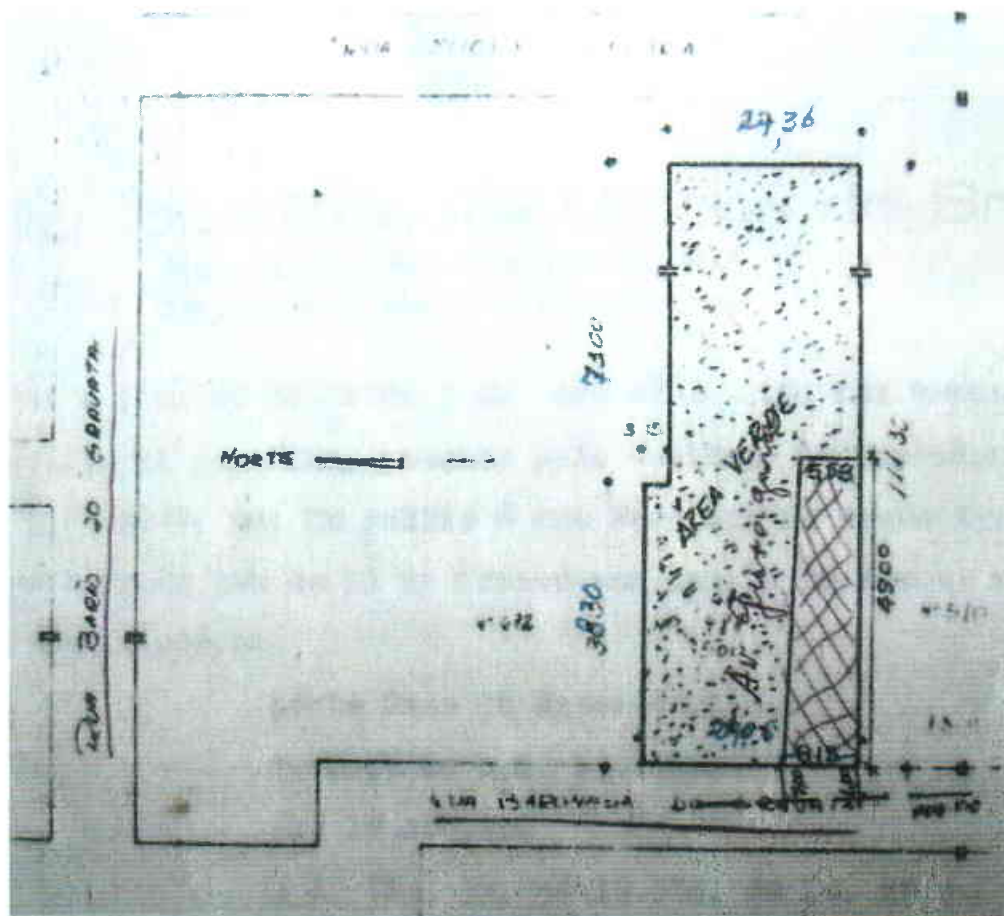
¹²⁷ A cidade do Cabo (Cape Town) é a capital da África do Sul.

foi executado, nos anos de 1944/46, na bacia do porto, um aterro de mais de 150 ha. (...).¹²⁸

A comparação entre os núcleos humanos do Areal da Baronesa e da Cidade do Cabo não pode ser tomada como mera coincidência. A figura de um núcleo populacional negro, empobrecido e contando com precárias condições de vida, próximo ao centro da cidade, remete a uma área em expansão de uma cidade na África do Sul, aos olhos do urbanista. Nesse sentido, uma área que necessitava de um “verdadeiro projeto de urbanização”, por ser considerada fora dos critérios de urbanidade em ascensão, em um processo que pode ser tido como uma verdadeira guerra contra as áreas insalubres da cidade. Ocorre que, na maioria dos casos, os setores empobrecidos da sociedade que habitam estas áreas também passaram a ser alvo dessas campanhas de higienização. Entretanto, ao invés de se proporcionar melhorias nas condições de vida dessas populações nos lugares em que habitavam, eram, ao contrário, desterritorializadas e levadas a outras regiões, no geral afastadas do centro das cidades. Nesse caso, um território cuja população era em larga medida afro-descendente necessitava, aos olhos do urbanista, de uma verdadeira renovação. Assim, não parece ser à toa a comparação entre Areal da Baronesa e uma região urbana de um país que por séculos excluiu a população de maioria negra, instalando-a em áreas segregadas, instituindo o regime político denominado de Apartheid.

Inserida no Areal da Baronesa, a Avenida Luís Guaranha foi alvo, ao longo de mais de um século de existência, da especulação imobiliária, que conseguiu transformar todo o entorno da Avenida, transformando o bairro em uma zona de classe média. Veja-se, além das obras de aterro do Guaíba ao longo das décadas de 40, 50 e 70 - que permitiram o crescimento da cidade em direção a uma área antes ocupada pelo rio - a canalização do Riacho, a construção da Av. Ipiranga e outras largas vias de tráfego como a Av. Aureliano Figueiredo Pinto, o projeto de urbanização que levou o sugestivo nome de Projeto Renascença, e culminou com a destruição do antigo bairro popular Ilhota, adjacente ao Areal da Baronesa. Interessante notar que o território do Areal estava incluído no referido projeto, e sofreu grandes modificações. A área da própria Avenida Luís Guaranha estava destinada a ser desocupada e transformada em área verde.

¹²⁸ Fundo: SMOV/ Obras e Viação. Separata da Revista do DPM. Dezembro de 1951. Urbanização da Praia de Belas.p.8.AMMV.



Projeção da instalação de Área Verde na Av. Luís Guaragna (Projeto Renascença).
Fonte: CEPDOC/SCMPA

Sobre isto, veja-se abaixo uma carta, redigida por membros da diretoria da Santa Casa de Misericórdia à Prefeitura Municipal, datada de 13 de Janeiro de 1981¹²⁹:

Prezado irmão

A nossa irmandade possui, dentre os imóveis que integram o seu patrimônio imobiliário, um que, pelo fato de ter o primeiro plano "Diretor de desenvolvimento urbano de Porto Alegre-PPDDUPA" ratificado e já prevista destinação total desse terreno para área verde, não deixa agora outra alternativa a esta instituição senão a de iniciar, e de imediato, negociações com a Prefeitura Municipal para sua permuta por outra área.

Sugerimos logo uma permuta por sabermos ser esta a transação mais viável, mais rápida e a que nos possibilitará obter um valor justo pelo nosso terreno, e ainda, com a probabilidade de recebermos em troca imóvel localizado dentro da área do Projeto Renascença,

¹²⁹ Carta anexada ao inventário de Luiz Guaragna, bem como a documentação dos autos do processo de transmissão dos seus bens para a Santa Casa - Documento 370 - Legados, Doações, Testamentos. Documento originário do patrimônio 370, maço 12 A . CPDOC/SCMPA

remanescentes de inúmeros que ali foram desapropriados, pelo fato do imóvel da Sta. Casa também integrar a área do projeto.

O imóvel da Santa Casa que nos referimos é oriundo do "testamento feito por Luiz Guaragna, inventariado em 1945, cujo legado foi representado pelos pequenos e antigos prédios sob número 480, 488 e 492 e 500 da rua Baronesa do Gravataí e respectivos terrenos que no seu todo tem a área de 3.080 m².

Vemos que os membros da Santa Casa solicitam a permuta do terreno herdado de Luiz Guaragna por outro dentro do perímetro do Projeto Renascença, indicando que esta área se tornaria área verde e, do mesmo modo, que foram muitas as desapropriações e remoções realizadas no processo. Prossegue a carta, em um tom ainda mais pungente quanto à extinção da avenida:

O que sempre existiu nesse enorme terreno, afora as quatro casinhas mencionadas, foi um verdadeiro cortiço, há alguns anos atingido por um incêndio. Posteriormente, em razão do quase total abandono a que foi relegado a porte do cortiço incendiado, terceiros, em grande número, invadiram-no e ali levantaram diversas malocas, e os casebres incendiados foram restaurados e ocupados pelos próprios moradores.

A exemplo de tantos outros é aquele local um foco de imundícia, tratando-se de um terreno cujo nível é inferior ao da rua a que faz frente, é ele alagadiço, mormente no inverno, tornou-se ao longo do tempo um amontoado de casebres, abrigando mais de duas centenas de pessoas que ali vivem num verdadeiro sub-mundo, e que como tal, não poderia deixar também de homisiar maconheiros e assaltantes.

Em fins de 1978, quando a nova administração da Santa Casa confiou à Ladeira Imóveis Ltda. seus imóveis de locação, foi que, graças ao árduo e eficiente trabalho desenvolvido por essa firma junto aquela gente, foi que a Santa Casa conseguiu retomar a posse integral desse imóvel, mediante a renovação dos contratos de locação, tanto sobre as casinhas restauradas por terceiros, como também por terreninhos já ocupados indevidamente por terceiros, intrusos, e ainda a expulsão de outros.

Vemos que a entidade proprietária do terreno considera-o um "verdadeiro cortiço", "foco de imundícia", alagadiço, um "amontoado de casebres", um "verdadeiro sub-mundo", repleto de maconheiros e assaltantes. Os atos informais de ocupação dos terrenos por terceiros é tomado como um verdadeiro crime. Percebemos, assim, que mais de um século depois da consolidação do Areal da Baronesa como território em Porto Alegre, uma visão degradante e estigmatizada persiste e se reforça, ainda mais diante de uma série de reformas urbanas entre as quais o Projeto Renascença parece ser o último capítulo. Prossegue a carta:

Eis aí, Sr. Provedor um quadro real dessa valiosa propriedade de n/ Santa Casa, condenada definitivamente a uma futura desapropriação. Por isso, devemos tentar uma permuta por ser mais rápida e favorável sob qualquer que for analisada.

Como entendemos que também está na hora desta irmandade imitando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre daí início a um projeto Renascença no seu patrimônio imobiliário solicito-lhe, sr. Provedor, seja esta proposição submetida a deliberação da n/ egrégia Mesa Administrativa para, aprovando-o dar a necessária autorização de alienação do imóvel acima descrito, em permuta com a Prefeitura Municipal por outro de igual valor.

A Avenida Luís Guaranha, como transparece o tom do documento acima relatado, era tida, tanto pela Prefeitura Municipal – que pretendia instalar ali uma área verde – quanto pela Santa Casa de Misericórdia, como um cortiço a ser exterminado, condenado definitivamente a uma remoção. Entretanto, a mobilização dos moradores da avenida quando da permuta entre a Santa Casa e a Prefeitura, impediu um tal desfecho para a avenida. Percebe-se, assim, que a exploração imobiliária, o intuito saneador e uma política de segregação da antiga população do Areal – em larga medida afro-descendente – ameaçou seriamente a permanência deste lugar que hoje simboliza todo o território do Areal, completamente descaracterizado de suas feições habitacionais, populacionais e culturais ao longo do Séc. XX.

Através da documentação levantada podemos listar alguns moradores da Avenida Luiz Guaragna e das casas do entorno no ano de 1949. Como verificamos, levando os dados até os atuais moradores, algumas famílias permanecem enraizadas nesse território, resistindo a um amplo processo de desterritorialização da população do Areal da Baronesa.

Casas de Alvenaria do início da Avenida Luiz Guaragna

Rua Baronesa de Gravataí 480	Eva Gomes
Rua Baronesa de Gravataí 488	Leôncio Oliveira
Rua Baronesa de Gravataí 500	Santos & Duarte

Avenida Luiz Guaragna

Casa 1	Sargento Artur Boscaci
Casa 2	Sargento Normilio Medeiros
Casa 3	Maria Izolina Azevedo
Casa 4	Antenor F da Cruz
Casa 5	Eurico A. dos Santos

Casa 6	João F. do Amaral
Casa 7	João Ferreira de Avila
Casa 8	Francisco Martins
Casa 9	João Tuparai
Casa 10	Dorival Garcia
Casa 11	Dorival Garcia
Casa 12	José Silva
Casa 13	Marino Martins
Casa 14	Maria Moraes
Casa 15	Luiz S. Ribeiro
Casa 16	Walter Freitas
Casa 17	Elisa Gonçalves
Casa 18	Gabriela Azambuja
Casa 19	Lídio Fortes
Casa 20	Georgina Lemos
Casa 21	Admar Bitencourt
Casa 22	Alzira Silveira
Casa 23	Donario Marques
Casa 24	Georgina Silva
Casa 25	Oscarino Prestes
Casa 26	Manoel de Oliveira Marques casado com Anita irmã de José Vecchio Nunes Gonçalves (morador casa 27)
Casa 27	Dorcelina V. Gonçalves (apelido d. Morena) casada com Otaviano Nunes Gonçalves pais de José Vecchio Nunes Gonçalves (nasc 06/12/1925). José casa-se com Olga Silveira (nasc 1930) em 1949.

Sobre a trajetória dos moradores do referido ano encontramos referências no do relato dos depoentes mais antigos da comunidade da Avenida. É constatado a presença de servidores da Brigada Militar do Estado, o que se torna recorrente também em função da proximidade com os quartéis. Também a família moradora da casa 27 é uma das mais antigas permanecendo neste local há mais de 4 gerações, ampliando os laços familiares pela avenida e com o Beco da Barão, comunidade lindeira à Luís Guaranha.

Em 1973, as casas 12 a 19 foram atingidas por um incêndio que se originou na casa 16, residência de Jorge Barbosa Pitana, neste espaço da Avenida foram construídas outras casas que destoavam do conjunto inicial. Por alguns anos houve uma cobrança efetiva dos aluguéis por parte da Santa Casa através de algumas imobiliárias. Mas nota-se pelos autos da documentação a dificuldade de controle dessas cobranças, pois algumas casas e terrenos foram ocupados informalmente, ou sublocados. No ano de 1978, a Santa Casa e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre iniciaram um processo de permuta da área incluindo os prédios 480, 488, 492, 500 e Avenida por um imóvel situado na rua Sarmiento Leite, o que se efetivou no início da década de 80 do século XX.

Cap. III – Identidade e Pertencimento Territorial



Casarão de esquina à entrada da Av. Luís Guaranha

Tornamos aqui ao fato de que estamos lidando com uma comunidade que se auto-reconhece como Remanescente de Quilombos na região central de Porto Alegre, metrópole de quase 1,5 milhão de habitantes, capital do Rio Grande do Sul. Como vimos, trata-se de uma comunidade que resistiu à intensa transformação social de uma região da cidade, incluindo drásticas obras de remodelação do tecido urbano e um longo processo de gentrificação, que contribuíram com a quase extinção do antigo território denominado Areal da Baronesa. É necessário, nesse sentido, levarmos em conta o contexto social em que se insere esta comunidade - no interior de uma grande cidade, tendo em vista que as metrópoles são o palco primordial das “sociedades complexas moderno contemporâneas”¹³⁰. Nesse sentido, torna-se fundamental recorrermos a alguns autores que trataram dos assuntos relativos à vida social nas grandes cidades, particularmente na área da sociologia urbana e da antropologia urbana – de importância essencial quando pretendemos compreender certos grupos urbanos, suas modalidades simbólicas de construção de identidades coletivas e suas formas de pertencimento territorial.

¹³⁰ Cf. VELHO, 1999.

Cotidiano, espaço público e vizinhança

Os moradores da Av. Luís Guaranha reconhecem-se e são reconhecidos, por aqueles que vivenciaram esta região de Porto Alegre no passado, como a resistência ao processo de dissolução do Areal da Baronesa. São, em sua maioria, afro-descendentes e carregam o legado desse antigo território negro de Porto Alegre. Trata-se de uma resistência “surda”, uma presença um tanto desconexa que desvela as sucessivas camadas de tempo sobrepostas na construção da complexa paisagem local. Cabe, assim a questão: que os torna um grupo? Se tomarmos como premissa o que se convencionou chamar de “presente etnográfico”, trata-se certamente uma delimitação espacial precisa. Os moradores locais se inserem em uma rede de vizinhança, com grandes singularidades no cenário urbano porto-alegrense.



Intensa ocupação do espaço público na Avenida

Ulf Hannerz é referência importante quando tratamos as redes de relações tecidas em nossas sociedades complexas. Para o autor, em um meio social no qual as relações de parentesco, de amizade e conhecimento se modificam constantemente, a vida social gera redes, sendo este um poderoso instrumento metodológico para a compreensão de conjuntos diversificados de relações sociais em sociedades urbanas e complexas (HANNERZ, 1980, p. 219-220). O sistema global das relações sociais pode ser considerado, para o autor, uma rede total, e a cidade uma rede de redes. Nessa complexa teia de relações, algumas redes podem definir um modo singular de vida urbano, de forma que certas cadeias de vizinhança podem servir como importantes quadros de referência para seus moradores. Tal é o caso dos moradores da Av. Luís Guaranha. Habitando um lugar que denominam avenida, contrariando

as definições usuais que esse termo assume em nosso imaginário¹³¹, são membros de uma comunidade demarcada por uma forma específica de vida urbana.

Estes moradores, em suas formas cotidianas de interação e contato - onde se inserem certas noções de proximidade e afastamento, distância social e vizinhança - constroem um espaço social específico (SIMMEL, in: MORAES FILHO, 1983, p. 21). Georg Simmel compreende a Sociedade através das relações sociais entre indivíduos e grupos; nesse sentido, para o autor, a vida social implica em estar com o outro, para o outro, contra o outro (idem, p. 166), e as formas de realização das interações ganham vida própria, em processo de autonomização dessas formas de interação. É da autonomização das formas em relação aos atores individuais que resulta, para Simmel, a sociabilidade – forma lúdica fundada na troca entre iguais, na qual o grande motivo da sociação é a própria existência da interação¹³². São justamente as formas de sociabilidade entre vizinhos que configuram o diferencial da Luís Guarânia no meio urbano onde se insere. Um espaço social onde todos se conhecem, todos se vêem e interagem constantemente, principalmente no espaço público. Compartilhar do que podemos chamar de uma sociabilidade de rua é dimensão extremamente importante de imersão na comunidade. Parafraseando Elizabeth Bott (1957, p. 45), trata-se de uma rede social de malha estreita, marcada pela proximidade entre vizinhos. Se, novamente em Simmel, as formas de relação social têm diferentes temperaturas (MORAES FILHO, p. 132), determinada pela natureza total de seus elementos constituintes, podemos sem dúvidas afirmar que na Luís Guarânia encontramos uma forma de “sociabilidade quente”.

Trata-se, genericamente, de uma população marcadamente pertencente às classes populares, empobrecida e negra, que habita um gueto, para no referirmos ao termo amplamente empregado pelos autores da Escola de Chicago, clássicos no estudo de sociologia urbana¹³³. Preocupados com enclaves étnicos, minorias, áreas “desorganizadas”, pobres, mal faladas, onde residiam estrangeiros, buscavam compreender a diversidade da vida social nos distintos bairros da cidade. Assim, seus estudos permitem lançar luz à realidade social da comunidade em questão, quanto às formas de organização social no meio urbano. As formas que assumem as relações de vizinhança, parentesco e pertencimento étnico são elementos fundamentais na autonomização dessa área da cidade.

¹³¹ Referimo-nos aqui às grandes vias de tráfego que caracterizam as metrópoles contemporâneas.

¹³² Não excluindo aqui a existência de inúmeros conflitos que se geram nessas experiências entre habitantes locais, sendo também essa, para Simmel (In: MORAES FILHO, p. 125), uma forma de interação fundamental para a existência da sociedade. As discordâncias são constituem formas de negociação inerentes às interações humanas, e às vezes são os motivos da existência de relações.

¹³³ Para Hannerz, tais foram os pioneiros na aproximação etnográfica da vida urbana (1980, p. 51), que se modificava tão intensamente no início do séc. XX.

A mera observação dessa comunidade em relação à região onde se insere atualmente permite identificar seus traços distintivos. Entretanto, para compreender plenamente a singularidade dessa comunidade, há que se ter em conta o processo histórico que nos traz até as atuais circunstâncias, ou seja, a quase dissolução do Areal da Baronesa, como resultado da segregação de sua população, seus costumes e tradições, em meio à invisibilização da etnia negra em Porto Alegre. Robert Ezra Park, estudioso mais importante da Escola de Chicago, apontava para a tendência à superficialidade nas relações no meio urbano, porém salientava a existência de laços estreitos e estáveis em meio à pluralidade de estilos de vida na cidade (HANNERZ, 1980, p. 44). Algumas palavras do autor permitem compreender os laços que fazem com que os moradores da Luís Guaranha se reconheçam como uma comunidade, e que podemos identificar, através da pesquisa científica, como uma rede de vizinhança.

Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. Cada parte da cidade tomada em separado inevitavelmente se cobre com os sentimentos peculiares de sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro da vizinhança, a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente... (PARK, 1973, p. 30).

Nesses termos, é certo que o espaço social da Avenida Luís Guaranha assume o caráter do modo de vida de sua comunidade, uma rede de vizinhança com “sentimentos, tradições e uma história sua”, como salienta Park. Assim, apesar da tendência ao ar *blasé*, à superficialidade das interações, à substituição dos contatos primários pelos secundários no ambiente social das grandes metrópoles, tanto Park como Louis Wirth¹³⁴ (1973, p. 100) indicam que, em certas áreas, tende a se intensificar a solidariedade dos grupos locais. Velho, referindo-se a Gluckman (1999, p. 31-32) afirma que, mesmo em meio urbano moderno, pode-se encontrar “pockets of social relations” onde as experiências típicas de sociedade em pequena escala seriam encontradas. Entre elas, alguns tipos de vizinhança, com redes estreitas de relação, onde as experiências coletivas constroem *ethos* e estilos de vida fortemente ancorados a este domínio. No caso do Quilombo do Areal, o *ethos* da comunidade inclui o estar na rua e a solidariedade entre os vizinhos, dimensões essenciais do “morar em casa de avenida” que se constitui como experiência comum aos muitos moradores e suas famílias.

¹³⁴ Também um dos principais ícones da Escola de Chicago.

É certo que a dinâmica do cotidiano do lugar se desenrola não apenas entre os moradores locais, mas entre estes, os visitantes regulares e aqueles que apenas passam por ali. Como se trata de uma rua sem saída, não serve de passagem para desconhecidos que buscam outros lugares. Em sua feição de beco - em cuja entrada sempre se encontram jovens recostados em calçadas e muros - trata-se de um lugar evitado, a não ser para quem busca algum dos moradores locais. Entretanto, mesmo quando tratamos da comunidade como uma rede de vizinhança espacialmente delimitada, não se pode pensar nesse grupo como estando fechado às conexões para com a trama da vida urbana em que se situa. Há que se ter claro, como afirmado anteriormente, que não se trata de uma comunidade homogênea e coesa. Para além das redes de vizinhança, as relações sociais dos sujeitos nela inseridos formam redes que se estendem para muito além do domínio da comunidade, fundadas em laços de parentesco, de amizade e compadrio, relações étnicas, religiosas, profissionais, sexuais e assim por diante, que se conectam de múltiplas maneiras.

A Rua



Churrasco na rua, em frente ao casarão de esquina

A rua é o local central na vida social Luís Guaranha: é nela que se dá o convívio lúdico, as brigas, as tensões; é o lugar de encontro e de visibilidade entre os moradores. Ali, no efervescente espaço público, se negocia a vivência coletiva, se constroem as redes de vizinhança, de compadrio e solidariedade. Isso pode ser indicado como elemento central na constituição do modo de vida do grupo, apesar de haver famílias que não habitam o espaço da rua, a não ser como passagem. Essas famílias, justamente por esse isolamento, são geralmente consideradas menos participativas na comunidade.

Para Abraham Moles e Elisabeth Rohmer (1982, p. 11), o espaço emerge como quadro da existência individual e coletiva; na cidade, o ser social está em permanente contato com o ser individual, de modo que o espaço nunca é neutro, mas sim fonte permanente de comportamentos. A rua, lugar público por excelência, para os autores, cumpre uma função fundamental nesse sentido, pois une os domínios privados das residências, sendo, portanto, meio onde o ser sai do exílio interior para participar da vida social (1982, p. 134). Se, por um lado, a rua é primordialmente um lugar de passagem, não se pode deixar de levar em conta que é nela que se desenrola grande parte dos nossos encontros e descobertas. Dessa forma, Moles e Rohmer (1982, p. 134) identificam duas funções primordiais que animam as ruas da cidade: o deslocamento em direção a algum lugar e a permanência, o parar para estar. Se, para os autores, em nossas cidades hoje em dia há um desequilíbrio entre as duas funções, já que se privilegia a passagem em detrimento à permanência, na Luís Guaranha elas se ordenam de forma diferente. Sob a alcunha de avenida, para seus moradores, a Luís Guaranha seria considerada uma rua residencial na tipificação proposta pelos referidos autores. O acesso é local, uma vez que não há saída. Em nossa linguagem corrente, podemos dizer que seria um beco, onde predomina a função de permanência e não a de trânsito. Não há comércio – apenas uma revendedora de gás que geralmente atende aos pedidos de pessoas residentes no local e nos arredores, entregando-os de motocicleta; além desta, há uma lanchonete, que da mesma forma atende aos membros da comunidade. Assim, apenas os moradores - e visitantes em busca de moradores – circulam pela avenida. Esta rua de intensa vida social demonstra-se avessa à tendência de “esfriamento” dos espaços públicos da cidade (MOLES e ROHMER, 1984, p. 144), grande parte dos quais reduzidos à função de passagem em decorrência do conjunto de forças sociais que minam o espírito da rua como lugar de convivência.

Para além dos encontros e sociabilidades na rua, na Luís Guaranha também alguns dos pequenos pátios servem de abrigo para reuniões lúdicas entre vizinhos¹³⁵. Na rua e nos

¹³⁵ Segundo Roberto DaMatta (2000), o pátio consiste em um espaço intermediário entre casa e rua, nem privado nem público, definido nessa dualidade conforme os usos que se faz dele.

pátios, bem como através das janelas que se debruçam para a rua, as pessoas se vêem e conversam sobre o que passou e o que se passa com eles e com os demais moradores. Os espaços da rua, as calçadas e seus cordões, as soleiras das portas e as entradas dos pequenos corredores e becos que levam às “casas dos fundos”, são lugares demarcados pela sociabilidade face a face, pelo que Robert Ezra Park (1973, p. 46) denomina relações primárias. Para o autor, como visto, os grupos sociais muitas vezes constroem traços comuns e definem estilos de vida próprios, ocupando os espaços da cidade através de usos específicos; dessa forma, emerge o que o autor denomina “regiões morais” (PARK, 1974, p. 64). A Luís Guaranha, dessa forma, pode ser reconhecida como uma Região Moral, marcada principalmente pelo *ethos* popular, pela presença negra, pela sociabilidade de rua e pela solidariedade entre vizinhos.



Sociabilidades na rua, em frente á antiga sede da Associação dos Moradores

Essas relações primárias entre os habitantes locais envolvem algumas práticas habituais. Isso porque encontramos certas recorrências nos tipos de relação entre os grupos e os lugares específicos que ocupam na rua. As rodas de sociabilidade entre vizinhos, amigos e grupos etários se reúnem quase cotidianamente, ocupando posições demarcadas no espaço por uma ética habitual que define os grupos, e as pessoas em seu pertencimento a eles. Surge assim o que podemos identificar como pequenas regiões morais no espaço público da avenida, onde se constroem as diferentes formas de estar na rua – algo a que Maria Helena Sant’Ana

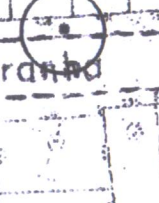
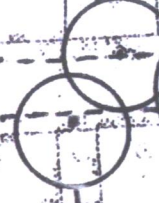
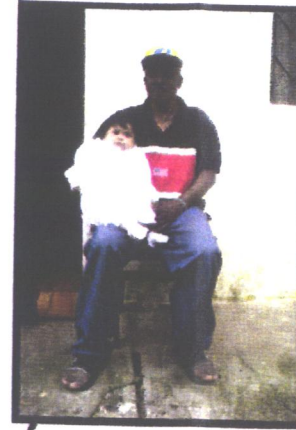
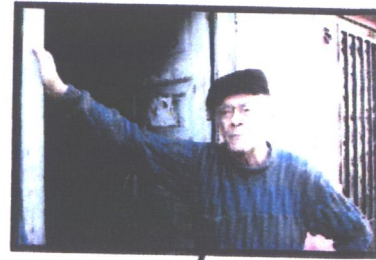
(1996, p. 75), em seu estudo sobre a Vila Cai-Cai em Porto Alegre, chama de “pequenas territorializações”. Muitas senhoras freqüentemente conversam nas calçadas em pequenos grupos, sentadas em bancos e cadeiras reservadas especialmente para esse estar na rua. Os jovens reúnem-se na entrada da avenida, sentados nas sarjetas, encostados em carros, postes ou placas de trânsito; outro grupo reúne-se em frente à casa de um jovem morador - que se configura como elemento central de agregação de uma rede de amizade - onde ficam “trocando idéias e se divertindo”, como manifestou uma jovem de 18 anos para a equipe de pesquisa. O intercâmbio entre essas duas regiões é constante. As crianças perambulam pela rua o tempo todo, brincando, correndo e andando de bicicleta, rabiscando a rua com pedaços de tijolo ou jogando amarelinha. Nos dias de sol, jogam futebol e desenvolvem outras brincadeiras na larga calçada do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), um espaço adjacente à Luís Guaranha, porém a ele integrado pelo uso lúdico para o qual é apropriado por jovens e crianças do local. Ali, se dá o encontro entre os moradores da Luís Guaranha e do Beco que existe ao lado da Avenida¹³⁶.

O espaço público, na Luís Guaranha, é palco onde esses pequenos eventos cotidianos se sucedem e aglutinam moradores. Brigas, trocas de informações sobre práticas como bordado e conserto de equipamentos elétricos, e mesmo o compartilhamento de brinquedos entre crianças, se dão na rua - quando muito nos pequenos pátios. Entretanto, apesar do efervescente espaço público, onde os moradores interagem e se comunicam, há pessoas que pouco saem de suas casas para permanecer na rua, assim como há casas que permanecem fechadas praticamente todo o tempo. Outras, ao contrário, são abertas e expostas, de modo que todos podem ver o que há lá dentro, e quando são “de casa”, podem entrar sem restrições.

É principalmente no espaço da rua que se dão as sociabilidades entre vizinhos, entre moradores e visitantes. Essas conversas despreziosas nas calçadas incluem uma disposição corporal que conforma o modo de “estar na rua”, sentar nas sarjetas, encostar-se às soleiras das portas para conversar com quem está no espaço público¹³⁷. Isso talvez porque as casas

¹³⁶ Este, para os moradores da Luís Guaranha, não se constitui como uma avenida como a que eles próprios habitam. É o Beco da Barão, Beco da Solidão ou simplesmente o Beco. Verificamos, através da etnografia, laços de parentesco, amizade, de prática religiosa e compadrio entre as duas comunidades. Entretanto, reconhecem-se como grupos diferentes, que em nada coincidem em termos de identidade e pertencimento territorial, apenas se conhecem e moram próximos. Entretanto, também no beco habitam remanescentes do antigo Areal. Um dos moradores do beco certa vez questionou à equipe à respeito da Luís Guaranha: “Alguém avisou pro pessoal da Guaranha que não é só lá que era Areal?” Tornaremos à questão das fronteiras no decorrer do capítulo.

¹³⁷ Para nós pesquisadores foi necessário adotar estas disposições corporais que marcam o *ethos* do grupo para bem desenvolver a técnica da observação participante.

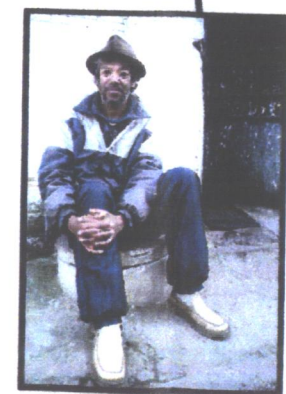


TERRAS QUE SÃO OU FORAM DE JOÃO GARDUMI

TERRAS QUE SÃO OU FORAM DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

R. Baroneza do Gravataí

R. Luiz Guarani



são, em sua imensa maioria, bastante diminutas, e ocupadas por extensas famílias. Os pátios geralmente são reaproveitados para construção de novos cômodos, abrigando parentes, filhos que se casam, pessoas que sublocam peças das casas. Assim, muitas das casas não têm pátio, e é nítido que há grande densidade demográfica, pois há “pouca terra” em face do grande número de habitantes. Na grande maioria dos lotes, as paredes das casas iniciam-se logo junto à calçada; além disso, as residências são quase todas geminadas, de modo que não há espaços laterais entre elas. Quando muito, sobram pequenas porções de pátio, geralmente pouco iluminados, onde se cultivava um pequeno jardim ou se cria um animal de estimação.

Como há poucos pátios, esse espaço intermediário entre casa e rua, nem privado nem público, em inúmeras ocasiões, e mesmo no decorrer da vida cotidiana dessas pessoas, se dá uma prática que Carlos Nelson dos Santos e Arno Vogel (1981, p. 16) identificaram: através de uma inversão simbólica, mediante os usos que se faz do espaço público, a rua vira casa. Como bem indicam os autores, também o processo inverso se dá, e se publiciza os espaços privados, no caso de festas e da grande exposição a que alguns moradores submetem suas casas. Os pátios, quando passíveis de abrigar atividades lúdicas, se publicizam nas brincadeiras das crianças, que entram e saem pelos portões, confundindo os espaços público e privado.

Muitas casas, se anteriormente contaram com pátios, hoje já não os têm. Grande parte dos espaços desses antigos pátios é atualmente ocupada por novas casas, peças e “puxados”, agregados às antigas residências, como dito, conforme crescem e se dividem as famílias que ocupam os lotes. Ou, em caso de a família estar passando por necessidades, aluga-se peças das casas. É comum que os moradores dessas peças aos poucos se estabeleçam no local, comprando ou permutando partes do lote. Assim, os núcleos familiares iniciais podem abrir espaços para que outros parentes, amigos e inquilinos venham a habitar a mesma porção de terreno, construindo novos cômodos ou puxados para que estes se instalem¹³⁸. Como é o caso de muitos dos moradores dali, dessa situação inicial, temporária, conseguem comprar uma casa na avenida ou em outra região, e abandonam o terreno anterior.

O bom convívio com a vizinhança e as redes de solidariedade entre os moradores quando passam por dificuldades é elemento de positivação da comunidade para muitos dos moradores. Comumente salientam que o lugar é “bom de morar”, porque “todo mundo se

¹³⁸ Isso tornou-se particularmente relevante quando aplicamos os questionários sócio-econômicos nos membros da comunidade; Situa-se, como elemento central nesse instrumento os chefes de família - a abordagem se dá pela residência comum e pela noção de família extensa. Os moradores indicaram, ao contrário, que deveriam ser consideradas famílias as famílias nucleares (pai, mãe e filhos); desse modo, cada casa abrigaria várias famílias.

ajuda”, como me disse D. Rosa. Enfatizam-se, nesse sentido, as relações de solidariedade entre vizinhos em casos de necessidade, como se observa no relato de D. Célia¹³⁹:

Foi muita água, muita chuva. Aí eu me acordei, passava da meia noite já. Eu ouvi o barulho da chuva, digo Meu Deus, está chovendo. Vou dar uma olhada no tempo, pensei. Foi a minha sorte. Quando eu saí da cama e cheguei na metade da sala eu senti a água nos pés. Aí acendi a luz e me apavorei. Aí eu vi que tinha água e a água cada vez entrava mais. Aí eu abri a porta e gritei socorro. Aí quando eu abri a porta, aí veio de verdade. Mas eu tenho meu povo aqui, que é coisa muito boa, a minha gente aqui, sabe? Eu gritei socorro umas duas vezes e veio os guris de cá e os guris de cá, e pegaram balde, pegaram pano e vassoura, e começaram, trouxeram uns tijolos grandes e colocaram o sofá grande em cima e colocaram o pequeno em cima dele. E começaram com balde e vassoura... Os guris foram muito legais comigo, me ajudaram e ficou tudo certinho. ...isso aqui era um Guaíba aqui dentro da minha casa.

Daiane, 19 anos, “nascida e criada na avenida”, afirmou, depois que perguntamos sobre o que torna a Luís Guaranha um lugar especial na cidade¹⁴⁰:

Eu adoro morar aqui, porque eu me criei aqui dentro da Guaranha. Tem gente boa, ninguém é ruim pra ninguém aqui, eu acho. Todo mundo é unido aqui dentro da rua. Todo mundo se ajuda quando falta alguma coisa, remédio essas coisas. Bate de porta em porta, alguém empresta alguma coisa. [...] Todo mundo fica aqui na rua, se divertindo, dando a idéia do lugar... é isso o especial.

A Luís Guaranha, para estas pessoas, é “boa de morar” por consistir em um território de habitação popular em uma região central, marcado pelas redes de solidariedade entre vizinhos – dimensão que emerge na recorrente expressão “aqui todo mundo se ajuda”. A despeito dessas redes de auxílio, entretanto, alguns moradores salientam o fato de “ninguém se dar bem” ali dentro, de inexistir união entre vizinhos e predominarem as tensões e rixas. Creio que tais conflitos também configurem esse modo de vida popular, e a coexistência de múltiplas formas de identificação dos moradores em relação ao local seja indício da natureza complexa da “comunidade”, onde pessoas com as mais diversas trajetórias sociais formam uma rede de vizinhança.

¹³⁹ Entrevista realizada em 22/09/2005, por Olavo Ramalho Marques. Não possuímos o nome completo da entrevistada.

¹⁴⁰ Entrevista como Daiane Carvalho da Rosa, realizada em 05/10/2005, por Olavo Ramalho Marques.

Trajetórias sociais: circulação, retorno e enraizamento:

Eu nasci na Miguel Teixeira, nº 65. Ali que eu nasci, me criei. [...] Avenida Oriental naquela época. A minha mãe já morava... [*Meus avós*] Também. A minha avó morreu ali. O meu pai morreu ali. Quando eu me casei, eu morei 23 anos na [*Rua*] Lima e Silva. Eu tinha casa ali. Aí, eu criei meus filhos, ali na Lima e Silva. Quando eu saí da Lima e Silva eu fui morar lá no [*Bairro*] Humaitá. Eu morei sete anos no Humaitá. Aí, depois eu não quis morar mais. [...] Aí eu já tinha terreno lá em Viamão, aí eu botei uma casa lá em Viamão. Quando a minha mãe ficou doente é que eu vim pra cá. Minha mãe e meu irmão. Aí Voltei pra cá, voltei para as minhas origens. Voltei de novo para o Areal da Baronesa.

D. Rosa¹⁴¹

Eu nasci em 1930. ... Eu nasci na [*Rua*] 28 [*de Setembro*]. . Na 28 que era o riacho. Agora é o riacho, né? Ali era a 28. Depois que eu saí dali, eu fui morar lá na José de Alencar, onde a minha mãe casou de novo e foi morar na José de Alencar. Aí eu fui morar perto lá, numa casa. Ali perto dela. Aí eu tive o meu guri mais velho e depois o outro eu também tive lá. Depois de lá eu vim pra cá. Aqui morava a minha cunhada. Eu morava numa peça. A minha sogra morava aí do lado.

D. Olga¹⁴²

Essas falas, de D. Rosa e D. Olga, duas das mais antigas moradoras da comunidade, gravadas em entrevista pela equipe de pesquisa, revelam-se exemplares no que podemos compreender como elemento central nas trajetórias familiares e individuais dos membros do Quilombo do Areal: a mobilidade. Essas trajetórias, mesmo das famílias mais antigas no local, incluem recorrentemente períodos de residência em outros lugares da cidade, muitas vezes próximos dali, em grande parte dentro do Areal da Baronesa. São freqüentes nas narrativas biográficas desses moradores relatos de períodos em que se instalaram em outros locais com modo de vida semelhante ao da Avenida, tais quais cortiços, pensões e avenidas nas ruas Barão e Baronesa do Gravataí, Miguel Teixeira, André Belo (antiga Rua Pacífico), Travessa Pesqueiro, etc., bem como em antigos becos do centro da cidade e ruas destruídas através de grandes obras de infra-estrutura urbana implementadas na região. A esse respeito, D. Rosa relata: “Minha mãe nasceu em Pedras Brancas. Depois ela morou no Beco do Oitavo. No antigo Beco do Oitavo. Depois é que eles vieram morar pra cá... Saiu dali do beco do Oitavo e foi morar na Avenida dos Padres”. Depois de um período residindo na Av. dos Padres é que sua mãe se instala na Av. Oriental. Cabe aqui um breve comentário sobre o Beco do Oitavo, antigo reduto de populações pobres do centro da cidade, cuja imagem estava ligada

¹⁴¹ Entrevista com Rosa de Abreu Gomes, realizada em 07/06/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

¹⁴² Entrevista com Olga Silveira Gonçalves, realizada em 12/07/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

à prostituição, desordem e arruaça, tendo sido destruído como medida exemplar de higienização da área central, na época do governo de Loureiro da Silva.

Muitas das atuais famílias de moradores vieram do chamado “Beco do Mijo”, antigo conjunto de casas bem defronte à entrada da Luís Guaranha, demolido para a construção do Conselho Regional de Contabilidade em fins da dec. de 70. Esse processo de ocupação da Avenida depois da extinção do Beco é tido para alguns moradores como um marco no que podemos chamar de um “declínio moral da comunidade”. Certos depoimentos são contundentes nesse sentido, como o de um antigo morador que afirmou, informalmente: “Aqui só tinha gente boa. Depois que acabaram com esse beco aí da frente é que isso degradingou!”. Novamente, a questão dos conflitos e das diferentes formas de marcar o pertencimento à comunidade vêm à tona¹⁴³. Entretanto, para além dessa diversidade, cabe afirmar que o fato de os indivíduos e as famílias residirem por certos períodos na Luís Guaranha, depois retornarem, ou residirem em lugares próximos, conhecendo a avenida e suas redes de vizinhança, e mais tarde virem a se instalar na avenida, é marca do que podemos chamar, evocando Gilberto Velho (1999), de uma trajetória social dos indivíduos e famílias nesse grupo. É extremamente comum que pessoas e famílias tenham residido por determinados períodos em quartos ou peças nas casas de parentes e amigos. Assim, os laços de compadrio, se sobrepõem laços de parentesco, já que, como disse D. Rosa, “Quando tem muita gente junta, é difícil não dar casamento”. Em diversas situações de pesquisa, os moradores locais tentavam nos explicar as suas complexas relações de parentesco: “fulana é sobrinha de cicrana...”; “Depois eles casaram e moraram nos fundos da Olga, que ela é cunhada dele...”. Sobrinhos, genros, filhos, cunhados, todos esses laços se unem na transmissão das casas quando alguém parte dali.

As saídas e chegadas dos novos moradores são extremamente comuns, ocorrendo ainda hoje e presentes, como dito, nas trajetórias dos mais antigos membros da comunidade. Entretanto, há uma lógica de inclusão de novos membros na comunidade, que se mostra extremamente facilitada quando as pessoas se conhecem, fazem parte de redes de relações fundadas no parentesco e no compadrio que orientam o pertencimento ao grupo (destaca-se aqui o fato de terem residido nos arredores e em outras avenidas). Alguém que chega, sendo identificado como parente de um antigo morador ou reconhecido por ter residido nos arredores e circular por ali anteriormente, é rapidamente incluído nesse sentido de comunidade que permeia o grupo. Outros novos moradores, sem vínculos sociais, *outsiders*¹⁴⁴

¹⁴³ Sobre a questão do conflito entre antigos e novos moradores ver MARQUES, 2006, p. 85-93.

¹⁴⁴ Cf. ELIAS e SCOTSON, 2000.

em relação às redes de relações que permeiam a comunidade, podem levar mais tempo ou ter maiores dificuldades para serem reconhecidos nesse sentido.

Como afirmado anteriormente, a questão das redes de parentesco está decisivamente ligada à coabitação em um mesmo terreno. Essa forma de coabitação de vários núcleos familiares em um mesmo terreno fundamenta grande parte das reformas e reconstrução das casas. Mas, para além das redes de parentesco, há também as redes de amizade e de trabalho que permitem essa habitação conjunta, mesmo que em situações temporárias. Quando não se trata de habitar um mesmo lote, há indicações de casas vagas para os conhecidos. Mesmo entre os mais antigos moradores, é comum terem chegado à Luís Guaranha através de redes de trabalho, alugando peças de casas moradores ainda mais antigos no local, no início, e se estabelecendo de forma definitiva posteriormente.

Lucília¹⁴⁵, por exemplo, afirmou que nasceu e morou toda a vida no Areal da Baronesa:

Eu moro nessa zona aqui há 61 anos. Só mudei de rua. Morei ali [na Rua Baronesa do Gravataí], morei na Múcio [Teixeira]. Depois meu filho mais novo comprou aqui, agora a gente mora aqui. Aqui na Guaranha, primeiro morei dez anos, agora faz dois que eu voltei... Sempre aqui, 61 anos aqui!

Lucília reside com sua família na parte superior de uma casa de dois pisos na Luís Guaranha. No andar inferior reside D. Célia, moradora da avenida há mais de quarenta anos, que veio da cidade de Ijuí para Porto Alegre trabalhar como babá. Residiu durante seis anos na casa de seus patrões, na rua 17 de Julho. Mais tarde, saiu dessa casa e se estabeleceu na Luís Guaranha; em conjunto com uma sobrinha sua, com quem trabalhava, alugou a peça da frente da casa de uma senhora, por ser próxima ao trabalho. A senhora foi embora e ela passou a alugar a casa toda, já que na época a Luís Guaranha pertencia à Santa Casa. Como se percebe, os antigos moradores que alugavam peças de suas casas, quando faleciam ou iam embora, geralmente deixavam as casas para seus sob-locatários. É muito comum nos relatos dos moradores, da mesma forma, o fato de terem residido em mais de uma casa no local - o que geralmente inclui períodos de saída da avenida em direção a outras regiões da cidade e posterior retorno.

A trajetória de Gessi revela a importância das redes de relações na transmissão das casas. Chegou ali há pouco mais de 20 anos, com seu primeiro marido, Benhur, com quem teve sua filha mais velha, Adriana. Permaneceu durante um tempo na casa de um morador da Luís Guaranha, e mais tarde conseguiu adquirir uma pequena casa no local trocando-a por um

¹⁴⁵ Entrevista com Lucília da Fonseca Leal, realizada em 20/11/2004, por Olavo Ramalho Marques.

bujão de gás. Este barraco de madeira era minúsculo: “Era desse tamanhozinho... Mas era uma coisinha de nada no cantinho ali! Era de brasilit e papelão. Mas assim era um preto, preto, preto que nem a luz clareava!” Como eram insustentáveis as condições de vida na casa, começaram a correr atrás da construção de uma casa nova, o que conseguiram com a ajuda da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que, segundo relatou, dava tíquetes aos moradores para trocarem por material de construção na loja do Vovô, próxima da Luís Guaranha. Construiu a casa com o auxílio do pai e de Benhur. Nessa ocasião é que Gessi ficou sabendo que o pai Adão Rabelo da Rosa, de apelido Rosinha, tinha muitas amizades no local, e conhecia a todos, por ser “da boemia, da noite, do fervo do Areal”, em suas próprias palavras. Apesar de Gessi residir no local há pouco mais de vinte anos, o pai morou durante anos em um “correio” de casas – uma avenida – nas imediações. Gessi e Joel, seu atual marido, cuidam dos quatro filhos de Adriana - que faleceu há cerca de sete anos, logo após o parto do filho mais novo¹⁴⁶ - e ainda vivem na mesma casa, que Gessi construiu com seu pai.

D. Maria, uma senhora negra de cerca de 90 anos, como Gessi, afirmou que seu barraco também era muito precário quando veio para lá, mais ou menos na mesma época de Gessi. Segundo ela, foi uma mulher para quem trabalhou durante muito tempo como doméstica que construiu sua nova casa. Também Maria, apesar de residir na Luís Guaranha há pouco mais de vinte anos, já era conhecida dos mais antigos moradores locais. D. Rosa afirmou que sua falecida mãe já conhecia D. Maria: “A minha mãe é conhecida ela. A gente conhecia assim, na época, né? Se dava com ela e tudo.” A própria D. Rosa, que em sua infância morava na Avenida Oriental, disse que conhecia e tinha amizades na Luís Guaranha, que na época “tudo mundo se dava”, e “a gente se criava tudo junto”, referindo-se ao Areal. Ou seja, os moradores das diversas avenidas se conheciam e estabeleciam amizades em função de trajetos, festas e sociabilidades.

Novamente aqui fica claro, cruzando essas diversas narrativas biográficas, que há uma forte presença das redes sociais no estabelecimento dos novos moradores na Luís Guaranha. Gessi e seu marido se estabelecem através de um conhecido que os ajudou em um período de dificuldades; mais tarde permutaram a casa e lá permaneceram. D. Maria já era conhecida de antigos moradores do Areal, como D. Rosa, cuja mãe foi empregada doméstica e circulava nas “casas de família”. Nota-se que, além das redes de parentesco e compadrio, também as redes de solidariedade – sejam institucionais, como no caso da LBA, sejam relações de auxílio mútuo por parte de pessoas conhecidas – também se configuram como elementos

¹⁴⁶ O interessante é que as crianças chamam Gessi de “vó” e Joel de “pai”, pois as mais velhas foram criadas somente pela mãe, até que ela veio a falecer.

fundamentais nas trajetórias dessas pessoas, permitindo que se instalassem na Luís Guaranha com certa qualidade de vida.

Essas relações de parentesco e compadrio são fundamentais para a eterna reconstrução do cenário local - um filho que se casa, um parente que necessita de abrigo, uma oportunidade de trabalho distante, tudo isso é motivo para reformar as casas, improvisando cômodos nos poucos espaços vazios e nos pequenos pátios. Como disseram muitas vezes, “aquelas casas velhas de madeira, se agente não reformasse elas caíam por cima da gente”. Os moradores, percorrendo suas memórias, referem-se às antigas casas que com o passar dos anos ficavam tortas e bambas, tendo que ser substituídas por novas casas, construídas com recursos próprios, pelas próprias mãos desses moradores, muitas vezes com a ajuda de amigos e parentes, mas muitas vezes contando com o auxílio de órgãos assistenciais municipais e federais.



Rua, casas e Moradores

Quanto aos terrenos vendidos, invadidos, permutados, Gessi afirmou que “aqui é um território sem lei”. Trata-se de uma desorganização criativa que faz com que esse cenário mude a todo momento. Essas vendas, trocas e reformas das casas, feitas à margem da legalidade, perfazem a avenida como um cenário em perpétua transformação. A questão da terra, das reformas, reconstruções, vendas e trocas de casas é uma das tensões mais marcantes na comunidade. Apesar de os terrenos pertencerem à Prefeitura Municipal, sendo, portanto, ilegal a venda e aluguel, e de os técnicos dos poderes públicos alegarem que qualquer obra deve ser comunicada a eles com antecedência aos órgãos responsáveis, reforma-se, vende-se, aluga-se e reconstrói-se as casas frequentemente. De acordo com o que ouvimos de uma moradora, o que se vende ali são “os tijolos, as paredes”, já que “da terra, ninguém é dono”, por não haver escrituras, garantias ou recibos envolvidos na transação. Falam, da mesma maneira, na “venda das chaves” das casas.

Essas práticas corriqueiras entre os moradores, apesar de legalmente proibida sem o aval dos órgãos competentes, denunciam a um só tempo a descrença e o desprezo em relação aos poderes públicos. Em muitos casos, ouvimos relatos de moradores afirmando que, se fossem esperar por atitudes das instituições públicas, suas casas, deterioradas pelo tempo, literalmente viriam abaixo. A demora na reconstrução da Sede da Associação dos Moradores e das doze unidades habitacionais demandadas no Orçamento Participativo de 1997¹⁴⁷ é frequentemente tomada como exemplo. Assim, estes moradores “fazem o que podem” para melhorar suas condições de vida, traçando suas táticas e burlando as estratégias de controle por parte dos poderes públicos (CERTEAU, 1996, p. 46-47). Emergem, assim, as pequenas transformações cotidianas, que demonstram ser a Luís Guaranha um cenário em contínua reconstrução: fachadas são pintadas, residências reformadas e reconstruídas, tudo isso deflagrando tensões entre vizinhos e órgão públicos. Casas, grades e cômodos invadem o espaço das calçadas, terrenos dos vizinhos, de que decorrem pendengas judiciais, embargo de obras, brigas.

Assim, nem tudo se dá conforme previsto e tecnicamente ordenado pelos órgãos público. Assim, pode-se ter claro o que afirma Certeau (1994, p. 41), autor que propõe que as práticas de espaço, embebidas na criatividade dispersa na vida cotidiana, quase nunca seguem normas projetadas pelo planejador urbano. O espaço, assim, é reconstruído e resignificado cotidianamente pelos habitantes da cidade. A Luís Guaranha, então, surge como espaço dinâmico e efervescente. À instabilidade situada no cerne do modo de vida dessa comunidade,

¹⁴⁷ A sede da Associação está sendo atualmente reconstruída, tendo início em dezembro de 2005, com conclusão prevista para o início de 2006, porém não há previsões concretas em relação às residências.

em que são freqüentes as mudanças, os deslocamentos e os retornos, sempre alicerçados nas redes de parentesco, trabalho e compadrio, somam-se a criatividade, a informalidade e o improviso, que são as marcas da forma como esse grupo lida com as dificuldades impostas pela vida na cidade. São, sobretudo, as marcas de um não congelamento desse lugar, uma não frigorificação: se o espaço muda o tempo todo, pode-se perceber que, no âmago das relações na comunidade, mantém-se o modo de vida.

Fofocas e memórias do cotidiano

O cotidiano da comunidade, como dito, inclui uma forte dimensão pública das relações entre indivíduos e grupos, o que chamamos de “sociabilidade de rua”. Esta forma de socição é marcada pela interação lúdica, mas também por tensões e brigas entre moradores, uma dimensão fundamental das relações de vizinhança. Um elemento que permeia essas relações, presenciadas através da observação participante, são as conversas entre os diversos grupos de moradores, sendo um dos assuntos privilegiados as vidas alheias. Trata-se, assim, de uma rede de fofocas, em que as pessoas comentam umas sobre as outras, mostrando-se curiosas sobre os acontecimentos mais recentes, trocando notícias e mantendo-se a par do que se desenrola na comunidade e nos arredores. O mecanismo da fofoca, como uma forma de circulação de informações sobre as vidas dos moradores, mostra-se extremamente importante na construção e manutenção de redes e grupos da comunidade.

Para a antropóloga Cláudia Fonseca, a “[...] fofoca seria instrumental de definição dos limites do grupo – não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não se impõem as mesmas normas; ser objeto, sujeito da fofoca, representa integração ao grupo” (1996, p. 42). O “falar sobre” alguém, sobre relacionamentos e trajetórias, necessariamente passa pelo reconhecimento dessa pessoa ou desses grupos no interior da comunidade. Novamente aqui surge um fator essencial de integração nessa rede de vizinhança de calorosas e próximas relações “primárias”; o sentimento de um pertencimento comum necessariamente passa pelo reconhecimento dos sujeitos como no interior de um coletivo, que conforma o “ser da Guaranha”, como afirmam os moradores. Assim, a fofoca parece constituir-se como elemento essencial na construção desse sentido de comunidade, em que as identidades pessoais são confrontadas com a identidade coletiva. Por meio dela são constantemente atualizadas as “normas” éticas dos grupos de moradores e *habitués* locais. Resgatando Michel Maffesolli, uma prática que acaba por constituir também a singularidade desse espaço social. Em suas

próprias palavras, “O que circula, informações, rumores, imagens, palavras, afetos..., entrando de um modo não desprezível na elaboração dessa entidade que se chama cidade, bairro, quadra, etc.” (1996, p. 264).

Como afirmam Norbert Elias e John Scotson (2000, p. 20), há a fofoca elogiosa e a depreciativa. Através dessas duas modalidades, se constroem as normas éticas dos grupos, e assim se estabelece o pertencimento e eles. “A auto-imagem e auto-estima de um membro estão ligadas ao que os outros membros do grupo pensam dele” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 40). Para os autores, há uma elasticidade nos vínculos que unem a pessoa, em sua autonomia relativa, ao grupo, com sua ação normativa - elasticidades que, entretanto tem seus limites. Entre os moradores mais velhos da Luís Guarânia, por exemplo, condena-se o uso de drogas, fala-se sobre a “boa vida” dos jovens; comentam-se, da mesma forma, as amizades, os namoros, as traições, e assim por diante.



Vizinhas conversando na calçada

Entretanto, para além da ânsia por novidades, através das conversas na rua, além de informações recentes, são repassadas as memórias, os causos, os fatos anteriores e lembranças de antigas histórias, que emergem com muita frequência entre um assunto e outro. Nesse sentido, para além das fofocas elogiosas e depreciativas, há também a fofoca de rememoração - na qual se abordam fatos passados, tanto da vida das pessoas que compõem o grupo que conversa (pessoas falando de si próprias), quanto de outros moradores. Os antigos eventos são retomados de forma narrativa, e, portanto, re-elaborados e ressemantizados, agregando-se novos sentidos e tecendo-se novas relações. Dessa forma, emerge nessas conversas o caráter fabulatório da memória (ECKERT e ROCHA, 2000c). Estando na rua, inserido nas conversas entre grupos de moradores, é inevitável saber através do “falatório”, sob o olhar de quem fala,

informações sobre as pessoas - em que trabalham, de onde vieram, como é a sua conduta moral e assim por diante.

E o falatório entre os pequenos grupos de moradores corre solto nesse espaço da rua. Para além da jocosidade, emergem em muitos casos as tensões incluídas na construção das redes de vizinhança. Na Luís Guaranha, os antigos moradores detêm o conhecimento do passado do local e da região, e assim questionam a autoridade de algumas pessoas para falar sobre esses aspectos da memória desse território. As artes de narrar são frequentemente evocadas quando comentam sobre “as histórias dos antigos”, o “assunto dos mais velhos”, ou “o que contava o meu pai”. “É só história contada, o que eu sei é história que me contaram”, como revelou D.Sônia. Essas formas de sociabilidade de rua, em que as conversas despreziosas nas calçadas assumem um papel preponderante, são fundamentais para a manutenção e atualização de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990) do grupo, elemento central na continuidade das tradições de que são portadores. São, então, as próprias formas de sociabilidade do grupo, em seu cotidiano enquanto rede de vizinhança, que permitem que o legado de histórias e causos sobre o Areal da Baronesa, os escravos, o riacho, as pontes, as “casas de religião” seja mantido vivo, perpetuando-se como elemento de agregação da comunidade.

É muito comum, nessas conversas entre moradores na rua, a referência às transformações acompanhadas por eles ao longo o tempo em que estão lá. Lúcia, por exemplo, em certa ocasião conta para os pesquisadores sobre sua família, que há muitos anos reside no local, e isso serve de mote para que comece a comentar sobre a passagem do tempo e as transformações na própria Luís Guaranha que acompanhou ao longo de sua vida. Assim, conta que ali daquele lado “era tudo mato”, e que ela morava com a mãe em uma casa de madeira ali ao fundo da avenida. Estas moradias do final do “L” (forma da Luís Guaranha anteriormente – uma rua principal com um pequeno prolongamento ao fundo, após um ângulo reto), ficavam em cima de um “patamar”, que as elevava, já que a água cobria os terrenos. Passou a falar sobre as avenidas que existiam no entorno, apontando um prédio situado na Rua Cel. André Belo, que víamos por detrás das baixas casas ao fundo da Luís Guaranha, afirmando que ali existia uma avenida, onde “morava uma parenta nossa”. Novamente, emergem os deslocamentos das populações dos becos e avenidas para outras regiões da cidade, ou seja, os processos de desterritorialização conforme a extinção das anteriormente abundantes avenidas. A emergência dessas memórias nas práticas cotidianas (CERTEAU, 1996, p. 162) sempre traz a tona o devir dessa comunidade, em que são extremamente fortes as repercussões de imagens do passado no presente dos moradores. Ou seja, pela própria

proximidade nas relações entre vizinhos, o hábito constante de conversarem entre si, perpetuam-se e atualizam-se as recordações que conformam a memória coletiva da comunidade.

O Areal, as avenidas e as águas

Tinha a Avenida do Fausto ali, tinha... Ih... A Baronesa... era só avenida!

D. Ana¹⁴⁸

Aqui era só avenida! Avenida, avenida, avenida... Só o que tinha. Não sei quantas mil avenidas ali na frente, ali. Depois, mais adiante, tinha outra avenida. Era avenida, avenida, avenida. Era só avenida! Isso aqui era avenida. Tudo era avenida! Morava dez pessoas, vinte pessoas, sei lá. Ainda tinha gente que subalugava casa.

D. Rosa

As entrevistas com os antigos moradores da comunidade permitiram, sobretudo, descortinar memórias sobre certas fixações do espaço no tempo (BACHELARD, 1993, p. 28), reconstruindo a paisagem de um bairro hoje completamente alterado. Referiam-se sempre às antigas avenidas, que hoje já não existem mais, mas também às pontes, aos terrenos vazios, às casas demolidas, ou seja, às feições do espaço que não duram mais concretamente, mas apenas em suas recordações. Como hoje o Luís Guaranha é a última das avenidas que persiste abrigando essa antiga forma de habitação popular, buscamos sempre questionar o que, para estes moradores, define esse conceito de avenida.

Para D. Sônia, por exemplo, o que caracteriza uma avenida são as casas geminadas, coladas umas às outras, também chamados de “correiros” de pequenas residências de “porta e janela”, a maioria de madeira. Segundo ela, são as casas, que definem o que é uma avenida. Ou seja, essa forma de habitação em que a casa, espaço privado, está intimamente atrelada às demais casas e ao espaço público da rua, tendo como premissa uma proximidade entre esses domínios, é elemento central no enraizamento desses moradores ao local em que residem há tantos anos. Quando perguntamos a D. Sônia do que ela teve saudades quando saiu do local, ela fala nas amizades, na vizinhança, na rede de auxílio mútuo que constroem esses moradores nas precárias condições de vida que por certos períodos compartilham. A definição

¹⁴⁸ Entrevista com Ana Maria Lopes, realizada em 20/05/2006 por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

de avenida passa, portanto, pela formas das casas – essas casas de avenida –, mas sobretudo por um modo de vida característico desse lugar. O fato de serem casas de aluguel também é levantado como fundamental na definição de avenida. Quando perguntamos sobre o que diferenciava essas avenidas do Areal das construções típicas da Ihota - antigo e famoso bairro popular próximo ao Areal, destruído através do Projeto Renascença, na década de 70 do séc XX – afirmam que lá eram “casas de malocas”, uma vila. As avenidas, ao contrário, eram típicas dessa região da cidade. E, como disse D. Sônia¹⁴⁹: “Muita, muita, muita avenida tinha. Muita mesmo! E aí, depois, foi terminando... Que geralmente as avenidas eram tudo de madeira. Tudo de madeira”. Assim, a Luís Guaranha, como uma das últimas avenidas, deve ser diferenciada das vilas populares.

Tendo consciência desse fato, os moradores mais antigos reconhecem sua singularidade no contexto urbano porto-alegrense, e percebem-se como resistência ao processo de extinção das avenidas. Nesse sentido, afirmam ter receio em relação à garantia de permanência da comunidade. Quando esse assunto é colocado em pauta, algumas tentativas de remoção da comunidade ao longo do tempo são mencionadas. Como disse D. Sônia, por exemplo, durante uma reunião na Sede da Associação Comunitária: “Uma época eles queriam tirar a gente daqui e levar lá pra Chácara da Fumaça¹⁵⁰. Assim, fazem questão de marcar suas diferenças em relação aos demais bairros populares da cidade: “Tem gente que diz: Vila Luis Guaranha. Mas não é vila Luis Guaranha! É avenida Luis Guaranha”, afirmou D. Olga¹⁵¹. Como especificidade, sempre reiteram o fato de serem pessoas pobres, em sua maioria afro-descendentes, que conseguiram ficar no centro da cidade, apesar de toda a tendência à expulsão dessas populações para a periferia de Porto Alegre.

Essas avenidas, habitadas por populações pobres, tinham como personagens típicos os brigadianos, as lavadeiras, os marinheiros, os boêmios, as benzedeiros, parteiras. As tensões entre brigadianos e civis, aliás, marcam as relações no lugar, e se dão, sobretudo, no que concerne às terras. Os membros da brigada e suas famílias ocupam preferencialmente algumas pequenas casas na Luís Guaranha, em um terreno que faz fronteira com o quartel. Entretanto, a presença dos militares é marcante - de acordo com as memórias dos antigos moradores - desde o surgimento da avenida. Aliás, a presença de militares em todo o território do Areal da

¹⁴⁹ Entrevista com Sônia Maria Figueiredo Xavier, realizada em 02/06/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

¹⁵⁰ Região leste de Porto Alegre, bastante distante do centro da cidade.

¹⁵¹ Entrevista com Olga Silveira Gonçalves, realizada em 12/07/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

Baronesa foi uma realidade desde princípio de seu loteamento¹⁵². Em fins do séc. XIX, porções de terras foram adquiridas pelo Estado, visando à construção de quartéis na região, e, assim, a população ligada a eles, em conjunto com prestadores de serviços e trabalhadores livres, instalaram-se por todo o local. Entretanto, a despeito de uma imagem de controle social supostamente atrelada ao órgão, ainda de conforme, muitos dos conflitos e tumultos que caracterizavam este território no imaginário da população porto-alegrense envolviam os próprios brigadianos, misturados entre os “capoeiras”¹⁵³ que habitavam o local, tornando-o perigoso e ameaçador. Desse modo, “... formou-se uma área onde somente pessoas que conheciam seus moradores arriscavam-se a ali entrar...” (MATTOS, 2000, p. 61).

Um depoimento de Borel - um senhor de mais de 80 anos, antigo morador do Areal, figura emblemática da mobilização negra em Porto Alegre - durante a celebração do encerramento do Projeto Quilombo do Areal, em novembro de 2004, vem corroborar a descrição histórica:

[...] a única que continuou aqui foi a Brigada Militar, porque naquela época, para ser brigadiano era como se fosse o fim da paróquia. Só ia para a Brigada o cara que era vagabundo - negro!

Assim, presentes desde o início da ocupação do Areal da Baronesa, os militares não se restringem à porção da Luís Guaranha pertencente à Brigada Militar, mas residem em diversas casas no local, e isso desde muito tempo, de acordo com os depoimentos coletados. A presença das lavadeiras, este antigo ofício hoje completamente modificado, também é característica sempre afirmada pelos “antigos”. D. Olga é uma das remanescentes que desenvolveu essa atividade:

Eu trabalhava de lavar roupa pra fora. Levai muita roupa. Na Brigada aqui, barbaridade! Muita roupa! Amanhecia no ferro de carvão, passando roupa, engomando. Agora é a máquina que lava, né? A máquina faz tac, tac, tac, pá! Bota na corda. Naquele tempo, não. Aquele tempo a gente saía com as trouxas... Naquele tempo, tu quarava... a gente botava anil nas roupas. E era tudo engomado as roupas, os lençóis - as cabeceiras - tudo engomado e fronha engomada, bem engomada.

A mãe de D. Sônia, da mesma forma, foi lavadeira: “A minha mãe lavava roupa para os soldados da brigada. Mas barbaridade, tinha assim... freguesia, freguesia de roupa que nem sei. Engomava com aquele (risadas) ferro de carvão, né? Era isso aí o trabalho da minha

¹⁵² Cf. MATTOS, 2000, p. 50-51; 59;

¹⁵³ Identidade atribuída a setores marginalizados da sociedade em associação ao jogo da capoeira, prática considerada criminosa pelo código penal da República (11 de outubro de 1890, decreto nº 847). Cf. MATTOS, 2000, p. 62-63.

mãe.” Prosseguindo no assunto, D. Sônia afirmou, sobre a presença maciça dessa atividade entre as mulheres do Areal da Baronesa: “Em várias avenidas, dessas daqui de roda, muitas, muitas, muitas eram lavadeiras.” Sônia e Rosa lembraram do campo vazio que existia do lado oeste da avenida, que as lavadeiras utilizavam como quaradouro, secando as roupas que lavavam nos pequenos tanques de suas casas, bem como nas águas do riacho e do Guaíba. Aliás, a proximidade das águas talvez favorecesse esse tradicional ofício.



Antiga Rua da Praia do Riacho

Como vimos, cercado pelas águas, situado entre o riacho e o Guaíba, o Areal da Baronesa era território tido como inacessível, fechado e ameaçador; o riacho funcionava como fronteira física e simbólica que delimitava esse populoso território negro, segregado, repleto de becos, travessas e avenidas. Atualmente, é patente a distância da água em relação à avenida; o riacho, canalizado, agora segue o fluxo da Av. Ipiranga. O Guaíba, aterrado, fica a cerca de 500m dali. Entretanto, a nomenclatura dos logradouros insiste numa presença da água, contrastando com a paisagem local: Travessa Pesqueiro, Rua da Margem, etc. Essas ruas, entretanto, foram substituídos por nomes de personalidades, o que não é acatado pela população, que perpetua as nomenclaturas poéticas. Apenas o fato da modificação dos nomes dessas duas ruas, em que se substitui denominações alusivas às características e atividades que o logradouro ou a região abrigava por nomes de personalidades historicamente importantes, revela como pano de fundo uma transformação na própria paisagem local.

Acredito que o fator fundamental, como será discutido mais adiante, foi o a canalização do Arroio Dilúvio e as sucessivas camadas de aterramento do Guaíba, que acabaram por afastar desta região qualquer ligação íntima com a água, anteriormente abundante em uma região de baixada – ou várzea - como esta.

Sociabilidades: O carnaval, as festas e agremiações

O Areal da Baronesa é reconhecido como o “berço do samba” na cidade de Porto Alegre, lugar de um carnaval marcante no passado, repleto de blocos, cordões e sociedades carnavalescas. A dissolução desse bairro e o quase fim das suas formas de sociabilidade e festividade faz com que a imagem do Areal, como lugar de nascimento da música popular em Porto Alegre, mesmo sendo muito forte, não seja mais efetiva atualmente. Esta imagem de “berço do samba” é comum, tanto que chega à mídia, quando em um evento comemorativo da semana da consciência negra em 2006, afirmam-se como o “quilombo do samba”. O que não deixa de ser contraditório, quando Ilton, filho de Neri Caveira, morador do Beco da Barão, ex-presidente da Escola de Samba Integração do Areal da Baronesa¹⁵⁴, um dos mais influentes moradores locais quanto ao cenário carnavalesco portoalegrense ironiza, dizendo que “aqui é o berço do samba que não tem samba”, rindo do fato de que o espírito das rodas de samba e a sociabilidade característica ao redor dessa prática musical são cada vez mais escassos.

Morador do Beco da Barão ou Beco da Solidão, Ilton é um dos mais ativos atores na luta pela retomada das tradições - inclusive do samba, motivo de orgulho para os antigos moradores, que “enchem o peito” para dizer que dali saíram músicos influentes como Bedeu, Leleco Telles e Neri Caveira, pai de Ilton, famoso mestre de bateria reconhecido pelos carnavalescos de toda a cidade. Ilton nasceu na Travessa Pesqueiro, e mais tarde se mudou para o Beco onde a avó morava há muitos anos. Apesar de não ser morador da Luís Guaranha e enfatizar não ser da comunidade, ele também é uma das lideranças entre os moradores do Beco, nascido no Areal da Baronesa, legatário de sua tradição musical. Nesse sentido, achamos pertinente entrevistá-lo para compor o relatório. Em um momento de entrevista¹⁵⁵, ele se refere à boemia e às rodas de samba anteriormente comuns e hoje praticamente inexistentes no Areal:

¹⁵⁴ Escola que esteve em atividades de 1995 a 2003,

¹⁵⁵ Entrevista com Ilton Gonçalves, realizada em 23/06/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

A boemia sumiu daqui. Eu digo que é o reduto do samba que não tem samba (risos). Eu vou lá pra [Vila] Mapa, às vezes, no final de semana e chega lá... tem um barzinho, o pessoal se reúne, eles fazem ali um quilinho de carne ou fazem um rateio de cinco reais década um e fazem um churrasquinho e o pagode já pega. Aqui não tem. Aqui diz que é reduto dos sambistas. Isso é uma coisa pra gente tentar resgatar.

Entre os moradores da Luís Guaranha, comenta-se com saudades do período de atividade da Escola de Samba Integração do Areal da Baronesa, que fazia seus ensaios na própria Avenida Luís Guaranha, culminando em grandes festas. A própria existência da Escola se deu no sentido de buscar um resgate das tradições carnavalescas e musicais do antigo território, celebrando-o como lugar de surgimento do carnaval popular. Retomando o relato de Ilton, “O falecido Bedeu sempre dizia que aqui era o berço do samba, que o samba começou aqui”. Mesmo não tendo vivido os áureos tempos do carnaval de rua no Areal, por ser ainda criança quando acabaram os festejos, se refere às histórias contadas pelos mais velhos, que buscavam perpetuar suas tradições, para construir uma identidade ao antigo território. Os estudos de Josiane Abrunhosa da Silva sobre a Escola de Samba Bambas da Orgia, que remontam ao processo de consolidação do carnaval entre as camadas pobres da população¹⁵⁶ são bastante reveladores nesse sentido. Em suas palavras:

O nascimento do carnaval popular em Porto Alegre [...] está relacionado principalmente aos negros que habitavam a *Colônia Africana*, área da cidade onde após o período da abolição estabeleceram-se os negros e suas famílias, os becos da área central da cidade e alguns dos antigos arraiais, especialmente o Areal da Baronesa. [...] foram os moradores desses locais que, a partir da década de vinte, organizaram os primeiros blocos e cordões de caráter popular [...]

Esses blocos e cordões, inicialmente em pequeno número, passaram a sair às ruas da Cidade Baixa para participar da folia, principalmente na Rua da Margem, atual João Alfredo, onde nos anos vinte e durante toda a década de trinta existiu carnaval de rua...

(SILVA, 1993, p. 73-74).

As memórias dos antigos moradores corroboram a importância desse carnaval de rua para a construção da identidade do que autora compreende como “um dos territórios negros que a cidade comportou no passado”, salientando que nele se desenvolveu um dos mais significativos carnavais de bairro em Porto Alegre. Ainda segundo a autora, esses carnavais foram fundamentais na consolidação do carnaval popular em Porto Alegre; para permitir a boa realização dos festejos, procedeu-se a construção de coretos, a melhoria da iluminação

¹⁵⁶ Segundo a autora, mesmo o carnaval tendo nascido em sociedades carnavalescas compostas por segmentos brancos da população – imitando europeus e cariocas em seus clubes – ele foi paulatinamente apropriado pelos descendentes de africanos; quando vão se extinguindo as sociedades brancas, permanecem os agrupamentos populares formados pela população negra, que mais tarde se transformam nas escolas de samba. E o Areal da Baronesa era para a autora um bairro pobre, cujo contingente populacional descendente de africanos era bastante expressivo (SILVA, 1993, p. 81-82).

pública, o incremento na publicidade ligada ao carnaval. Foi recorrente entre nossos entrevistados o fato de saírem para participar do carnaval de rua; segundo suas falas, as ruas eram literalmente invadidas pela população. As memórias dos carnavais, são levantadas como lembranças desde a infância remota, nos relatos sobre as crianças que ficavam até tarde esperando passar as tribos de índios (Guaianazes, Comanches, Tapuias...), os Blocos e Cordões (Aí Vem a Marinha...).

Tinha os grupos. Era muito grupo que saía daqui naquela época..
Onde eu morava, na Miguel Teixeira, o carnaval foi fundado ali. Falecido Bitoca, dona Áurea, o falecido Valinho, Macalé. E aqui na Pesqueiro morava o Lelé, né? Essa gente tudo... Aquilo era tipo uma comunidade. Naquela época, quando fazia esse carnaval. Todo mundo ajudava pra sair o carnaval. Era tudo uma união. Todo mundo se dava. Passava de porta em porta, né?
D. Rosa

Este relato de D. Rosa transparece o sentimento de união que congregava os moradores do Areal em torno da brincadeira do carnaval, afirmando que “aquilo era tipo uma comunidade”. A formação de um carnaval popular em Porto Alegre, assim, está diretamente ligada a esses antigos territórios negros, sendo o Areal um dos de maior destaque.

E este carnaval negro também foi paulatinamente sendo expulso para a periferia da cidade; como afirmou Ilton, praticamente inexistem atualmente quaisquer resquícios de um carnaval popular no território do antigo Areal, nem na Cidade Baixa (talvez o mais expressivo bairro boêmio em Porto Alegre hoje em dia, congregando muitos bares e casas noturnas). O carnaval de rua não é mais praticado em Porto Alegre, e os festejos estão restritos aos ensaios e desfiles das Escolas de Samba. Mas mesmo essas escolas, como manifestação da população negra da cidade que tomava as ruas por completo, atualmente pouco ocupam a cidade e seus espaços públicos, principalmente nas áreas centrais. A presença negra em Porto Alegre é muito mais forte na periferia. Pode-se, sem dúvidas, falar em uma segregação espacial da população negra, que pouco ocupa as áreas centrais da cidade, tanto em relação à habitação quanto às sociabilidades¹⁵⁷. Veja-se, por exemplo, a recente polêmica envolvendo a remoção do Sambódromo, onde desfilam as escolas de samba, para o remoto bairro de Porto Seco, zona norte de Porto Alegre. Fator este tomado por D. Rosa como motivo primordial para fazê-la desistir de participar do carnaval, algo que sempre lhe atraiu: “Eu nunca deixei de ir à carnaval Mas Deus o livre! Ah, eu adorava! Eu adorava. Agora que não vou mais atualmente,

¹⁵⁷ Com a ressalva de que os setores populares ocupam o centro da cidade para atividades de comércio – o chamado “camelódromo” e ruas de intenso comércio popular como a Voluntário da Pátria, uma porção considerada “degradada” do centro, ponto de prostituição e tráfico.

né, porque é muito longe.” O antigo território do Areal, que tinha como uma de suas características mais marcantes o carnaval de rua, hoje já não tem samba, tampouco celebrações populares no espaço público.



Membros de antigo bloco de carnaval

Religiosidade

As memórias biográficas dos mais antigos membros da comunidade revelam a presença em profusão de Casas-de-religião (ilês ou terreiros) no antigo território do Areal da Baronesa. Influentes sacerdotes destas religiões afirmam ter sido o Areal um centro de difusão da religião afro em Porto Alegre, famoso por suas casas de batuque. Mãe Norinha de Oxalá, atualmente residente no Bairro Cavallhada, sul de Porto Alegre, filha de uma importante Mãe de Santo do antigo Areal da Baronesa que tinha sua casa à Rua Baronesa do Gravataí, cultivando as tradições da Nação Oyó, ressaltou em conversa informal a importância do Areal como território repleto de casas da referida nação – aliás, um ponto de diáspora desse culto na cidade de Porto Alegre. Mãe Norinha afirmou ainda a dimensão da desterritorialização desta população afro-religiosa ao dizer de sua importância pela proximidade da água, como território demarcado, onde podiam fazer suas *obrigações* sem serem importunados; como

afirmou “foram tirando nossos territórios, hoje não temos onde fazer as obrigações”. O Areal, aliás, foi local de “assentamento” de orixás que perpassam as casas de religião individualmente, e são cultuados em ritos de “passeio” pelos “lugares de axé” da cidade, como uma etapa da série de rituais inciáticos pelos quais passam aqueles que se iniciam na religião, chamado de “apronte” pelos religiosos. Novamente os depoimentos coletados entre os membros do Quilombo do Areal reforçam a expressiva presença do “batuque” – denominação genérica que agrega o montante de formas de culto aos orixás no Rio Grande do Sul.

Na época morava ali a dona... falecida Mércia, a irmã dela e um monte de gente batuqueira que morava aqui. Bah, era uma enormidade de gente!.

Aqui tinha a falecida Concha; a dona Elvira da Iansã; a falecida Mércia da Iemanjá e as duas irmãs que tinham aqui... Uma era da Oxum... As duas eram da Oxum. A dona Zeferina da Oxum também, que moravam aqui. Depois tinha muito mais, né? A roda eram essas que moravam perto. Moravam aqui na Baronesa.

O Luisinho do Ogum; o falecido Fábio também era aqui na Pesqueiro. E tinha muito mais gente que eu já me esqueci aqui na Baronesa. As minhas tias eram tudo de religião, né? O meu pai era de religião Aqui que tinha a Lica do Xangô, aqui na Guaranha. A Falecida Lica do Xangô, que é onde mora a Marlene.

D.Rosa

Josiane Abrunhosa da Silva (1993) e Jaqueline de Brito Pólvora (1994) já mostraram em suas pesquisas etnográficas - a primeira sobre o grupo carnavalesco Bambas da Orgia, a outra sobre sociabilidade entre batuqueiros - as estreitas relações entre grupos ligados ao carnaval popular e as religiões afro. Geralmente, os membros do carnaval, esfera cultural com ênfase no lúdico, fortemente afro-descendente, são adeptos das religiões afro ou circulam pelas festas de batuque da cidade. Com a ressalva de que há muitos brancos nessas religiões, e que a filiação espiritual a uma família-de-santo, chefiada pelo pai ou mãe-de-santo, se expande para além de um critério racial ou consangüíneo, em termos de uma memória negra as religiões afro, ambos se configuram como importante espaço de identificação étnica, haja visto, por exemplo, a manutenção – sempre permeada pela recriação – da língua ioruba, através de rezas, pontos e lendas que celebram os orixás. A Cidade Baixa como um todo é bairro fundamental na memória dos carnavalescos de Porto Alegre (SILVA,1993 p. 159). A etnicidade da comunidade é fortemente expressa na participação em práticas culturais e cosmológicas envolvendo música, dança, culinária, tradições orais, bem como na preservação e atualização constante das memórias dos carnavais, das práticas religiosas e da boemia associada ao Areal da Baronesa. E isso é extremamente forte em meio à comunidade Quilombo do Areal.



Laura de Oliveira, antiga Mãe de Santo do Areal da Baronesa

Os moradores locais participam tanto das atividades relacionadas ao carnaval, espalhando-se por diferentes escolas de samba (processo verificado principalmente depois do fim da Integração do Areal da Baronesa), quanto das festas de terreiro. Vários são filhos de santo, e entre as casas-de-religião mais freqüentadas estão a de Inara (no Beco da Barão) e a de Mãe Ieda de Ogum, cujo terreiro fica próximo dali. E isso não apenas no presente, mas também no passado, já que as memórias dos antigos carnavais e dos babalorixás e ialorixás da região no passado são um importante suporte das identidades do grupo. Como vimos na fala de D. Rosa, na Luís Guaranha, são muito fortes as referências à “falecida” Lica do Xangô, que tinha sua casa nos fundos da avenida.

Uma das surpresas que tivemos em campo foi a da descoberta que D. Ana, moradora da avenida há mais de vinte anos, é Mãe de Santo e desenvolveu seus cultos na própria casa em que mora. Em meio à uma entrevista, nos contava que nasceu em uma avenida situada na Rua Barão do Gravataí, próxima à Luís Guaranha, tendo se estabelecido nesta última em função da indicação de Macalé, antigo Rei Momo do carnaval do Areal, também morador de

uma avenida nos arredores. Questionamos D. Ana sobre a presença das religiões afro no bairro; ela respondeu:

Eu sou de religião, né?

Aqui é uma casa. Eu tenho a casinha dos Barás. É uma casa de religião. Eu sou pronta há 53 anos. Eu sou só da Nação. Me aprontei com a Luci de Iemanjá. – da Baronesa [do Gravata]. Quando eu vim da mão dela eu tinha menos. Hoje eu tô com 53 anos. Hoje eu tô quase parando.

D. Ana já quase não exerce mais seu sacerdócio, principalmente por conta de seu estado de saúde precário. Além, disso, reclama dos rumos dos cultos afro-brasileiros atualmente, indicando que eles se tornaram principalmente um negócio: “Tu ia buscar caridade lá. Não se falava em dinheiro. Agora sim, né?” Entretanto, D. Ana ainda pratica alguns rituais e consulta oráculos de sua linhagem religiosa. E ela afirma que “O bom aqui da Baronesa [o Areal] é que saiu um pouco dos batuqueiros. Morreu a metade. Um tantão de gente”, e que antes do aterramento do Guaíba, quando as suas águas banhavam o bairro, “...era a margem toda praticamente cheia de despacho”.



Festa de batuque na Casa de D. Ana

É recorrente na memória da cidade a referência a presença de várias casas de culto existentes na área do Areal. Um levantamento desses estabelecimentos realizado pelo museu antropológico¹⁵⁸, recentemente arrolou ainda as várias “mães e pais de santo” que atuaram

¹⁵⁸ Pesquisa do Projeto de Exposição: *Religiões: atuação e legado negro em Porto Alegre*, de Neiva Maria Abreu Fernandes. Maio, 1998. MARS.

durante no século XX, no Areal da Baronesa e em áreas circunvizinhas. São estes: Emília Afonso de Araújo, mãe Emília (veio para Porto Alegre no início do século e morou nas ruas Baronesa e Arlindo); Emília de Oiá, Maria Luiza da Iansã, Mercedes de Iemanjá, Palmira do Ogum, Matilde de Ogum, Manuelzinho de Xapanã, Pequena da Iansã, Graciélina de Ossanha (Areal da Baronesa); Príncipe Custódio¹⁵⁹, Esperança da Oiá, Chiquinho de Bará, Joaquina (Cidade Baixa); entre outros. O depoimento de Lelé¹⁶⁰ indicava esta presença, sendo sua avó uma das ialorixás conhecidas na região do Areal.

O tempo dos escravos

Naquela época era negro e lavadeira, né? Todo mundo lavava roupa pra fora na época... Aquilo ali tudo, era casa... era rua de lavadeira, assim, né? Africanos, como a gente diz, né? Negro africano.
[...]

Ali naquele beco tinha umas casinhas, que eram umas “casinhas de pombas”.

Era onde morava a falecida Marculina. Ela tinha um tiro aqui na cabeça. Ela tinha um buraco desse tamanho assim na cabeça. É! Ela era bem pretinha. Ela era uma negra mina, bem negra mina mesmo! daquelas negras... dessas negras africanas mesmo, a falecida Marculina! Mas ela me contava... ela falava muito, me contava da escravidão.

D. Rosa.

Os antigos moradores da Luís Guaranha, apesar de se considerarem hoje bastante distantes do período da escravidão, reconhecem uma importante ascendência africana na formação do Areal da Baronesa, bem como na sociedade porto-alegrense e gaúcha, de um modo mais amplo¹⁶¹. Em meio à comunidade da Luís Guaranha, D. Rosa é reconhecida como uma das pessoas que sabe e se lembra de todas as histórias antigas, é uma das guardiãs da memória do grupo. Mesmo D. Olga, que pelo que pudemos verificar é a mais antiga moradora local, fala em D. Rosa como a “pessoa que lembra de tudo”, situando-a o no lugar de narradora preferencial, com quem necessariamente deveríamos conversar sobre o antigo Areal. E essas senhoras sentam-se entre as vizinhas para as despretensiosas conversas nas

¹⁵⁹ O Príncipe Custódio, um príncipe africano na Cidade Baixa. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25/06/1989, p.3. Este artigo descreve a trajetória de Custódio Joaquim, que viveu com sua corte na cidade baixa, no início do século. AMMV.

¹⁶⁰ Entrevista em 16/09/1909 Adão Alves de Oliveira – 1º Rei Momo Negro do Carnaval de Porto Alegre em 1947.

¹⁶¹ Tendo em vista a invisibilidade da etnia negra na formação

calçadas da avenida, na qual se repassa suas memórias individuais e atualizam a memória coletiva do grupo. D. Rosa, na entrevista que realizamos, realmente se colocou no lugar de narradora, definindo a si mesma da seguinte maneira: “Eu sou filha do Areal da Baronesa”. Nos trechos acima citados, reconstrói por suas vivências uma imagem do Areal como um lugar de forte presença negra, com profundas raízes africanas. E essa imagem, extremamente recorrente, está presente mesmo nas músicas dos celebrados mestres do antigo Areal. Uma das letras de Bedeu¹⁶² - um dos mais influentes músicos da região, falecido em 1999, ex-membro do Grupo Pau Brasil e que teve em um de seus discos o sugestivo título de “África no Fundo de Quintal” - celebra:

“A negadinha do Areal
vai dançar o afoxé
ié ié ié”.

As referências à ascendência africana desse território geralmente evocam, mesmo entre os jovens moradores locais, a presença do príncipe africano que residiu nas imediações do Areal da Baronesa, mas do outro lado do Riacho, atual bairro Cidade Baixa. O “falecido príncipe” Custódio é indicado por D. Rosa como um importante batuqueiro, que veio da África e se instalou na região. Ilton, da mesma forma, apesar de afirmar não ser profundo conhecedor da história do Areal, afirmou: “Na Barão [*de Gravataí*], diz que na esquina, ali onde era a margem hoje, tinha um casarão que desmancharam, diz que morou um príncipe negro”. Logo após, disse que não sabe dizer se foi verdade, mas que era isso que contavam “os antigos”. Gessi, da mesma forma, se refere às histórias que lhe contava o pai sobre o Areal:

Muito sentado aqui na frente ele me contava. Ele contava não só pra mim. Eu acho que a dona Maria escutava muito ele falar, né? Ele contava assim, ó: Lá, lá... que era depois do conselho, tinha um monte de areia que “rapaz...”, ele chamava de rapaz, “Tu nem acredita, rapaz, era tão bonito”, ele dizia. “Tinha água”, que era o Guaíba, “uma negradinha lavando as roupas assim, lá rapaz”, depois do Conselho [*de Contabilidade do Rio Grande do Sul, defronte à entrada da Luís Guaranha*].

Mas ele dizia que aqui era uma negrada, umas mulheres assim, magras, bem pretas.

Gessi¹⁶³

Assim, equiparando as falas individuais sobre as marcas do antigo Areal, destacamos uma memória que se unifica em torno da presença da “negrada”, “negadinha”, das

¹⁶² Sobre a biografia de Bedeu, ver: <http://www.samba-choro.com.br/artistas/bedeu>.

¹⁶³ Entrevista com Gessi da Rosa Fontoura, realizada em 07/06/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

“negras mina”, do falecido príncipe negro. Assim, devemos ter claro que, como afirmou Maurice Halbwachs (1990, p. 14), as memórias individuais estão enraizadas em quadros sociais, de modo que os sujeitos se lembram de fatos e processos com a ajuda dos grupos nos quais se enraízam. Como dito anteriormente, especialmente no capítulo 3, no caso da comunidade em questão, podemos afirmar que o enquadramento social de suas memórias advém das próprias formas de sociabilidade e vizinhança do grupo, de uma certa trajetória social de mobilidade, deslocamentos e enraizamento que o perpassa, ou seja, de sua maneira de habitar a cidade. D. Rosa pode ser considerada dentro desse grupo dos “antigos”, que contam as histórias do lugar e os povoam com imagens do passado. Sobre sua própria ascendência, afirmou:

A minha avó já nasceu de ventre livre. A minha mãe nasceu de ventre livre... Ela contava que naquele tempo – no tempo dela, né? – ela contava que quando a gente morria, a gente cantava. E quando nascia, a gente chorava; que os africanos eram assim. Quando nascia uma criança todo mundo chorava; quando morria, todo mundo cantava porque é a lei que se faz no batuque, né? Quando nascia, todo mundo chorava; quando morria, todo mundo tocava e dançava porque aquela criança ia descansar. Ela sempre contava isso. Pela lei dos africanos era assim. A minha avó... eu acho que ela até tem coisas da escravidão.

Essas coisas de medicina ela entendia muito. Ervas... tudo ela entendia. Tu tinha um desarranjo, uma coisa, ela passava, ia na praia ali, ela pegava a guanxuma, ela fazia aquele chá e dava. A tosse... O meu pai tinha uma tosse – o meu pai trabalhava no porto, às vezes, se molhava todo e vinha molhado e aquela tosse. Ela pegava banana do mato... fazia aquela xaropada e dava pra tomar. Aquilo sarava que é uma beleza! Então, eu acho que elas eram umas doutoras nisso aí.

D. Rosa

D. Rosa vai à busca das origens das mulheres de sua família para remontar tradições africanas de que eram portadoras – especialmente a avó, que “tem coisas da escravidão”. D. Rosa, que residiu com a mãe a avó desde a infância na Av. Oriental, conta que o avó morreu ali, e o pai também. O avô, um português chamado João Lisboa, morreu muito cedo. Assim, ela recorre à linhagem feminina de sua família para falar sobre essa presença negra, cruzando sua vida pessoal com a vida social do Areal da Baronesa. Como vimos acima, fala de uma lei dos africanos que dizia que quando nascia alguém, se chorava, e quando morria alguém, se cantava. E, quando diz que “essa é a lei que se faz no batuque”, indica que a tradição africana pode se manter na esfera religiosa. Do mesmo modo, ressalta o conhecimento da avó em relação às ervas e plantas medicinais, finalizando a narrativa com a frase: “eu acho que elas eram umas doutoras nisso aí”, novamente nos conduzindo a uma realidade coletiva, em termos de um grupo social portador de conhecimentos ancestrais com raízes na África.

D. Sônia, sobre sua ascendência, afirmou:

A minha avó morava com a gente. A minha avó morreu de velhice, né, porque ela não tinha nada... Uma negra mina bem pretinha! Bem magrinha, bem pretinha. Ela morreu de velhice: 90 anos. Vó Apolinária. Só sei que a minha avó era negra mina. Mas eu não sei contar a história dela.

D. Sônia

A presença dessas “negras mina”, em referência à nação Mina, é extremamente recorrente nas falas desses antigos moradores, como vemos aqui com D. Sônia. Na ocasião de uma reunião na Associação Comunitária, quando surgiu o assunto dos motivos pelos quais a Luís Guaranha pode ser reconhecida como um quilombo, D. Sônia afirmou: “Minha avó era uma negra mina e não nasceu aqui, mas viveu muitos anos e morreu aqui”. Assim, reconhece em sua avó uma trajetória social dos descendentes de africanos, que se estabeleceram e criaram vínculos territoriais no Areal da Baronesa, mesmo tendo vivido processos de desterritorialização ao longo de suas vidas. Gessi também nos contou sobre sua avó:

A minha avó, eu cuidei até ela falecer. Eu era pequena, eu era uma toquinha e cuidava dela, que ela tinha 101 anos. Ela era escrava. Ela foi escrava. A minha avó, mãe da minha mãe, foi escrava mesmo! Lá de Santo Antônio. Ela foi escrava mesmo.

Ela contava que passou bastante sacrifício. Ah, mas contou muita história pra nós. A vovó era preta, preta, preta... Bah, era preta dessa cor aqui!

Com 101 anos ela morreu. Morreu porque a minha tia, irmã da minha mãe, levou ela pra Canoas. Ela veio junto com o pai e a mãe pra Porto Alegre. Todos vieram. Ela veio junto.

Aí nos fomos lá em cima na Taquareira, lá em cima do morro, buscar ela. A casa da mãe do pai era... umas folhas secas, uns galhos secos, assim, sabe? Que vinham do chão, faziam isso aqui nuns paus de eucalipto, fazia isso aqui pra tapar o forro lá em cima. Era tudo de... Como é que a gente diz? Essas folhas de bananeira quando seca fica uma coisa assim, né, espichada, assim, né? E aquilo ali era um barro, assim, eu me lembro muito bem, como se fosse hoje.

Pelo o que ela falava era [escrava] de dentro de casa. Não tinha o que ela não sabia fazer.

Gessi

É interessante o fato de que os hoje “antigos” na Luís Guaranha são, em sua maioria, mulheres. E são elas as mais ativas nos assuntos relacionados à Associação Comunitária, as mais engajadas na luta pelo reconhecimento do seu direito à terra. Assim, Gessi, mesmo sendo “recente” na comunidade, também relata a trajetória da avó como uma ex-escrava, portadora de tradições ancestrais, que acabou sua vida em Porto Alegre, seguindo os

caminhos dos filhos. Morou, assim, na avenida, situada na Rua Miguel Teixeira, em que os pais de Gessi se instalaram quando chegaram à capital.

Entretanto, não são apenas os referenciais familiares que são mobilizados para a construção de uma identidade negra de ascendência africana na comunidade. Fala-se, de forma bastante marcada, do fato de que a Av. Luís Guaranha teve origem nas senzalas da chácara da Baronesa de Gravataí. Esta é uma imagem sempre presente na memória coletiva do grupo - que não tivemos como reconstruir através dos dados históricos, mas que se constitui como um elemento essencial na construção da identidade do lugar, e assim da identidade da comunidade que se estabelece nele. Como disse D. Sônia:

[...] isso aí, da história que contavam da baronesa, lá, essas coisas, isso aí, eu vi contarem muito pra mim, mas não que eu soubesse, assim, visse alguma coisa... não. É só história contada; o que eu sei é história que me contaram.

É, contavam da baronesa... Da minha casa em diante pra lá, tudo... era a casa dos escravos. Senzala... isso aí tudo. É, a senzala. Da minha casa pra lá.

D. Sônia

São, novamente, as histórias contadas pelos antigos que dão substância a uma origem do lugar atrelado à escravidão. Podemos identificar nessa forte imagem o mito de origem da avenida. Por mais que seus moradores não se reconheçam como descendentes dos escravos que habitaram as senzalas da baronesa, se reconhecem hoje como pertencentes a este lugar, que tem, conforme a memória do grupo, em seu surgimento um estreito elo com a escravidão. Podemos afirmar que a própria forma do local, como um beco, antes repleto de pequenas “casas de porta e janela” feitas de madeira, remete a outros tempos e outros modos de vida na capital. São memórias ancoradas nesse espaço; uma vez que se desmancharam as antigas casas de madeira, são os casarões de esquina tomados como representativos desse tempo outro.

Assim, se auto-reconhecem como remanescentes mobilizando esse mito de origem, sua distintividade social e sua trajetória histórica, não se referindo ao conceito de quilombo em seu sentido colonial, que remete aos grupamentos de escravos fugidos. Unificam os domínios senzala e quilombo para atrelar sua origem ao tempo da escravidão. Nas palavras de Miriam Chagas,

A memória das relações solidárias estabelecidas entre os *esteios* ancestrais é referência exemplar de um modo de ser que requer união, elemento indissociável da luta imposta pelos sofrimentos vividos. Nessa dimensão, sua historicidade circunscreve positivamente o ‘casamento’ do Quilombo e da Senzala, não se preocupando em

na entrada da avenida e assinalava: Avenida Luís Guaranha; também esta foi retirada por um morador. São elementos marcados na memória do grupo como evidências materiais que atestam ancestralidade desse lugar, enraizado nos tempos de baronesas e escravos.

Exaltam, assim, a antiguidade e a importância do lugar em que moram. Algo que nos remete aos dizeres de Halbwachs, para quem na cidade moderna, marcada pela sede do novo, também encontramos a cidade antiga. Apesar dos profundos processos de mudança, segundo o autor, sempre restam vestígios do que já foi antes, e “aqueles que a conheceram em seu estado primeiro podem também deter sua atenção sobre esses traços antigos que lhe dão acesso a um outro tempo e a um outro passado” (HALBWACHS, 1990, p. 127). Outro tempo e outro passado que duram na memória do grupo, e são mobilizados para alegar uma distintividade em relação à sociedade envolvente, como mecanismo para alcançar a garantia de direitos. Isso não quer dizer, entretanto, que esta seja uma comunidade congelada e protegida da ação do tempo.

O étnico e o *ethos*

Aqui todos os dias muda. Todos os dias é evolução. Todos os dias nasce criança nova. Todos os dias tem essa juventude aí, que está mudando, mudando. Antigamente nós tínhamos o samba, hoje nós temos o rap. E quem sou eu, véia, para dançar o rap com eles? Mas é o rap deles, dos novos.

Gessi.

Emerge, na fala de Gessi, a dramática da passagem do tempo. Em m lugar que “todos os dias muda” e está sempre em evolução, transformam-se inclusive as características distintivas do local face ao meio mais amplo: Gessi afirma que, se hoje em dia não existe mais a presença marcante do samba, que remonta ao Areal como berço da música popular em Porto Alegre, a juventude de hoje tem o rap¹⁶⁴. Assim, se demonstra indignada com o fato de pessoas quererem encontrar hoje intocados (materialmente falando) os elementos que caracterizavam o território negro do Areal da Baronesa, em função do auto-reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombos. Aqui, o emprego do conceito de quilombo, apropriado pelos atores sociais em meio aos fenômenos de etnogênese (BANTON, 1977), das

¹⁶⁴ Interessante o fato que, tempos depois de ter gravado essa entrevista com Gessi, conversando com Daiane, neta de Marlene, 19 anos, perguntei se a “Guaranha é samba ou rap”. Ela respondeu: “Aqui é funk, agora moda é funk. Nem pagode nem hip-hop, agora a onda é funk”. Uma pequena passagem que denota a constante transformação nessa juventude de que fala Gessi, processos estes que os moradores mais velhos muitas vezes não conseguem acompanhar.

“etnicidades emergentes” (ARRUTI, 1997) ou das “novas etnias” (ALMEIDA, 2002; POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1988), requer que deixemos de lado quaisquer sombras do sentido colonial do termo. O que nos afirma Gessi está muito próximo aos dizeres de Alfredo Wagner de Almeida (2002, p. 46), segundo o qual se deve, em primeiro lugar, acabar com o passadismo, com este conceito “frigorificado” de quilombo, aprisionado ao passado das comunidades.

Gessi está apontando que esses elementos do Areal da Baronesa não duram senão na memória coletiva dessa população – “na mente”, em suas palavras. Como já indicamos, o compartilhamento dessas memórias acaba por configurar um importante sinal diacrítico desse grupo em relação ao meio social onde está inserido. Seus membros carregam memórias desse e dos demais territórios negros da cidade de Porto Alegre, e, uma vez permaneceram nessa região, agora lutam para manter vivas estas memórias e este modo de vida. Assim, quando falamos em memória, não estamos nos prendendo a um passadismo, mas sim atentos aos ecos desse passado no presente da comunidade. A memória coletiva, assim, é um fenômeno sempre presente e atual, elemento chave na construção do sentido de coletividade dos grupos sociais, na medida em que é através dela que se atualizam seus mitos de origem. Podemos então identificar a comunidade em questão como um grupo étnico, nos termos da Carta de Ponta das Canas, aqueles que “manifestam-se a partir da declaração de uma origem comum presumida e destinos compartilhados” (In: LEITE, 2005, p. 38).

Sendo atualmente uma rede de vizinhança *sui generis*, com marcantes traços de alteridade em relação ao ambiente em que atualmente se insere (uma comunidade pobre, em sua maioria afro-descendente¹⁶⁵, vivendo na fronteira entre bairros atualmente de classes médias), são os herdeiros do Areal da Baronesa, que lá permaneceram resistindo ao processo de destruição deste território urbano. As palavras de Ilka Boaventura Leite nos permitem compreender o modelo de territorialidade do grupo - bastante específica e única, mas que encontra grandes similitudes em relação a outras comunidades que se auto reconhecem como remanescentes de quilombos. Territorialidade esta referida a um modo de vida coletivo, “[...] produzida historicamente em uma condição de alteridade instituída por um modelo específico de segregação, sendo, portanto, relacional, contextual e dinâmica” (LEITE, 2006, p. 7).

Se as casas da Luís Guaranha não são mais de madeira, todas iguais; se este território não é mais um areão como fora em princípios do século passado; os moradores do tempo do

¹⁶⁵ Trata-se, portanto, de organizações sociais com suas “[...] formas e expressões criativas que perfazem a memória coletiva relacionadas aos princípios de identificação onde o fenótipo atua como valor operativo, mas não exclusivo dentro do grupo [...]” (LEITE, 2006, p. 11).

Areal não estão mais lá - morreram ou se mudaram. Assim, não há o que se mostrar para atestar essa descendência, mas há a memória, as imagens do passado, a tradição e o *ethos* da comunidade. Mas mesmo estes elementos que a caracterizam no presente, ainda que referidos ao estigma de sua população hoje, são por vezes tomados como isomórficos em relação às formas de sociabilidade e habitação do passado:

Isso aqui era coisa de escravo, né? O escravo gostava de cachaça, gostavam de um zuê. Isso sim eu acredito...

É, tu vê que ficou só gente pobre e aquele fervo de discute, brigam, bebem, fazem aquele zuê. Isso sim, talvez, até, seja astral daquela época, né?

D. Rosa

Comenta-se que não apenas os escravos viveram no atual espaço da avenida, mas a própria Baronesa de Gravataí teria residido no casarão de esquina situado na sua entrada. Questionamos D. Rosa sobre isto:

Olha, meu filho, eu vejo contar, agora, se teve mesmo eu não sei dizer. Porque elas não iam morar nessas casinhas aqui. Imagina que... se elas eram rainhas, donas desse Arraial da Baronesa, elas não podiam morar aqui. Isso aqui devia ser casa dos empregados delas. Aqui moravam os empregados delas, os negros delas...

D. Rosa

Assim, não possuindo referenciais precisos para afirmar certas dimensões do passado do lugar, especulam sobre as relações sociais da época. Nesse sentido D. Rosa reflete que as baronesas não iriam morar em casinhas como as da avenida, pois eram detentoras de poder social e riqueza. Esses personagens permanecem atuais, entretanto, nas histórias de assombração contadas às crianças, sobre charretes que passeiam por toda a região do antigo Areal, o aparecimento de espíritos da baronesa, dos escravos, etc. Os nossos entrevistados não adentravam muito nesses assuntos, afirmando serem coisas inventadas “que contam por aí”. Mas diziam acreditar na presença de espíritos de escravos e “pessoas que passaram trabalho” nas sessões de batuque.

Assim, se não possuem elementos para discorrer sobre as relações sociais do período da escravidão, tecem suposições a partir das narrativas veiculadas na mídia e na história oficial, mas também a partir das suas próprias vivências.

O Eliseu Miranda. Era uma pessoa muito boa também. Sabe que na época que nós morávamos ali... o pessoal que morou ali, antigos, ninguém pagava aluguel... Ele era dono ali. Ele tinha casa ali na [Rua] Avaí. Mas ele adorava a gente! Por isso que eu digo que essa gente rica tinha aquelas pessoas boas... [...] Ele tinha aqueles carros que tinha uma coisa que fazia “Ram, Ram”, ele tinha. Ia ele, um chofer e um empregado. Chegava na frente da avenida e vinha cobrar os

aluguéis. Ele chegava todo fatiotado. Pra cobrar o aluguel, uma fatiota! Parecia que estava de smoking. E caminhava assim que parecia um rei, assim... Aí, ele chegava. Batia na porta. Mas ninguém tinha dinheiro pra pagar ele... Olha só! Ninguém tinha dinheiro pra pagar, então... Ele passava o dia na Miguel Teixeira, na avenida. O seu Eliseu ficava até tarde. O pessoal fazia café, fazia comida pra ele, ele comia.

[...]

Então, quando falavam que iam tirar o pessoal, ele dizia: “Não, deixa a minha negrada que eu adoro a minha negrada”. Mas era uma pessoa maravilhosa, como devia ser o tal de Luís Guaranha. Ele era uma pessoa maravilhosa.

D. Rosa

D. Rosa nos conta sobre as relações entre o dono da Avenida Oriental, onde passou a infância, e a “negrada” que nela residia. Afirma que esse homem bondoso e amigo de seus inquilinos não fazia questão dos aluguéis, e não concordava com a possibilidade de remoção dessa população do lugar de que era dono. Assim, D. Rosa traça um paralelo entre Eliseu Miranda e Luís Guaranha, dizendo que este último também deveria ser alguém bondoso, que deixou as pessoas permanecerem ali mesmo depois de morto, pois doou seus bens à Santa Casa de Misericórdia.

Assim, conforme já afirmado, por memória entendemos o conjunto – por vezes desconexo – de representações sobre o passado do lugar, onde se misturam os elementos subjetivos e objetivos da experiência de mundo dessas pessoas. É muito difícil que, atualmente, se guarde imagens e lembranças vívidas da época da escravidão. Trata-se, se pensamos na proporção do tempo de vida de uma pessoa, de um tempo longínquo, desprovido de espessura, na medida em que não é um tempo vivido, mas que chega até nós através de histórias que contaram “os antigos”, tendo eles mesmos ouvido de outros ainda mais velhos. O que se tem, nesse sentido, são relatos genéricos de uma época, entretanto extremamente ricos e densos de significação.

E não podemos pensar nas memórias de um grupo sem estarmos abertos à dimensão fabulatória inerente ao processo de rememoração, de reatualização do passado a partir de experiências atuais. A memória, segundo Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2000b, p. 6) deve ser encarada como um espaço fantástico, de modo que “ao passado é atribuído um estatuto de conhecimento a partir de um presente conceitualizado...”, e o ato de rememoração consiste em uma força reinventiva do tempo. Falamos aqui, portanto, nas memórias individuais em seu jogo dialético com a memória coletiva. Temos, portanto, uma imagem do coletivo como o que perpassa o indivíduo; este, entretanto, não é mero repositório, mas colore essas imagens com a sua imaginação criadora. Nesse sentido, exalta-se a dimensão de uma memória que apenas existe significativamente para a vida social quando evocada,

narrada, exteriorizada. E isso permite a permanência de imagens antigas entre a população do Quilombo do Areal.

Gessi, em uma entrevista, rebateu quando a provoqueei dizendo que as pessoas têm dificuldade em compreender por que a Luís Guaranha é uma comunidade quilombola em pleno centro de Porto Alegre:

[...] ninguém vai saber por que a Guaranha é um quilombo, porque não existe ninguém mais da época para dizer por quê. Existe a história, existe a conversa, existe o assunto dos mais velhos. Agora ninguém vai dizer o porquê. Eu, uma nega veia que recém estou pensando em me formar na vida, com cinquenta anos... Eu sempre ouvi que aqui era o reduto de escravos. Eu sempre ouvi. O meu falecido pai me dizia que aqui tinha escravos. Que aqui onde é o Conselho era o Guaíba, que os escravos lavavam roupa ali. O que querem mais? Aqui eles moravam, essas casas aqui eles moravam, os escravos. O casarão era de veraneio, fim de ano, essas coisas, e o resto era casa de escravos. Agora eu também não posso dizer que é, mas eu acredito. Porque eu vi. Grilhões dos pés e das mãos deles nessa casa aqui. Eu vi, eu vi, quando eu vim morar aqui a Dona Tereza mostrava. Tinha preso nas paredes. Era o açoite. Também, se era ou não era, eu não posso dizer. Isso se perdeu. Depois que se fez essa rua aqui, muita coisa se perdeu. Que ninguém tinha a intenção e a pretensão de juntar aquela coisa e guardar. Nem eu, para mim aquilo é qualquer ferro velho. Mas na história de gente antiga, que já morreu, diziam que eram grilhões. Agora eu não conheci, eu não sei. Eu cheguei ontem, cheguei ontem ao mundo. Mas eu acredito! Porque a gente vê nas novelas de época, era mais ou menos isso que a gente via, que eu vi.

Gessi.

Novamente, Gessi reitera o fato de não existirem mais as pessoas da época do Areal para afirmar, em função de suas experiências vividas nesse tempo longínquo, porque a Luís Guaranha é um quilombo, ou remanescente de quilombo. Ela enfatiza, assim, que o que existe são as histórias, as conversas, os assuntos dos mais velhos. Fala de seu falecido pai, que sempre lhe disse que ali era reduto dos escravos. Comenta que do casarão de esquina para o fundo eram as casas dos escravos, que lavavam suas roupas no rio. São memórias e imagens que ela detém por ter escutado dos antigos, e que não tem certeza de que realmente se sucederam, uma vez que não estava lá para ver com seus próprios olhos. Ela, no entanto, acredita. E assim declara, por ter visto na casa de uma antiga moradora o que diz terem sido grilhões da época da escravidão - elemento concreto no qual se podem ancorar essas imagens de um passado que já não se sustenta mais em nossa ordem espacial. E percebemos como se misturam, na memória coletiva, imagens das mais variadas ordens de discurso simbólico, que se entrelaçam em nossa vida cotidiana: imagens sensíveis, perceptivas, imagens das histórias “dos antigos que já morreram”, e imagens midiáticas, de novelas, tomadas como comparativo para situar isso que se viu.

Em meio a emergências dessas memórias e imagens, essas pessoas acabam por questionar o próprio conceito de quilombo. Como pergunta Borel, durante sua fala em ocasião do encerramento do projeto Quilombo do Areal:

...vejam bem meninos: O que é quilombo? Na vinda do negro para o Brasil, houve uma resistência muito grande. Ao chegar aqui, eles foram completamente destituídos de seu próprio direito de ser. E os brancos descongregavam esses negros, subdividiam as famílias, cada um para um lado. Basta que vocês pensem, basta que vocês raciocinem, para saber o que somos nós aqui. Nós somos quilombistas! Nós, aqui no Rio Grande do Sul! E saibam vocês quantos quilombos já foram formados... Areal da Baronesa, Colônia Africana, "Barra do Xié", e tantos outros que foram dizimados por esses que existem aqui... eu não saberia dizer, esses que são os senhores do progresso. Esse desenvolvimento que foi acontecendo, do Estado, do próprio país, da própria sociedade. Mas há aqueles que têm em si a condição de resistência... E hoje ainda somos o Areal da Baronesa. Então nós somos quilombistas, nós criamos um outro tipo de quilombo, mas que na verdade, somos quilombistas em busca da nossa ancestralidade.

Vai acabar que um dia, outra vez, eles acabam com o Areal da Baronesa, como acabaram com a Cidade Nova, com o Mont'Serrat. A gente sabe que a cidade cresce, nós estamos com 180 milhões de habitantes, não é mais da mesma maneira... a coisa continua. Eu acho que isso é um desenvolvimento. Mas isso tem que ser paralelizado. Não é para haver o crescimento dessa casa e o resto fica morando no buraco. Não é o problema que a cidade cresça, é que se perca os verdadeiros sentidos da nossa hereditariedade e dos nossos princípios. Nós somos brasileiros. Somos negros sim - deficientemente desorganizados, muitas vezes por falta de condição.

Borel

Borel nos aponta para as memórias da escravidão - uma época onde os negros eram destituídos de seu direito de ser, descongregados - e isso serve de referência para que analise a situação atual, de risco de desaparecimento do Areal da Baronesa, para afirmar que todos ali são "quilombistas" - que constroem um outro tipo de quilombo, mas também fundado na resistência. Ele fala, assim, da morte, do desaparecimento de territórios negros como a Colônia Africana e o Mont'Serrat¹⁶⁶, dizimados pelo que chama de "senhores do progresso". Borel é enfático quanto à situação de opressão vivida pelos afro-descendentes em território gaúcho. Aponta, assim, para a busca da ancestralidade como elemento aglutinador, como forma de resistência, que permite que continuem "sendo" o Areal da Baronesa.

Entretanto, como sugere Halbwachs (1990, p. 92), a vida em sociedade exige que nos ajustemos aos tempos e durações coletivas. Em face deste quadro, parece ser iminente o

¹⁶⁶ Sobre esses territórios negros, ver CARVALHO, Ana Paula Comin e WEIMER, Rodrigo. **Família Silva: resistência negra no bairro Três Figueiras**. Porto Alegre, s/d, (mimeo), p. 84-113; MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

risco de desaparecimento desta que é uma das últimas avenidas remanescentes do antigo território do Areal da Baronesa. Tal é um fator fundamental para a mobilização do grupo, exaltando seu caráter étnico. Apesar da sua luta por permanecer no lugar em que se enraíza, manifesta-se um sentimento de impotência diante do processo de morte do Areal da Baronesa, que vivenciaram ao longo de suas trajetórias. Perguntamos a D. Sônia como foi para ela lidar com toda essa mudança.

Olha, a gente não podia fazer nada, né... Porque era muita coisa, muita avenida, muita pobreza... Tinha que mudar também um pouco. Eu achava que tinha que mudar, porque era muita avenidinha, esses casebresinhos, essas pecinhas, essas coisinhas todas amontoadas, assim. Fica uma coisa mais bonita no bairro. Antigamente era brabo a história. Era brabo. Era muito feio. As coisas muito feias, muito velhas e chama muita pobreza, gente muito cheia de filhos...

D. Sônia.

D. Sônia manifesta, implicitamente, a necessidade de acomodar todas as transformações por ela vivenciadas, ou seja, a necessidade de ajuste às durações sociais, ao imperativo da melhoria do caráter do bairro, “diminuindo” sua pobreza. O que podemos verificar, entretanto, é a expulsão dessa população pobre e negra das regiões centrais da cidade, e não a busca de uma melhoria efetiva em suas condições de vida. Ouvimos muitas vezes que “isso aqui enchia d’água, enchia mesmo” quando chovia muito, por conta da proximidade das águas do riacho e do Guaíba e por se tratar de uma área de baixada, ou um banhado, como afirmam com frequência. Falam, da mesma forma, que eram precárias as condições de vida nas pequenas casas de porta e janela, que, feitas de madeira, apodreciam muito depressa. Um lugar onde não havia esgoto. Como disse D. Rosa,

Naquela época, enchente aqui era natural. Quando a gente anoitecia, quando amanhecia tava com a água dentro de casa. No tempo que ninguém queria morar aqui. A rua central aqui em Porto Alegre era a Duque de Caxias, que moravam os burgueses, né? Aquelas casas todas tombadas ali na Duque de Caxias, aquilo ali era o miolo de Porto Alegre; perto da Catedral, da Igreja das Dores, né, que moravam as famílias ricas naquela rua da... Na Independência... onde tem a Igreja do Rosário, a Igreja da Conceição, é que morava essa gente rica, né? Gente rica não descia pra cá pra baixo. Isso aqui tudo era lagoa.

D. Rosa

Diante de um quadro como este, José Carlos dos Anjos afirma:

A grande precariedade das condições sócio-econômicas dessas comunidades, sob os efeitos estruturais do racismo, tende a fortalecer e fazer permanecer a identidade estigmatizada [...]. Entre as precárias estratégias de reprodução do grupo destaca-se a consolidação de uma identidade territorializada pela criação e recriação de mitos de origem ligados à apropriação da terra (DOS ANJOS, 2005, p. 98).

Mitos estes, que, prossegue o autor, muitas vezes remontam à escravidão – como é o caso do Quilombo do Areal. São populações urbanas que “trazem em sua construção histórica da territorialidade uma sucessão de deslocamentos e despejos forçados resultantes das políticas urbanas de higienização, embelezamento e construção da ‘urbanidade’” (COHRE, 2005, p. 6). Estes territórios, suas populações e as sociabilidades que os animam, nesse sentido, são preteridos nos processos de “construção da urbanidade”, que frequentemente levam ao desaparecimento de ruas estreitas, becos e travessas, edificações antigas e “fragmentos de socialidades arcaicas” (ECKERT e ROCHA, 200c, p. 8). Para Harvey (1989) são processos de destruição criativa, de aceleração do tempo, em que maquinarias, infra-estruturas completas e estilos de vida tornam-se obsoletos muito rapidamente em nosso meio social. E, para o mesmo autor, ao se reconstruir e remodelar o espaço, desvelam-se as hierarquias sociais (HARVEY, 1989, p. 195). Assim, e a remoção das vilas, das malocas e cortiços habitados por populações pobres e negras, não detentoras das fontes de poder social, para regiões periféricas, indica uma busca de homogeneização do espaço, escamoteando-se as contradições sociais, racionalizando e esquadrinhando o seu uso. Em meio a este processo, podemos perceber que as avenidas em seu sentido “arcaico”, como grupamentos de pequenas casas de aluguel, cedem terreno às avenidas em sua concepção “moderna”, voltada à dinamização viária, ao tráfego ágil de veículos e pedestres. Novos padrões estéticos e simbólicos que se consolidam, modificando o perfil urbano e as formas de convívio social.

Pode-se notar, assim, nesse intuito progressista e ordenador delineado pelo mito do progresso, um processo de segregação urbana em que as populações pobres e afro-descendentes são removidas das áreas centrais, tornando-se *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000) nesses contextos, quando levamos em conta a distribuição geopolítica das populações urbanas. E, novamente aqui, as políticas de urbanização efetivadas pelos poderes públicos, culminam em processos de gentrificação (ou enobrecimento urbano)¹⁶⁷ dessas áreas.

Quanto ao estatuto do grupo em questão em relação à cidade de Porto Alegre como um todo, a visibilidade advinda do processo político de afirmação de sua identidade étnica, pode ser compreendida como um processo que envolve uma “troca de sinal” - a mudança de uma imagem excludente e depreciativa para uma inclusiva e positiva (CHAGAS, 2005, p. 78).

Retomando Michael Fischer (1991, p. 271-272), o processo de afirmação de uma identidade étnica, resgatando elementos do passado, surge como uma percepção orientada para o futuro. O etnicismo, então, não é algo que se possa aprender ou ensinar e ultrapassa as

¹⁶⁷ Cf. HARVEY, 1996; LEITE, 2004.

gerações, mas é dinamismo puro. No caso do Quilombo do Areal, elementos desse arcabouço de sentidos que é a memória coletiva são mobilizados no sentido de se reestruturar os mitos de origem e atestar a relevância do *ethos* popular de que são legatários na região onde está situado. Quanto ao idioma da etnicidade, em termos dos símbolos utilizados como sinais diacríticos para ressaltar a distintividade social e cultural de um grupo, nesse caso, a dimensão da origem remonta aos vínculos de enraizamento de indivíduos e sua coletividade a um território mais amplo – o Areal – com uma imagem associada ao samba, aos carnavais de rua, às religiões de matriz africana, às sociabilidades dos grupos negros, e à diáspora desses bens culturais em Porto Alegre através de sua progressiva dissolução. Remetem, então, ao antigo território de residência popular na cidade de Porto Alegre, onde as avenidas compunham uma forma característica de habitação, ou seja, reconfiguram uma certa consolidação temporal¹⁶⁸ passada da cidade.

São, assim, um grupo que se enquadra na seguinte definição de Halbwachs (1990, p. 140): mesmo no interior de uma grande cidade, se constitui como unidade dentro da multiplicidade urbana. Um grupo que resiste a drásticos processos de transformação urbana, pois suas lembranças são habitadas por imagens antigas. Por isso, permanece em um lugar que pode ser compreendido como um depósito dessas imagens, em que a memória vem reordenar o tempo vivido por uma coletividade. E, nesse sentido, podemos compreender a Luís Guaranha como parte do Areal da Baronesa que se mantém viva – uma rede de vizinhança onde duram imagens antigas; um território que demarca espaços de diferença e identidade em relação ao ambiente em que se situa.

¹⁶⁸ Bachelard, por consolidação temporal, entende as ordens se estabilizam – seja na sociedade, na memória ou na razão. (1988, p. 78).



Antiga avenida



Perspectiva da Avenida Luís Guaranha

Cap. IV

Etnicidade e enraizamento

Como vimos, a Avenida Luís Guaranha é reconhecida como resquício de um antigo bairro repleto de particularidades que lhe conferiram, no imaginário de toda uma parcela da população porto-alegrense, o estatuto de território negro. Os próprios moradores da Av. Luís Guaranha sempre referem a si mesmos como parte de um território amplo, mobilizando assim critérios de distinção e contrastividade em relação ao entorno em que se inserem, e à cidade de forma mais ampla. Reconhecem-se, assim, como uma vizinhança negra. É certo que não há apenas negros no local. Vários desses moradores, da mesma forma, não são “nascidos e criados” no Areal, como o caso de alguns de nossos principais interlocutores. Há famílias oriundas do interior do estado de ascendência branca ou indígena, algumas das quais inserem-se no pleito de garantia de direitos através dessa política étnica, evidenciando seu enraizamento no território e a necessidade de afirmação e manutenção de suas raízes. Também para estes, o Areal é sempre destacado como o “berço do samba”, como lugar de boemia e de “boa gente”. E evidenciam, ao lembrar das remoções e do fim das avenidas, o fato de que com o tempo isso foi acabando e “só ficou a Guaranha para contar a história”. Muitos desses moradores indicam a Travessa Venezianos como outra avenida que sobrou e que mantém o mesmo conjunto de casas, tombadas como patrimônio histórico; podemos verificar, entretanto, que nesse caso mantém-se o grupamento de casas e as fachadas, mas é na Luís Guaranha e no Beco da Barão que se mantém o modo de vida e a população que caracterizava as avenidas e o areal. Podemos dizer que o povo do Areal se mantém nesses espaços que, assim, devem ser compreendidos como territórios específicos, lugares de resistência, lugares de memória, que mantém vivo o modo de vida do Areal, o povo das “casas de avenida”.

O termo quilombo, portanto, não se refere aos grupos de negros fugidos, ao isolamento geográfico que se destaca nessa noção em nosso imaginário – apesar de que, se formos verificar historicamente, essa região realmente abrigou grupos de escravos fugidos, quando era conhecida, por volta dos sécs XVIII e XIX, como Emboscadas, em função desses ameaçadores fujões que se embrenhavam nos capoeirões que cobriam a “Banda Oriental” do Riacho; fala, ao contrário, de um processo de permanência, de resistência à opressão por parte da especulação imobiliária, da periferização dessas camadas populares e afro-descendentes. Fala, como afirmou Borel, de uma resistência não através de pedaços-de-pau e pedras, mas de “ser exatamente o que somos” e ter consciência das trajetórias dos antepassados negros até os

dias de hoje. Trata-se, assim, de uma tomada de consciência quanto à comunidade se configurar como o que resta vivo daquele Areal negro hoje.

Se não encontramos evidências históricas de que as senzalas da chácara da Baronesa realmente deram origem à Avenida Luís Guaranha, o próprio fato de esse ser um dos ícones de identidade dessa comunidade faz com que ela se enraíze, de alguma forma, no período da escravidão. O compartilhamento destes aspectos da memória coletiva do grupo acaba por delimitar um certo pertencimento a ele. Assim, por mais que algumas pessoas residam no local há poucos anos, por terem nascido e se criado em “uma avenidinha que tinha ali no meio da quadra” ou “num quartinho alugado na [Travessa] Pesqueiro”, são logo agregados como membros do grupo, na medida em que possuem laços de parentesco e compadrio com moradores mais antigos, e por isso com o lugar. O mesmo estatuto não assume um novo morador que chega sem qualquer ligação com o passado da região. O fato de ter ciência da importância do Areal da Baronesa, assim, lhes confere um certo destaque.

Oficialmente o Areal da Baronesa não existe mais. Entretanto, dura nas memórias dos antigos, nessa comunidade que restou. Nesse sentido, não estamos falando apenas de negros, mas do Areal e das avenidas e cortiços como espaços de intenso contato inter-étnico (MOREIRA, 2001, p. 88), mas de grande ascendência africana. Assim, a comunidade Quilombo do Areal, como legado vivo do antigo território negro do Areal da Baronesa, vivifica-se como “grupo etnicamente diferenciado” - como preconiza a Carta de Ponta das Canas, “[...] toda coletividade que, por meio de suas categorias de representação e formas organizacionais próprias, se concebe e se afirma como tal”. (LEITE, 2005, p. 38). Em sua “concomitante territorial”, enraízam-se nesse lugar que metonimicamente – a parte pelo todo perdido - representa o Areal da Baronesa.

No que se refere à Avenida Luís Guaranha, em meio a um cenário urbano bastante fragmentado, dá-se uma re-apropriação de elementos da memória coletiva para respaldar reivindicações identitárias sobretudo políticas. Manuela Carneiro da Cunha (1986), propõe um sentido pragmático da identidade étnica que parece se ajustar à demanda da comunidade, ao afirmar que a tradição consiste em um reservatório ou repertório no qual se buscam sinais diacríticos para definir a comunidade, de acordo com os quadros fornecidos pelo meio social mais amplo - o que conformaria uma retórica das origens comuns¹⁶⁹.

¹⁶⁹ Marshall Sahlins (2001), opondo-se à noção de cultura estática, homogênea, coerente e sistemática dos antigos intelectuais, propõe que ela surge como mito manipulável ideologicamente, sendo as tradições estrategicamente adaptáveis às situações pragmáticas. Para o autor, elaboram-se retóricas da tradição a partir dos jogos de poder e dominação. Pode-se, dessa forma, evidenciar as origens comuns, tornando-se funcionais os mitos de origem.

Seguindo tais preceitos, podem-se elucidar aspectos atrelados ao auto-reconhecimento da comunidade da Avenida Luís Guaranha enquanto “remanescentes de quilombo” em pleno espaço multicultural e complexo da cidade de Porto Alegre. Pensando, como sugere Barth (2003) a etnicidade como organização social da diferença cultural, em relação às estruturas políticas do Estado¹⁷⁰, ator que desempenha um papel preponderante no atual cenário das relações étnicas no Brasil¹⁷¹.

O fortalecimento das identidades territorializadas nestes grupos de remanescentes de quilombos, em meio às chamadas “eticidades emergentes” (ARRUTI, 1997), ou “novas etnias” (ALMEIDA, 2002), vêm contrariar o suposto assimilacionismo progressivo das minorias pela comunidade urbana que propõem autores da escola de Chicago¹⁷². De acordo com Almeida (2002, p.75) a nova etnicidade deve ser vista como o “[...] fato de agentes sociais investirem num sentido profundo de uma identidade cultural com o objetivo de articular interesses e de fazer valer seus direitos perante o Estado”. Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-fenart (1988) afirmam que já os autores dos anos 60 percebiam tal fenômeno como o processo de criação de novas identidades étnicas e novas fronteiras a partir do crescimento das cidades, um contexto em que as coletividades surgiam como fonte de mobilização política. Assim, a suposta assimilação das minorias se apagava diante do pluralismo cultural emergente. Abner Cohen (1974, p. 11) ressalta ainda o fato de a diversidade cultural organizada em termos étnicos tornar-se ainda mais visível nas cidades.

Nesse sentido verifica-se uma intensa mobilização em torno do idioma étnico para se repensar as relações sociais no Brasil. E isso parece intensificar-se no sul do país, marcado pela invisibilidade do negro em sua conformação social, como parte de uma ideologia do branqueamento (LEITE, 1996, p. 41). No Rio Grande do Sul isto é ainda mais marcante, por ser um estado visto como o mais europeu do Brasil – o que implica em uma tendência a ignorar a contribuição negra na formação da identidade gaúcha, em que, como no Brasil, grande parte da população afrodescendente está abaixo da linha da pobreza¹⁷³. Entretanto são expressões que tornam-se mais e mais inconsistentes, através do fortalecimento da luta por

¹⁷⁰ Estado que, para o autor, emerge como um ator efetivo nas relações sociais, ou seja, um 3º agente no processo interativo de constituição das fronteiras entre grupos

¹⁷¹ Veja-se as conquistas jurídicas (o art. 68 do ADCT, o dec. 4887/2003) através das quais muitos grupos afrodescendentes passam a reivindicar direitos atrelados à titulação de terras. Entre eles, a comunidade Quilombo do Areal.

¹⁷² Cf. POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1988

¹⁷³ “No Brasil, a proporção de pobres na população revela uma importante dimensão da persistência da desigualdade racial no país. A proporção de negros abaixo da linha da pobreza no total da população negra no Brasil foi de 50 por cento, enquanto foi de 25 por cento a de brancos, no conjunto da população branca, entre 1995 e 2003” (COHRE, 2005, p. 12).

parte dos setores afro-gauchos, de afirmarem sua presença. Em Porto Alegre, é forte a presença negra; mas é inegável a exclusão e a segregação dessas populações, na medida em que os negros em geral habitam os bairros populares, os morros e a periferia.

É certo que não há apenas afro-descendentes habitando o Quilombo do Areal, e podemos afirmar que a realidade não foi esta na época do Areal da Baronesa. Entretanto, podemos verificar que o bairro se formou a partir da expulsão dos ex-escravos e dos recém-libertos do centro da cidade, em que habitavam no geral cortiços e porões. Há pouco loteado, o bairro foi ocupado em larga medida pelas avenidas e seus “correiros” de pequenas casas de madeira para aluguel, atraindo as populações pobres e desfavorecidas, que ali se instalaram, criaram suas raízes, apesar da instabilidade de seu modo de vida, essa espécie de nomadismo urbano entre regiões de população de baixa renda, regrada por laços de parentesco e compadrio.

Em termos de uma composição étnica da cidade de Porto Alegre, encontramos os negros na periferia. Nem primeiro momento, habitando becos e cortiços no centro. Posteriormente, enclausurados nos territórios negros, à margem do centro insular. Após a abolição da escravatura, muitos negros do interior são atraídos para a capital buscando um recomeço de vida. Novas expectativas de vida, de imersão num crescente mercado de trabalho. Mas concomitante à abolição, fortalece-se um imaginário do trabalho privilegiando o imigrante europeu e desqualificando os descendentes de escravos como inaptos, insolentes e preguiçosos. Assim, conseguem pequenos postos de trabalho, muitos deles vivendo na informalidade, e crescem os territórios negros como Areal da Baronesa, Colônia Africana e a “Bacia do Mont-Serrat”, caracterizados pela ausência das mais básicas condições de vida, e que “... a partir do final do séc. XIX, eram os alvos preferenciais das campanhas de moralização e higienização do espaço urbano que passaram a ser implementadas” (SILVA, 1993, p. 88). Em especial o Areal da Baronesa, por ficar nessa região de baixada, na antiga Cidade Baixa, sempre à mercê dos alagamentos do Guaíba e do Riachinho. Josiane Abrunhosa da Silva (1993) identifica um movimento de desterritorialização dessas populações fortalecendo-se nas décadas de 1940 e 1950, em que seus territórios são alvo de políticas de saneamento e urbanização; podemos identificar na grande enchente de 1941 – marco na memória coletiva da população portoalegrense – um dos motivos da intensificação das reformas urbanas em áreas alagadiças e baixadas. Justamente nesse período se dá a canalização do antigo Riachinho, atual Arroio Dilúvio, a construção de parte do aterro do Guaíba, etc.



Sociabilidades na Rua

Retomamos aqui uma dimensão simbólica de esquadramento e higienização do espaço urbano que tomava os locais de residência das camadas populares, vistas como “classes perigosas”, como um entrave para o desenvolvimento de Porto Alegre. Pobres estes que deveriam ser banidos do centro, que deveria tornar-se lócus de conduta racionalizada e burguesa. Não apenas o território, mas também sua população, era tida como “suja”, “poluída”, e portanto deveria ser alvo de políticas higienistas. São frequentes nas notícias de jornal e escritos de cronistas as alcunhas de “Focos de imoralidade”, “imundície”, “devassidão”, e assim por diante. Aos olhos das elites, em larga medida eram territórios de vida social desprezível.

A questão da intensa ocupação do espaço público como lugar de sociabilidade calorosa e trocas íntimas, por parte das populações pobres e negras, parece colidir com um ideário higienista que habita o mito do progresso, este que orienta em larga medida a chamada evolução urbana de nossas cidades. Essas feições pitorescas, expressas nos encontros e churrascos nas calçadas, nas aglomerações populares que invadem as ruas em datas festivas como os carnavais, nos sonoros batuques das festas de religião afro e suas *obrigações* oferecidas aos Orixás em certas áreas da cidade, tudo isto parece soar desconexo com uma região central onde deve imperar o fluxo rápido de veículos e pedestres, um não envolvimento

do passante com a paisagem da cidade, a racionalidade das trocas comerciais. Não se trata, portanto, de um mero processo econômico de valorização do solo urbano nessa área, antes marginal, hoje central. A questão mais profunda aqui está alicerçada nas práticas cotidianas e no próprio *ethos* destas populações que parecem se encontrar cada vez mais “fora ordem” ou “fora de lugar” numa região central. E a Avenida Luís Guaranha hoje aparece como um lugar que se situa como extraordinário em meio à configuração urbana que o cerca. Nesse sentido, um lugar que provoca em quem não o conhece uma perturbação temporal, por ser uma sobrevivência de um tempo outro já quase desaparecido nos dias de hoje, que remete a outra configuração espacial e social de Porto Alegre.

As “casas de avenidas”, devemos lembrar, eram quase todas de madeira; tomando a madeira como matéria perecível, a instabilidade da condição do aluguel e a não efetividade da posse da terra, podemos compreender as recorrentes idas e vindas do povo que habita hoje a Luís Guaranha e sua relação com esse território. Trata-se, assim, de uma instabilidade inerente a esse modo de vida. Se no Quilombo do Areal muito da desmobilização da comunidade se explica pela não existência de uma ameaça iminente de despejo e término da comunidade, por conta da estabilidade relativa com a posse da Prefeitura Municipal, existe sim essa instabilidade à qual essa população parece ser acostumada.

Aqui a gente tava no centro, né, uma coisa, quer dizer... Se um dia a gente tiver que sair daqui, a gente vai ter que sair, né? O juiz dizer assim, ó: “Ah, vocês tem que sair” ou alguma coisa, tu sai, né? Por causa que a coisa... o negócio é a casa nova da gente, né? Aqui não é da gente.

D. Olga.

O que nos diz D. Olga soa preocupante quando percebemos que, apesar de residir no local desde os tempos de sua juventude, esta senhora não reconhece o território como efetivamente seu. E é assim entre a comunidade em geral; alega-se comumente que quando pagavam aluguel e impostos, ao menos tinham a garantia de que estavam ali por direito. Depois da passagem da posse à Prefeitura Municipal, acabaram-se tais garantias; emerge, assim, uma preocupação com a possibilidade de remoção. O que viemos trabalhando ao longo do presente relatório nos permite afirmar que, ao contrário, esse território é da comunidade por direito, pois ali eles constroem suas raízes, ali eles querem permanecer, e reivindicam assim seus direitos territoriais de regularização fundiária. Mas nesse meio a questão mais ampla é a da manutenção desse modo de vida, e da ampliação de sua visibilidade diante dos poderes públicos e da sociedade em geral. Ressaltam-se, assim, as políticas étnicas como

forma de acesso à justiça por parte de comunidades que historicamente têm muito pouco de acesso à cidadania (LEITE, 2005, p. 21).

É certo que tal grupo social, em considerando a tradição de que é portadora, há de ser incluído nas políticas de preservação e reprodução da diversidade cultural brasileira. Especificamente, no caso, em referência ao seu caráter etnicamente marcado, a inclusão na política étnica referente às Comunidades Remanescentes de Quilombos, vendo preservados seus direitos territoriais - o acesso coletivo à posse da terra onde a comunidade finca suas raízes - que prevê a Constituição Federal. O que é patente no grupo é, por um lado, a adesão a esta instabilidade de seu modo de vida. Sempre expropriados das terras em que se estabelecem, buscam apoio em sua rede de relações de parentesco e compadrio para fixarem novos locais de residência. Por outro lado, é enorme a expectativa de serem respeitada a posse da terra que ocupam há tantos anos. Falam, frequentemente, que “nada aqui é nosso!”, referindo-se à não posse da terra, mas o simples usufruto. Quanto às vendas e permuta das casas, afirmam que o que se vende “são os tijolos, as paredes, porque a terra ninguém tem”. Se não há ameaça eminente de despejo, o simples fato de rememorarem o processo que culminou com o quase desaparecimento das avenidas e o desenraizamento do “povo do Areal” gera incertezas quanto ao futuro da comunidade. A possibilidade de manterem-se e estarem protegidos diante das ameaças de desaparecimento é motivo de satisfação para estes moradores, que enfatizam a questão do legado aos seus herdeiros.

Estes moradores reconhecem a sua importância enquanto memória viva de um território simbolicamente fundamental para a população negra da cidade. Sentem orgulho do lugar que moram, muitos deles enfatizam-se como resistência ao “aburguesamento” da região, recorrendo à negritude como índice contrastivo e afirmativo de uma condição social (LEITE, 2002, início do cap. 1). Entretanto, assumir uma identidade quilombola nem sempre é simples - quase nunca é. Sabemos que o jogo social da conformação de identidades grupais é um fenômeno extremamente complexo e controverso. Foi comum ouvirmos frases do tipo: “então agora a gente é quilombeira... tudo bem”; ou “olha, a gente não é escravo”. Há uma larga distância entre reconhecerem-se como resistência ao processo que descaracteriza completamente seu território ao largo do século XX, em termos de paisagem e população, e reconhecerem-se como “quilombolas”. Aqui, as palavras de José Maurício Arruti são bastante esclarecedoras:

Da mesma forma que para a questão indígena (Oliveira, 1003), poder[íamos dizer que o termo ‘remanescente de quilombos’ é uma forma genérica de identificação, de caráter essencialmente jurídico, que é atribuída pelo Estado Brasileiro e que circunscreve um espaço de reivindicação (como aquelas por terra e por uma assistência

diferenciada), no exercício da luta política por parte das comunidade negras e de suas organizações, baseada na auto-atribuição (ARRUTI, 2005, p. 123).

A necessidade social de um vínculo direto com a escravidão parece extremamente complexo em uma dinâmica social em que nossas memórias não alcançam o tempo de nossos bisavós. Entretanto, mesmo esses links são estabelecidos por alguns moradores: Como vimos, D. Sônia, por exemplo, quando do surgimento da polêmica em torno dessa questão em uma reunião na Associação Comunitária, afirmou que a avó era uma negra mina, e não a vida toda na avenida, mas lá morreu. Assim, realizava uma interpretação dos fatos que viveu, ligando o fato de sua avó ser descendente direta dos escravos com o fato de ela ter fincado raízes na Av. Luís Guaranha.

D. Sônia que é atualmente uma das mais antigas moradoras locais, sendo forte a presença de sua família no local. Ela, uma das mais ativas presenças na Associação. Aliás, a pouca presença dos homens nessa organização é notável. As lideranças femininas parecem tomar conta do andamento político da comunidade. Muitos dos moradores não negros – vários deles oriundos do interior do estado - acabam por questionar sobre seu lugar em uma comunidade quilombola, ausentando-se dessa instância política de organização. Outros, como D. Célia, também uma das mais antigas moradoras, marcam sua presença em algumas reuniões. Outros ainda se situam completamente fora do pleito e acabam por definir seu afastamento da comunidade. Como ouvi de um morador branco, “minha descendência é outra”, criticando inclusive um racismo por parte dos negros do local. Diante de um quadro como este, conforme salientam Appadurai (1994, p. 322), Hannerz (1996, p. 11-12) e Sahlins (1997, p. 123), torna-se cada vez mais evidente que a cultura e as identidades dos grupos são processos contínuos, construídos em meio a tensões, conflitos, diálogos e embates.

Tendo em vista que as formas de interpretar e mobilizar as memórias do grupo emergem conforme uma situação atual (BACHELARD, 1988, p. 38; CUNHA, 1986, p. 101), no que se refere à temática quilombola podemos verificar o conceito de quilombo vem sendo empregado como forma de explicitar o quadro de exclusão social das populações negras no Brasil (LEITE, 1999, p. 131), e “[...] alude a uma ‘dívida’ que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão” (LEITE, 1999, p. 134). São inúmeras as comunidades que aderem ao processo de retorno às origens para propor identidades afirmativas, que politicamente estão atreladas à busca de manutenção da diversidade cultural e das identidades específicas diante dos processos de globalização e heterogeneização cultural. Para Sahlins (1997, p. 127) iniciativas político-culturais voltadas à obtenção de um estatuto de

cidadãos com direitos adicionais. Incorporam, assim, as categorias jurídicas no sentido de repensar identidades locais e obter a garantia do direito à terra, e uma visibilidade diante da sociedade mais ampla.

Sobre o porquê da permanência da Avenida Luís Guaranha quando da dissolução quase completa de um antigo bairro da cidade da qual é herdeira, em primeiro lugar, pode-se dizer que foi essencial a passagem da posse da terra de um particular para uma instituição pública, a Santa Casa de Misericórdia, contrariando a lógica da propriedade privada que reina soberana em nossa sociedade. De um modo ou de outro, a comunidade permanece sob a tutela de uma instituição sem fins lucrativos, beneficente. Posteriormente, se dá a permuta com a Prefeitura e a terra cai sob domínio definitivo do poder municipal. No caso, o sentimento de comunidade, de formação de um grupo social, depende do espaço como suporte de representações coletivas, elo de ancoramento de indivíduos, famílias e redes de relações sociais. Nesses termos, a comunidade há que ter uma concomitante territorial, e se enraíza em um território através de indivíduos que se identificam entre si, sobretudo através das relações interpessoais –as sociabilidades - e o cenário onde se desenrolam¹⁷⁴. Na Luís Guaranha, encontramos muitos antigos moradores, cujas famílias se fixaram no local há até 5 gerações. Há, do mesmo modo, muitos novos moradores.

Como dissemos, a dissolução do antigo Areal da Baronesa pode ser melhor compreendida quando levamos em conta o fato de que grande parte do grupamento de casas desse bairro eram construídas para serem alugadas; seus ocupantes, então, quase sempre não eram proprietários. Ao contrário, estavam à mercê dos proprietários das peças e casas em que moravam. O fim desse bairro da cidade, assim, está decisivamente ligado à não posse da terra por parte das populações que habitavam seus cortiços, pensões e avenidas, repletos de casas e cômodos de aluguel barato. Isso, juntando-se ao fato de a maioria dessas casas ser de madeira - matéria rapidamente degradável e sujeita à ação inexorável do tempo – implica numa instabilidade alojada no cerne desse modo de vida. Por isso podemos compreender a dissolução tão rápida do Areal da Baronesa, que quase se extingue em um intervalo de tempo inferior a um século.

E leve-se em conta que todo esse processo foi impulsionado por um ideário modernizador, higienista, segregador e excludente que levou a violentas cirurgias urbanas, renovando e modernizando os usos do espaço. Inserido nesse meio estavam ações de

¹⁷⁴ Por vezes, podem ser alijadas de seu território e continuar a se reconhecer como comunidade, em termos de um sentimento de origem e destino comuns (Weber), como no caso da comunidade Invernada Paiol de Telha/Pr. Sobre isso, ver Sahlins (1997)

extermínio desses cortiços e avenidas das regiões centrais, expulsando suas populações e segregando-as, sem levar em conta seu enraizamento aos territórios em que viviam. Como dissemos, o fim do território comum não implica necessariamente no fim do sentimento de origem comum por parte dos membros de uma comunidade. Isso decerto, no caso em que examinamos, se perderia no curso de algumas gerações¹⁷⁵. Entretanto, a permanência da Luís Guaranha como a última das avenidas que conserva o modo de vida do Areal, faz com que este território seja suporte de identidades por parte de uma certa parcela da população porto-alegrense, particularmente aquela que compartilha desse sentimento de origem comum em que consiste em “ser do Areal” - os sujeitos que compartilharam desse espaço, suas formas de sociabilidade e suas redes de relações, principalmente. Está nesse ínterim a questão que ouvimos de forma recorrente e que define a identificação com esse modo de vida, o “morar em casa de avenida”, bem como os carnavais, a música popular (em particular o samba) – e as religiões afro-brasileiras. Se, por um lado há inúmeros moradores recentemente instalados no local, há muitos antigos moradores do Areal, não necessariamente da Luís Guaranha, mas das muitas avenidas que ali existiram.

Território possível e território reivindicado.

Sabemos que “as categorias sociais de identidade étnica apresentam uma concomitante territorial, definida por referências compartilhadas de ordem física, simbólica e cosmológica” (Carta de Ponta das Canas. In: LEITE, 2005, p. 38). Como verificamos ao longo do presente relatório, foi a permanência da comunidade que atualmente se reconhece como Quilombo do Areal no território que ocupa há mais de um século, que permitiu a sobrevivência das tradições e memórias atrelada a um modo de vida hoje já quase inexistente na cidade de Porto Alegre. Uma comunidade que compartilha a crença de uma origem comum, localizada no Areal da Baronesa, mais especificamente nas senzalas da chácaras de antigos barões. Da mesma maneira, partilha um sentimento de destinos comuns, decisivamente ligados à conquista ou não do direito de permanência em seu território vital. É certo que a resistência ao processo de destruição de todo um antigo arraial lhes confere o estatuto de grupo sui-generis, com profundos laços de enraizamento no local em que vivem. É o reconhecimento da própria singularidade que norteia a busca de garantia das condições de “[...] reprodução física, social,

¹⁷⁵ Ou talvez sobrevivesse nas histórias contadas pelos “antigos”.

econômica e cultural”, conforme preconiza o Art. 2º, § 2º do Dec. 4887/2003, através da conquista da terra que tradicionalmente ocupa.

Entretanto, a delimitação precisa de um território pleiteado pela comunidade como seu de direito, enquanto suporte de manutenção de seu modo de vida, é uma tarefa delicada. Como bem afirma Ilka Boaventura Leite, “[...] a definição dos limites territoriais é por demais complexa, já que estes limites são fluidos em função até dos antigos processos históricos através dos quais se estabeleceram” (2005, p. 24). Assim, para realizar tal empreitada, buscamos o diálogo contínuo com os membros do Quilombo do Areal, preocupados principalmente em compreender quais eram os seus reais anseios em relação a isso¹⁷⁶, e seguir as indicações que nos forneciam acerca dos marcos de territorialidade da comunidade, legatária das tradições e memórias do Areal da Baronesa. Seguimos, assim, os preceitos da Carta de Ponta das Canas, que indica a necessidade, por parte dos profissionais responsáveis pela definição dos limites dos territórios tradicionais: “Promover ampla discussão com o grupo para definir uma posição clara sobre os limites do território em questão, ou sobre a impossibilidade de definir tais limites no momento, observando os parâmetros constitucionais vigentes” (LEITE, 2005, p. 39).

Através de reuniões realizadas durante a construção do presente relatório de pesquisa, a comunidade demonstrou uma percepção de que seu território extrapolava o terreno atualmente ocupado pela Av. Luís Guaranha, ou seja, compreendia toda a extensão do antigo Areal da Baronesa, que incluiria atualmente a área desde a Igreja e Internato Pão dos Pobres até as imediações da Avenida Ipiranga. Como afirmou Gessi durante uma das reuniões, “isso aqui era um bairro inteiro”, manifestando que eles não poderiam permanecer restritos ao território atualmente ocupado. Enquanto legatários do antigo Arraial da Baronesa, acenaram a possibilidade de reivindicar aquela porção de terras que um dia configurou este antigo território negro. Entretanto, essa afirmação sempre gerou polêmica entre os membros da comunidade que se engajavam nas reuniões, muitos dos quais não pensavam ser plausível a possibilidade de remoção de todos os atuais moradores do bairro para a regularização fundiária, e que isso demandaria um processo longo e oneroso, quase impossível de se concretizar. Estes, em geral, insistiam no fato de que gostariam de garantir apenas a posse do atual espaço em que vivem, não compartilhando maiores aspirações. Da mesma forma que surgiu a possibilidade de se pensar em um bairro inteiro como território simbolicamente

¹⁷⁶ Assumindo a responsabilidade social que indica Ilka Boaventura Leite, de “[...] tornar juridicamente compreensíveis as noções de direito erigidas por grupos sociais historicamente sem acesso à justiça” (2005, p. 21), certamente o caso da população em questão.

marcado como da comunidade, havia a expectativa de que se poderia reivindicar toda o quarteirão em que se situa a avenida, entre a Baronesa de Gravataí, Barão de Gravataí, Múcio Teixeira e Cel. André Belo. Entretanto, essa possibilidade foi logo descartada, por não haver evidências que sustentassem uma tal demanda – inclusive porque a lógica de apropriação dos espaços por parte dos moradores foge ao traçado linear e esquadrinhado das ruas da região, estando referida no geral a pequenas áreas no interior dos quarteirões, alguns locais referenciais por conta de certas atividades e práticas que abrigavam – como o antigo campo vazio que as lavadeiras apropriavam como quaradouro, o campinho de futebol que abrigava jogos, festas e sociabilidades intensas, e mesmo o antigo Beco do Mijo, local referido como moradia de pessoas próximas aos antigos moradores, alguns deles tendo se estabelecido posteriormente na Luís Guaranha.

De nossa parte, entendíamos que, sob o argumento levantado pela comunidade de resistência ao processo de destruição do Areal, poderíamos incluir o território do Beco da Barão e sua comunidade – como dito, também antigos moradores da região, com estreitos laços de compadrio, vizinhança e parentesco com o “povo da Guaranha”. Como afirmaram muitos moradores dos dois núcleos, havia uma ligação física entre os espaços pelos fundos de ambos, uma passagem entre a avenida e o beco e que servia para o trânsito de moradores locais, mas foi fechada há alguns anos por conta do crescimento do trânsito de desconhecidos – inclusive fugitivos da polícia - expondo as famílias que ali moravam a riscos desnecessários.

Na nossa compreensão, também essa comunidade pode ser percebida como resistência negra no Areal. Os moradores da Luís Guaranha nos diziam não haver problemas quanto à agregação do Beco no território reconhecido, indicando todo o “canto da quadra”, até a Barão de Gravataí, agregando o antigo campinho, como um outro território possível. Entretanto, ressaltavam uma resistência por parte do povo do Beco em participar desse processo de reconhecimento e assumir a identidade de Remanescentes de Quilombo. Sondamos, assim, algumas pessoas residentes nesse espaço e realmente nos confrontamos com uma sólida fronteira simbólica entre as duas comunidades. A questão das lideranças em cada uma delas parece ser um dos principais elementos de conflito. Os moradores do Beco demonstravam uma aversão a certas práticas sociais dos moradores da Luís Guaranha, deixando bem marcada uma divisão entre as duas, e assim definido índices contrastivos entre os grupos. Diziam que “Beco é Beco, Guaranha é Guaranha e uma coisa não tem nada a ver com a outra”. Do mesmo modo, demonstravam acionar outras formas de acesso à terra (processos de usucapião, principalmente) e um não interesse em pleitear o território de forma coletiva.

Mesmo assim, tentamos em duas ocasiões realizar reuniões, expondo o trabalho que vínhamos fazendo aos moradores do Beco, e sondando sua possibilidade de compreensão do processo de reconhecimento em função de sua trajetória histórica e sua singularidade social. Ambas as reuniões foram desmarcadas por uma não organização da comunidade ao redor de suas lideranças, e pelo pouco espaço de diálogo que encontramos. Assim, retornando à comunidade da Luís Guaranha em novas reuniões, foi definido que a área do Beco estaria definitivamente fora da área pleiteada, bem como toda a sua população. É necessário indicar, entretanto, que encontramos laços que unem as comunidades, e que há questões conjunturais que as afasta no presente, principalmente em torno de conflitos políticos e pessoais.

Além da área do Beco, os membros da comunidade que participaram ativamente das reuniões e da definição do território reivindicado, afirmaram recorrentemente a necessidade da exclusão das moradias pertencente à Brigada Militar, na porção de terreno lindeiro ao Quartel dessa instituição. Além da exclusão dessas casas e de seus moradores do pertencimento à comunidade, indicavam a retomada de áreas indevidamente ocupadas por "brigadianos" que avançaram sobre terras da avenida, principalmente para acesso às suas casas pela entrada da Luís Guaranha.

O território reivindicado, então, é o território atualmente ocupado, excluindo as áreas acima relatadas.

Referências:

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica. In: O'DWYER, Eliane C. (org). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 43-82.
- APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.): Cultura Global: Nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 311-327.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos "Remanescentes": Notas para o diálogo entre Indígenas e Quilombolas. In: Mana, vol. 3, no. 2. Rio de Janeiro, out. 1997. p. 7-38.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Etnografia e História no Mocambo: notas sobre uma "situação de perícia". In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: NUER/ABA, 2005.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites- século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BACHELARD, Gaston. A Dialética da Duração. São Paulo: Ática, 1988.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. Enciclopédia Einaudi, v.5, Anthropos-Homem.pp.296-332.
- BAKOS, Margaret Bakos. Decorando a sala de visitas: Porto Alegre na virada do século 19. In: MAUCH, Cláudia (Org.). Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Editora da Universidade/UFRGS/ Ed. ULBRA/ Ed. UNISINOS, 1994.p.144-154.
- BAKOS, Margaret Marchiori. A Habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos(1897-1937).Cadernos de Estudo nº1. Curso de Pós-graduação em História das Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Novembro de 1988.
- BAKOS, Margaret Marchiori. Porto Alegre e seus Eternos Intendentes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BANTON, Michael. Etnogênese. In: A idéia de Raça. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 153-173.
- BARBOSA, Zeli. Ilhota: testemunho de uma vida. Porto Alegre: U E/ Porto Alegre, 1993.
- BARCELLOS, Daisy Macedo de, et alli. Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, Territorialidade e Direitos Constitucionais. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- BARROS, Hemetério de. Memórias de um Carnavalesco. Porto Alegre: Ed. Guapel, s/d.
- BARTH, Fredrik. A Análise da Cultura nas Sociedades Complexas. In: LASK, Tomke (org). O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 107-139.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT & STREIFF-FENART (orgs.). Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora Unesp. 1988. p.187-227.
- BARTH, Fredrik. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In: VERMEULEN & GOVERS (orgs). Antropologia da etnicidade. Para além de "Ethnic Groups and Boundaries". Lisboa: Fim de século, 2003. p. 19-44.
- BAUMAN, Zigmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BEGUIN, François. As Maquinarias Inglesas do Conforto. In: Revista Espaço e Debates nº 34- Cidade e História. Revista de Estudos Regionais Urbanos, ano XI, 1991.pp.39-54.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas Volume III. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BETTANINI, Tonino. Espaço e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BITTENCOURT Jr Iosvaldyr Carvalho. Os negros de Porto Alegre e a questão da identidade étnica. In: ASSUMPCÃO, Euzébio, MAESTRI, Mário. (coord.) Nós, os afro-gaúchos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS. 1996.pp.149-155.

- BITTENCOURT Jr Iosvaldyr Carvalho. Relógios da Noite: Uma Antropologia da territorialidade e da Identidade Negra em Porto Alegre. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1995.
- BOLETIM INFORMATIVO DO NUER/Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas – v.3, n.3. Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas. Florianópolis, NUER/UFSC, 2006.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOTT, Elizabeth. Família e Rede Social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1957.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996. p. 74-82.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand do Brasil, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella . A Difícil definição de um objeto. In: Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades. Conferência, UNICAMP, 1990.pp.11-26.
- BRESCIANI, Maria Stella. As Sete Portas da Cidade. In: Revista Espaço e Debates nº 34- Cidade e História. Revista de Estudos Regionais Urbanos, ano XI, 1991.
- BRESCIANI, Maria Stella. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, Ana Paula Comin e WEIMER, Rodrigo. Família Silva: resistência negra no bairro Três Figueiras. Porto Alegre, s/d, (mimeo).
- CARVALHO, Mário Teixeira de. Nobiliário Sul-Riograndense. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937
- CENTRO PELO DIREITO À MORADIA CONTRA DESPEJOS (COHRE). Direito à moradia e territórios étnicos: proteção legal e violação de direitos das comunidades de quilombos no Brasil. Porto Alegre: Ética Impressora, 2005.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHAGAS, Miriam de Fátima: Estudos Antropológicos nas “comunidades remanescentes de quilombos”: sinais que amplificam a luta por uma vida histórica, vida jurídica. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p. 71-80.
- CHAGAS, MIRIAM. A Política do reconhecimento dos “Remanescentes das Comunidades de Quilombos”. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 15, julho de 2001. p. 209-236
- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo.: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8, n ° 16, março/ agosto de 1988,pp.83-107.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986
- CHALHOUB, Sidney. Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da_escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- COHEN, Abner. Urban Ethnicity. Londres: Tavistock publications, 1974.
- CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro de. O Italiano na Esquina: Meridionais na Sociedade Porto-Alegrense e Permanência da identidade entre Moranese. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, 1990.

- CORREA, Norton F. Os Vivos. Os Mortos e os Deuses (um estudo antropológico sobre o Batuque do Rio Grande do Sul). Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.
- CORREA, Norton F. Panorama das Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul. In: ORO, Ari Pedro. As Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.pp.44-46
- CÔRREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- CÔRREA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: Um exemplo. In: Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1994.
- CORUJA, Antônio A. P. Antigualhas. Reminiscências de Porto Alegre. 2º ed. Porto Alegre: U E/ Porto Alegre, 1996.
- COULON, Alain. Etnometodologia. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2º edição, 1987.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Religião, Comércio e Etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em lagos no século XIX: da cultura residual mas irreduzível. In: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 85-108.
- DAMATTA, Roberto. A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 6.ed.
- DANTAS, Beatriz Góis. Vovó Nagô e Papai Branco: Usos e Abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal,1988.
- DARTON, Robert. O Grande Massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente (1300-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. Trabalho: A Escola do Trabalhador. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- DIÊGUES Jr, Manuel. A África na Vida e na Cultura do Brasil. In: *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 25, Brasília: MinC/IPHAN, 1997.p. 11-27.
- DOS ANJOS, José Carlos Gomes dos. Remanescentes de Quilombos: reflexões epistemológicas. In LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p. 89-112.
- DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DREYS, Nicolau. Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS,1990.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. In : Koury, Mauro Guilherme Pinheiro (Org). *Imagem e Memória, ensaios em Antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 19-40.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Memória, narrativa e as histórias do mundo. *Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, número 14. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000. 14f. Disponível em <<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/index2.htm>>. Acesso em: 20 de julho de 2003.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

- FISCHER, Michael M. J. El etnicismo y las artes postmodernas de la memoria. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George E. (Orgs.). *Retóricas de la antropología*. Madrid: Ediciones Júcar, 1991. p. 269-319.
- FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1988.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- GERMANO, Iris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval nas décadas de 1930 e 1940*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOFFMANN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: ed. Guanabara Koogan, 4^o edição, 1988.
- HAGEN, Acácia Maria Maduro; MOREIRA, Paulo S. (org.). *Sobre a rua e outros lugares: Reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Edward T. *A Dimensão Oculta. Antropos. Relógio D' Água*, 1986. p.121.
- HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville*. Paris: Lês Éditions de Minuit, 1980.
- HARVEY, David. *Money, space, time and the city*. In: *The urban experience*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1989. p. 165-199.
- JARDIM, Denise Fagundes. *De Bar em Bar. Identidade Masculina e Auto-Segregação entre Homens de Classes Populares*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- KERSTING, Eduardo H. *Indícios em Representações: Denominações em torno da Colônia Africana*. In: *Anos 90 - Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. n^o 9,1998. p.150-164.
- KERSTING, Eduardo H. *Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1888-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- KOVARICK, Lúcio e ANT, Clara. *Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo*. In: KOVARICK, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: Passado e Presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. pp.73-91.
- KRAWCZYK, Flávio; POSSAMAI, Zita Rosane; GERMANO, Iris G. *Carnavais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- LARA, Silvia H. *Blowin' In The Wind: E.P. Thompson e a Experiência negra no Brasil*. In: *Proj. História*, São Paulo, (12), out.1995.43-56.
- LARA, Silvia Hunold (Org.). *Escravidão*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, vol.8. n^o 16, março de 1988/ agosto de 1988.
- LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005.
- LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

- LEITE, Ilka Boaventura e FERNADES, Ricardo Cid. Fronteiras territoriais e questões teóricas: a antropologia como marco. In: BOLETIM INFORMATIVO DO NUER/Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas – v.3, n.3. Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas. Florianópolis, NUER/UFSC, 2006.
- LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- LEITE, Ilka Boaventura. O Legado do Testamento. A comunidade de Casca em Perícia. Florianópolis, NUER/UFSC, 2002.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os laudos periciais – um novo cenário na prática antropológica. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: NUER/ABA, 2005.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os Sentidos da Cor e as Impurezas do nome. Os termos Atribuídos à População de Origem Africana. Cadernos da UFSC, v.8, n° 2-1998.
- LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? In: Horizontes Antropológicos, ano 5, n. 10. Porto Alegre, maio de 1999. p. 123-150
- LEITE, Ilka Boaventura. Território de Negros em Área Rural e Urbana. In: Textos e Debates. UFSC: NUER. Ano I, n°2, 1990.pp.39-46.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: A Escrita na História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- LYNCH, Kevin. La Imagen de la Ciudad; Buenos Aires: Infinito, 1974.
- MACEDO, F. R. de . Porto Alegre, Origem e Crescimento. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968.
- MAESTRI, Mário. O Escravo Gaúcho: Resistência e Trabalho. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1993.
- MAESTRI, Mário. Quilombos e quilombolas em terras gaúchas. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.
- MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MAGGIE, Yvonne. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia”: as categorias Cor e raça na cultura Brasileira. In: Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. p. 225-234.
- MARQUES, Olavo Ramalho. Entre a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- MATTOS, Jane Rocha de. “Que arraial que nada, aquilo lá é um areal”. O areal da baroneza: Imaginário e História (1879-1921). Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- MAUCH, Cláudia. A Manutenção da Ordem Pública: Porto Alegre e a Revolução. In: POSSAMAI, Zita (Org.). Revolução de 1893. Cadernos Porto & Vírgula, 1993.
- MAUCH, Cláudia. Colônia Africana: Criminalidade e Controle Social (Porto Alegre, 1888-1920). Porto Alegre: Texto inédito, CPG em História/UFRGS, agosto 1988.
- MAUCH, Cláudia. O Policial e a cidade: um olhar vigilante (Porto Alegre, final do século XIX). In: SOUZA, Célia, PESAVENTO, Sandra (org.). Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1997.pp.69-82.
- MAZERON, Gaston H. Reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: Selbach, [s/d].

- MEDEIROS, Laudelino T. A Escola Militar de Porto Alegre 1853-1911. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- MENEGOTTO, Renato. Cidade Baixa: A Busca de Identidade Através de uma Contribuição da História da Arquitetura. In: *Histórica: Revista da Associação dos Pós-graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: n° 4, 2000.pp.33-42.
- MOLES, Abraham, ROHMER, Elisabeth. *Labyrinthes Du Vecu*. Paris: Librairie des Meridiens, 1982.
- MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: Urbanização e Modernidade: a Construção Social do Espaço Urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MORAES FILHO, Evaristo de. Georg Simmel. São Paulo: Ática, 1983.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Entre o Deboche e a Rapina- Os Cenários Sociais da Criminalidade Popular em Porto Alegre (1868/1888). Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História) – Programa Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Faces da Liberdade Máscaras do Cativo. Experiências de Liberdade e Escravidão Percebidas Através das Cartas de Alforria- Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Os cativos e os homens de bem: práticas e representações sobre o cativo e a liberdade em Porto Alegre na segunda metade do século XIX (1858/1888). Tese (doutorado em história) - Curso de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. 2º Ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- MÜLLER, Liane Susan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia”- Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- O'DWYER, Eliane C. (org). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- OLIVEIRA, Márcia. Lupicínio Rodrigues e a Musicalidade Negra Cidade Baixa. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença Negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995. p.32-39.
- ORO, Ari Pedro. Difusão das Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul para os países do Prata. In: ORO, Ari Pedro. *As Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p.47-73.
- ORTIZ, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro: Umbanda e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2º edição, 1991.
- PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano; In VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p. 26-67.
- PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: Ordem urbana e cultura popular. In: *Imagens da cidade, séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994, p.29-34.
- PEREIRA, Maristela Silva. Os Corpos Provisórios da Brigada Militar: Seus Aspectos Sociais e Utilitários (1923-1927). Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Coord.). Memória Porto Alegre, Espaços e Vivências. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Coord.). O Espetáculo da Rua. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Emergência dos Subalternos: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS/ FAPERGS, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). In: Revista Brasileira de História: São Paulo, v. 19, nº 37, 1999. p.195-216.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.9, nº16, 1995. p.279-290.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Desfazer da Ordem Feitichizada: Walter Benjamin e o Imaginário Social. In: Cultura. São Paulo, Vozes, n.5,v.89, set-out,1995. p.34-44.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os Excluídos da Cidade. In: SEFFNER, Fernando (org.). Presença Negra no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995. p.80-97.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os Pobres da Cidade: vida e trabalho- 1880-1920. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, e LUCAS, Maria Elizabeth. Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937). Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- PICCOLO, Helga L. Porto Alegre- Meados do Século XIX: A Cidade Negra. In: Anais da X Reunião da SBPH- Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Curitiba, 1991.
- PORTO ALEGRE, Achylles. História Popular de Porto Alegre. Porto Alegre: U.E./ Porto Alegre, 1994.
- PORTO ALEGRE, Achylles. Porto Alegre Através do Passado (Crônica e História). Porto Alegre : Livraria do Globo, 1920.
- POUTIGNAT & STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1988.
- RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REIS, Aloísio Luiz dos. Brinca quem Pode: Territorialidade e (In)Visibilidade Negra em Laguna - Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Cursos de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei: legislação urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Estúdio Nobel, Fapesp, 1997.
- ROLNIK, Raquel. História Urbana: História da Cidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Figueiras (orgs.). Cidade & História- Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX. UFBA, ANPUR, 1992. Seminário de História Urbana, 1, Salvador, Nov. de 1990.pp.27-29.
- ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas Cidades Brasileiras (Etnicidade e Cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro). In: Estudos Afro- Asiáticos, nº 17, 1989.pp.29-41.
- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em vias de extinção (parte I). In: Mana, vol.3, no.2, Rio de Janeiro, out. 1997. p.103-150.
- SANHUDO, Ary Veiga. Porto Alegre - Crônicas da Minha Cidade. Porto Alegre, IEL/UCS, 1979.

- SANT'ANA, Maria Helena. Vila Cai-Cai: a lógica da habitação reciclável. Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Anna Blume, 1998.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos e VOGEL, Arno (coord.). Quando A Rua Vira Casa: a Apropriação dos Espaços em um Centro de Bairro. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981. 2 ed. rev.
- SANTOS, Roberto dos. Três Pontos de Reflexão sobre o Negro no Brasil. In: TRIUMPHO, Vera (Org.). Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1991.pp.71-83.
- SCHWARC, Lilia Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). Raça e Diversidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp,1996.
- SCHWARC, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. .
- SILVA, Eduardo e REIS, João José. Negociação e Conflito: A resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras,1989.
- SILVA, Eduardo. Dom Obá II D' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Josiane Abrunhosa. Bambas da Orgia: um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros. Dissertação (Mestrado em antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- SILVA, Roger da Costa. Química e Liberdade: Escravos negros e libertos em Pelotas entre 1850-1888. Projeto e mestrado apresentado e aprovado no Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,1998.
- SODRÉ, Muniz. O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SPALDING, Walter. Pequena História de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora Sulina, s/d.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Grupos domésticos e comportamento de consumo em Porto Alegre no século XIX: O Solar Lopo Gonçalves. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica, 1997.
- THOMPSON, E.P. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRIUMPHO, Vera. Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 1991.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua Cidade: sobre conhecimento e heresia. In: VELHO, Gilberto (org.). O desafio da cidade. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 13-22.
- VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- VELHO, Otávio G. (org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaco. Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro. In: Estudos Históricos, v. 3, nº6, 1990, p.207-228.
- VOGT, Carlos & FRY, Peter. Cafundó: A África no Brasil: linguagem e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WEBER, Beatriz Teixeira. As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense-1889-1928. Santa Maria: Ed. da Universidade; Bauru: EDUSC- Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

- WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In: Economia e Sociedade. v. 1. Brasília: UNB, 1991. p.267-277.
- WIDHOLZER, Janeska. Da projeção do Espaço Urbano à Racionalização da vida: O novo Retrato da Cidade. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma Privacidade Possível. In: SEVECENKO, Nicolau (org.) História da Vida Privada no Brasil, nº 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: HUCITEC, 1998.

Fontes

1. Fontes Impressas

Relatório do Dr. Sebastião Leão, médico de polícia. Porto Alegre, 1897. AHRS.

Tombos 168 e 362- Divisão de Administração e Controle do Estado- Departamento de Patrimônio. DEAP

Cousas Municipaes. 1º Edição. Felicíssimo Azevedo, s/data. IHRGS

Recenseamento do Município de Porto Alegre, 1911 e 1912. Realizado por Olímpio de Azevedo Lima- AMMV

1.2. Periódicos

A Federação- 1899. AMMV

A Gazetinha- 1891 a 1898. AMMV

A Voz do Trabalhador-1912. MCSHJC

Correio do Povo-1899 e 1966. MCSHJC

Diário de Notícias-1927. MCSHJC

Jornal do Comércio-1906,1907. MCSHJC

O Diário -1912. MCSHJC

O Echo do Povo-1908, 1910. MCSHJC

O Echo porto alegreense-1834. IHRGS

O Exemplo-1902,1908,1909,1910. NPH-UFRGS

2. Fontes Manuscritas

Fundo: Câmara/Conselho Municipal -Pedidos de Isenção de Impostos. AMMV

Ata da Câmara 12/02/1879. AMMV

Mapa Demonstrativo de Incêndios- Relatórios de Diretoria de Polícia, Subintendência – 1899. AMMV

Secretaria da Intendência- Receita e Despesa- Imposto Locativo Urbano (1899-1900)-
AMMV

Livro dos Contribuintes de Imposto da Capital e Freguesias de Fora. AMMV

Livro de Porta da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 1899-
1900.CEDOP/SCMPA

Legados, Doações, Testamentos. Doc. 370, maço 12ª, 1934. CEDOP/SCMPA

1º Tabelionato de Porto Alegre- Registros Diversos- APRGS

Nº 16 folha 72v, anos 1858/1861; Nº 22 folha 84v, anos 1873/1874; Nº 22 folha 187v,
anos 1873/1874, Nº 22 folha 194v, anos 1873/1874; Nº 23 folha 139v, anos 1874/1876; Nº 25
folha 58, ano 1878.

Processos – Crimes e Inventários- APRGS

2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, M 27, E 1. Ano 1875

2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre e Ausentes de Porto Alegre, Inventário 63, M 5,
E 31. Ano 1853

Testamento da Baronesa de Gravathay, M 72, Autos 2229, E 6-3. Ano de 1888

Processo nº 1209, Agosto 1870

Cartório do Júri 1249, M 44. ano 1874

Cartório do Júri 1910 A, M 79, E 33 e/c. Ano 1897

Cartório do Júri 53, M 3, E 29. Ano 1899

Cartório – Júri 888, M 55, E 29 e/c. Ano 1918

Cartório do Júri 926, M 59, E 29. Ano 1918

Cartório do Júri 5347, M 305, E 29 e/c. Ano 1921

Entrevistas

Alfredo Raimundo Macalé. (Rei Momo da Rua Miguel Teixeira 1948-54). Entrevista sobre o
carnaval de Porto Alegre. Porto Alegre: SMC, 1991.

Ana Maria Lopes, realizada em 20/05/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

Célia, realizada em 22/09/2005, por Olavo Ramalho Marques. Não possuímos o nome completo da entrevistada.

Daiane Carvalho da Rosa, realizada em 05/10/2005, por Olavo Ramalho Marques.

Gessi da Rosa Fontoura, realizada em 07/06/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

Ilton Gonçalves, realizada em 23/06/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

Lucília da Fonseca Leal, realizada em 20/11/2004, por Olavo Ramalho Marques.

Mario Luís Oliveira Xavier, realizada em 23/07/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

Olga Silveira Gonçalves, realizada em 12/07/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

Rosa Maria de Abreu Gomes, realizada em 07/06/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

Sônia Maria Figueiredo Xavier, realizada em 02/06/2006, por Olavo Ramalho Marques e Jane Rocha de Mattos.

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia

Doc 370

Legados

Doações

Testamentos

Doc: oriundo do Patrimônio

Dulce Correa de Oliveira Freitas, escritã do cartório da Provedoria, nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, etc, usando da faculdade que me confere a lei, certifico, a pedido verbal de parte interessada, que, revendo, neste cartório, os autos de inventário do finado Luiz Guaragna, deles consta à folha noventa e cinco (95) o pagamento do seguinte teor: - Pagamento do legado deixado em usufruto, em partes iguais, conforme o testamento, de Eliseu Gomes Miranda e Almino da Silva Miranda, que por morte dos usufrutuários passam em plena propriedade a Santa Casa de Misericórdia desta cidade na importância de cento e vinte e quatro contos e duzentos mil réis (124:00\$00). Haverá: um prédio à Rua Baroneza do Gravatahy número quatrocentos e oitenta (480), suas dependências e benfeitorias, com portão de ferro e três janelas à frente e o respectivo terreno com oito metros e dez centímetros (8ms,10) a referida rua por onze metros e dez centímetros (11ms,10) de fundo a leste, a intestar com terreno do prédio número um (1), da Avenida Luiz Guaragna, de propriedade da herança inventariada, sob o número quatrocentos e oitenta e oito (488), da referida rua Baroneza do Gravathay. Este imóvel foi adquirido pelo de cujos Olympio José de Magalhães e sua mulher, dona Firmina Alves de Magalhães, por escritura pública lavrada a oito (8) de abril de mil novecentos e dez (1910) pelo notário Octaviano Gonçalves a folhas setenta e um (71) do livro número vinte e nove (29), averbada no livro terceiro E (3° E), folhas trinta e nove (39), número dezenove mil quinhentos e cinquenta (19.550), do Registro Geral de Imóveis de Porto Alegre, a treze (13) de abril de mil novecentos e dez (1910), - avaliação em quinze contos de réis (15.000\$000) – um prédio a Rua Baroneza de Gravathay, número quatrocentos e oitenta e oito (488), suas dependências e benfeitorias, com três portas a dita rua e uma porta e três janelas, sendo duas desta no sótão, pelo lado sul, na face do corredor de entrada para a Avenida Luiz Guaragna, pertencente à herança, e respectivo terreno com seis metros e dez centímetros (6ms,10) de fundo, confrontando ainda ao norte e leste, respectivamente, com o prédio número quatrocentos e oitenta (480), da Rua Baroneza do Gravathay e com o fundo do prédio número um (1) da Avenida Luiz Guaragna, todos de propriedade da herança inventariada. Este imóvel foi adquirido pelo de cujos a Olympio José de Magalhães e sua mulher, dona Firmina Alves de Magalhães, por escritura pública lavrada a oito (8) de abril de mil novecentos e dez (1910) pelo notário Octaviano Gonçalves a folhas setenta e um (71) do livro número vinte e nove (29), averbada no livro terceiro E (3° E), folhas trinta e nove (39), número dezenove mil quinhentos e cinquenta (19.550), do Registro Geral de Imóveis de Porto Alegre, a treze (13) de abril de mil novecentos e dez (1910), avaliado em doze contos de réis (12:000\$000), um prédio a rua Baroneza do Gravathay número quinhentos (500), de construção mista, suas dependências e benfeitorias, com três portas a dita rua e uma ao lado norte, para o corredor de entrada a Avenida Luiz Guaragna, por cuja face continua o prolongamento construtivo de madeira, onde tem mais uma porta e quatro janelas e respectivo terreno com oito metros e dez centímetros (8ms.10) de frente por trinta metros e quarenta e cinco centímetros (30ms.45) de fundos a leste a intestar com terreno da Avenida Luiz Guaragna, de propriedade da herança inventariada, confrontando ainda ao sul com prédio do Estado do Rio Grande do Sul. Este imóvel foi construído pelo de cujos em terrenos adquiridos a Olympio José de Magalhães e sua mulher, dona Firmina Alves de Magalhães, por escritura pública lavrada a oito (8) de abril de mil novecentos e dez (1910)

pelo notário Octaviano Gonçalves a folhas setenta e um (71) do livro número vinte e nove (29), averbada no livro terceiro E (3º E), folhas trinta e nove (39), número dezenove mil quinhentos e cinqüenta (19.550), do Registro Geral de Imóveis de Porto Alegre, a treze (13) de abril de mil novecentos e dez (1910) e a João Vargas e sua mulher, dona Antonia da Fonseca Vargas, por escritura pública lavrada a oito (8) de agosto de mil novecentos e treze (1913), pelo notário Octaviano Gonçalves a folha noventa e um (91) do livro número quarenta e oito (48), averbada no livro terceiro E (3º E), folhas duzentos e dezenove (219) número quatorze mil quatrocentos e cincoenta e oito (14.458) do Registro de Imóveis de Porto Alegre, a quinze (15) de agosto de mil novecentos e treze. (1913) avaliado em doze contos de réis... (12.000\$000). – um conjunto de casas de construção mixta e de madeira, denominada Avenida Luiz Guaragna, suas dependências e benfeitorias, a Baroneza do Gravathay, sob número quatrocentos e noventa e dois (492), para efeito predial, por onde fica a entrada de acesso por um corredor entre os prédios números quatrocentos e oitenta e oito (488) e quinhentos (500), a referida rua, de propriedade de herança inventariada, e composto de vinte e sete (27) edificações, sendo três (3) com a sub-numeração um, dois e três (1, 2, 3), de construção mista, com porta e duas janelas cada uma, ao aludido corredor e vinte e quatro (24) de números quatro a vinte e sete (4 a 27), de madeira com porta e janela, cada uma, para o interior da Avenida; o terreno respectivo que é de forma irregular, tem na entrada a rua Baroneza do Gravatahy, a largura de cinco metros e sessenta e quatro centímetros (5ms.64) até alcançar onze metros e dez centímetros (11ms.10), por um lado, ao fundo do prédio número quatrocentos e oitenta e oito (488), a Rua Baroneza do Gravathay e pelo outro até 30 metros e quarenta e cinco centímetros (30ms.45) ao fundo número quinhentos (500), a mesma rua, ambas da propriedade da herança inventariada, prolongando-se com a largura de vinte metros e sessenta e quatro centímetros (20ms.64) até a extensão de sessenta e seis metros (66ms,00) a daí por diante vai alargando para quarenta e cinco metros e noventa centímetros (45ms.90) até ficar reduzido a vinte e oito metros e dez centímetros (28ms.10), ao fundo, perfazendo a extensão de cento e onze metros e noventa centímetros (111ms.90) da frente à Rua Baroneza do Gravathay até o fundo a projetada Travessa Pesqueiro. As confrontações gerais da Avenida descrita são as seguintes: ao Norte, com propriedade de João Gardumi, ao Sul com ditado Estado do Rio Grande do Sul, a leste com os fundos dos prédios números quatrocentos e oitenta, quatrocentos e oitenta e oito e quinhentos (480, 488 e 500) de propriedade da herança inventariada e mais a rua Baroneza do Gravathay, onde fica a respectiva entrada. O terreno e construções existentes, depois ampliação pelo de cujos, foram adquiridos por estes, conforme escrituras públicas lavradas: primeiro – (1º) – a Olympio José de Magalhães e sua mulher, dona Firmina Alves de Magalhães, a oito (8) de abril de mil novecentos e dez (1910), pelo notário Octaviano Gonçalves, a folhas setenta e um (71) do livro número vinte e nove (29), averbada no livro Terceiro E (3º E), folhas trinta e nove (39), número dezenove mil quinhentos e cincoenta e cinco (19.555), do Registro Geral de Imóveis de Porto Alegre, a treze (13) de abril de mil novecentos e dez (1910); segundo (2º) a João Vargas e sua mulher Antônia da Fonseca Vargas, a oito (8) de agosto de mil novecentos e treze (1913), pelo notário Octaviano Gonçalves, a folhas noventa e um (91) do livro número quarenta e oito (48), averbada no livro terceiro F (3º F), folhas duzentos e dezenove (219), número quatorze mil quatrocentos e cincoenta e oito (14.458) do Registro Geral de Imóveis de Porto Alegre, a quinze (15) de agosto de mil novecentos e dezoito (1918) e, finalmente, terceiro (3º) – a João Gardumi e sua mulher, dona Joanna Azevedo Gardumi, a quinze (15) de julho de mil novecentos e vinte e sete (1927), pelo notário Arthur Graciliano da Silva, a folhas sessenta e quatro verso (64 – v), do livro cento e sessenta e dois (162), averbado no livro terceiro O (3º O), folha número trezentos e cincoenta (350), número quarenta e sete mil e trinta e três (47.033) do Registro Geral de Imóveis de Porto Alegre, a vinte e seis (26) de julho de mil novecentos e vinte e sete (1927), avaliado tudo em oitenta e cinco contos e

duzentos mil réis (85;200\$000). – somam estas quatro parcelas a quantia de cento e vinte e quatro contos e duzentos mil réis (124;200\$000). E por esta forma houve eles juiz e partidor este pagamento por bem feito e assinam. Eu, Affonso Lopes de Oliveira, ajudante do escrivão o escrevi. Eu, João Candido Maia, escrivão, o subscrevo. Célio Marques Fernandes. Júlio B. Pinto de Moraes. – certifico, mais que a partilha foi homologada por sentença a trinta (30) de março de mil novecentos e trinta e seis (1936), e transitou em julgado. – nada mais continha no mencionado pagamento que aqui bem e fielmente fica transcrito. O referido é verdade e dou fé. Porto Alegre, quatro (4) de setembro de mil novecentos e quarenta e cinco (1945). Eu, Antônio Oliveira, ajudante substituto da escrivã, o datilografei. Eu, Dulce Correa de Oliveira Freitas, escrivã, o subscrevo data e assino.

Com o falecimento de Luiz Guaragna em 1934, e com a falta de herdeiros, ascendentes ou descendentes de qualquer natureza e podendo, por conseguinte, dispor livremente da totalidade de meus bens atuais e do que ainda venha a possuir, por ocasião de meu falecimento, ressalvo deixar, em usufruto, a Eliseu Gomes Miranda e a Almiro da Silva Miranda, filho e sobrinho de meu velho e fiel cobrador João Francisco Miranda, os prédios número quatrocentos e oitenta (480), quatrocentos e oitenta e oito (488) e quinhentos (500), da Rua Baroneza do Gravathay, nesta capital, e mais os prédios de continuação aos fundos do número quatrocentos e noventa e dois (492) citado, que constituem a Avenida Luiz Guaragna, composta de vinte e sete casas, sendo três (3) de número um, dois e três (1, 2, 3) de construção mista e vinte e quatro de números quatro a vinte e sete (4 a 27), de madeira, suas dependências, benfeitorias e o terreno, que mede trinta e quatro metros (34ms00) mais ou menos a rua Baronesa do Gravathay, por quinhentos (500) palmos de fundo, mais ou menos, onde tem a largura de vinte e sete metros (27); aos referidos usufrutuários ficarão as obrigações de zelar pela conservação dos prédios citados, pagar as contribuições devidas ao fisco e os prêmios de seguro contra fogo e de manter o nome de Luiz Guaragna na Avenida, devendo, mais, da venda obtida do legado em usufruto que lhe faço atender os seguintes: reverterão as prestações em partes iguais, a favor dos usufrutuários Eliseu Gomes Miranda e Almiro da Silva Miranda, cujo quinhão passará integralmente nas mesmas condições ao que sobreviver ao outro, passando, por morte do último deles, a posse de bens, em plena propriedade a benemérita Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Santa Casa de Misericórdia

Porto Alegre

Doc 370

6 – 12 - 1934

Porto Alegre, 13 de Janeiro de 1981.

Prezado irmão

A nossa irmandade possui, dentre os imóveis que integram o seu patrimônio imobiliário, um que, pelo fato de ter o primeiro plano "Diretor de desenvolvimento urbano de Porto Alegre-PPDDUPA" ratificado e já prevista destinação total desse terreno para área verde, não deixa agora outra alternativa a esta instituição senão a de iniciar, e de imediato, negociações com a Prefeitura Municipal para sua permuta por outra área.

Sugerimos logo uma permuta por sabermos ser esta a transação mais viável, mais rápida e a que nos possibilitará obter um valor justo pelo nosso terreno, e ainda, com a probabilidade de recebermos em troca imóvel localizado dentro da área do Projeto Renascença, remanescentes de inúmeros que ali foram desapropriados, pelo fato do imóvel da Sta. Casa também integrar a área do projeto.

O imóvel da Santa Casa que nos referimos é oriundo do "testamento feito por Luiz Guaragna, inventariado em 1945, cujo legado foi representado pelos pequenos e antigos prédios sob número 480, 488 e 492 e 500 da rua Baronesa do Gravataí e respectivos terrenos que no seu todo tem a área de 3.080 m²."

O seu formal de partilha este registrado na 1º zona de registro de imóveis, a fls. 94 do livro A H, nº 41.031 e fls.265, do livro 4F, sob nº 5.342. docs. Docs. 1 a 7.

O que sempre existiu nesse enorme terreno, afora as quatro casinhas mencionadas, foi um verdadeiro cortiço, há alguns anos atingido por um incêndio. Posteriormente, em razão do quase total abandono a que foi relegado a porte do cortiço incendiado, terceiros, em grande número, invadiram-no e ali levantaram diversas malocas, e os casebres incendiados foram restaurados e ocupados pelos próprios moradores.

A exemplo de tantos outros é aquele local um foco de imundícia, tratando-se de um terreno cujo nível é inferior ao da rua a que faz frente, é ele alagadiço, mormente no inverno, tornou-se ao longo do tempo um amontoado de casebres, abrigando mais de duas centenas de

peças que ali vivem num verdadeiro sub-mundo, e que como tal, não poderia deixar também de homislar maconheiros e assaltantes.

Em fins de 1978, quando a nova administração da Santa Casa confiou à ladeira imóveis Ltda. seus imóveis de locação, foi que, graças ao árduo e eficiente trabalho desenvolvido por essa firma junto aquela gente, foi que a Santa Casa conseguiu retomar a posse integral desse imóvel, mediante a renovação dos contratos de locação, tanto sobre as casinhas restauradas por terceiros, como também por terreninhos já ocupados indevidamente por terceiros, intrusos, e ainda a expulsão de outros. Essa foi à maneira como a Santa Casa conseguiu evitar a repetição da invasão ocorrida no ano anterior, nos 6,5 h da área da Cavalhada hoje denominada Monte Cristo. Hoje, todas as 47 casinhas existentes na área Guaragna, são ocupadas por inquilinos, não existindo um só intruso e proporcionam uma arrecadação mensal de Cr\$ 32.104,00.

Valor da área Guaragna

Quando em 1978, esta Santa Casa e a Prefeitura Municipal estudaram a possibilidade de uma permuta da área Guaragna pelo edifício Félix de Mattos, localizado no quarteirão desta irmandade, o n/ "competente avaliador engº João Othoni Silveira, solicitado, procedeu a sua avaliação, através do laudo de Avaliação de 19 de fevereiro de 1979 que lhe atribui o valor de Cr\$ 7.000.000, 00, doc de fls.

Entretanto ocorreu que naquela oportunidade, o índice de ocupação para aquela área era de 2,5, o que não mais acontece a partir de julho de 1979, em razão da entrada em vigor do P.P.D.P.U.P.A. que estabeleceu o índice I.

Desse modo e como é por demais evidente, essa área sofreu uma grande desvalorização, como a maior parte dos terrenos de Porto Alegre, face a grande redução implantada nas áreas da ocupação, como ainda, pela destinação ou uso dos terrenos.

Não mandamos proceder a uma nova avaliação desse imóvel, pelo fato de que, na tramitação do expediente de permuta a ser formado para o processo de permuta a ser feito, caso a n/ egrégia Mesa Administrativa assim decida, essa avaliação será feita pelas partes interessadas.

Esse imóvel para o qual é pedido a nossa sábia Mesa Administrativa autorização de alienação, através de permuta, tem as seguintes características:

Imóvel situado na zona urbana desta cidade, representado pelos prédios n°s 480,488,492 e 500 da Rua Baroneza do Gravataí e respectivos terrenos que foram uma área de configuração irregular com 3.080 metros quadrados, tendo ao oeste, de testada a citada Rua Baroneza do Gravataí, 29,00 metros, ao norte, onde se limita com o prédio n° ???/, em linha quebrada composta de três segmentos, apresenta os seguintes metragens e rumos: o primeiro, normal atestada da Rua Baroneza do Gravataí mede 38,30 metros de profundidade em rumo oeste-leste; o segundo, forma ângulo reto interno com precedente, estreita o terreno em 3,15 metros e o terceiro, em ângulo reto externo com o anterior, retorna o rumo leste, oeste-leste até encontrar o alinhamento do fundo aos 73,00 metros; ao leste, limitação lindeira no fundo e onde entesta em terreno de terceiro, em frente à rua Múcio Teixeira, mede 27,36 metros de largura, e de outro lado, ao sul, onde tem como confrontante terreno do prédio n°534 da Rua Baroneza do Gravataí, de propriedade do Estado mede 49,00 metros no rumo oeste-leste; o segundo em ângulo externo quase reto, alarga o lote em 5,58 metros, e o terceiro, em ângulo externo quase reto com o alinhamento anterior retorna o rumo oeste-leste, alcançando os fundos do lote ao 62,30 metros.

Eis aí, Sr. Provedor um quadro real dessa valiosa propriedade de n/ Santa Casa, condenada definitivamente a uma futura desapropriação. Por isso, devemos tentar uma permuta por ser mais rápida e favorável sob qualquer que for analisada.

Como entendemos que também está na hora desta irmandade imitando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre daí início a um projeto Renascença no seu patrimônio imobiliário, solicito-lhe, sr. Provedor, seja esta proposição submetida a deliberação da n/ egrégia Mesa Administrativa para, aprovando-o dar a necessária autorização de alienação do imóvel acima descrito, em permuta com a Prefeitura Municipal por outro de igual valor.

Miltam V Lança
Mordomo dos prédios

Artigo de Jornais

03 de Setembro de 1978

A Baroneza

As obras do projeto Renascença e da Avenida de Figueiredo Pinto abrigaram a um desvio do tráfego pela Barão de Gravataí e a Múcio Teixeira. De maneira que somos

convidados a um a inspeção diária do velho Areal da Baroneza, pelo menos num setor da periferia.

O grande cronista da cidade que foi Aquiles Porto Alegre ainda conheceu a zona da Baroneza como um matagal cerradíssimo, onde os negros fugidos iam esconder-se de seus implacáveis e desumanos senhores. Isso lá por 1870 ou antes. Depois, sabe-se que a Baroneza do Gravataí (ou o seu marido, o Barão, João Batista da Silva Pereira), cujo sobrado penso ter sido destruído para a retificação do canal do Riacho, dividiu parte de sua propriedade, traçando ruas e partindo pequenos lotes de terrenos. E assim surgiu o bairro de que as ruas Barão e Baroneza são as coordenadas formando uma teia com a Miguel Teixeira, o Cel André Belo, o Múcio Teixeira e a Travessa Pesqueiro. Apesar da proximidade do centro, a área permaneceu em bolsão de pobreza até bem pouco tempo, sem urbanização, sem boas edificações, sem melhoramentos públicos.

Aí pelos dezoito anos, fui um freqüentador ocasional da Baroneza. Sucede que o meu saudoso amigo Estácio Luz, desenhista e pintor, gostava de pintar cavalos brancos perdidos na noite. E, com esse objetivo, mais de uma vez me arrastou do centro aos ermos que se estendiam para lá dos Pão-dos-pobres. Eu canpenguêava observava o casario pobre, gozava o ar gostoso da noite e ele desenhava, cavalos vadios não faltavam.

Houve uma ez que surpreendemos um baile de terreiro, os pares arrastando o pé sobre o chão batido, pandeiro, violão e cavaquinho no acompanhamento. Ficamos olhando atrás da cerca de tábuas, o Estácio esboçou qualquer coisa em seu caderno, e dali saiu uma aquarela de muita cor e movimento.

A Baroneza era o que de podia querer de dissonante com o processo. Tinha casinhas de meia água, botecos de “mala muerte”, ruas de piso vermelho e poeira, blocos carnavalescos, casas de batuque, lavadeiras e domésticas em profusão. Afora brigadianos numerosos – um elemento de ordem estatal no meio do caos.

Pouco resta desses traços, desde o calçamento das ruas, agora, apesar de atravessado pelo poeta Aureliano, é provável que o Areal da Baroneza se transforme num bairro incolor e padronizado da classe média.

Sérgio da Costa Franco.

13 – 4 – 1910

Havido a Olympio José de Magalhães e sua mulher por escritura pública lavrado a 8 – 4 – 1910 pelo notário Otaviano Gonçalves, a folhas 71 do livro 29, averbado no L: 3ª fls, ,39 nº 19.550 do Registro Geral de Imóveis de P. A. a 13 – 4 – 1910.

3 AH, 94 – 41.028

DESENHO

13 - 4 - 1910

15 - 8 - 1913 = 3º E, fls. 219 nº 14.458

Adquirido a Olympio José de Magalhães e sua mulher por escritura pública lavrado a 8 - 4 - 1910 pelo notário Otaviano Gonçalves a folha 71 do livro 29, averbado nº 1º 3º E, fls. 39 nº 19.550 do Registro Geral de Imóveis de Porto Alegre, a 13 - 4 - 1913 e a João Vargas e sua mulher a partir da escritura pública a 8 - 8 - 1913 pelo notário Otaviano Gonçalves a folhas 91 do livro 48, averbado no livro 3º E fls. 219, nº 14.458 do Registro de Imóveis de P. A.

DESENHO

13 - 4 - 1910

Havido a Olympio José de Magalhães e sua mulher, por escritura pública lavrada a 8-4-1910 pelo notário Octaviano Gonçalves a folha 71 do livro 29, averbado nº 1º 3º E, fls. 39, nº 19.950, do Registro Geral de Imóveis de Porto Alegre, a 13-4-1910.

3AH, 95, 41.029

DESENHO

Testamento do capitão Luiz Guaragna

Foi escrito em 15 de setembro último - legados em usufruto - As pessoas beneficiadas.

Pelo dr. James Macedônia Franco, 4º juiz distrital, foi aberto o testamento com que faleceu, há dias, nesta capital, o Capitão Luiz Guaragna, comerciante desta praça.

Começa declarando que nasceu na Itália, a 21 de dezembro de 1867, sendo domiciliado neste Estado há mais de 50 anos, considerando o Brasil como sua segunda pátria.

Não tendo tido negação de qualquer espécie, e não tendo herdeiros necessários, ascendentes ou descendentes, dispunha os seus haveres da seguinte maneira:

Deixa, em usufruto, a Elyseu Gomes Miranda e a Almiro da Silva Miranda, filho e sobrinho de seu velho e leal cobrador João Francisco Miranda, os prédios nº 480, 488 e 500 da Rua Baroneza do Gravataí e mais os prédios em continuação aos fundos de nº 492, que constituem a Av. Luiz Guaragna, composta de 27 casas, sendo três de nº 1, 2 e 3, de construção mista, e 24 de nº 4 a 27, de madeira sua dependências, benfeitorias e terreno, que mede 34 metros, mais ou menos, de frente, à Rua Baroneza do Gravataí, por 500 palmos de fundo.

Os usufrutários ficarão na obrigação de zelar pela conservação dos prédios citados, pagar as contribuições devidas ao fisco e os prêmios de seguro contra fogo e de manter o nome de Luiz Guaragna à Avenida.

Do mesmo legado deverá ser atendido o seguinte: entregar, mensalmente, a Francisco Tarraconi e a sua mulher, d. Marieta P. Tarraconi, a quantia de 300\$000, até a extinção do casal; si por ocasião da morte do testador, d. Marieta P. Tarraconi morar numa casa de propriedade do mesmo testador, poderá ela continuar ali morar, pagando apenas os impostos.

Os usufrutuários ficarão também, na obrigação de entregar a Francisco Miranda, enquanto existir, a quantia de 200\$000; a serviçal do testador, Rosalina de Oliveira, 100\$000 mensalmente, a sua afilhada Juracy Maciel da Silva, 200\$000. À medida que, por falecimento dos pensionistas, cessarem entregas mensais, recenterão as prestações, em partes iguais, a favor dos usufrutuários Elyseu Gomes de Miranda e Almiro da Silva Miranda, cujo quinhão passará, integralmente, nas mesmas condições, ao que sobreviver, passando, por morte do ultimo, a posse dos bens em plena propriedade a benemérita Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Depois da morte dos usufrutuários, caberá a Santa Casa ornamentar o túmulo do testador, com flores, no dia definidos de cada ano.

Caso, ao tempo de seu falecimento, não possua o testado jazigo no cemitério, fica o inventariante e testamentário autorizada a separar de seus bens a quantia de 20:000\$000 para garantir a perpetuidade do terreno e mandar levantar um monumento condigno com a pessoa do testador.

Fico autorizado o legatário a depositar no banco da província a quantia de 5:000\$000, em nome da menor Antonieta Gorrese, filha de Thereza Gorrese, atual empregada de Francisconi Tarriconi, ficando a caderneta em poder de d. Marieta Parasole Tarricone, enquanto a menor não estiver emancipada.

O testador determinou que quaisquer impostos, taxas e custos que incidam sobre as pensões instituídas em favor de Francisco Tarraconi e sua mulher d. Marieta Tarraconi, João Miranda, Rosalina de Oliveira, Juracy Maciel da Silva e a menor Antonieta Gorrese, corram por conta da herança. Depois de cumpridas as disposições acima, institui o testador seu legatário, em plena propriedade, seu sobrinho Rocco Guaragna de Martino, que ficaria na obrigação de fornecer, mensalmente, da renda dos bens que lhe tocarem, uma pensão de 100\$000 ao seu velho auxiliar e amigo José Dal Fiume, enquanto vivo por; zelar pela conservação de seu jazigo. O testador nomeou seus testamentários: o dr. Joaquim Pedro Vieira, Francisco Provenzano e Miguel Dariano.

O testamento acima foi escrito a 15 de novembro de corrente ano e foi aprovado pelo notário major Arthur Graciliano da Silva. Assinaram como testemunhas os srs. Francisco Andrighetto, João Aboli, Luiz Mainere, Rocco Gallo e Augusto Palheres Braga.

13.04.1910

15.08.1918

16.07.1927

Adquirido a Olympio José de Magalhães e sua mulher, a 08-04-1910, pelo notário Octaviano Gonçalves, a folha 71 do Livro 29, averbado n° 1 3° E, fls 39 n°19.550 do Registro Geral de Imóveis, e 13-04-1910, e a João Vargas e sua mulher, a 8-8-1913, pelo notário Octaviano Gonçalves, a folha 91 do livro 48, averbado n° 1° 3° fls.219 n° 14.458 do Registro Geral de Imóveis, a 15-8-1918 e, a João Gardumi e sua mulher, a 15-7-1927, pelo notário Arthur Graciliano da Silva, a folha 64-v do Livro 162, averbado n°1° 3° o, folhas 350 n°47.033 a 26-7-1927.

Desenho


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade DO AREAL- VILA LUIZ GUARANHA**, localizada no município de Pórtó Alegre, Rio Grande do Sul registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 001, Registro n. 036, f. 38, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Claudia Crispim - CPF nº554.371.500-59; Gessi da Rosa Fontoura - CPF nº508.036.110-72; Marlene Novais de Souza - CPF nº 579.235.660-20; Ana Maria Lopes - CPF nº 631.422.360-15 e Júlio César Soares - CPF nº 455.422.360-68.

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.).........., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, 30 de Abril de 2004.

O referido é verdade e dou fé


UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

Testamento do Capitão Luiz Guaragna

Em cumprimento ao despacho exarado no Requerimento da Santa Casa de Misericórdia aqui arquivado certifico que revendo os autos do testamento, processado no ano de mil novecentos e trinta e quatro (1934), perante o cartório da provedoria do município de Porto Alegre, sendo testador Luiz Guaragna e testamenteiro Joaquim Pedro Vieira deles consta com relação ao requerido de folhas (2) A 4 V° duas a quatro verso o seguinte testamento. Em nome do supremo arquiteto do Universo: Eu Luiz Guaragna, achando-me em perfeita saúde e claro entendimento, resolvo por minha livre vontade e sem induzimento algum, fazer minhas disposições testamentarias, dispondo de meu patrimônio para depois de minha morte; declaro que nasci a vinte e um (21) de dezembro de mil oitocentos e sessenta e sete (1867), em Morano Lalabrão Província de Corenza Reino da Itália, sendo filho legítimo de José Guaragna e Dona Vinécia Mitolla Guaragna, já falecidos e que sou domiciliado há mais de cinquenta (50) anos neste estado do Rio Grande do Sul, República do Brasil, que considero minha segunda pátria, sou solteiro, não tendo tido ligação de espécie alguma, donde proviesse descendência que possa pretender minha (herança) digo, minha sucessão; assim não tendo herdeiros necessários ascendentes e descendentes de qualquer natureza e podendo por conseguinte, dispor livremente da totalidade de meus bens atuais e do que ainda venha a possuir, por ocasião de meu falecimento, resolvo deixar em usufruto a Eliseu Gomes Miranda e a Almiro da Silva Miranda filho e sobrinho de meu velho e leal cobrador João Francisco Miranda os prédios números quatrocentos e oitenta (480) quatrocentos e oitenta e oito (488) e quinhentos (500) da Rua Baronesa do Gravataí, nesta capital mais os prédios em continuação dos fundos do número quatrocentos e noventa e dois (492) citado que constituem a Avenida Luiz Guaragna, composta de vinte e sete (27) casas sendo três números (1) um (2) dois (3) três de construção mista e vinte e sete (27) de madeira, suas dependências, benfeitorias e terreno que medem trinta e quatro metros (34 metros) mais ou menos de frente a rua Baronesa de Gravataí por quinhentos (500) palmos de fundos mais ou menos a oitenta e um largura de vinte e sete metros (27 metros) aos referidos usufrutuários ficarão as obrigações de zelar pela conservação dos prédios citados pagar as contribuições devidas ao fisco e os prédios de seguro contra fogo e de manter o nome de Luiz Guaragna à Avenida devendo mais da renda obtida do legado um usufruto que lhe faço, atender os seguinte: primeiro (1°): abonar a mensalidade a Francisco Tariconi e sua mulher a Dona Marieta Parazoli Tariconi a quantia de trezentos mil reis (300\$000) que continuará a ser entregue da mesma forma e valor o membro do casal, pela ocasião de minha morte Dona Marieta Parazoli Tariconi morar numa casa de minha propriedade ela ficará com o direito de morar na mesma enquanto ela. viver, pagando os impostos da mesma segundo (2°) entregar também mensalmente a seu pai e tio João Francisco Miranda enquanto existir quantia digo a importância de duzentos mil reis (200\$000), terceiro (3°) dar a minha serviçal Rosalina de Oliveira durante a sua vida a importância mensal de cem mil reis (100\$000) quarto (4°) entregar a minha afilhada Juraci Maciel da Silva diretamente embora seja casada e também mensalmente quantia de duzentos mil reis (200\$000) sendo minha afilhada e filha de João Inocêncio da Silva e de sua mulher

Dona Universina Maciel da Silva pela forma determinada e à medida que por falecimento, dos pensionistas cessarem as entregas mensais reverterão as prestações em partes iguais em favor dos usufrutuários, Eliseu Gomes Miranda e Almiro da Silva Miranda cujo quinhão passava integralmente nas mesmas condições ao que sobreviver ao outro do último deles a posse dos bens em plena propriedade à benemérita Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre dos Usufrutuários. Eliseu Gomes Miranda e Almiro da Silva Miranda e a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, depois da morte daqueles competirá ornamentar meu tumulo com flores no dia de finados de cada ano

Caso também ao tempo de meu falecimento não possuo eu jazigo próprio no cemitério desta capital como é de minha intenção construí-lo fica desde já meu inventariante e testamentário autorizado a separar meus bens a quantia de vinte contos de reis (20\$000\$00) para adquirir a perpetuidade do terreno onde se fizer meu sepultamento e sobre o mesmo terreno mandar levantar um monumento funerário condigno com a minha pessoa segundo (2º) autorizo ao meu legatário e testamentário de depositar no Banco da Província a quantia de cinco contos de reis (5:000\$00) em nome da menor Antonieta Gorrese, filha de Tereza Gorrese atualmente empregada de Francisco Tarriconi e de sua mulher Dona Marieta Parazoli Tarriconi ficando em poder desta a respectiva à caderneta de depósito do que constara não poder sofrer qualquer movimento de retiradas enquanto a referida menor Antonieta Gorrese não estiver emancipada legalmente, terceiro (3º) determino que quaisquer impostos, taxas e custos que incidem sobre as pensões instituída em favor de Francisco Tarriconi e sua mulher Marieta Parazoli Tarriconi, João Francisco Miranda, Rosalina de Oliveira, Juraci Maciel da Silva e a menor Marieta Gorrese corram por conta de minha herança pois quero que a recebam sem dedução alguma, do remanescente de meus bens, depois de cumpridas as disposições feitas instituo o legatário em plena propriedade meu prezado sobrinho Rocco Guaragna de Martino, que ficará com as obrigações de fornecer mensalmente da renda dos bens que lhe tocarem uma pensão de cem mil reis (100\$000) ao meu velho auxiliar José Dal Finne gozarão do mesmíssimo direito dos acima citado citados, quarto (4º) e de zelar pela conservação de meu jazigo nesta cidade, para a qual deverá transladar meus restos se for dela por qualquer circunstância venha eu a falecer nomeio meus primeiros (1º) segundo (2º) terceiro (3º) testamentários aos meus amigos Doutor Joaquim Pedro Vieira, Francisco Provenzano e compadre Miguel Dariano que serão chamados a servir na falta de qualquer um pela ordem ordem em que estão colocados concedendo mais ao que exercer a posse imediata e a administração de todos os bens de minha herança, para o fim de requerer meu inventário e cumprir este testamento bem como taxa em cinco por cento (5%) sobre toda a minha herança líquida e previno a que terá direito o testamentário e por esta maneira tento por conhecidas minhas disposições de última vontade escritas ditadas e assinadas de meu próprio punho, das quais peço sejam cumpridas pela justiça do país tão inteiramente como nelas se contém Porto Alegre quinze (15) de setembro de mil novecentos e trinta e quatro (1934) Luiz Guragna. Aprovação aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e quatro (1934) nesta cidade de Porto Alegre capital do Rio Grande do Sul neste segundo do cartório casa são número trezentos e trinta e seis (336) da rua general Câmara desta cidade compareceu o capitão Luiz Guaragna, que residente em seu perfeito juízo e claro entendimento meu conhecido e das testemunhas presentes, no fim normadas e seguidas perantes as quais o testador capitão Luiz Guaragna me foi entregue este papel dizendo ser o seu testamento escrito datado e assinado de seu próprio punho o qual papel, eu, notário recebi de suas mãos ante as mesmas testemunhas abri vi e não li, achei não ter emenda, borrão, entrelinhas ou causa que duvida, força, e a ele testador perguntei se era este o seu testamento e se o tem por bom firme e valioso, ao qual respondeu afirmativamente que sem dúvida alguma isto é seu testamento e que o tem por bom firme e valioso por isso me pedia este instrumento de aprovação o qual fiz dando começo na linha imediata a em que

estava a assinatura do testador depois de por mim ser estas rubricadas testemunhas do ato; Francisco Andregnato, João Eboli, Luiz Maneire, Rocco Gallo e Augusto Pocheres Braga, todos aqui residentes pessoas idôneas, minhas conhecidas declaro firmemente que foram preenchidas e executadas todas as formalidades da lei, do que tudo dou fé, Eu, Arthur Graciliano da Silva, notário que o escrevi e assino em público e raça. Em testemunho (estava o sinal público) Arthur Graciliano da Silva, Luiz Guaragna, Francisco Andreghetto, João Eboli, Luiz Mainere, Rocco Gallo, Augusto Palhares Braga. Sobre duas (2) estampilhas Federais no valor total dois mil e duzentos reis (2\$200). Nada mais se continua em os mencionados autos, com relação ao requerido, para aqui bem e finalmente transcrito do que, para constar em, Milton Farina Cezar, ? do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul levarei a presente certidão aos sete (7) dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta (1950) (....).

Mapa Lotes da Comunidade Guaranha - 1925

Legenda

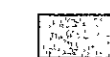

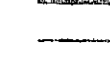


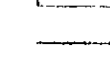
- & Casarões
- Campinho
- Campo Vazio (Área das Lavadeiras)
- Lotes
- Divisões
- ! Antiga Caixa D'Água
- ! Árvore (Platano)
- ! Árvore (Sinamomo)
- Antiga Igreja de Madeira

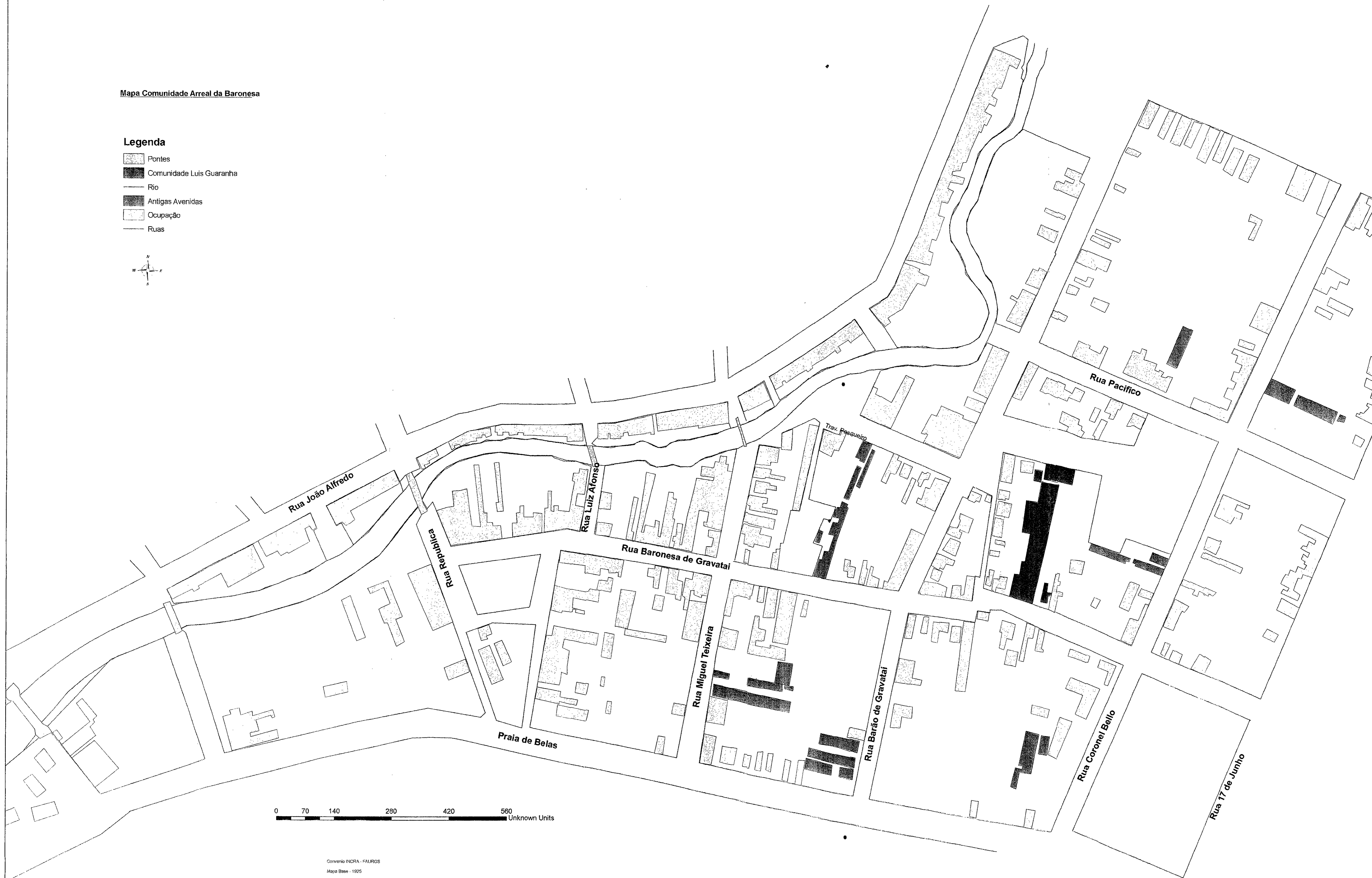
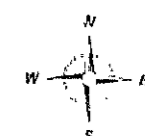


Convênio INCRA - FAURGS
 - CROQUI -
 Mapa da Intendência Municipal
 Sessão de Cadastro - 1921/1925
 Geógrafas: Ciane Fochesatto
 e Marcia Milene Müller
 Porto Alegre, 14 de janeiro de 2007.

Mapa Comunidade Arreal da Baronesa

Legenda

-  Pontes
-  Comunidade Luis Guaranha
-  Rio
-  Antigas Avenidas
-  Ocupação
-  Ruas



0 70 140 280 420 560 Unknown Units

Mapa Comunidade Luiz Guaranha

Terras que são ou foram de João Gardmi

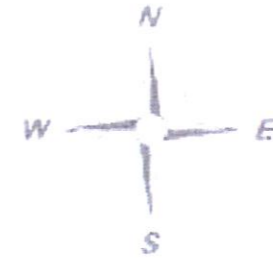
Rua Baroneza do Gravataí

Rua Luiz Guaranha

Terras que são ou foram do Estado do Rio Grande do Sul

Legenda

- Avenida
- Lotes
- Limite



0 75 150 300 450 600 Meters

Convenio INCRA - FAURGS
Mapa base DEMHAB
- CROQUI -
Projeto Quilombo Arreal

Geógrafas: Ciane Fochesatto
e Márcia Milene Müller

Porto Alegre, 14 de janeiro de 2007.

Terras que são ou foram de Roberto da Graça Grillo e Alvaro Soares da Silva